

PATRÍSTICA

SANTO AGOSTINHO

A Graça (I)

O espírito e a letra • A natureza e a graça
A graça de Cristo e o pecado original



SANTO AGOSTINHO

A GRAÇA

(I)

- O espírito e a letra
- A natureza e a graça
- A graça de Cristo e o pecado original



Índice

APRESENTAÇÃO

O ESPÍRITO E A LETRA

Introdução

Bibliografia

A motivação da obra

A afirmação sobre uma possível vida sem pecado é mais tolerável que a negação da graça

A graça é um dom do Espírito Santo

Exposição do assunto do livro

A Lei e o pecado

A fonte e luz das boas obras

O cumprimento da letra do preceito não justifica

A justiça de Deus é fruto da graça

A Lei não é destinada ao justo

A piedade é a verdadeira sabedoria

O conhecimento de Deus pelas criaturas e pela Lei não justifica o homem

A lei das obras e a lei da fé

O decálogo, sem a ajuda da graça, está incluído na letra que mata

Revelação da graça no Novo Testamento

O dedo de Deus é o Espírito Santo

Comparação entre a Lei Antiga e a da Nova Aliança

A justiça consiste em viver a graça da Nova Aliança

Profecia de Jeremias sobre o Novo Testamento

Anúncio do Novo Testamento em Jeremias

A lei do Novo Testamento é impressa nos corações

A definição de vida eterna

A renovação interior comparada com a visão futura de Deus

A predição do Novo Testamento por Jeremias — Comentário sobre “menores” e “maiores”

A diferença entre o Antigo e o Novo Testamento

Pelo texto paulino, os gentios, que têm a lei escrita no coração, pertencem ao Novo Testamento

O seguimento da lei natural tem o mesmo valor que o da lei da graça

O pecado não destruiu totalmente a imagem de Deus

A Lei leva ao temor; a fé, à esperança em Deus, do qual procede a justiça

A graça não anula a liberdade

Investigação sobre o poder de crer

A fé autêntica é a que salva

A investigação sobre a vontade de crer

A vontade de crer vem de Deus

Retorno ao assunto dos fatos possíveis, mas não realizados

Últimas considerações sobre a possibilidade da justiça perfeita neste mundo. —

Conclusão

A NATUREZA E A GRAÇA

Introdução

Bibliografia

Finalidade da obra: realçar o valor da graça sem desprezo à força da natureza

A fé em Cristo é indispensável para a justificação

O pecado corrompeu a natureza humana, criada por Deus sem nenhum vício

A gratuidade da graça

A condenação dos homens não é injusta

Apresentação do pensamento de Pelágio

Apresentação de algumas sentenças do livro de Pelágio

A condenação atinge os que não puderam se purificar pelo batismo

Negar a condenação é anular a cruz de Cristo

Pelágio confessa a necessidade da graça em meio a astuciosas afirmações

As astuciosas afirmações de Pelágio referem-se à natureza, e não à graça

A Lei é apenas um guia. — O caminho da fé é o caminho dos que progridem

O esforço para evitar o pecado deve ser acompanhado da oração

Cristo foi o único isento de pecado

Interpretação pelagiana e do autor de um texto do apóstolo Tiago

O domínio da língua é concessão da graça de Deus

Os pecados por ignorância

Pelágio não fala da necessidade da oração para evitar o pecado

Digressão ardilosa de Pelágio sobre o pecado. — Resposta do Santo com palavras do salmista

O pecado não é substância no mesmo sentido que o não comer não é substância

Argumento contra Pelágio sobre a necessidade da cura da alma pelo Médico divino

O castigo do pecado leva a outros pecados

A perda da graça é morte da alma. — Pelágio nada diz sobre a graça que dá a vida

A morte do Senhor foi voluntária. — Há males dos quais Deus se serve para o bem

A oração pelos hereges é mais proveitosa do que as discussões

Necessidade do Médico divino para o perdão dos pecados e para a perseverança no bem

A dor se elimina com a dor, o pecado, com o pecado

A soberba, afastando o homem de Deus, causa o pecado

Nem todo o pecado é soberba. — O sentido de “O princípio de todo o pecado é a soberba”

O pecado é do homem e sua cura depende de Deus

Deus cura a alma enferma e a acompanha após a cura

O caminho da justiça exige o temor de Deus

O próprio justo não se pode comparar a Deus. — Deus é o Criador e o Salvador da natureza humana

Somos mentirosos, se dissermos que não temos pecado

O pecado não deve levar ao desespero da salvação. — Os justos são perdoados antes de morrer

Os santos varões e as santas mulheres do Antigo Testamento não foram isentos de pecado

Segundo Pelágio, o silêncio da Escritura comprova a existência de pessoas sem pecado

Os justos não foram isentos de pecado

Contra seus próprios princípios, Pelágio não lê as provas da Escritura sobre o pecado do homem

Para a prática da justiça é necessário o auxílio da graça, e não apenas a doutrina evangélica

O sentido do termo “todos” em sentença do Apóstolo

A possibilidade de uma vida sem pecado não é assunto de discussão

O homem, jogado à beira da estrada, necessita do remédio divino

Assentamento da questão entre pelagianos e católicos

Discussão de sentenças e comparações de Pelágio sobre o poder da natureza

A vontade não está em luta com a necessidade

Apresentação das comparações de Pelágio e sua refutação pelo autor

A natureza humana é impotente para garantir o não pecar e o poder não pecar

A eficácia da natureza é ineficiente para a vida sem pecado

A possibilidade de não pecar não está entranhada na natureza

Pelágio prefere atribuir a Deus a possibilidade de não pecar de modo indireto, mediante a natureza

A carne é contrária ao espírito também nos batizados

Argumentação em favor da tese anterior

A carne é contrária ao espírito devido ao pecado, e não à natureza. — O recurso

ao Médico divino é o único meio de curar a natureza decaída

Além da remissão dos pecados pelo batismo, o batizado deve implorar sempre a graça do Salvador

Os batizados sentem também os desejos da carne contra o espírito

A lei de Deus é a lei da liberdade e do amor

A necessidade da prece nos momentos da tentação

Pelágio não reconhece a necessidade da graça para a cura da natureza decaída

A justiça plena não se alcança neste mundo

Os testemunhos não bíblicos carecem de muita importância para o autor

Comentário a sentenças de Santo Hilário

Santo Ambrósio, citado por Pelágio, defende a tese do autor

Citações de outros autores eclesiásticos, aduzidas por Pelágio, confirmam a doutrina católica

Interpretação correta de sentença de São Jerônimo

O pecado deixou no homem certa necessidade de pecar

Sentido das palavras do autor aduzidas por Pelágio

Como estimular os fracos à prática da justiça

O amor torna leves os preceitos divinos

A vida da justiça caminha com a vida na caridade

A GRAÇA DE CRISTO E O PECADO ORIGINAL

Introdução

Bibliografia

Livro Primeiro: A graça de Cristo

Saudação aos amigos Albina, Piniano e Melânia

Advertência sobre a ambiguidade de uma afirmação de Pelágio sobre a graça

Apresentação, com suas palavras, dos três fatores pelagianos para a execução das boas obras

Transcrição “ipsis litteris” da sentença pelagiana

O querer e o agir dependem também da graça de Deus, conforme testemunho de São Paulo

Conselho de precaução sobre sentença pelagiana

A doutrina de Pelágio acerca da graça não é ortodoxa, apesar das sutilezas

A lei não é a justiça. — A justiça procede de Deus

Tentativa de compreensão do erro de Pelágio

A promessa da glória, a sabedoria e as boas obras são frutos da ação da graça

O testemunho de Paulo comprova a exigência da graça para a revelação da sabedoria

As características da graça divina

[Sentido em que a doutrina pode significar graça](#)
[Aprender de Deus o ensinamento é ir a Deus](#)
[Refutação da argumentação de Pelágio relativamente à operação dos olhos](#)
[Comentários sobre a afirmação de Pelágio](#)
[A sentença de Pelágio implica a cooperação de Deus para a prática de más obras](#)
[Há duas raízes no homem: para o bem e para o mal](#)
[A árvore boa é a graça; a árvore má é a recusa da graça](#)
[São duas as raízes: a do bem e a do mal! — Deus não é o causador do pecado](#)
[O amor procede de Deus e Deus é Amor](#)
[Contradição de Pelágio entre o que ensina no seu livro e o que confessou perante o tribunal religioso](#)
[A entrega do coração a Deus é graça, e não obra do livre-arbítrio](#)
[A ação de Deus transforma os corações humanos, como no episódio de Assuero e Ester](#)
[A afirmação de Pelágio é refutada com testemunhos apostólicos](#)
[Intimação a Pelágio para reconhecer seus erros e pautar sua doutrina pela fé ortodoxa](#)
[Refutação da sentença pelagiana sobre a influência do Espírito Santo](#)
[Refutação de outra sentença sobre o poder do livre-arbítrio](#)
[A necessidade da graça é absoluta para a observância dos mandamentos](#)
[Os escritos de Pelágio atestam suas posições errôneas sobre a graça](#)
[A própria fé é dom da graça](#)
[Comentário às palavras imprecisas de Pelágio relativas ao batismo](#)
[As sentenças de Pelágio não precisam o sentido da graça](#)
[Em nenhum escrito, Pelágio é preciso na definição da graça](#)
[Outra afirmação de Pelágio que não revela seu pensamento](#)
[Referência a uma carta de Pelágio, desconhecida do autor, de conteúdo duvidoso](#)
[Outras afirmações de Pelágio não convencem sobre sua ortodoxia da graça](#)
[A graça não consiste nos dons naturais e no exemplo de Cristo, como quer Pelágio](#)
[Citação da afirmação de Pelágio acerca da graça que não revela claramente o seu pensamento](#)
[A graça, segundo Pelágio, apenas facilita a resistência ao mal](#)
[Comentário sobre trecho do livro de Pelágio, no qual revela a dispensa da graça para o querer e o agir](#)
[Os erros sobre a graça revelam ignorância das Sagradas Escrituras](#)
[Admiração de Pelágio por Santo Ambrósio](#)
[Menção de palavras de Santo Ambrósio que atestam a necessidade da graça](#)

Testemunhos de Santo Ambrósio atestam sobre o sentido ortodoxo da graça

A vida de piedade tem Deus por autor

Dificuldades da discussão sobre a liberdade e a graça de Deus. — Convite a

Pelágio para focar a graça em termos ortodoxos

Má interpretação de Pelágio sobre a justiça de Zacarias e Isabel

Interpretação pelagiana e do autor de uma sentença do bispo Ambrósio sobre a justiça de Zacarias e Isabel

Conclusão do primeiro livro e anúncio do assunto do segundo

Livro Segundo: O PECADO ORIGINAL

Apresentação do tema a partir da afirmação de Pelágio sobre o batismo das crianças

Celéstio nega a transmissão do pecado original

Trechos das atas sinodais de Cartago sobre a acareação de Celéstio

Em Cartago, Celéstio não confirmou seu pensamento sobre a transmissão do pecado original

Exposição de sentenças duvidosas de Celéstio e de Pelágio que o autor se propõe a esclarecer aos destinatários

Em Roma, foi bem clara a sentença herética sobre a não-transmissão do pecado original

Histórico do sucedido depois da acareação em Roma

Encaminhamento do assunto para expor o pensamento do papa Inocêncio sobre as atas do sínodo palestinese

O valor atribuído pelos papas Zózimo e Inocêncio às atas palestinianas

Início da comprovação sobre a atitude enganosa de Pelágio perante o tribunal palestinese

Continuação da comprovação, começando pela menção às atas do sínodo

Nas suas opiniões, Pelágio revela-se mais astuto do que Celéstio

O autor prova que Pelágio enganou os bispos católicos da Palestina

Contradição de Pelágio entre o que afirmou no tribunal e o que ensinou em seus livros

O autor elimina a consideração de algumas proposições pelagianas

Argumentos que provam a condenação de Pelágio mesmo depois da absolvição

Análise da carta de Pelágio enviada a Roma, na qual encobre sua falsa opinião

Pelágio não foi condenado pela exposição diante do tribunal, mas pelos ensinamentos posteriores em livros

A ambiguidade das afirmações oculta a negação da transmissão do pecado original

Celéstio ensina que a sorte das crianças não batizadas é a morte eterna

Contradição sobre o batismo infantil entre a resposta de Pelágio às autoridades e o ensinamento em seus livros

A heresia ganhou terreno; os católicos devem se instruir e opor-lhe resistência
É justificável o erro em questões alheias à fé; no entanto a posição de Celéstio contraria a fé

Explicação dos postulados da verdadeira fé

Sob a Lei os homens de boa vontade eram justificados mediante a fé no futuro Messias

Os justos do Antigo Testamento foram salvos pela graça da futura encarnação de Cristo; foram também membros do corpo de Cristo

A visão do dia de Cristo desejado por Abraão refere-se à sua encarnação

Comprovação do mesmo pelo testemunho de Melquisedec. — Cristo é mediador de todos os que morreram em Adão

Os que negam o pecado original são inimigos da graça. — O pecado generalizado no Antigo Testamento comprova a transmissão do pecado original

A circuncisão era o sinal da justiça pela fé

O rigor contra os não-circuncidados, sinal da herança do pecado original

A circuncisão equivale ao batismo

Em resposta a uma argumentação pelagiana, mostra a bondade da natureza e a maldade do pecado

As obras de Deus são sempre boas, mesmo que os intermediários sejam maus. —

A nudez no Éden após o pecado

O matrimônio existia antes do pecado sem as consequências da sensualidade

Depois do pecado, são incompreensíveis os atos de casamento com a pureza original

O ilícito do matrimônio não provém da instituição, mas da tentação e da vontade

O uso da sexualidade no matrimônio é legítimo

A concupiscência é transmitida pela geração. — A rege-neração iniciada no batismo é completada pela ressurreição

A regeneração dos pais não purifica a geração dos filhos. — O rito batismal indica a transmissão do pecado original. — Pelo pecado o homem se animaliza.

Comparação para provar a tese

Testemunhos de Santo Ambrósio sobre a transmissão do pecado original. —

Conclusão

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos e suas obras conhecidos, tradicionalmente, como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com cerca de 300 títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. Paulus Editora procura, agora, preencher este vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes de fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzidos e preparados, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retornar à leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa ação despojada, porém séria.

Cada autor e cada obra terão uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é pôr o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos, devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e padres ou pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga incluindo também obras dos escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, as origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico e pela evolução do pensamento teológico dos pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere ao escritor leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela

tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na tentativa de eliminar as ambigüidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de s. João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes, e os dogmas cristãos, decidindo assim os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussão, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual” (B. Altaner; A. Stuiber, Patrologia, S. Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

A Editora

O ESPÍRITO E A LETRA

(*De spiritu et littera*)

1. *Ocasão da obra*

Por volta de 412, Agostinho acaba a redação dos três livros sobre *Os méritos e a remissão dos pecados*. Conforme se lê no primeiro parágrafo da presente obra, Agostinho trata, neles, do batismo das crianças e da perfeição da santidade, discorrendo, especialmente no segundo livro, sobre a “possibilidade de um ser humano viver sem pecado, se não lhe faltarem a vontade e o auxílio divino”. Estas obras, dedicadas e enviadas ao tribuno Flávio Marcelino, causaram novas dúvidas no destinatário, que, retornando à sua fonte de consulta, pede novos esclarecimentos: “Caríssimo filho Marcelino, elaborei recentemente a teu pedido as obras sobre o batismo das crianças e a perfeição da santidade no homem. Parece que ninguém alcançou esta perfeição ou alcançará nesta vida, com exceção do único Mediador (...). Após teres lido os referidos tratados, tornaste a escrever-me confessando que te causou inquietação o que afirmei no segundo deles sobre a possibilidade de um ser humano viver sem pecado, se não lhe faltarem a vontade e o auxílio divino. Contudo, esta perfeição não a teve nem terá nenhum ser humano aqui no mundo, excetuando Aquele no qual todos receberão a vida (1Cor 15,22)” (I,1). Da resposta que Agostinho elabora para esclarecer as dúvidas de Marcelino, nasce a presente obra: *O espírito e a letra*, fundando-se em 2Cor 3,6; “Foi ele quem nos tornou aptos para sermos ministros de uma Aliança nova, não da letra, e sim do Espírito, pois a letra mata, mas o Espírito comunica a vida”. Esta se tornará a primeira obra fundamental na importante e prolongada polêmica com os pelagianos. Nela se explica, portanto, as relações entre a Lei (Letra) e a graça (Espírito) e esclarece o conceito da liberdade cristã. Se a doutrina agostiniana da graça é toda tecida de textos paulinos, nesta obra o é especialmente.

Nas *Retratações*, Agostinho se explica, justificando a elaboração desta obra: “Marcelino, a quem eu havia escrito três livros, que intitulei *Dos méritos e da remissão dos pecados*, nos quais se trata também com singular empenho do batismo das crianças, escreveu-me novamente que inquietava-lhe que eu afirmasse que é possível ao homem o viver sem pecado, com a graça divina, se não lhe faltar a cooperação de sua vontade; embora é certo que ninguém existiu, existe nem existirá neste mundo que haja logrado alcançar uma justiça tão perfeita.

E assim me perguntou como eu afirmava que fosse possível uma coisa da qual não se dá nenhum exemplo. Esta pergunta sua foi a que motivou a redação deste livro intitulado *Do espírito e da letra*, no qual se trata de expor o sentido daquela sentença do Apóstolo que diz: ‘A letra mata, mas o espírito vivifica’ (2Cor 3,6). Nesta obra, combati acirradamente enquanto Deus fora servido ajudar-me, contra os inimigos da graça divina, pela qual é justificado o ímpio”.

2. *O essencial do livro*

Agostinho inicia o livro no estilo do bom retórico, apresentando exemplos de coisas que Deus pode fazer, embora não se tenham exemplos para se dar: Deus pode fazer que um camelo passe pelo fundo da agulha, embora nunca se tenha verificado este fato; pode fazer com que doze mil legiões de anjos combatam por Jesus, embora não se tenha realizado tal combate; pode realizar de maneira repentina o extermínio dos inimigos de Israel, contudo, isso nunca ocorrera. É baseando-se no infinito poder de Deus, para o qual fatos extraordinários são possíveis, que Agostinho defende a afirmação, embora não se possa dar exemplos históricos, concretos, com exceção do de Cristo, da possibilidade de uma pessoa viver sem pecado.

É no capítulo V que ele expõe o tema principal do livro: demonstrar, através do exame da

passagem do apóstolo Paulo: “A letra mata, mas o Espírito comunica a vida”, que o “viver na justiça é um dom divino”, e não fruto natural dos esforços humanos. Por essa razão, a “própria justiça humana deve ser atribuída à ação de Deus”, pois, o decálogo, sem a graça, é letra morta, lei que não justifica. A justiça se inscreve nos limites do agir humano, mas supõe o auxílio da graça de Deus. Constitui, pois, erro grave crer que se possa alcançar a justiça perfeita só com as forças humanas, naturais. Este é o erro fundamental em que incorrem os pelagianos.

Agostinho combate, portanto, a afirmação pelagiana, segundo a qual a justificação é obra humana. Nem o livre-arbítrio, nem a prática dos mandamentos bastam para justificar: é absolutamente necessária a ajuda do Espírito Santo. Passa, então, a comparar, para estes fins, a Lei antiga e a nova, a da nova aliança profetizada por Jr 31,31-34, impressa nos corações. A Lei é idêntica na antiga e na nova aliança. Contudo, Agostinho aponta para analogias entre ambas: ambas foram escritas pelo Espírito de Deus; e diferenças: a antiga fora escrita em tábuas de pedra, a nova no interior dos corações; aquela é a lei do temor, esta a lei do amor. Desse modo, os gentios que não têm a lei escrita nas tábuas de pedra, mas que praticam a justiça, pertencem à nova aliança. Neste sentido, o seguimento da lei natural tem o mesmo valor da lei da graça, pois a graça não anula a natureza. Os gentios, seguindo sua consciência, quando praticam o bem, mostram a lei inscrita nos corações. Estes pagãos que seguem os ditames da consciência alcançam a salvação, em virtude da graça de Cristo: “Quando então os gentios, não tendo lei, para si mesmos são lei, mostram a obra da lei gravada em seus corações, dando disto testemunho sua consciência e seus pensamentos que alternadamente se acusam ou defendem (...) no dia em que Deus, segundo o meu evangelho, julgará, por Cristo Jesus, as ações ocultas dos homens” (Rm 2,14-16).

Com estas teses, Agostinho abriu um combate em duas frentes: a maniqueia e a pelagiana, duas concepções extremas da lei.

Contra os maniqueus, que recusam o Antigo Testamento por julgarem-no contraditório e inspirado pelo espírito do mal e, conseqüentemente, sua lei é má, pois tem origem na perversidade, Agostinho defende o valor e a utilidade pedagógica da antiga lei.

Enquanto os maniqueus exageram a discordância das duas Alianças, os pelagianos as identificam, pois, para eles, ambos os Testamentos são meras recapitulações de leis. Afirmam que a lei é suficiente e não há necessidade do auxílio divino, pois identificam a graça com a lei, afirmando que recebemos de Deus o auxílio do conhecimento, com o qual sabemos o que fazer, e a inspiração do amor para fazer com boa vontade o que já sabemos.

Para Agostinho não basta o conhecimento da lei sem o auxílio da graça de Deus. A Lei, como proibição, desperta mais o desejo do mal, assim como um dique que, com sua repressão, aumenta o ímpeto das águas. Desse modo, a Lei, longe de suprimir o pecado, dá-lhe novo sabor e o multiplica. Sua utilidade principal é esta: dá a conhecer a própria impotência e miséria e sugere o recurso ao médico e ao remédio.

Para Agostinho, o querer-crer e o querer-amar são dons puramente gratuitos de Deus. Não se deve à intervenção pessoal do sujeito o mérito do “início da fé” e do “início do amor”. Não deixa à vontade pessoal do crente uma “cooperação” na obra da salvação senão mínima, diminuída, em comparação com a plenitude da eficácia da ação divina. A vontade de crer é um dom de Deus. Afirmar Agostinho que, “se a vontade de crer procedesse da natureza humana, deveria existir em todos, pois é o mesmo Criador de todos. Porque ele não a concede a todos se quer que todos os homens se salvem?”.

Todo o comentário à sentença “A letra mata...” não é senão uma ampla demonstração de que o arbítrio e a lei, sem a graça, são insuficientes, ineficazes para justificar o homem. Somente a fé é o

princípio da justificação.

No capítulo XXXV, elabora uma conclusão recordando a motivação que o levou a escrever a obra a pedido do tribuno Marcelino, reafirmando sua tese sobre a “possibilidade de um ser humano viver sem pecar”.

No último capítulo, escreve sobre o preceito do amor de Deus e do próximo, em cujo cumprimento reside a vivência da justiça. Nesta vida, falhamos todos nesse amor. Por essa razão, o seu perfeito cumprimento é próprio dos bem-aventurados, e sê-lo-á para os que caminham, quando virem a Deus face a face.

BIBLIOGRAFIA

- AGAESSE, P., - SOLIGNAC, A., *Introduction général à saint Augustin. La genèse au sens littéral en douze livres* (Livres I-VII), Paris: Bibliothèque augustinienne 48, 1972, pp. 9-81.
- BOYER, C., *Essais anciens et nouveaux sur la doctrine de saint Augustin*, Milão, 1970.
- CAYRÉ FULBERT, A.A., *Dieu présent dans la vie de l'esprit*, Paris: Desclée de Bouwer, 1954.
- GILSON, E., *Introduction à l'étude de saint Augustin*, 2^a ed., Paris: Libr. Philos. Vrin, 1929.
- MANDOUZE, A., *Saint Augustin. L'aventure de la raison et de la grâce*, Paris, 1968.
- MARROU, HENRI-IRÉNÉ, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, Paris: Ed. de Boccard, 1938.
- . *Saint Augustin et l'augustinisme*. Paris: Ed. du Seuil, 1957.
- PONTET, M., *L'exegèse de saint Augustin, prédicateur*, Théologie 7. Paris, 1946.
- PORTALITÉ, E., *Augustin (Saint): Dictionnaire de Théologie Catholique* T.I, 2. coll. 2268-2472. Paris, 1931.
- RONDET, HENRI. "Notes d'exegèse augustinienne. Le symbolisme de la croix": *Recherches de science religieuse* 39, 1951-1952, pp. 427-477.

CAPÍTULO I

A motivação da obra

1. Caríssimo filho Marcelino,¹ elaborei recentemente a teu pedido as obras sobre o batismo das crianças e a perfeição da santidade no homem. Parece que ninguém alcançou esta perfeição ou alcançará nesta vida, com exceção do único Mediador, o qual, imune de todo pecado, experimentou a fragilidade humana à semelhança da carne de pecado. Após teres lido os referidos tratados, tornaste a escrever-me confessando que te causou inquietação o que afirmei no segundo deles sobre a possibilidade de um ser humano viver sem pecado, se não lhe faltarem a vontade e o auxílio divino. Contudo, esta perfeição não a teve nem terá nenhum ser humano aqui no mundo, excetuando aquele no qual todos receberão a vida (1Cor 15,22).

Consideras estar ouvindo um absurdo ao dizer-te que algo seja possível sem que se apresente um exemplo de sua existência. No entanto, julgo eu, não duvidas nunca de ter acontecido que um camelo tenha passado pelo buraco de uma agulha, e, no entanto, Cristo afirmou que isso era possível para Deus (Mt 19,24-26). E lês, outrossim, que doze mil legiões de anjos poderiam lutar por Cristo, impedindo que sofresse a Paixão, e isto não se verificou (Mt 26,53). Está escrito também que Deus poderia exterminar simultaneamente todos os pagãos que ocupavam a terra prometida aos filhos de Israel (Dt 31,3), mas Deus não quis que isto acontecesse senão gradativamente (Jt 2,3). E poder-se-iam citar outros seiscentos casos que poderiam ou podem ocorrer, mas não podemos dizer que tenham acontecido.

Podemos assim concluir que não devemos negar a possibilidade de o homem viver sem pecado pelo fato de não existir ser humano algum em que isso tenha acontecido, a não ser aquele que não é somente homem, mas é também Deus por natureza.

CAPÍTULO II

A afirmação sobre uma possível vida sem pecado é mais tolerável que a negação da graça

2. Talvez me responderás que estes fatos mencionados, não acontecidos, mas que poderiam acontecer, seriam obras divinas. Mas o fato de o ser humano viver sem pecado pertence à esfera humana e é a ação mais excelente, visto que por ela se realiza a plena e perfeita santidade na sua máxima expressão. Portanto, é inacreditável que tenha existido ou possa existir alguém que tenha realizado esta ação, na hipótese de que o ser humano a possa realizar.

Mas debes ter em conta que esta obra, embora pertença ao homem realizá-la, é também uma dádiva divina; assim, não tenhas dúvida de que é uma obra divina. Neste sentido diz o Apóstolo: *Pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade* (Fl 2,13).

3. Consequentemente, não se afanaram em demasia para demonstrar, e deve-se estimulá-los a demonstrá-lo, os que afirmam a existência de um ser humano que viva ou viveu sem nenhum pecado, ainda que usando da liberdade. Pois, os testemunhos das Escrituras, como este: *Não chames a juízo o teu servo, porque nenhum vivente é justo na tua presença* (Sl 143,2) e outros, definiram que não se encontra nenhum ser humano sem pecado. Se alguém chegar a ensinar que o texto deve ser interpretado de outro modo do que indicam suas palavras e demonstrar que algum ou alguns viveram aqui sem pecado, todo aquele que não somente a ele se opuser, mas também não o felicitasse efusivamente, revelaria estar dominado por mesquinhos sentimentos de inveja.

Além disso, se não existe ou existiu ou existirá alguém que tenha alcançado tal grau de pureza, e é

o que penso, mas há alguém que defende e pensa que existe ou existiu ou existirá, segundo meu modo de entender, não cometeria um erro grave e, muito menos, pernicioso, ao se enganar com boa-fé. Mas o que assim pensa não se julgue perfeito, a não ser que deusas e evidentemente se considera dotado desta perfeição.

4. Mas é preciso resistir com decisão e veemência àqueles que consideram ser possível às forças humanas da vontade, sem o auxílio divino, ou viver na justiça ou nela progredir após tê-la alcançado. E quando são questionados sobre como presumem asseverar possibilidade sem a ajuda de Deus, calam-se e não ousam propalar esta afirmativa, porque percebem quão ímpia é e intolerável.

Mas dizem que a justiça não pode ser alcançada sem o auxílio divino no sentido de que Deus criou o homem com o livre-arbítrio da vontade e, mediante os preceitos, ensina-lhe como deve viver. Assim, Deus vem em sua ajuda, enquanto pelo ensinamento elimina a ignorância, a fim de o ser humano saber o que deve evitar em suas ações e o que deve desejar. Desse modo, mediante a liberdade, de que é dotado por natureza, adentrando o caminho indicado, venha a merecer a vida bem-aventurada e eterna pela sua vida santa e piedosa.

CAPÍTULO III

A graça é um dom do Espírito Santo

5. Nós, pelo contrário, asseveramos que a vontade humana é de tal modo ajudada por Deus para praticar a justiça, que, além de o homem ser criado com o dom da liberdade e apesar da doutrina que o orienta sobre o modo de viver, receba o Espírito Santo, que infunde em sua alma a complacência e o amor do Bem comunicável, que é Deus, mesmo agora quando ainda caminha pela fé, e não pela visão. Desse modo, com o penhor da graça recebido gratuitamente, anseie aderir ao Criador e anele vivamente aproximar-se da participação daquela Luz verdadeira, e, assim, proceda a felicidade daquele de quem recebeu o ser.

Se o caminho da verdade permanecer oculto, de nada vale a liberdade, a não ser para pecar. E quando começara se manifestar o que se deve fazer e para onde se dirige, não se age, não se abraça o bem, não se vive retamente, se com o bem não se deleita e não se o ama. Porém, para que venha a amá-lo, o amor de Deus se difunde em nosso coração não pelo livre-arbítrio que radica em nós, mas pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5).

CAPÍTULO IV

A doutrina da Lei é letra que mata

6. O ensinamento, pelo qual recebemos os preceitos ordenados a uma vida sóbria e reta, é letra que mata, se não se fizer presente o Espírito que dá a vida. Mas as palavras: *A letra mata, mas o Espírito comunica a vida* (2Cor 3,6) não se interpretam apenas considerando seu sentido literal, como algo escrito metaforicamente com um significado absurdo.² Não as entendamos como soam as letras, mas, tendo em conta outro significado, alimentemos o homem interior com inteligência espiritual. Pois, *o desejo da carne é morte, ao passo que o desejo do espírito é vida e paz* (Rm 8,6). A interpretação literal seria o mesmo que entender no sentido carnal o que está escrito no Cântico dos cânticos, o que não levaria ao fruto de um amor cheio de luz, mas a sentimentos de concupiscência libidinosa.

Portanto, as palavras do Apóstolo: *A letra mata, mas o Espírito comunica a vida* não devem ser

entendidas apenas no sentido literal, mas também e principalmente naquele outro expresso de um modo claro na sentença: *Eu não teria conhecido a concupiscência, se a Lei não tivesse dito: “Não cobiçarás”*. E um pouco depois diz: *Mas o pecado, aproveitando-se da situação, através do preceito gerou em mim toda espécie de concupiscência; pois, sem a Lei, os pecados são mortos* (Rm 7,7.11).³

Com efeito, não tem sentido figurado o que se deve entender literalmente, quando está escrito: “Não cobiçarás”. Mas é um preceito muito claro e salutar, e quem o cumprir estará isento de todo pecado. Pois o Apóstolo escolheu este preceito genérico, o qual abrange todos os outros, como se esta fosse a voz da Lei proibindo todo pecado, porque diz: “Não cobiçarás”. Nenhum pecado pode ser cometido a não ser por cobiça. Desse modo, a lei que assim ordena é boa e louvável.

Mas, quando não há intervenção do Espírito Santo, inspirando, em lugar da má cobiça, a boa cobiça, ou seja, a caridade que ele difunde em nosso coração, a mesma Lei, embora boa, aumenta o mau desejo pela proibição. Assim acontece à semelhança do ímpeto da água, que, se flui para um lado, torna-se mais impetuosa quando surge um obstáculo; vencido este, precipita-se com maior volume e impetuosidade pela vertente. Desse modo se torna mais agradável o que se cobiça pelo fato de ser proibido. E é isso que disfarça o pecado mediante o preceito e, por seu intermédio, mata quando sobrevém a transgressão, a qual não existe onde não há lei (Rm 4,15).

CAPÍTULO V

Exposição do assunto do livro

7. Se te aprouver, examinemos toda a passagem da carta apostólica e investiguemo-la à medida que o Senhor nos ajudar. Se puder, quero demonstrar que as palavras do Apóstolo: *A letra mata, mas o Espírito comunica a vida* não se revestem de sentido figurativo, embora se possa admiti-lo sem nenhuma impropriedade, mas se referem claramente à Lei que proíbe o mal. Após tê-lo demonstrado, perceber-se-á claramente que o viver na justiça é um dom divino, não porque Deus tenha dotado o ser humano com o dom da liberdade, sem o qual se vive nem justa nem injustamente, nem somente porque deu uma Lei mediante a qual ensina como se deve viver. É um dom de Deus porque, pelo Espírito Santo, difundiu o amor no coração daqueles que conheceu de antemão para predestiná-los, chamou para justificá-los, justificou-os para glorificá-los (Rm 8,29-30).

Quando isso ficar demonstrado, perceberás, assim penso, que em vão se afirma, quando não se apresentam exemplos, a respeito de fatos possíveis, que são obras divinas, como é o caso mencionado de um camelo passar pelo buraco de uma agulha e outros que para nós são impossíveis, mas são possíveis para Deus. Portanto, entre essas coisas não se deveria incluir a justiça humana, a qual diz respeito não à ação de Deus, mas à dos homens. Se a perfeição na justiça humana for possível nesta vida, não há motivo algum para crer que não exista sem algum exemplo.

Mas ficará esclarecido que isto se afirma em vão, quando se evidenciar que a própria justiça humana deve ser atribuída à ação de Deus, embora não se prescindida vontade humana. Por isso, não podemos negar que a perfeição da justiça não seja possível mesmo nesta vida, porque tudo é possível para Deus (Mc 10,27), tanto o que faz por sua vontade, como o que estabeleceu que poderia realizar por si com a cooperação das vontades humanas. Desse modo, tudo o que não se realiza entre estas coisas possíveis fica sem uma amostra entre as obras realizadas. Mas há em Deus e no seu poder uma causa pela qual é possível a realização e na sua sabedoria uma causa pela qual não foi

realizada. Embora esta causa seja desconhecida pelos homens, o homem não se esqueça de que é homem e, por isso, não atribua a Deus a ignorância pelo fato de a inteligência humana não ser plenamente capaz de compreendê-la.

8. Considera que o Apóstolo, explicando e clarificando para os romanos o que escreveu aos coríntios: *A letra mata, mas o Espírito comunica a vida*, deu a entender que o sentido das palavras deve ser conforme afirmamos acima. Pois, a letra da Lei, que ensina a evitar o pecado, mata, se faltar o Espírito vivificador. Ela mais contribui para o ato de pecar do que como precaução, e, por isso, provoca mais o crescimento no pecado do que a diminuição, porque à má cobiça acrescenta a transgressão da Lei.⁴

CAPÍTULO VI

A Lei e o pecado

9. A intenção do Apóstolo foi ressaltar a graça que veio por Jesus Cristo perante as demais nações. Depois de dizer que o pecado e a morte contaminaram todo o gênero humano por meio de um só homem e que a justiça e a vida eterna vieram por um só homem, sendo aquele Adão e insinuando ser este Jesus Cristo, afirma: *Ora, a Lei interveio para que avultassem as faltas; mas onde avultou o pecado, a graça superabundou, para que, como inspirou o pecado na morte, assim também imperasse a graça, por meio da justiça, para a vida eterna, graças a Jesus Cristo, nosso Senhor.*

Em seguida, como que argumentando contra si mesmo, diz: *Que diremos, então? Que devemos permanecer no pecado a fim de que a graça atinja sua plenitude? De modo algum!* Percebeu que poderia ser mal interpretado pelos perversos porque dissera: *A Lei interveio para que avultassem as faltas; mas onde avultou o pecado, a graça superabundou.* Como se tivesse afirmado a utilidade do pecado devido à superabundância da graça. Eliminando esta possível objeção, respondeu: *De modo algum!*, e acrescentou: *Nós que morremos para o pecado, como haveríamos de viver ainda nele?* Ou seja, como foi fruto da graça que morrêssemos para o pecado, que outra coisa faríamos, se nele permanecêssemos, senão mostrar-nos ingratos à graça?

Aquele que elogia o poder curativo de um remédio não está afirmando que são úteis as doenças e os ferimentos, dos quais o remédio cura o ser humano. Mas quanto maiores são os elogios ao remédio, tanto mais se execram e se temem os ferimentos e as doenças dos quais liberta aquele que é elogiado. Do mesmo modo, o louvor e a exaltação da graça representam execração e condenação dos delitos. Pois foi preciso mostrar ao homem a hediondez de sua doença, visto que contra sua iniquidade não foi útil o bom e santo preceito, o qual contribuiu para aumentar a iniquidade em vez de diminuí-la. Assim, a Lei interveio para que avultassem as faltas, a fim de que, deste modo convencido e confundido, o homem percebesse a necessidade não apenas de um mestre, mas de Deus que o ajude, pelo qual seus passos sejam dirigidos para evitar o domínio da iniquidade sobre ele e se curasse procurando a ajuda divina. Assim, onde abundou o delito, a graça superabundou não pelos merecimentos do pecador, mas pela ajuda de quem o socorre.

10. À continuação, o Apóstolo apresenta o mesmo remédio revelado misticamente na paixão e ressurreição de Cristo, ao dizer: *Ou não sabeis que todos os que fomos batizados em Cristo Jesus é na sua morte que fomos batizados? Pois pelo batismo nós fomos sepultados com ele na morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova. Porque se nos tornamos uma coisa só com ele por morte semelhante à sua, seremos uma coisa só com ele também por ressurreição semelhante à sua, sabendo que nosso velho homem*

foi crucificado com ele para que fosse destruído este corpo de pecado, e assim não sirvamos mais ao pecado. Com efeito, quem morreu, ficou livre do pecado. Mas, se morremos com Cristo, temos fé de que também viveremos com ele, sabendo que Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos não morre mais, a morte não tem mais domínio sobre ele. Porque, morrendo, ele morreu para o pecado uma vez por todas; vivendo, ele vive para Deus. Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado e vivos para Deus em Cristo Jesus (Rm 5,20-21; 6,1-11).

Com efeito, com toda a clareza aparecem figurados no mistério da morte e ressurreição de Cristo o fim da vida antiga e o começo da nova, assim como se manifestaram a abolição da iniquidade e a renovação da justiça. Portanto, de onde proveio ao homem tão grande benefício revelado pela letra da Lei senão pela fé de Jesus Cristo?

CAPÍTULO VII

A fonte e luz das boas obras

11. Esta última consideração mantém em guarda os filhos dos homens, que confiam na proteção das asas de Deus, e se inebriem com a abundância de sua casa e se dessedentem na torrente de suas delícias. Pois, nele está a fonte da vida e na sua luz veremos a Luz, e ele estende sua misericórdia sobre os que o conhecem e sua justiça sobre os retos de coração. E ele estende sua misericórdia não porque o conhecem, mas para que o conheçam. E ele estende sobre eles sua justiça, com a qual justifica o ímpio, não porque são retos de coração, mas para que sejam retos de coração (Rm 4,5).

Esta consideração não provoca a soberba, vício que desabrocha quando alguém confia demasiado em si mesmo e se arvora em independente em sua vida. A soberba causa seu afastamento da fonte da vida, em cujas águas se vive a justiça, ou seja, a vida santa, e também da Luz imutável, a cuja aproximação a alma racional se acende de certo modo e faz com que seja ela mesma uma luz criada e finita. Assim era João, *facho que arde e ilumina*, o qual reconhecia de onde procedia sua luz. Ele diz: *De sua plenitude todos nós recebemos*. De quem, a não ser daquele perante o qual João não era luz? Pois, ele era *aluz verdadeira que, vindo ao mundo, ilumina todo homem*(Jo 1,16.9).

Por isso, depois de o salmista dizer: *Conserva a tua graça aos que te adoram, e a tua equidade aos que têm o coração reto*, acrescenta: *Não venha sobre mim o pé do soberbo, e a mão do pecador não me comova. Eis que caíram os que cometem a iniquidade: foram derrubados e não se puderam levantar mais* (Sl 36,11-12). Com efeito, esta impiedade, que leva alguém a atribuir a si o que é de Deus, precipita-o em suas trevas, ou seja, nas obras da iniquidade. Pois estas obras, ele as faz e é capaz por si mesmo de as fazer. Não faz, porém, as obras da justiça, a não ser aproximando-se da fonte e da luz, na qual não existe indigência de vida e na qual não há mudança nem sombra de variação (Tg 1,17).

12. O apóstolo Paulo, que antes se chamava Saulo, escolheu este nome não por outra razão, pelo que parece, senão para se mostrar pequeno, o mínimo dos apóstolos. Manteve uma árdua e constante luta contra os soberbos e arrogantes, que presumiam de suas obras, defendendo esta graça de Deus. Esta graça revelou-se nele de modo evidente e manifesto, pois, tendo-se esforçado ao máximo na perseguição à Igreja, foi digno do maior suplício e, no entanto, recebeu a misericórdia em lugar da condenação e, em lugar do castigo, alcançou a graça. Por ela combate sem se preocupar com a inveja dos que não tinham a capacidade de compreender assunto tão profundo e misterioso, e dos que distorciam o sentido de suas palavras adequadas. Prega sem tréguas o dom de Deus pelo qual unicamente se salvam os filhos da promessa, os filhos do favor divino, os filhos da graça e da

misericórdia, os filhos do Novo Testamento.

Antes de mais nada, todas as suas saudações são assim expressas: *A graça e a paz a vós, da parte de Deus nosso Pai e Senhor e do Senhor Jesus Cristo (Início das cartas)*. Depois, escrevendo aos romanos, ocupa-se quase que só desta questão com tanta obstinação e tantas vezes, que chega ao ponto de cansar o ânimo do leitor, mas com um cansaço útil e salutar a ponto de fortalecer antes que abater os membros do homem interior.

CAPÍTULO VIII

O cumprimento da letra do preceito não justifica

13. Daí vem o que acima recordei. Aí está a razão por que o Apóstolo acusa os judeus e diz ser judeu, mas não cumpre o que professa, afirmando: *Ora, se tu te denominas judeu e descansas na Lei e te glorias em Deus, tu que conheces sua vontade e que, instruído pela Lei, sabes discernir o que é melhor, que estás convencido de ser o guia dos cegos, a luz dos que andam nas trevas, educador dos ignorantes e mestre dos que não sabem, possuindo na Lei a expressão da ciência e da verdade..., ora tu que ensinas aos outros não ensinas a ti mesmo! pregas que não se deve furtar, e furtas: proíbes o adultério, e cometes adultério! abominas os ídolos, e despojas seus templos! Tu que te glorias na Lei desonras a Deus pela transgressão da Lei, pois, como está escrito: por vossa causa “o nome de Deus é blasfemado entre os gentios”. Se, portanto, o incircunciso guardar os preceitos da Lei, porventura a sua incircuncisão não será considerada circuncisão? E o fisicamente incircunciso, cumpridor da Lei, julgará a ti que, apesar da letra e da circuncisão, és transgressor da Lei. Pois o verdadeiro judeu não é aquele que como tal aparece externamente, nem é verdadeira circuncisão a que é visível na carne; mas é judeu aquele que o é no interior a verdadeira circuncisão é a do coração, segundo o espírito, e não segundo a letra: aí está quem recebe louvor não dos homens, mas de Deus* (Rm 2,17-29). Manifestou nesta passagem em que sentido disse: *E te glorias em Deus*.

Com efeito, se o tal judeu se gloriasse deveras em Deus e como o exige a graça, a qual é concedida não em atenção aos merecimentos das obras, mas gratuitamente por Deus, sua glória procederia de Deus, não dos homens. Mas de tal modo se gloriavam em Deus, como se somente eles merecessem receber sua Lei, conforme a palavra do salmo que diz: *Não fez assim a qualquer outra nação, e não lhes manifestou os seus preceitos* (Sl 147,20). Mas julgavam que cumpriam esta Lei com sua justiça, quando eram mais seus transgressores. Mas a Lei produzia a ira (Rm 4,15) ao colmar o pecado, o qual praticavam sem poder alegar nenhuma ignorância. Pois todos os que praticavam o preceituado na Lei praticavam-no não sendo auxiliados pelo Espírito Santo, por temor ao castigo, e não por amor à justiça. Assim, perante Deus não existia na vontade o que perante os homens aparecia nas obras, e por isso eram considerados réus, porque Deus sabia que cometiam o mal e, se fosse possível, impunemente.

O Apóstolo denomina circuncisão do coração a vontade livre de toda concupiscência ilícita, o que não se consegue pela letra, que ensina e ameaça, mas pelo espírito, que ajuda e cura. Assim, o louvor aos que deste modo se comportam procede não dos homens, mas de Deus, que por sua graça lhes outorga o merecerem o louvor. Dele está escrito: *No Senhor se gloriará minha alma* (Sl 34,3) e sobre ele afirma o salmista: *De ti procede o meu louvor* (Sl 22,26). Não são como aqueles que pretendem louvar a Deus porque são homens e louvar a si mesmos porque são justos.

14. Mas dizem os pelagianos: “Louvamos a Deus, autorde nossa justificação, reconhecendo que ele

nos deu a lei, sob cuja visão sabemos como viver”. Não prestam atenção no que leem: *Porque diante dele nenhum homem será justificado pelas obras da Lei* (Rm 2,20). Pode-se dar esta justificação diante dos homens, não, porém, diante de Deus, que esquadrinha os corações e a vontade mais oculta, na qual ele vê o que gostaria, se fosse lícito, aquele que teme a Lei, embora pratique outra coisa.

E, evitando que houvesse uma interpretação distorcida afirmando-se que o Apóstolo se referia nessa sentença àquela lei que nos sacramentos antigos compreendia em figura muitos preceitos, entre os quais a circuncisão da carne que as crianças deviam receber no oitavo dia após o nascimento (Lv 12,3), acrescenta na continuação a que lei se referia e disse: *Pois pela Lei vem o conhecimento do pecado* (Rm 20,22). Portanto, trata-se daquela Lei da qual disse depois: *Pois não conhecia a concupiscência senão através da Lei*. Não conheceria a concupiscência, se a Lei não dissesse: *Não cobiçarás* (Rm 7,7). Que outra coisa significa: *Pela Lei vem só o conhecimento do pecado?*

CAPÍTULO IX

A justiça de Deus é fruto da graça

15. No tocante a este ponto, talvez a presunção humana, ignorando a justiça de Deus e pretendendo estabelecer a sua própria, venha a argumentar que o Apóstolo afirmou com razão: *Porque pela Lei ninguém se justificará*, já que a Lei revela apenas o que fazer e o que evitar, de modo que a vontade cumpra o que a Lei mostra, e assim o homem se justifique não pelo que manda a Lei, mas pelo uso da liberdade.

Mas, ó homem, escuta o que vem a seguir: *Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos profetas* (Rm 3,21). Acaso os próprios surdos não ouvem estas palavras? O Apóstolo diz: *Manifestou-se a justiça de Deus*. Ignoram esta justiça os que pretendem estabelecer a sua própria e querem sujeitar-se a Deus (Rm 10,3). O Apóstolo disse: *Manifestou-se a justiça de Deus*, e não: a justiça humana ou a justiça da vontade própria; *justiça de Deus*, não aquela pela qual Deus é justo, mas aquela com a qual reveste o homem, quando justifica o ímpio.

Tudo isto é testemunhado pela Lei e pelos profetas: dão-lhe testemunho a Lei e os profetas. A Lei, certamente, pois pelo fato de ordenar, ameaçar e a ninguém justificar, mostra claramente que o homem é justificado pelo dom de Deus mediante a ajuda do Espírito. Os profetas, também, porque o que vaticinaram realizou-se com a vinda de Cristo.

Por isso o Apóstolo prossegue e acrescenta: *Justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo* (Rm 3,22), ou seja, pela fé com a qual se crê em Cristo. Assim como por esta fé de Cristo não se entende a fé com a qual Cristo crê, assim a justiça de Deus não é aquela pela qual Deus é justo. A justiça e a fé são nossas, mas se diz serem de Deus e de Cristo porque nos são concedidas por eles em sua liberalidade. Portanto, a justiça de Deus, embora seja concessão sem a Lei, não se manifestou sem a Lei. Pois, como poderia ser testemunhada pela Lei, se se manifestasse sem a Lei? Mas a justiça de Deus é concessão independentemente da Lei, porque ele a confere ao crente mediante o Espírito da graça sem a ajuda da Lei, ou seja, sem ser auxiliada pela Lei. É certo que Deus algumas vezes mostra ao homem a sua enfermidade por meio da Lei, a fim de que se cure recorrendo pela fé à sua misericórdia.

Por isso, acerca da sabedoria divina, está escrito que *leva na língua a lei e a misericórdia* (Pr 3,16 segundo a LXX). A lei, pela qual torna réus os soberbos; a misericórdia, pela qual justifica os que se humilham. *Justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo em favor de todos os que*

creem — pois não há diferença, visto que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus (Rm 3,22-23), e não da sua própria. Pois, que é que possuem que não tenham recebido? Se receberam, por que haveriam de se ensoberbecer como se não tivessem recebido? (1Cor 4,7) Encontram-se, portanto, privados da glória de Deus.

E escuta o que vem em seguida: *E são justificados gratuitamente por sua graça* (Rm 3,24). Não são justificados pela Lei ou pela sua vontade própria; mas *justificados gratuitamente por sua graça*. O que não quer dizer que a justificação não seja fruto da nossa vontade, mas que a nossa vontade se revela enferma pela Lei, para que a graça cure a vontade e a vontade curada cumpra a Lei, não oprimida pela Lei nem necessitada da Lei.

CAPÍTULO X

A Lei não é destinada ao justo

16. *Sabemos que a Lei é boa, conquanto seja usada segundo as regras, sabendo que ela não é destinada ao justo.* O Apóstolo, unindo estas duas coisas, adverte e estimula o leitor a investigar e resolver a questão. Como dizer que *a Lei é boa, conquanto seja usada* segundo as regras, se também é verdade o que segue: *Sabendo que ela não é destinada ao justo?* (Tm 1,8-9) Pois quem usa a Lei segundo as regras senão o justo? Mas ela não é destinada ao justo, e sim o é ao injusto. E o injusto, para alcançar a justificação, ou seja, para se tornar justo, deve usá-la segundo as regras e por ela, como que por um guia, ser conduzido à graça, cuja eficácia é a única que o pode levar a cumprir o que a Lei ordena? Com efeito, por meio da graça é justificado gratuitamente, ou seja, sem nenhum mérito precedente de suas obras, pois, *do contrário, a graça não é mais graça* (Rm 11,6). Por isso, quando é outorgada, não o é em vista das boas obras que fizemos, mas para que possamos cumprir a Lei.

O próprio Cristo disse: *Não vim revogá-los* (a Lei e os Profetas), *mas dar-lhes pleno cumprimento* (Mt 5,17). E de Cristo está escrito: *E nós vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade* (Jo 1,11). Esta é a glória da qual se afirmou: *Todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus*. Portanto, o injusto usa a lei segundo as regras para se tornar justo e, uma vez justificado, já dela não se utiliza como de um veículo, ou antes, valendo-me da metáfora usada pelo Apóstolo, como de um guia, pelo qual foi instruído.

Mas, em que sentido a Lei não é destinada ao justo, se ela é também necessária para o justo, não para ser conduzido, como o injusto, à graça que justifica, mas da qual se utilize, como justo, segundo as regras? Acaso talvez, ou melhor, não talvez, mas certamente e segundo as regras, o já justo não se utiliza da Lei, quando a ela incentiva os injustos despertando-os ao temor, a fim de que, quando a moléstia da concupiscência avançada crescer com o incentivo da proibição e o aumento da prevaricação, venham pela fé refugiar-se na graça que justifica, e, encantados com a delícia da justiça pelo dom do Espírito Santo, fujam do castigo da letra que ameaça?

Portanto, as duas coisas afirmadas pelo Apóstolo não devem ser consideradas contrárias nem se opõem uma a outra, e assim, o justo se utilize da Lei segundo as regras, sem que a Lei seja destinada ao justo. Pois ele não foi por ela justificado, mas pela lei da fé, pela qual acreditou que de forma alguma seria possível à sua fragilidade cumprir o que preceitua a lei das obras, se não lhe viesse em auxílio a graça divina.

17. Por isso diz o Apóstolo: *Onde está, então, o motivo da glória? Fica excluído. Em força de que lei? A das obras? De modo algum; mas em força da lei da fé* (Rm 3,27). Esta glorificação pode ser

entendida como a que é louvável, pois é no Senhor, a qual fica excluída não porque seja rechaçada, mas para sobressair mais sublime. Daí o fato de alguns artistas em prata serem chamados “exclusores” (acrisoladores). Daí também o que se lê nos salmos: *Prostrem-se como lingotes de prata* (como tributo) (Sl 68,31), ou seja, para que sobressaíam os que foram provados pela palavra do Senhor. E em outro lugar está escrito: *As palavras do Senhor são palavras sinceras, são prata acrisolada* (Sl 12,7).

Mas, talvez, o Apóstolo quisesse se referir à glorificação pecaminosa, que procede da soberba, daqueles que a si mesmos parece viverem na justiça e se gloriam, como se não tivessem recebido. Esta glorificação é a que, conforme o Apóstolo, fica excluída, isto é, rechaçada e reprovada não pela lei das obras, mas pela da fé. Pois, pela lei da fé cada um percebe que, se vive na justiça, deve-o à graça e deve atribuir a ela somente o poder conseguir o aperfeiçoamento no amor.

CAPÍTULO XI

A piedade é a verdadeira sabedoria

18. Esta consideração é a que torna piedoso o homem, porque a piedade é a verdadeira sabedoria. Refiro-me à piedade que os gregos denominam *theosebeian*, a qual foi recomendada pelas palavras dirigidas ao homem e que se leem no livro de Jó: *Eis, o temor do Senhor é a (verdadeira) sabedoria* (Jó 28,28). Pois, se traduzíssemos o termo *theosebeian* para o vernáculo a partir do latim de acordo com a sua origem, poder-se-ia dizer “culto a Deus”, o qual consiste principalmente em que a alma não lhe seja ingrata. Por isso, no verdadeiro e singular sacrifício, somos exortados a dar graças ao Senhor nosso Deus.

A alma ser-lhe-ia ingrata, se o que vem dele atribuisse a si mesma, principalmente a justiça, de cujas obras se orgulhasse como se fossem próprias e como realizadas por si mesma em seu próprio favor. Avultaria a ingratidão, se o orgulho se manifestasse não de maneira vulgar, como fazem os que se jactam das riquezas ou da elegância corporal ou da eloquência ou das outras qualidades tanto interiores como exteriores, seja do corpo, seja da alma, as quais os malvados também costumam possuir, mas também daqueles que são os bens dos bens e de um modo não vulgar, mas próprio dos que se consideram sábios. Devido a este pecado, o do orgulho, até ilustres varões bandearam-se para a desonra da idolatria, rechaçados da solidez da natureza divina.

Por esta razão, o mesmo Apóstolo e na mesma carta, na qual se mostra defensor acérrimo da graça, depois de se confessar devedor a gregos e bárbaros, a sábios e ignorantes, e, portanto, pelo que lhe exigir sua missão, e depois de dizer que estava disposto a evangelizar os que se encontravam em Roma, afirma: *Na verdade, eu não me envergonho do Evangelho: ele é a força de Deus para a salvação de todo aquele que crê, em primeiro lugar do judeu, mas também do grego. Porque nele a justiça de Deusse revela da fé para a fé, conforme está escrito: “O justo viverá da fé”* (Rm 1,14-17).

Esta é a justiça de Deus que, oculta no Antigo Testamento, manifesta-se no Novo. Chama-se justiça de Deus porque sua concessão torna justos os homens, assim como o que está escrito: *Do Senhor vem a salvação*, indica que é a salvação com a qual ele salva. Esta é a fé pela qual e na qual se revela a justiça, isto é, a fé dos que pregam a palavra para despertar à fé os que obedecem. Pela fé de Jesus Cristo, isto é, pela fé que nos conferiu Cristo, cremos que nos vem de Deus o poder viver na justiça e vivê-la com mais perfeição no futuro. Por tudo isso damos-lhe graças com a piedade devida somente a Deus.

CAPÍTULO XII

O conhecimento de Deus pelas criaturas e pela Lei não justifica o homem

19. Não sem razão, depois dos versículos acima mencionados, o Apóstolo volta-se contra os que por sua conduta devem ser lembrados com abominação. São os que caíram nas imagens dos ídolos como que sobre rochas, por se terem tornado frívolos e enfatuados devido ao pecado antes citado e terem permanecido como que suspensos sobre o vazio, onde não encontraram apoio seguro e onde vieram a despencar totalmente espatifados. Por isso, depois de exaltar a piedade da fé, que nos deve levar a ser gratos a Deus uma vez justificados, como que acrescenta o contrário que devemos abominar, diz o Apóstolo: *Manifesta-se, com efeito, a ira de Deus, do alto do céu, contra toda impiedade e injustiça dos homens que mantêm a verdade prisioneira da injustiça. Porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou. Sua realidade invisível — seu eterno poder e sua divindade — tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas, de sorte que não têm desculpa. Pois, tendo conhecido a Deus, não o honraram como Deus nem lhe renderam graças; pelo contrário, eles se perderam em vão arrazoados e seu coração insensato ficou nas trevas. Jactando-se de possuir a sabedoria, tornaram-se néscios e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens do homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis (Rm 1,18-23).*

Percebe como não diz serem eles ignorantes da verdade, mas que a retiveram na iniquidade. E porque podia acudir ao espírito a pergunta como chega a eles o conhecimento da verdade, não tendo recebido de Deus uma lei, o Apóstolo não ocultou a razão, ou seja, afirmou que puderam chegar ao conhecimento das coisas invisíveis do Criador por meio das visíveis da criatura. Com efeito, como grandes inteligências persistiram na busca da verdade, eles também puderam encontrá-la. Onde está, pois, a impiedade? Porque, tendo conhecido a Deus, *não o honraram como Deus nem lhe renderam graças; pelo contrário, eles se perderam em vão arrazoados.*

A vaidade é propriamente uma enfermidade que contagia os que se enganam a si mesmos, pensando ser alguma coisa, não sendo nada (Gl 6,3). Finalmente, obscurecendo-se seus olhos com este tumor da soberba, de cuja pisada suplicava ver-se livre aquele piedoso cantor que disse: *Na tua luz vemos a luz* (Sl 36,10), apartaram-se da luz da verdade imutável e *seu coração insensato ficou nas trevas*. O seu coração não era sábio, embora tivessem conhecido a Deus, mas insensato, porque não o honraram como Deus e não lhe renderam graças. Pois, *disse ao homem: “Eis o temor do Senhor é a verdadeira sabedoria* (Jó 28,28). E, por isso, *jactando-se de possuir a sabedoria*, ouseja, atribuindo a si mesmos a sabedoria (é o que dá a entender), *tornaram-se néscios.*

20. O que vem em seguida não necessita de comentário. Devido a esta impiedade, aqueles homens, digo, aqueles homens que chegaram a conhecer o Criador por meio da criatura onde caíram, pois Deus resiste aos soberbos (Tg 4,6), e onde submergiram, a sequência da mesma carta nos ensina melhor do que poderíamos fazer com nossas palavras. Pois não foi minha intenção comentar esta carta nesta obra, mas nos empenhamos principalmente em demonstrar com seu testemunho, à medida que pudermos, que o auxílio divino para agirmos segundo a justiça não consistiu em que Deus nos tenha dado a Lei com seus bons e santos preceitos. Mas consiste em que a nossa vontade, sem a qual não podemos praticar o bem, seja ajudada e elevada pelo Espírito difundido da graça, sem cujo socorro a doutrina da Lei é letra que mata, porque, em vez de justificar os ímpios, mantém oprimidos os réus da prevaricação. Pois, assim como o conhecimento do Criador, que lhes adveio por meio da criatura, não lhes trouxe proveito, pois, *tendo conhecido a Deus, não o honraram como Deus nem*

lhes renderam graças..., jactando-se de sua sabedoria, assim aqueles que sabem pela Lei como o homem deve viver, não são justificados pelo seu conhecimento, porque, desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à justiça de Deus (Rm 10,3).

CAPÍTULO XIII

A lei das obras e a lei da fé

21. Portanto, se somos capazes de tratar este assunto e discerni-lo, é preciso averiguar a diferença entre a Lei das obras, pela qual não se exclui a glorificação, e a Lei da fé, pela qual é excluída. Pois, não faltará quem diga que a Lei das obras existia no judaísmo, mas a lei da fé refere-se ao cristianismo. Isso porque a circuncisão e outras práticas são obras da lei não mais em vigor na disciplina cristã. Mas há tempo que nos esforçamos por mostrar o erro desta diferença e creio que para inteligências mais esclarecidas e principalmente para ti já está demonstrado. Contudo, como se trata de assunto importante, não será inoportuno determo-nos em testemunhos repetidos, esclarecendo a outros muitos.

O Apóstolo denomina Lei aquela que a ninguém justifica e que interveio para avultar as faltas (Rm 5,20). Evitando que algum menos preparado lhe objetasse e o acusasse de sacrilégio, defende-a dizendo: *Que diremos, então? Que a Lei é pecado? De modo algum! Entretanto, eu não conheci o pecado senão através da Lei, pois eu não teria conhecido a concupiscência, se a Lei não tivesse dito: “Não cobiçarás!”.* Mas o pecado, aproveitando a ocasião, através do preceito gerou em mim toda a espécie de concupiscência. Diz também: *De modo que a Lei é santa, e santo, justo e bom é o preceito. Portanto, uma coisa boa se transformou em morte para mim (Rm 7,7-13).*

Portanto, a letra que mata é a que diz: *Não cobiçarás*. Sobre ela o Apóstolo afirma o que mencionei um pouco antes: *Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo, em favor de todos os que creem — pois não há diferença, posto que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus — e são justificados gratuitamente pela sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria manifestar a sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora, no tempo de outrora, no tempo da paciência de Deus; ele queria manifestar a sua justiça no tempo presente para mostrar-se justo e para justificar aquele que é pela fé em Jesus.* Em seguida acrescenta o ponto de que estamos tratando: *Onde está, então, o motivo da glória? Fica excluído. Em força de que lei? A das obras? De modo algum, mas em força da lei da fé (Rm 3,20-27).* Portanto, esta lei das obras é que diz: *Não cobiçarás*, porque mediante ela há o conhecimento do pecado.

Gostaria de saber, se alguém se atreve a dizer-me, se a lei da fé também diz: *Não cobiçarás*. Se não diz, por que razão ainda pecamos, apesar de estarmos vivendo sob ela seguros e impunes? Alguns julgaram que este era o pensamento do Apóstolo, a respeito dos quais diz: *E por que — como aliás alguns afirmam caluniosamente que nós ensinamos — não haveríamos nós de fazer o mal para que venha o bem? Dessas tais a condenação é justa (Rm 3,8).*

Se a lei da fé diz também: *Não cobiçarás*, como muitos preceitos evangélicos e apostólicos atestam e proclamam, por que não denominá-la também lei das obras? Não será pelo fato de não contar com obras dos sacramentos antigos, como foram a circuncisão e outros, que a lei da fé não as têm em seus sacramentos, adequados que são ao tempo atual. Ou então o Apóstolo tinha em vista as

obras daqueles sacramentos quando fazia menção da lei, afirmando que por ela vem o conhecimento do pecado e, portanto, por ela ninguém alcança a justificação, e, assim, por ela não ficou excluído o orgulho, mas, sim, pela lei da fé, da qual vive o justo. Mas, por meio da lei da fé não se verifica o conhecimento do pecado, visto que também prescreve: *Não cobiçarás?*

22. Exporei brevemente o que importa a respeito do assunto. O que a lei das obras ordena ameaçando, a lei da fé o faz crendo. Aquela prescreve: *Não cobiçarás* (Ex 20,17), esta diz: *Como eu sabia que não podia obter a sabedoria, se Deus não me desse, e isto já era um efeito da sabedoria, o saber de quem vinha este dom, dirigi-me ao Senhor, e fiz-lhe a minha súplica* (Sb 8,21). E esta é a sabedoria denominada piedade, com a qual se honra o Pai das Luzes que outorga todo dom precioso e toda dádiva perfeita (Tg 1,17). É honrado com o sacrifício de louvor e de ação de graças, a fim de que aquele que o cultua se glorie nele, e não em si mesmo (2Cor 10,17).

Assim, pela lei das obras, Deus diz: *Faze o que mando*, e pela lei da fé se diz a Deus: *Concede o que mandas*. Portanto, a Lei ordena para advertir o que a fé deve praticar, ou seja, o que recebe o preceito saiba o que deve pedir, se ainda não pode cumpri-lo. Porém, se o pode cumprir com constância e o faz com submissão, também deve ter consciência da ajuda que o torna capaz. *Não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que vem de Deus* — diz o mesmo Apóstolo, infatigável pregador da graça —, *a fim de que conheçamos os dons da graça de Deus* (1Cor 2,12).

E qual é o espírito deste mundo senão o espírito de soberba? Este espírito obscureceu o coração insensato daqueles que não deram glória ao Deus conhecido dando-lhe graças. São enganados pelo mesmo espírito os que, ignorando a justiça de Deus e desejando estabelecer a própria, não se sujeitam à justiça de Deus.

Posso assim concluir que é mais filho da fé o que sabe de quem há de esperar o que ainda não tem, do que aquele que atribui a si mesmo o que tem. É certo que a ambos é preferível o que tem e sabe de quem procede o que tem, contanto que não se considere ser o que ainda não é, para não cair no pecado daquele fariseu que, embora agradecesse a Deus o que tinha, contudo não pedia que lhe fosse concedido o que necessitava para crescer e se aperfeiçoar na justiça (Lc 18,11-12).

Após ter ponderado sobre este assunto de acordo com a possibilidade que Deus se digna conceder-nos, concluímos que o ser humano não alcança a justificação senão pela fé em Cristo, ou seja, não pela lei das obras, mas pela lei da fé, não pela letra, mas pelo Espírito, não pelos merecimentos das obras, mas pela graça gratuita.

CAPÍTULO XIV

O decálogo, sem a ajuda da graça, está incluído na letra que mata

23. O Apóstolo parece repreender e corrigir os que viviam sob a lei da circuncisão a ponto de incluir sob o nome de Lei a circuncisão e os demais ritos legais, que os cristãos não admitem, considerando-os como figuras do futuro, conservando, no entanto, o que por elas era prometido. Não obstante, quis dar a entender por Lei, que a ninguém justifica, não somente os sacramentos que implicavam figuras da promessa, mas também aquelas obras pelas quais se vive na justiça pela sua prática, incluindo o *Não cobiçarás*. Procurando esclarecer melhor esta afirmação, examinemos o próprio Decálogo.

É verdade que Moisés recebeu na montanha, para ser entregue ao povo, a Lei escrita em tábuas de pedra pelo dedo de Deus. Resumia-se nos dez mandamentos (Ex 31,18; Dt 9,10; Ex 20), nos quais nada há preceituado sobre a circuncisão, nada sobre as vítimas de animais, que agora não são imoladas pelos cristãos.

Portanto, entre os dez mandamentos, excetuando-se o descanso no sábado, quero que alguém me diga o que não deve ser observado pelo cristão, seja com relação ao que está ordenado acerca da fabricação e do culto aos ídolos e outros deuses além do único Deus verdadeiro, seja a respeito de não tomar o nome de Deus em vão, seja no tocante à honra devida aos pais, seja no atinente aos pecados contra a castidade, o respeito à vida e à propriedade alheia, sobre os falsos testemunhos, os adultérios e o desejo de possuir coisas de outrem. Quem dirá que o cristão não deve observar todos esses mandamentos? Porventura, o Apóstolo não denomina letra que mata a esta Lei escrita em duas tábuas de pedra, mas a reserva somente para a lei da circuncisão e dos outros sacramentos antigos já abolidos? Por que pensar assim, se na Lei está escrito: *Não cobiçarás, o qual mandato, ainda que santo, justo e bom, diz ele, me seduziu e se transformou em morte para mim (Rm 7,12-13). Que outra coisa significa: A letra mata?*

24. Na mesma passagem aos coríntios, onde diz: *A letra mata, mas o Espírito comunica a vida*, pela letra o Apóstolo quer dar a entender com mais evidência o próprio Decálogo escrito em duas tábuas. Assim se expressa: *Nossa carta sois vós, carta escrita em nossos corações, reconhecida e lida por todos os homens. Evidentemente, sois uma carta de Cristo, entregue ao nosso ministério, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de carne, nos corações! Tal é a certeza que temos, graças a Cristo, diante de Deus. Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos, mas é de Deus que vem a nossa capacidade. Foi ele quem nos tornou aptos para sermos ministros de uma Aliança Nova, não da letra, e sim do Espírito, pois a letra mata, mas o Espírito comunica a vida. Ora, se o ministério da morte, gravado em letras sobre a pedra, foi tão assinalado pela glória, que os israelitas não podiam fixar os olhos no semblante de Moisés, por causa do fulgor que nele havia — fulgor, aliás, passageiro —, como não será ainda mais glorioso o ministério do Espírito? Na verdade, se o ministério da condenação foi glorioso, muito mais glorioso será o ministério da justiça (2Cor 3,2-9).*

Pode-se dizer muita coisa sobre estas palavras, mas talvez seja mais oportuno deixar para mais adiante. Por agora basta que percebas a letra que o Apóstolo afirma ser causa de morte e qual, pelo contrário, a que comunica o Espírito vivificador. O ministério de morte é certamente gravado com letras de pedra e também o ministério da condenação, porque a Lei interveio para que avultassem as faltas. Mas os mandamentos são úteis e salutareis aos que os observam e não podem alcançar a vida eterna sem a sua prática.

Acaso se disse que o Decálogo é letra que mata devido ao único preceito nele estabelecido sobre o sábado, porque sua observância, segundo a letra, é própria do homem carnal e sentir segundo a carne significa a morte? (Rm 8,3). E os outros nove preceitos que, sendo observados fielmente como estão escritos, não se relacionam com a lei das obras, pela qual ninguém é justificado, mas, sim, com a lei da fé, da qual vive o justo? Quem defende o absurdo de dizer que o ministério da morte, gravado nas letras de pedra, não se refere a todos os dez mandamentos, mas apenas diz respeito ao sábado? A que preceitos se aplica o que está escrito: *A Lei produz a ira, ao passo que onde não há Lei, não há transgressão?* (Rm 4,15) E a sentença que tantas vezes mencionamos: *Da Lei vem o conhecimento do pecado?* (Rm 3,20) E aquela, principalmente, na qual se expressa com mais clareza de onde procede a prática do mal: *Eu não teria conhecido a concupiscência se a Lei não tivesse dito: “Não cobiçarás”?* (Rm 7,7)

25. Reflete sobre todas estas passagens e vê se há alguma que diga respeito somente à circuncisão ou ao sábado ou a qualquer sacramento figurativo, e se o Apóstolo não quis abranger todos os mandamentos ao dizer que a letra, que proíbe o pecado, não comunica a vida ao homem, mas, pelo

contrário, é causadora da morte, avultando a concupiscência e acrescentando o pecado às transgressões. E isto acontece, se não o liberta a graça pela lei da fé em Cristo Jesus, ao difundir-se a caridade em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado (Rm 5,5).

Depois de ter dito: *E assim poderemos servir em novidade de espírito e não na caducidade da letra*; que diremos, então? o Apóstolo diz: *Que a Lei é pecado? De modo algum! Entretanto, eu não conheci o pecado senão através da Lei, pois eu não teria conhecido a concupiscência se a Lei não tivesse dito: "Não cobiçarás". Mas o pecado, aproveitando da situação, através do preceito, gerou em mim toda espécie de concupiscência: pois sem a Lei, os pecados estão mortos.*

Outrora eu vivia sem Lei; mas, sobrevindo o preceito, o pecado reviveu e eu morri. Constatou-se assim que o preceito dado para a vida produziu a morte. Pois o pecado aproveitou a ocasião, e servindo-se do preceito me seduziu e por meio dele me matou.

De modo que a Lei é santa, e santo, justo e bom é o preceito. Portanto, uma coisa boa se transformou em morte para mim? De modo algum! Mas foi o pecado que, para se revelar pecado, produziu em mim a morte através do que é bom. Para que o pecado, através do preceito, aparecesse em toda sua virulência.

Sabemos que a Lei é espiritual, mas eu sou carnal, vendido como escravo ao pecado. Realmente não consigo entender o que faço; pois não pratico o que quero, mas faço o que detesto. Ora, se faço o que não quero, eu reconheço que a Lei é boa. Na realidade, não sou mais eu que pratico a ação, mas o pecado que habita em mim. Eu sei que o bem não mora em mim, isto é, na minha carne. Pois o querer o bem está ao meu alcance, não, porém, o praticá-lo. Com efeito, não faço o bem que eu quero, mas pratico o mal que não quero. Ora, se eu faço o que não quero, já não sou eu que ajo, e sim o pecado que habita em mim.

Constato, pois, esta lei: quando eu quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta. Eu me comprazo na lei de Deus segundo o homem interior; mas percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a Lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros.

Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus, por Jesus Cristo Senhor nosso.

Assim, pois, sou eu mesmo que pela razão sirvo à lei de Deus e pela carne à lei do pecado (Rm 7,6-25).

26. É evidente, portanto, que a caducidade da letra, se falta a novidade do Espírito, em vez de libertar do pecado, motiva o reato pelo conhecimento do pecado. Pelo qual está escrito em outro lugar: *O que aumenta sua ciência, também aumenta o seu trabalho* (Ecl 1,18). Não porque a lei seja um mal, mas porque encerra um mandamento bom na letra que o expressa, mas não no Espírito que ajuda. E o preceito, se é observado por temor da pena, e não por amor da justiça, não é observado com liberdade, mas com espírito de servidão, não é observado. Pois não é um bom fruto o que não procede da raiz da caridade.

Com efeito, se há inspiração pela fé que opera animada pela caridade (Gl 5,6), tem início o deleitar-se na lei de Deus segundo o homem interior. Este deleite é dom não da letra, mas do Espírito, embora persista nos membros outra lei que combate a lei da razão, até que, na novidade que dia a dia cresce no homem interior, deixe de existir toda caducidade, libertando-nos do corpo desta morte a graça de Deus por Jesus Cristo nosso Senhor.

CAPÍTULO XV

Revelação da graça no Novo Testamento

27. Esta graça, que se ocultava velada no Antigo Testamento, foi revelada no Evangelho de Cristo na sucessão ordenada nos tempos, com que Deus sabe dispor todas as coisas. Talvez tenha relação com este encobrimento da graça o fato que se deu com referência ao Decálogo entregue no monte Sinai, ou seja, o encobrimento sob um preceito figurativo, o referente ao sábado. O sábado é o dia da santificação. Não é sem motivo o fato de que, entre todas as obras realizadas por Deus na criação, somente se fala pela primeira vez da santificação quando descansou de todas elas (Gn 2,3). Mas não é este o momento de dissertar sobre este assunto.

Contudo, considerando ser suficiente ao tema que nos ocupa, direi apenas que não sem razão o povo judeu recebeu o preceito de se abster do trabalho servil, o qual significa o pecado. E porque não pecar é efeito da santificação, isto é, do dom de Deus pelo Espírito Santo. Na Lei, gravada em duas tábuas de pedra, somente este preceito, entre todos os outros, foi posto na sombra da figura, sob a qual os judeus guardam o sábado, como que significando que aquele foi o tempo em que devia permanecer oculta a graça, que seria revelada ao Novo Testamento pela paixão de Cristo, como que uma cisão do véu do templo (Mt 27,51). *É somente pela conversão ao Senhor que o véu cai* (2Cor 3,16).

CAPÍTULO XVI

O dedo de Deus é o Espírito Santo

28. *Pois o Senhor é Espírito, e, onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade* (2Cor 3,17). Este é o Espírito de Deus, cujo dom nos justifica, que nos leva a ter prazer em nos abstermos do pecado, no qual consiste a liberdade. E sem este Espírito agrada o pecar, o qual gera a escravidão, de cujas obras devemos nos abster. E este Espírito Santo, pelo qual se difunde em nosso coração a caridade, que é a plenitude da lei, é denominado também dedo de Deus no Evangelho (Lc 11,20).

Pois bem: considerando que as tábuas da Lei foram gravadas pelo dedo de Deus, e o dedo de Deus é o Espírito de Deus que nos santifica para que, vivendo da fé, façamos o bem por amor, a quem não chama a atenção esta coincidência nas afirmações dos mesmos escritos? Pois são transcorridos cinquenta dias depois da celebração da Páscoa, que Moisés ordenou realizar pela imolação do cordeiro figurativo (Ex 3,12), o qual representava a futura paixão do Senhor, até o dia em que recebeu a Lei em tábuas gravadas pelo dedo de Deus. E passados cinquenta dias da morte e ressurreição daquele que como ovelha foi levado para ser imolado (Is 53,7), o dedo de Deus, ou seja, o Espírito Santo desceu sobre os fiéis reunidos no mesmo lugar (At 2,2-4).

CAPÍTULO XVII

Comparação entre a Lei Antiga e a da Nova Aliança

29. Nesta admirável coincidência de datas há, porém, uma grande diferença. No Sinai, o povo atemorizado é proibido de se aproximar do lugar da entrega da Lei; no Pentecostes, o Espírito Santo desceu sobre aqueles que se tinham reunido esperando o cumprimento da promessa de sua vinda. No Sinai, o dedo de Deus agiu em tábuas de pedra; no Pentecostes, no coração das pessoas. No Sinai, a Lei foi dada exteriormente para que os infiéis se atemorizassem; no Pentecostes foi dada

interiormente, infundindo a justificação.

De fato, conforme diz o Apóstolo, os preceitos: “Não cometerás adultério”, “Não matarás”, “Não cobiçarás”, escritos nas tábuas de pedra, se resumem nesta sentença: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é a plenitude da Lei (Rm 13,9-10). Portanto, a lei de Deus é a caridade. O desejo da carne não se submete à lei de Deus, nem o pode (Rm 8,7), mas como nas tábuas da Lei são gravadas as obras da caridade para encher de terror o desejo da carne, a lei é a das obras e letra que mata o transgressor. Quando, porém, a caridade se difunde no coração dos crentes, a lei é a da fé e Espírito que comunica a vida ao que ama.

30. *Adverte agora como esta distinção concorda com as palavras apostólicas que um pouco antes mencionei discorrendo sobre outro assunto e que diferi para serem comentadas com mais profundidade. Evidentemente, sois uma carta de Cristo, entregue ao nosso ministério, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações (2Cor 3,3).*⁵

O Apóstolo demonstrou com esta sentença que a Lei antiga foi escrita fora do homem, para atemorizá-lo exteriormente, e a nova foi gravada no próprio homem para justificá-lo interiormente. Afirmou serem de carne não as tábuas do desejo carnal, mas as do coração, uma vez que é vivo e sensível, em comparação com a pedra, que é insensível. E com o que um pouco depois diz, ou seja, que os filhos de Israel não podiam fixar os olhos no semblante de Moisés e por isso lhes falava com o rosto encoberto, quis significar que a letra da Lei a ninguém justifica e que um véu foi posto na leitura do Antigo Testamento, até que fosse retirado, porque é em Cristo que ele desaparece, ou seja, até que se passe para a graça e se entenda que nos vem de Cristo a justificação que nos leva a fazer o que ele ordena. Ele nos ordena a fim de que nele nos refugiemos, visto sermos incapazes por nossas próprias forças.

Por isso, depois de ter dito despertando a vigilância: *Tal é a certeza que temos, graças a Cristo, diante de Deus*, evitando que o atribuamos às nossas forças, revelou em seguida de onde vem nossa capacidade, ao dizer: *Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos, mas é de Deus que vem nossa capacidade. Foi ele que nos tornou aptos para sermos ministros de uma Aliança nova, não da letra, e sim, do Espírito, pois a letra mata, mas o Espírito comunica a vida (2Cor 3,4-6).*

CAPÍTULO XVIII

A justiça consiste em viver a graça da Nova Aliança

31. Por isso, porque a Lei, como afirma o Apóstolo em outra passagem, *foi acrescentada em vista das transgressões*, isto é, a letra escrita fora do homem, ele a denomina ministério da morte e ministério da condenação. A do Novo Testamento chama-a ministério do Espírito e ministério da justiça, visto que praticamos a justiça pelo dom do Espírito e somos libertados da condenação devida à transgressão. Portanto, a primeira passa e a segunda permanece, pois retira-se o guia que atemoriza, e a caridade sucede ao temor. Pois, *onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade (2Cor 3,17).*

Este ministério não procede de nossos merecimentos, mas da misericórdia divina e, por isso, diz: *Já que por misericórdia fomos revestidos de tal ministério, não perdemos a coragem. Dissemos*

“não” aos procedimentos secretos e vergonhosos; procedemos sem astúcia e não falsificamos a palavra de Deus (2Cor 4,1-2). Por este dolo e astúcia quis dar a entender a hipocrisia, pela qual os soberbos querem parecer justos. Daí o que nos diz o salmo e que o Apóstolo lembra como testemunho desta graça: *Bem-aventurado o homem, a quem o Senhor não atribui iniquidade e em cujo espírito não há engano* (Rm 4,8; Sl 32,2).

Esta é a confissão dos santos humildes, dos que não se gloriam de ser o que não são. Um pouco depois afirma: *Não pregamos a nós mesmos, mas a Jesus Cristo Senhor. Quanto a nós mesmos, apresentamo-nos como vossos servos por causa de Jesus. Porquanto Deus, que disse: “Do meio das trevas brilhe a luz!”, foi ele mesmo quem reluziu em nossos corações, para fazer brilhar o conhecimento de sua glória, que resplandece na face de Cristo* (2Cor 4,5-6). Este é o conhecimento da sua glória, pelo qual sabemos que ele é a luz com que se iluminam nossas trevas.

E vê como insiste na mesma doutrina: *Trazemos, porém, este tesouro em vasos de argila, para que esse incomparável poder seja de Deus, e não de nós* (2Cor 4,7). E um pouco depois exalta com mais ênfase a mesma graça no Senhor Jesus Cristo, até chegar à vestidura da justiça da fé. Ela cobrirá nossa nudez, a qual nos leva a gemer oprimidos pela mortalidade e a anelarmos por ser revestidos de nossa habitação no céu, para que o que é mortal seja absorvido pela vida. Eis suas palavras: *E quem nos dispôs a isto foi Deus, que nos deu o penhor do Espírito* (2Cor 5,5). E depois de algumas considerações, acrescentou: *A fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus* (2Cor 5,21). Esta é a justiça de Deus, não pela qual ele é justo, mas pela qual nós o somos por ele.

CAPÍTULO XIX

Profecia de Jeremias sobre o Novo Testamento

32. Nenhum cristão se extravie desta fé, que é a única cristã. Não haja alguém que, não se atrevendo a afirmar que nos tornamos justos por nossas forças, e não por obra da graça de Deus, porque percebe que os fiéis e piedosos não poderiam tolerá-lo, esse alguém volte atrás e diga que não podemos ser justos sem a cooperação da graça de Deus, porque ele deu a Lei, porque estabeleceu uma doutrina, porque ordenou santos preceitos. Esta letra, sem dúvida, sem a ajuda do Espírito, é letra que mata. Contudo, com a presença do Espírito vivificador, ele faz com que seja amada como se tivesse sido escrita no interior o que a Lei fazia ser temido ao ter sido escrita exteriormente.

33. Vê com atenção e examina este testemunho brilhante acerca deste assunto proclamado pelo profeta: *Eis que virão dias, diz o Senhor, em que eu farei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá; não como a aliança que eu fiz com seus pais no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito, aliança que eles violaram; e (por isso) fiz sentir sobre eles o meu poder, diz o Senhor. Mas eis a aliança que farei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor. Imprimirei a minha lei nas suas entranhas, e a escreverei no seu coração, e serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. E ninguém ensinará mais ao seu próximo, nem ao seu irmão, dizendo: Conhece o Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor até o maior, diz o Senhor; porque perdoarei a sua maldade, e não me lembrarei mais do seu pecado* (Jr 31,31-34).⁶

O que dizer sobre isso? Pois, nos livros do Antigo Testamento, nunca ou dificilmente, exceto essa passagem profética, aparece uma menção ao Novo Testamento, que nele é chamado pelo próprio nome. Em muitas passagens o futuro Testamento é indicado e predito, não, porém, ao ponto de significá-lo expressamente com seu nome. Considera, portanto, com atenção a diferença entre os dois Testamentos, o Antigo e o Novo, atestada pelo próprio Deus.

34. Depois de ter dito: *Não como a aliança que eu fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar do Egito*, vê o que acrescentou: *Aliança que eles violaram*. Atribui ao seu pecado o não ter perseverado no Testamento de Deus e evitou que inculpassem a Lei que então receberam. Essa é a Lei que Cristo não veio abolir, mas dar-lhe pleno cumprimento (Mt 5,17). Não é, porém, por essa Lei, mas pela graça, que os ímpios são justificados. E isso é obra do Espírito vivificador, sem o qual a letra mata. *Se tivesse sido dada uma Lei capaz de comunicar a vida, então sim, realmente a justiça viria da Lei. Mas a Escritura encerrou tudo debaixo do pecado, a fim de que a promessa pela fé em Jesus Cristo fosse concedida aos que creem* (Gl 3,21-22).

Por essa promessa, ou seja, em virtude do benefício da graça de Deus, a Lei recebe pleno cumprimento; sem essa promessa, a Lei torna os homens transgressores, ou com más obras efetivas, se o ardor da concupiscência transpuser as barreiras do temor, ou ficando o pecado no desejo, se o temor do castigo vencer o atrativo libidinoso. A utilidade do “encerrou” ficou explicada pelas palavras: *A Escritura encerrou tudo debaixo do pecado, a fim de que a promessa pela fé em Jesus Cristo fosse concedida aos que creem*. O objetivo da utilidade do “encerrou” ficou explicitado na sequência: *Antes que chegasse a fé, nós éramos guardados sob a tutela da Lei para a fé que haveria de se revelar* (Gl 3,23).

Portanto, a Lei foi dada para que se procurasse a graça; a graça foi dada para dar pleno cumprimento à Lei. Pois não se dava pleno cumprimento à Lei não devido à sua imperfeição, mas devido à imperfeição da malícia da carne, a qual se manifestava pela Lei, mas havia de ser curada pela graça. *De fato*, diz o Apóstolo, — *coisa impossível à Lei, porque enfraquecida pelo pecado* — *Deus, enviando o seu próprio Filho numa carne semelhante à do pecado e em vista do pecado, condenou o pecado na carne, a fim de que o preceito da Lei se cumprisse em nós, que não vivemos segundo a carne, mas segundo o Espírito* (Rm 8,3-4). Daí as palavras do testemunho profético: *Eu farei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá*. O que quer dizer: *Eu farei senão “cumprirei”, não como a aliança que eu fiz com seus pais no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito?*

CAPÍTULO XX

Anúncio do Novo Testamento em Jeremias

35. Aquele Testamento era antigo, porque este é novo. Mas por que aquele é antigo e este é novo, se pelo Novo se cumpre a mesma lei que disse no Velho: *Não cobiçarás?* (Ex 20,17). Responde o profeta: Porque eles violaram a aliança; e por isso fiz sentir sobre *eles o meu poder, diz o Senhor*. Portanto, aquele é chamado Antigo devido à ferida do homem velho, a qual não se curava pela letra que manda e ameaça; este é denominado Novo, pela novidade do Espírito, que cura o homem novo do pecado velho.

Presta atenção no que segue e percebe quanta luz se projeta sobre o que não querem enxergar as pessoas que confiam em si mesmas: *Mas eis a aliança que farei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: Imprimirei a minha lei nas suas entranhas, e a escreverei nos seus corações*.

Eis onde se apóia o Apóstolo para dizer o que mencionamos acima: *Não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações, porque foi escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo*. E creio que, não por outra razão, o Apóstolo quis fazer menção do Novo Testamento naquela passagem, pois diz: *Foi ele que nos tornou aptos para sermos ministros de uma Aliança nova, não*

da letra, e sim, do Espírito (2Cor 3,6). A isto foi levado porque tinha em conta a profecia que disse: Não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações, pois na profecia está escrito: E a escreverei nos seus corações. Nestes termos foi prometido o Novo Testamento.

CAPÍTULO XXI

A lei do Novo Testamento é impressa nos corações

36. O que são as leis de Deus escritas pelo próprio Deus nos corações, senão a presença do Espírito Santo, que é o dedo de Deus, mediante cuja presença se difunde a caridade em nosso coração, a qual é a plenitude da lei e a finalidade do preceito? Pois as promessas do Antigo Testamento são terrenas com exceção dos sacramentos, figuras dos futuros, tais como a circuncisão e o sábado e outras observâncias de festas, assim como as cerimônias usadas com respeito a certos alimentos, os múltiplos ritos referentes aos sacrifícios e cultos, os quais estavam adequados à caducidade da lei carnal e ao jugo servil. Ainda mais. O Antigo Testamento inclui preceitos de justiça que mesmo agora são mandamentos que devem ser observados, principalmente os que estão expressos nas duas tábuas de pedra sem nenhuma sombra figurativa, como são: *Não comerás adultério, Não matarás, Não cobiçarás* e outros preceitos que possam ser incluídos no *Amarás a teu próximo como a ti mesmo*. Mas no Antigo Testamento, conforme disse, fala-se em promessas terrenas e temporais, que são bens de carne corruptível, embora sejam figuras de bens eternos e celestiais relativos ao Novo Testamento. No entanto, agora, a promessa relaciona-se com o bem do coração, o bem da inteligência, o bem do Espírito, ou seja, o bem espiritual, conforme diz a profecia: *Imprimirei a minha aliança nas suas entranhas e a escreverei no seu coração*. Quis indicar com estas expressões que não haveriam de temer a lei que atemoriza exteriormente, mas haveriam de amar a lei que habita interiormente.

CAPÍTULO XXII

A definição de vida eterna

37. Após a apresentação da Nova Aliança, Deus acrescentou a recompensa: *Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo*. Idêntica afirmação fez o salmista a Deus: *Mas para mim é bom estar junto de Deus* (Sl 73,28). *Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo*. Que bem melhor pode haver, que felicidade superior à felicidade de viver para Deus, no qual está a fonte da vida e em cuja luz veremos a luz? (Sl 36,10). Referindo-se a esta vida, diz o próprio Senhor: *Ora, a vida eterna é esta: que eles te conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro e aquele que enviaste, Jesus Cristo* (Jo 17,3), ou seja, a ti e aquele que enviaste, Jesus Cristo, único Deus verdadeiro.

É isso o que ele promete aos que o amam, dizendo: *Quem tem os meus mandamentos e os observa é que me ama; e quem me ama, será amado por meu Pai. Eu o amarei e a ele me manifestarei* (Jo 14,21). Manifestar-se-á na forma de Deus, na qual é igual ao Pai, não na forma de servo, na qual se mostrará aos ímpios. Verificar-se-á então o que está escrito: *O ímpio não verá a glória do Senhor* (Is 26,10). Será o momento em que os da esquerda irão ao fogo eterno, mas os justos entrarão na posse da vida eterna (Mt 25,46).

Esta vida eterna, como já disse, foi definida como o conhecimento do Deus único e verdadeiro. Eis o motivo das palavras de João: *Caríssimo, desde já somos filhos de Deus, mas o que nós seremos ainda não se manifestou. Sabemos que por ocasião desta manifestação seremos semelhantes a ele, porque o veremos tal como ele é* (1Jo 3,2). Esta semelhança começa a se delinear

agora à medida que o homem se renova interiormente dia a dia (2Cor 4,16), segundo a imagem de seu Criador (Cl 3,10).

CAPÍTULO XXIII

A renovação interior comparada com a visão futura de Deus

38. Mas o que significa a renovação de agora comparada à excelência da perfeição futura? O Apóstolo, aplicando um exemplo baseado em coisas conhecidas, para explicar aquelas inefáveis, diz: *Quando eu era criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Depois que me tornei homem, fiz desaparecer o que era próprio de criança.* E declarando o motivo destas palavras, diz em seguida: *Agora vemos em espelho e de maneira confusa, mas, depois, veremos face a face. Agora o meu conhecimento é limitado, mas, depois, conhecerei como sou conhecido* (1Cor 13,11-12).

CAPÍTULO XXIV

A predição do Novo Testamento por Jeremias — Comentário sobre “menores” e “maiores”

39. De modo semelhante, o profeta, cujo testemunho estamos comentando, acrescenta que este conhecimento implica a recompensa, o fim, a perfeição da felicidade e a plenitude da vida eterna e feliz. Depois de ter dito: *E serei o seu Deus, e eles serão o meu povo*, afirmou na continuação: *E ninguém ensinará mais ao seu próximo, nem ao seu irmão, dizendo: “Conhece o Senhor”; porque todos me conhecerão, desde o menor até o maior* (Jr 31,33-34).

Já estamos certamente nos tempos do Novo Testamento, cuja promessa foi objeto das palavras da profecia que mencionamos. Por que, então, cada um diz ainda a seu concidadão e irmão: *“Conhece o Senhor”*? Não será porque, o Evangelho, sendo pregado, não é isto anunciado em todas as partes? Por que o Apóstolo se denomina Doutor dos Gentios (1Tm 2,7), senão porque por seu intermédio se realiza o que ele diz: *Mas como poderiam invocar aquele em quem não creram? E como poderiam crer naquele que não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador?* (Rm 10,14).

Portanto, como esta pregação se estende por toda a parte, por que pode ser este o tempo do Novo Testamento, do qual o profeta afirmou: *E ninguém ensinará ao seu próximo, nem ao seu irmão: “Conhece o Senhor”, porque todos me conhecerão, desde o menor até ao maior?* Não será porque acrescentou a eterna promessa do Novo Testamento, ou seja, a promessa da feliz contemplação de Deus?

40. O que significa: *Todos me conhecerão, desde o menor até o maior*, senão todos os espiritualmente ligados à casa de Israel, os filhos de Isaac, a descendência de Abraão? Pois é a promessa pela qual lhe foi anunciado: *“De Isaac sairá a descendência que terá teu nome”*. Isto é, não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas são os filhos da promessa que são tidos como descendentes. Pois os termos da promessa são estes: *“Por esta época voltarei e Sara terá um filho”*. E não é só. Também Rebeca, que conceberá de um só, de Isaac nosso pai, quando ainda não haviam nascido, e nada tinham feito de bem ou de mal — a fim de que ficasse firme a liberdade da escolha de Deus, dependendo não das obras, mas daquele que chama — foi-lhe dito: *“O maior servirá ao menor”* (Rm 9,7-13).

Esta é a casa de Israel ou a casa de Judá escolhida por causa de Jesus Cristo, que descende da casa de Judá. É a casa dos filhos da promessa não em virtude de suas obras, mas da mercê de Deus. Pois, Deus promete e ele o cumpre; não promete e outro cumpre. Isso não é prometer, mas predizer.

Portanto, *dependendo não das obras, mas daquele que chama*, para que não seja devido às obras deles, mas a Deus, evitando que a recompensa não seja atribuída à graça, mas conforme a dívida (Rm 4,4), e a graça deixe assim de ser graça. O veemente apologista desta graça é o mínimo dos Apóstolos, o que mais que todos os outros labutou por ela, mas não ele, e sim a graça de Deus com ele (1Cor 15,9-10). *Porque todos me conhecerão; todos*, a casa de Israel e a casa de Judá.

Pois nem todos os que descendem de Israel são Israel, mas todos aos quais diz o salmo: *Ao romper da aurora*, ou seja, na luz nova, a luz do Novo Testamento. *Vós todos, que sois a descendência de Jacó, glorificai-o; tema-o toda a posteridade de Israel* (Sl 22,24). Quis dizer: Toda a descendência, toda a descendência dos filhos da promessa e dos chamados, mas chamados segundo o de-sígnio. *E os que predestinou, também os chamou; e os que chamou, também os justificou; e os que justificou, também os glorificou* (Rm 8,30). *Por conseguinte, a herança vem da fé, para que seja gratuita e para que a promessa fique garantida a toda a descendência, não só à descendência segundo a Lei*, ou seja, a que veio do Antigo para o Novo Testamento, mas também à descendência segundo a fé, não havendo a precedência da Lei. *Segundo a fé de Abraão*, ou seja, imitadores da fé de Abraão, *que é o pai de todos nós, conforme está escrito: “Eu te constituí pai de muitos povos”* (Rm 4,16-17). Todos estes, portanto, predestinados, chamados, justificados, glorificados conhecerão a Deus pela graça do Novo Testamento, desde o menor até o maior.

41. Consequentemente, assim como a lei das obras escrita em tábuas de pedra e sua recompensa, ou seja, a terra da promessa que a casa carnal de Israel recebeu depois da libertação do Egito, pertencem ao Antigo Testamento, assim a lei escrita nos corações e sua recompensa, ou seja, a figura da contemplação que a casa espiritual de Israel receberá após a libertação deste mundo, pertencem ao Novo Testamento.

Cumprir-se-á então o que diz o Apóstolo: *Quanto às profecias, desaparecerão. Quanto às línguas, cessarão. Quanto à ciência, também desaparecerá*, isto é, desaparecerá a ciência própria de crianças, na qual se vive aqui, a qual é espelho e de maneira confusa. Por causa desta ciência torna-se necessária a profecia, enquanto o futuro sucede ao passado; por causa dela, as línguas, ou seja, a multiplicidade de sinais, são necessárias, pois, de um modo ou de outro se instrui aquele que ainda não contempla com a mente purificada a luz eterna da verdade diáfana. *Mas, quando vier a perfeição, o que é limitado desaparecerá* (1Cor 13,8-10). Então, o que apareceu na carne, tendo-a assumido, mostrar-se-á aos que o amam; então será a vida eterna, a fim de que conheçamos a Deus único e verdadeiro (Jo 17,3); então seremos semelhantes a ele (Jo 3,2), pois conhecê-lo-emos como somos conhecidos (1Cor 13,12). Então, *ninguém ensinará mais ao seu próximo, nem ao seu irmão: “Conhece o Senhor”, porque todos me conhecerão, desde o mais pequeno até o maior*.

A última expressão dá lugar a muitas interpretações. Uma seria que na bem-aventurança cada um dos santos se diferenciaria dos outros, como uma estrela se diferencia da outra (1Cor 15,41). E não importa, se é *desde o menor até o maior*, como está escrito, ou se dissesse desde o maior até o menor. Do mesmo modo não importa se entendermos por menores os que apenas creram, e por maiores os que puderam também compreender, enquanto é possível nesta vida, a luz incorpórea e imutável. Outra interpretação seria dizer que o profeta quis dar a entender por menores os posteriores no tempo, enquanto os maiores seriam os anteriores no tempo. Não vem ao caso a resolução desta dúvida porque hão de participar juntos da prometida contemplação de Deus, pois os antigos, os anteriores no tempo, previram bens excelentes que nos favorecem, para que sem nós eles mesmos não alcançassem a perfeição (Hb 11,40).

Deste modo, os menores são considerados como os primeiros, porque se dilatou menos o tempo de

receber a recompensa, como aconteceu com o denário da parábola de que fala o Evangelho, o qual receberam em primeiro lugar os que vieram à vinha por último (Mt 20,8-12). Pode-se dar ainda outra interpretação a menores e maiores, mas no momento não me ocorre nenhuma.

CAPÍTULO XXV

A diferença entre o Antigo e o Novo Testamento

42. Presta agora a maior atenção possível no que me esforçarei em demonstrar.

Quando o profeta prometeu um Testamento novo, não igual ao Testamento feito antes com o povo de Israel libertado do Egito, não se referiu absolutamente à mudança nos sacrifícios e outros sacramentos, ainda que se desse a substituição, como o atesta a mesma Escritura profética em muitas outras passagens. Apenas ressaltou a distância entre ambos, porque Deus daria suas leis no interior dos que pertencem ao Testamento novo e as escreveria nos corações. Neste pormenor se inspirou o Apóstolo, quando disse: *Sois uma carta de Cristo, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações* (2Cor 3,3). *Quero demonstrar também que a recompensa eterna desta justificação é não aquela terra da qual foram desalojados os amorreus, os heteus e outros povos ali citados (Js 12), mas a posse do próprio Deus, junto ao qual é bom permanecer (Sl 73,28), a fim de que o bem divino que os justos amam seja aquele a quem amam. Somente os pecados causam a separação entre Deus e os homens, e os pecados são perdoados tão-somente pela mesma graça. Por isso, depois de haver dito: Todos me conhecerão, desde o menor até o maior, o profeta acrescentou em seguida: Porque perdoarei sua maldade, e não me lembrarei mais de seu pecado (Jr 31,34).*

Portanto, pela lei das obras diz o Senhor: *Não cobiçarás* (Ex 20,17); pela lei da fé afirma o Senhor: *Sem mim, nada podeis fazer* (Jo 15,5), referindo-se às boas obras, ou seja, aos frutos dos sarmentos. Desse modo aparece a diferença entre o Antigo e o Novo Testamento, ou seja, a lei do Antigo está escrita em tábuas, a do Novo nos corações. Assim, o que na primeira atemoriza exteriormente, na segunda causa prazer intrinsecamente, e o que na primeira tornava o homem transgressor pela letra que mata, na segunda leva o homem a amar pelo Espírito vivificador. Portanto, não se pode dizer que Deus nos ajuda a praticar a justiça e opera em nós o querer e o operar conforme o seu beneplácito (Fl 2,13), somente pelo fato de fazer soar aos nossos sentidos os preceitos da justiça. Ele dá o crescimento interiormente (1Cor 3,7), difundindo a caridade em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi dado (Rm 5,5).

CAPÍTULO XXVI

*Pelo texto paulino, os gentios, que têm a lei escrita no coração, pertencem ao Novo Testamento*²

43. Devemos investigar porque o Apóstolo diz: *Quando então os gentios, não tendo a Lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, eles, não tendo a Lei, para si mesmos são Lei; eles mostram a obra da Lei gravada em seu coração* (Rm 2,14). A passagem necessita de explicação, para não se julgar desarrazoada a diferença do Novo Testamento, visto que o Senhor prometeu escrever suas leis no coração de seu povo, e, no entanto, vemos que os gentios as têm por natureza. É preciso, portanto, enfocar esta questão que surge agora e que não é de pouca importância.

Alguém poderá dizer: “Se Deus estabeleceu a diferença entre o Antigo e o Novo Testamento situando-a no fato de ter escrito a Lei do Antigo em tábuas de pedra, e a do Novo nos corações, qual

é a diferença entre os fiéis do Novo e os gentios, que têm a lei escrita em seu coração em virtude da qual praticam naturalmente os preceitos da Lei? Os gentios não serão superiores ao povo antigo de Deus, que recebeu a Lei em tábuas, e anteriores ao do Novo, ao qual se outorga pelo Novo Testamento o que aqueles receberam pela natureza?

44. Porventura os gentios mencionados pelo Apóstolo, como tendo a Lei escrita no coração, são os que pertencem ao Novo Testamento?”

É preciso mencionar de onde procedeu aquela afirmação apostólica. Primeiramente, eis o que ele diz mostrando o valor do Evangelho: *Ele é a força de Deus para a salvação de todo aquele que crê, em primeiro lugar do judeu, mas também do grego. Porque nele a justiça de Deus se revela na fé para a fé, conforme está escrito: “O justo viverá pela fé”* (Rm 1,16-17).

Em seguida, refere-se aos ímpios, aos quais não foi de proveito o conhecimento de Deus, porque não o glorificaram como a Deus nem lhe renderam graças. Passa depois a falar daqueles que julgam e praticam as obras que condenam, ou seja, fala dos judeus que se gloriavam da Lei, embora ainda não os designe expressamente. Diz assim: *Ira e indignação, tribulação e angústia para toda pessoa que pratica o mal, para o judeu em primeiro lugar, mas também para o grego; glória, honra e paz para todo aquele que pratica o bem, para o judeu em primeiro lugar e também para o grego. Porque Deus não faz acepção de pessoa. Portanto, todos aqueles que pecaram sem a Lei, sem a Lei perecerão; e todos aqueles que pecaram com a Lei, pela Lei serão julgados. Porque não são os que ouvem a Lei que são justos perante Deus, mas os que cumprem a Lei é que serão justificados* (Rm 2,8-13). Após estas palavras acrescenta estas outras, cujo significado nos interessa, e diz: *Quando então os gentios, não tendo a Lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, e o restante que já citamos acima.*

Portanto, não parece que o Apóstolo quisesse significar com o nome de gentios senão aqueles que significava com o nome de grego, ao dizer: *Para o judeu em primeiro lugar, mas também para o grego. Pois, se o Evangelho é a força de Deus para a salvação de todo aquele que crê, em primeiro lugar do judeu, mas também do grego, e: Ira e indignação, tribulação e angústia para toda pessoa que pratica o mal, para o judeu em primeiro lugar, mas também para o grego; glória, honra e paz para todo aquele que pratica o bem, para o judeu em primeiro lugar e também para o grego, este grego foi indicado com o nome de gentios, que praticam pela lei natural o que é prescrito pela Lei e possuem a obra da Lei escrita em seus corações. Consequentemente, os gentios pertencem ao Evangelho, para os quais a Lei foi escrita no seu coração e para eles, como para os que creem o Evangelho, é a força de Deus para a salvação.*

Mas a que gentios o Apóstolo prometia a glória e a honra, se praticassem as boas obras fora da graça do Evangelho? Visto que Deus não faz acepção de pessoas e se justificam não os que ouvem a Lei, mas os que a cumprem, tanto o judeu como o grego, qualquer dos gentios que acreditar, obterá igualmente a salvação pelo Evangelho. *Pois não há diferença, como diz depois, visto que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus; e são justificados gratuitamente por sua graça* (Rm 3,23-24). Em que se poderia apoiar para dizer que o grego cumpridor da Lei é justificado sem a graça do Salvador?

45. E o Apóstolo não se contradiria, pois diz: *Os que cumprem a Lei serão justificados*, como se se justificassem pelas obras, não pela graça. Mas, ao dizer que o homem se justifica pela fé sem as obras da Lei (Rm 3,28), quis dar a entender pela palavra *gratuitamente* que as obras não precedem a justificação. E o diz também claramente em outra passagem: *E se é por graça, não é pelas obras; do contrário, a graça não é mais graça* (Rm 11,6).

As palavras: *Os que cumprem a Lei serão justificados* devem ser entendidas no sentido de que não seriam cumpridores da Lei, se não são justificados, ou seja, a justificação não sucede às obras, mas a justificação as precede. Pois, “justificados” significa feitos justos por aquele que justifica os ímpios (Rm 4,5), fazendo com que os ímpios se tornem justos.

Se nos expressássemos assim e disséssemos: “Os homens serão libertados”, quereríamos dizer que aos já homens se acrescentaria a libertação. Porém, se disséssemos: “Os homens serão criados”, não entenderíamos que serão criados os que já eram homens, mas se tornariam homens pela criação. Do mesmo modo, se afirmássemos: “Os cumpridores da Lei serão honrados”, interpretaríamos que a honra sobreviria aos que cumprissem a Lei. Tendo o Apóstolo afirmado: *Os que cumprem a Lei serão justificados*, o que significa senão que os justos serão justificados, pois os cumpridores da Lei já são justos? Teria o mesmo significado que se tivesse dito: Os cumpridores da Lei serão criados, não os que existiam, mas para que existam. Assim deveriam entender os judeus, ouvintes da Lei, que necessitavam da graça do Justificador, para se tornarem cumpridores da Lei.

Ou então o Apóstolo disse: *Serão justificados*, como se dissesse: Serão tidos por justos, serão considerados justos, assim como está escrito sobre alguém: *Ele, porém, querendo se justificar* (Lc 10,29), ou seja, querendo ser tido ou considerado por justo. Por isso dizemos num sentido: Deus santifica os seus santos; mas em outro sentido oramos: *Santificado seja o teu nome* (Mt 6,9). No primeiro caso, queremos dizer que Deus faz com que sejam santos os que não o eram; mas, no segundo caso, queremos dizer que o Santo por essência seja considerado santo pelos homens, isto é, seja reverenciado com santo temor.

46. Portanto, o Apóstolo, ao fazer menção dos gentios que cumprem a lei segundo os ditames da consciência etêm a obra da fé escrita no coração, quis dar a entender aqueles que creem em Cristo. Pelo fato de não terem vindo à fé mediante a Lei, como os judeus, não há razão para diferenciá-los daqueles aos quais o Senhor, prometendo pelo profeta o Novo Testamento, afirmou que gravaria as suas leis em seu coração. Eles pertenciam à mesma oliveira, ou seja, ao mesmo povo de Deus como enxerto, que o Apóstolo afirma ter sido feito com oliveira selvagem (Rm 11,24). Esse testemunho apostólico concorda melhor com o profético, de modo que pertencer ao Novo Testamento é levar a lei de Deus gravada nos corações, e não em tábuas de pedra, ou seja, tendo abraçado a justiça da lei com o mesmo afeto íntimo com que a fé age animada pela caridade (Gl 5,6).

Prevendo que Deus justificaria os gentios pela fé, a Escritura preanunciou a Abraão esta boa nova: “*Em ti serão abençoadas todas as gentes*”. Por meio desta graça da promessa, a oliveira selvagem seria enxertada na oliveira doméstica e os povos fiéis se tornariam filhos de Abraão na descendência de Abraão, que é Cristo (Gl 3,8.16), segundo a fé daquele que, não tendo recebido a Lei em tábuas e não tendo ainda sido circuncidado, acreditou em Deus e isto lhe foi levado em conta de justiça (Gn 15,6; Rm 4,3).

Assim, o que o Apóstolo afirma dos gentios na carta aos Romanos, ou seja, *eles mostram a obra da Lei gravada nos corações* (Rm 21,15), tem o mesmo sentido da sentença escrita na carta aos Coríntios: *Não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne nos corações* (2Cor 3,3). Pois, assim se tornam membros da casa de Israel, sendo-lhes imputado como circuncisão o prepúcio, porque não manifestam a justiça da Lei pela mutilação da carne, mas conservam a caridade do coração. Isso porque se o incircunciso guardar os preceitos da Lei, porventura a sua incircuncisão não será circuncisão? (Rm 2,26).

Consequentemente, participam do Novo Testamento na casa do verdadeiro Israel, no qual não há fingimento (Jo 1,47), porque Deus deposita suas leis na sua alma e as escreve no seu coração com

seu dedo, o Espírito Santo que neles difunde a caridade, que é a plenitude da lei (Rm 13,10).

CAPÍTULO XXVII

O seguimento da lei natural tem o mesmo valor que o da lei da graça

47. Não devemos achar estranho o fato de o Apóstolo ter dito que os gentios fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, e não pelo Espírito de Deus ou pela fê, ou pela graça. Isso porque o Espírito da graça age de modo que renova em nós a imagem de Deus, na qual fomos criados. Pois o pecado é contra a natureza e é curado pela graça que nos leva a dizer a Deus: *Senhor, compadece-te de mim; sara-me, porque pequei contra ti* (Sl 41,5).

Consequentemente, os homens cumprem naturalmente o que a lei ordena; os que não a cumprem, não cumprem devido ao seu pecado. A lei foi banida dos corações pelo pecado, e, por isso, apagada a culpa e inscrevendo-se nos corações a lei, cumprem naturalmente o que ela prescreve, pois a graça não foi negada pela natureza, mas, sim, a natureza foi restaurada pela graça. Pois está escrito:

Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram (Rm 5,12); *pois, não há diferença, sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus — e são justificados gratuitamente por sua graça* (Rm 3,22-23).

Em virtude dessa graça, grava-se no homem interior renovado a justiça que a culpa banira, mostrando-se assim a misericórdia por Cristo Jesus nosso Senhor em favor de todo o gênero humano. *Há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem: Cristo Jesus* (1Tm 2,5).

48. Finalmente, consideremos o seguinte. Por um lado, dizem alguns que não devem ser enquadrados no número dos justificados pela graça de Cristo os que cumprem os preceitos da lei naturalmente. Por outro lado, em certas pessoas, mesmo ímpias, que não tributam ao Deus verdadeiro um culto sincero e justo, lemos ou sabemos ou ouvimos que praticam certas obras conforme as regras da justiça, as quais não somente não merecem ser recriminadas, mas merecem todo o louvor. Se não têm valor ambas as atitudes, conclui-se que será difícil detectar alguma obra que mereça ser louvada e defendida como justa, embora se possa discutir a intenção com que é feita.⁸

CAPÍTULO XXVIII

O pecado não destruiu totalmente a imagem de Deus

A imagem de Deus não foi destruída na alma humana pela mancha dos afetos terrenos a ponto de não terem permanecido alguns vestígios embora débeis. Pode-se dizer que os maus, mesmo em sua vida ímpia, cumprem e amam alguns preceitos da Lei. Se é isto que está escrito, ou seja, que *os gentios, não tendo a Lei*, isto é, a Lei de Deus, *fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei*, e que *tais homens para si mesmos são lei, e mostram a obra da Lei gravada em seu coração*, ou seja, não foi destruído totalmente o que neles foi impresso pela imagem de Deus na criação, mesmo sendo assim não se alterará a diferença que causa a distância do Novo Testamento ao Antigo. Pois, pelo Novo é escrita no coração dos fiéis a lei de Deus, que pelo Antigo foi gravada em tábuas; pelo Novo está gravada mediante a regeneração, o que pela antiguidade não foi destruído totalmente.

Assim como a imagem de Deus, que a impiedade não banira completamente, se renova na alma dos

crentes pelo Novo Testamento, pois nela permaneceu, o que faz com que a alma humana não deixe de ser racional, assim também nele a lei de Deus, não totalmente destruída pela injustiça, é gravada ao ser renovada pela graça. A Lei gravada em tábuas não pudera causar nos judeus esta inscrição, que é a justificação, mas apenas a transgressão. Pois eram seres humanos e apenas possuíam a natureza, pela qual a alma racional sente e faz bem algumas coisas. Mas a piedade, que conduz a outra vida feliz e eterna, tem uma lei imaculada que restaura as almas (Sl 19,8), a fim de que se renovem por aquela luz e nela se realize a palavra do salmo: *Levanta sobre nós a luz do teu rosto, ó Senhor* (Sl 4,7).

Por isso, os que se afastaram de Deus mereceram eclipsar-se, não conseguindo renovar-se a não ser pela graça cristã, ou seja, pela intercessão do Mediador. *Há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos (1Tm 2,5). Se são excluídos desta graça aqueles dos quais tratamos e que, de acordo com o modo do qual falamos acima, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, de que lhes aproveitarão seus pensamentos que alterna-damente se acusam ou defendem... no dia em que Deus julgará, por Jesus Cristo, as ações ocultas dos homens(Rm 2,15-16), a não ser talvez para serem punidos com mais benignidade? Pois, assim como não impedem ao justo o possuir a vida eterna alguns pecados veniais, sem os quais não consegue passar nesta vida, assim de nada valem para a eterna salvação algumas boas obras, as quais dificilmente deixam de existir na vida de qualquer pessoa a pior possível.*

Não obstante, assim como no reino de Deus, os santos diferenciam-se entre si como uma estrela da outra (1Cor 15,41), assim na aplicação do castigo eterno a sorte para Sodoma será mais tolerável do que a da outra cidade (Lc 10,12), e alguns serão duas vezes dignos da geena (Mt 23,15). Assim, não ficará imune no juízo de Deus o que na impiedade tiver sido objeto de pecado cometido um mais ou menos de que outro.

49. Mas, o que o Apóstolo quis provar quando, coibindo o orgulho dos judeus, depois de ter dito: *Não são os que ouvem a Lei que são justos perante Deus, mas os que cumprem a Lei é que são justificados*, afirmou em seguida o referente àqueles que *não tendo a Lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei?* Se não se refere aos que pertencem à graça do Mediador, refere-se aos que, não honrando o Deus verdadeiro com verdadeira piedade, contudo praticam algumas boas obras na vida de impiedade. Com aquela afirmação não pretendeu provar o que dissera antes, ou seja, *Deus não faz acepção de pessoas*, eo que disse depois: *Acaso ele é Deus só dos judeus? Não é também dos gentios? (Rm 3,29) Ou aquelas insignificantes obras não se encontrariam impressas naqueles que não receberam a Lei, a não ser como vestígios da imagem de Deus, a qual ele não despreza quando creem nele, para quem não há acepção de pessoas?*

Mas qualquer que seja a interpretação que se aceite, consta que a graça de Deus foi prometida ao Novo Testamento também pelo profeta e que esta graça consiste em que as leis de Deus sejam impressas no coração dos homens, e assim cheguem àquele conhecimento de Deus, pelo qual *ninguém ensinará mais ao seu próximo, nem a seu irmão, dizendo: “Conhece o Senhor”, porque todos me conhecerão, desde o mais pequeno até o maior* (Jr 31,34).

Isto é um dom do Espírito Santo, pelo qual se difunde a caridade em nosso coração, mas não qualquer caridade, e sim a caridade de Deus que procede de um coração puro, de uma consciência reta e de uma fé sem hipocrisia (1Tm 1,5). Mediante essa fé, o justo, como peregrino, é conduzido também como por um espelho e de maneira confusa e pelo que é incompleto, para conhecer face a face, como é conhecido (1Cor 13,12). Uma só coisa pediu ao Senhor e esta solicita: habitar na casa

do Senhor todos os dias de sua vida, para gozar da suavidade do Senhor (Sl 27,4).

CAPÍTULO XXIX

A Lei leva ao temor; a fé, à esperança em Deus, do qual procede a justiça

50. Ninguém se deixe levar da vanglória pelo que lhe parece possuir, como se não tivesse recebido (1Cor 4,7), ou então julgue ter recebido, porque a letra se pôs à sua frente para ser lida ou soou para ser ouvida. Pois, *se é pela Lei que vem a justiça, então Cristo morreu em vão* (Gl 2,21). Com efeito, se Cristo não morreu em vão, subiu aos céus, levou cativo o cativo e deu dons aos homens (Sl 68,19; Ef 4,8); daí procede tudo o que se tem. Mas se alguém negar que esta é a fonte, é porque não tem, e se tem, ser-lhe-á tirado (Lc 8,18 e 9,26). *Pois há um só Deus, que justificará os circuncisos pela fé, e também os incircuncisos através da fé* (Rm 3,30). Assim se expressa o Apóstolo não com implicância de diferença de conceitos, como se *pela fé* (*ex fide*) significasse uma coisa e *pela fé* (*per fidem*) significasse outra; são apenas diferenças léxicas.

Com efeito, ao falar em outra passagem dos gentios, ou seja, da incircuncisão, diz o Apóstolo: *Prevendo que Deus justificaria os gentios pela fé* (*ex fide*) (Gl 3,8). E ao se referir à circuncisão, da qual ele procedia, afirma: *Nós somos judeus de nascimento e não pecadores da gentilidade; sabendo, entretanto, que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé* (*per fidem*) *em Jesus Cristo, nós também cremos em Cristo Jesus* (Gl 2,15-16).

Eis como afirma que a incircuncisão se justifica pela fé (*ex fide*), e o circunciso através da fé (*per fidem*), contanto que este permaneça na justiça da fé. Assim, pois, *os gentios, sem procurar a justiça, alcançaram a justiça, isto é, a justiça da fé* (Rm 9,30), suplicando-a a Deus, não presumindo de si mesmos. *Ao passo que Israel, procurando uma lei de justiça, não conseguiu esta lei. E por quê? Porque não a procurou pela fé, mas como se a conseguisse pelas obras* (Rm 9,30-31), ou seja, como que agindo por si mesmos e não acreditando que era Deus quem nelesagia. *Pois é Deus quem opera em nós o querer e o operar, segundo a sua vontade* (Fl 2,13). *E por isso esbarraram na pedra de tropeço* (Rm 9,32). *E a razão de ter dito: Não a procurou pela fé, mas como se a conseguisse pelas obras, ele a explicou dizendo: Desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à justiça de Deus. Porque a finalidade da Lei é Cristo para a justificação de todo o que crê* (Rm 10,3-4).

Duvidamos ainda quais sejam as obras da Lei, que não justificam o homem, se as considera como suas prescindindo da ajuda e do dom de Deus, *que procede de Jesus Cristo*? E podemos supor o mesmo da circuncisão e de outros ritos, visto que em outras passagens se consideram como tais estes sacramentos? Mas, a respeito da circuncisão, não pretendiam estabelecer como justiça própria, já que seu autor foi o próprio Deus. Nem se podem enquadrar naquela afirmação as obras às quais o Senhor se refere quando diz: *Violais o mandamento de Deus por causa da vossa tradição* (Mt 15,3; Mc 7,9). Diz o Apóstolo: *ao passo que Israel, procurando uma lei de justiça, não conseguiu esta Lei* (Rm 9,31). Não disse: “Procurando as suas tradições”, ou seja, “continuando-as”.

Eis, portanto, a única diferença: os judeus atribuíam a si o próprio mandamento: *Não cobiçarás* (Ex 20,17) e os demais preceitos santos e bons, cujo cumprimento por parte do homem exige que Deus opere nele pela fé de Jesus Cristo, o qual é a finalidade da lei para a justificação de todo o que crê. Isso quer dizer: incorporado a Cristo e feito membro seu pelo Espírito, qualquer um pode praticar a justiça, concedendo-lhe ele o crescimento interiormente. Falando destas obras, ele disse: *sem mim nada podeis fazer* (Jo 15,5).

51. Portanto, a justiça da lei é proposta de tal modo que viverá por ela aquele que a praticar (Lv 18,15), quem reconhecer sua fragilidade, não por suas próprias forças, nem pela letra da lei, o que não é possível; mas pela fé que reconcilia com o autor da graça, cumpra-a e nela viva. A prática da obra que leva a nela viver só é possível ao que foi justificado. Mas a justificação se obtém pela fé, sobre a qual está escrito: *Não digas em teu coração: “Quem subirá ao céu?”. Isto é, para fazer descer Cristo, ou “Quem descerá ao abismo?”. Isto é, para fazer Cristo levantar-se dentre os mortos. Mas o que diz ela? “Ao teu alcance está a palavra, em tua boca e em teu coração”; a saber, a palavra da fé que nós pregamos. Porque, se confessares com tua boca que Jesus é o Senhor e creres em teu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo (Rm 10,5-9).*

Serás justo à medida que fores salvo. Pois, por esta fé acreditamos que Deus ressuscitará dos mortos também a nós. Durante esta vida, pelo Espírito, vivamos na novidade de sua graça (Tt 2,12) sensata, justa e piedosamente; depois da morte também, na nossa carne, que ressurgirá para a imortalidade, o que é um mérito do Espírito, o qual a precede na ressurreição a ele adequada, ou seja, na justificação. *Pois, pelo batismo nós fomos sepultados com ele na morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova (Rm 6,4).*

Pela fé em Jesus Cristo obtemos a salvação, seja quando começamos a vivê-la realmente, seja quando confiamos em seu aperfeiçoamento mediante a esperança. *Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo (Jl 2,32; Rm 10,13).* Ou, como diz o salmista: *Quão grande é, Senhor, a tua bondade, que tens reservada para os que te temem, que concedes aos que se refugiam em ti! (Sl 31,20).*

Pela lei tememos a Deus, pela fé esperamos em Deus; mas para os que temem o castigo a graça permanece oculta. E a alma, sofrendo este temor, enquanto não vencer a concupiscência do mal e aquele temor, qual severo vigilante, não se afastar, refugie-se pela fé na misericórdia de Deus, a fim de que ele conceda o que manda e, com a suavidade da graça infundida pelo Espírito Santo, consiga que lhe dê mais prazer o que ele manda do que o que ele proíbe. Assim, a abundância de sua doçura, ou seja, a lei da fé, a caridade gravada e infundida nos corações se aperfeiçoem nos que nele esperam e, desse modo, a alma pratique o bem uma vez curada não pelo temor do castigo, mas pelo amor da justiça.

CAPÍTULO XXX

A graça não anula a liberdade

52. Anulamos a liberdade pela graça? De forma alguma; consolidamo-la. Assim como a lei se fortalece pela fé, a liberdade não se anula pela graça. Pois o cumprimento da lei depende da liberdade, mas pela lei se verifica o conhecimento do pecado e, pela fé, a súplica da graça contra o pecado; pela graça, a cura da alma dos males da concupiscência; pela cura da alma, a liberdade; pela liberdade, o amor da justiça; pelo amor da justiça, o cumprimento da lei. Desse modo, assim como a lei não é abolida, mas é fortalecida pela fé, visto que a fé implora a graça, pela qual se cumpre a lei, assim a liberdade não é anulada pela graça, mas consolidada, já que a graça cura a vontade, pela qual se ama livremente a justiça.

Todo este encadeamento é revelado nas santas Escrituras. A lei diz: *Não cobiçarás (Ex 20,17).* A fé suplica: *Sara-me, porque pequei contra ti (Sl 4,5).* A graça afirma: *Eis que estás curado; não peques mais, para que não te suceda algo ainda pior (Jo 5,14).* A cura exclama: *Senhor, meu Deus, clamei a ti, e tu me saraste (Sl 30,3).* A liberdade assegura: *Eu te oferecerei um sacrifício*

voluntário (Sl 54,8). O amor da justiça brada: Os soberbos abriram covas para mim, aqueles que não procedem segundo a tua lei (Sl 119,85).

Por que, então, homens infelizes se atrevem ou se gabam de sua liberdade antes de serem libertados ou de suas forças, se já foram libertados? Não percebem que liberdade equivale a livre-arbítrio. E *onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade* (2Cor 3,17). Portanto, se estão sujeitos ao pecado, por que se gloriam da liberdade? *Pois cada um é escravo daquele que o vence* (2Pd 2,19). E se já foram libertados, porque se gabam como se fosse obra sua e se gloriam, como se não tivessem recebido? Será que são livres a ponto de não quererem ter como Senhor aquele que lhes diz: *Sem mim nada podeis fazer* (Jo 15,5), e: *Se, pois, o Filho vos libertar, sereis realmente livres?* (Jo 8,36)

CAPÍTULO XXXI

Investigação sobre o poder de crer

53. Alguém pode perguntar se está em nosso poder a fé, que parece ser o começo da salvação ou das outras graças que enumerei encadeadas. Vê-lo-emos com mais facilidade, se antes examinarmos com algum cuidado o que significa este poder.

O querer e o poder são dois conceitos diferentes, de sorte que nem o que quer pode nem o que pode quer. Assim como algumas vezes queremos o que não podemos, da mesma forma algumas vezes podemos o que não queremos. Considerando a evolução dos termos, “vontade” (*voluntas*) deriva de “querer” (*velle*), enquanto o “poder” está ligado a “poder” (*posse*). *Assim o que quer tem vontade, e o que pode tem poder. Mas, para que o poder realize alguma coisa, necessita do concurso da vontade. Pois não se costuma afirmar que alguém fez algo pelo seu poder, se o fez involuntariamente.*

Se nos aprofundarmos nesta pesquisa, vamos descobrir que mesmo quando se é obrigado a realizar algo, portanto, contra a vontade, se o faz, fá-lo pela vontade. Mas como preferia fazer outra coisa, diz-se que não queria fazer, ou seja, age involuntariamente. Pois é obrigado a praticar alguma coisa má, a qual pratica, querendo evitar ou dela se desvencilhar, no entanto pratica porque é coagido. E se a vontade é tão decidida, que prefere sofrer a violência a executar a obra, resiste ao que o obriga, e não pratica. E, por isso, se chega a realizá-la, mas não com plena e livre vontade, é preciso reconhecer que mesmo assim a pratica pela faculdade do querer. E como o efeito vem em seguida à vontade, não se pode dizer que não houve voluntariedade no executante.

Porém, se, cedendo à coação, quisesse fazer, mas não pudesse, diríamos que a vontade cooperou, embora violentada, mas lhe faltou o poder. Pelo contrário, se não a praticou, porque não queria, houve, no entanto, o poder, mas faltou a vontade, já que, resistindo à coação, não agiu. Procede daí o costume de dizerem os que fazem coação ou procuram convencer alguém: “Se você pode, por que não faz e se livrará de tal desgraça?”. E os que não têm poder de praticar o que são obrigados, mas os outros julgam que podem, costumam responder se desculpando: “Fá-lo-ia, se pudesse”.

O que mais acrescentaremos? Não dizemos algumas vezes que existe este poder, quando à vontade se junta a faculdade de praticar? Daí o dizer-se que alguém tem poder, quando faz o que quer e não faz o que não quer.

54. Presta atenção agora no que determinamos examinar, ou seja, se a fé está em nosso poder. Falamos da fé que nos leva a acreditar em algo, e não da fé pela qual damos crédito quando nos prometem algo, pois a esta se dá também o nome de fé. Dizemos num sentido: “Não teve fé em mim”,

e, em outro; “Não me guardou fê” (fidelidade). O primeiro significa: “Não acreditou no que eu disse”, e o segundo: “Não cumpriu o que me disse”.

De acordo com a fê pela qual cremos, somos fiéis a Deus; no outro sentido, ou seja, quando se cumpre o que se promete, Deus é também fiel para conosco. É o que nos diz o Apóstolo: *Deus é fiel; não permitirá que sejais tentados acima de vossas forças* (1Cor 10,13).

O que investigamos sobre a fê é se está em nosso poder a fê com a qual cremos a Deus ou cremos em Deus. Pois está escrito: *Acreditou Abraão, e isto lhe foi levado em conta de justiça, e: A quem, ao invés, não trabalha, mas crê naquele que justifica o ímpio, é sua fê que é levada em conta de justiça* (Gn 15,6; Rm 4,3-5). Dize-me agora se é possível alguém crer, se não quiser, ou não crer, se quiser. Se isso é absurdo (pois crer é aceitar como verdadeiro o que se diz e a aceitação é certamente um ato da vontade), conclui-se que a fê está em nosso poder.

Mas, como diz o Apóstolo: *Não há autoridade que não venha de Deus* (Rm 13,1). Então, por que motivo não se nos diria a respeito da fê: *Que é que possuis que não tenhas recebido?* (1Cor 4,7). Pois, se cremos, foi Deus quem nos deu a fê. Contudo, lemos nas santas Escrituras: “Não existe vontade, se não vem de Deus”. E com razão não se encontra esta afirmação, porque não é verdadeira. Caso contrário, Deus seria o autor dos pecados, o que de forma alguma se pode dizer, se não existe vontade, a não ser que dele proceda. Pois, a má vontade por si já é pecado, mesmo que não haja o efeito, ou seja, se não houver o poder de levá-lo a efeito.

Contudo, quando a má vontade recebe o poder de executar o que pretende, procede do juízo de Deus, no qual não há pecado (Rm 9,14). Pois Deus castiga também deste modo, mas não injustamente pelo fato de a punição ser oculta. De mais a mais, o iníquo ignora se é castigado até que, chegando o momento do suplício, perceber sem querer quão grande mal cometeu querendo. É isto o que o Apóstolo diz de alguns: *Deus os entregou, segundo o desejo de seus corações, à impureza* (Rm 1,24). *Eis a razão das palavras do Senhor a Pilatos: Não terias poder algum sobre mim, se não te houvesse sido dado do Alto* (Jo 19,11). *Mas, quando se concede este poder, nem por isso se impõe a necessidade de agir. Por isso, quando Davi recebeu o poder de matar Saul, preferiu poupá-lo a feri-lo* (1Sm 24 e 26). *Assim podemos deduzir que os maus recebem poder para condenação de sua má vontade, mas os bons o recebem para prova de sua boa vontade.*

CAPÍTULO XXXII

A fê autêntica é a que salva

55. Depois de concluir que a fê está em nosso poder, visto que, quando alguém quer, vem a crer e, quando crê, crê por sua vontade, é mister investigar, ou melhor, recordar a que fê o Apóstolo se refere com tanta combatividade. Pois não é conveniente dar crédito a qualquer coisa, conforme diz outro apóstolo: *Caríssimos, não acreditemos em qualquer espírito, mas examinai os espíritos para ver se são de Deus* (1Jo 4,1). E o que foi afirmado em favor da caridade: *Tudo crê* (1Cor 13,7), não se deve entender que se há de negar esta virtude a quem não acreditar imediatamente no que ouvir. A própria caridade não nos admoesta que não se deve crer facilmente em algum erro por parte de um irmão, e que, quando haja referência a tal erro, não lhe é mais conveniente não acreditar? Finalmente, a própria caridade, que tudo crê, não crê em todo espírito. Por isso, realmente tudo crê, mas com relação a Deus, visto que não está escrito: “Crê em todos”. Portanto, ninguém pode duvidar de que a fê exaltada pelo Apóstolo é a fê que leva a crer em Deus.

56. Mas é preciso fazer ainda outra distinção: os que vivem sob a lei e se empenham em praticar a

justiça por temor, e, portanto, não praticam a justiça de Deus, porque esta prática é obra da caridade, a qual não se compraz senão no que é lícito, e não obra do temor, que obriga a praticar o lícito, embora haja outra intenção que o leva a querer que fosse lícito o que não é, estes tais creem em Deus, pois, se não cressem, não temeriam o castigo da lei.

Mas não é esta a fé que o Apóstolo exalta quando diz: *Com efeito, não recebestes um espírito de escravidão, para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: “Abba! Pai!”* (Rm 8,15). Portanto, é um temor servil e, por conseguinte, embora se creia no Senhor, contudo não se ama a justiça, mas se teme a condenação. Mas os filhos clamam: *“Abba! Pai!”*, uma de cujas palavras representa a circuncisão e a outra, a incircuncisão, ou seja, o judeu e o grego, pois, *há um só Deus, que justificará os circuncisos pela fé e também os incircuncisos através da fé* (Rm 3,30). E quando clamam, pedem algo. E o que pedem senão aquilo de que têm fome e sede? Fome e sede de quê, senão daquilo que revelam as palavras: *Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados?* (Mt 5,6)

Cheguem, portanto, até este ponto os que estão sob a Lei, para que de escravos se tornem filhos, sem deixar de ser escravos, servindo como filhos e com liberdade ao Pai e Senhor. Esta graça lhes foi concedida: *A todos os que o receberam — o Filho Unigênito — deu o poder de se tornarem filhos de Deus* (Jo 1,12). *Deu-lhes ainda a orientação de pedir, buscar e bater e, assim, possam receber, encontrar e ter a porta aberta. Acrescentou esta recriminação: Ora, se vós que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o vosso Pai, que está nos céus, dará coisas boas aos que lhe pedem?* (Mt 7,7-11).

Quando a força do pecado, ou seja, a Lei, instigar o aguilhão da morte (1Cor 15,56) e o pecado, aproveitando a ocasião através dos preceitos, gerar toda espécie de concupiscência, a quem se há de implorar a continência, senão daquele que sabe dar coisas boas aos seus filhos? Acaso o insensato ignora que ninguém pode ser continente, se Deus não lhe concede este dom? (Sb 8,21). Para não ignorar necessita de sabedoria. Por que, então, não escuta o Espírito do Pai que diz pelo Apóstolo de Cristo e pelo mesmo Cristo que afirma no Evangelho: *Pedi e recebereis* (Mt 7,7) e que fala também pela boca do seu Apóstolo, que assim orienta: *Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a concede generosamente a todos, sem impropérios, e ela ser-lhe-á dada, contanto que peça com fé?* (Tg 1,5-6).

Esta é a fé de que o justo vive (Rm 1,17); esta é a fé pela qual se crê naquele que justifica o ímpio (Rm 4,5); esta é a fé pela qual se rejeita a soberba, para que se afaste de nós a que nos leva a gloriar em nós mesmos e para que se evidencie a glória pela qual nos gloriamos no Senhor; esta é a fé pela qual se implora a liberalidade do Espírito, a respeito do qual está escrito: *Nós, com efeito, aguardamos no Espírito a esperança da justiça que vem da fé* (Gl 5,5).

Ainda se pode investigar se o Apóstolo se refere à esperança da justiça pela qual a justiça espera ou pela qual a justiça é esperada. Pois, o justo, vivendo da fé, espera certamente a vida eterna, assim como a fé, que tem fome e sede de justiça pela renovação dia a dia do homem interior, aperfeiçoa-se e espera saciar-se dela na vida eterna, onde se realizará o que o salmo diz de Deus: *É ele que sacia de bens a tua vida* (Sl 103,5).

Esta é a fé pela qual se salvam aqueles a quem se diz: *Pela graça fomos salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é dom de Deus: não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho. Pois somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras que Deus já antes tinha preparado para que nelas andássemos* (Ef 2,9-10). Finalmente, esta é a fé que age pela caridade (Gl 5,6), não por temor, não temendo o castigo, mas amando a justiça.

Portanto, de onde procede esta caridade, ou seja, a caridade pela qual age a fé, senão daquele do qual a própria fé o suplicou? Pois, não se encontraria em nós em nenhum grau, se não fosse difundida em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi dado (Rm 5,5). Com efeito, a caridade de Deus que se diz ser difundida em nosso coração, não aquela pela qual ele nos ama, mas aquela pela qual nos leva a amá-lo (Rm 3,24), assim como a salvação do Senhor é aquela pela qual nos salva (Sl 3,4), e a fé de Cristo é aquela pela qual nos torna fiéis (Gl 2,16). Esta é a justiça de Deus, a qual não somente no-la ensina pelo preceito da lei, mas também no-la outorga pelo dom do Espírito.

CAPÍTULO XXXIII

A investigação sobre a vontade de crer

57. Como consequência, é preciso investigar um pouco, se a vontade, que nos leva a crer, é também dom de Deus ou se atua por força da liberdade naturalmente inserida em nós. Pois, se dissermos que não é dom de Deus, é dese temer que pensemos ter encontrado alguma coisa contrariando o dizer do Apóstolo: *O que é que possuis que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido? (1Cor 4,7). E assim possamos responder-lhe: “Temos a vontade de crer, a qual não recebemos”; “temos de que nos gloriar, porque não a recebemos”.*

E se dissermos que mesmo a vontade de crer é dom de Deus, é de se temer que os infiéis e os ímpios pretendam com razão desculpar-se por não terem crido, visto que Deus não lhes outorgou esta vontade. Pois, o que está escrito: *É Deus quem opera em nós o querer e o operar, segundo a sua vontade (Fl 2,13)*, já é um efeito da graça, que a fé implora para que possam ser boas as obras do homem, as quais são obras da fé mediante a caridade que é difundida no coração pelo Espírito Santo, que nos foi dado.

Se cremos que podemos alcançar esta graça e cremos deveras por um ato da vontade, devemos investigar a origem deste querer em nós. Se nos vem pela natureza, por que não vem a todos? O mesmo Deus não é o criador de todos? Se procede de um dom de Deus, por que não favorece a todos, pois ele quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade?

58. Primeiramente, respondamos à primeira questão e vejamos se a satisfaz o dizer que a liberdade atribuída por Deus à alma racional mediante a natureza é uma força intermédia que pode ou ser dirigida para a fé ou inclinar-se para a infidelidade. Assim sendo, nem esta vontade, que o leva a crer em Deus, pode-se dizer que o ser humano a tem como não recebida, pois, pelo chamado de Deus, esta vontade nasce da liberdade, a qual recebeu em sua natureza, ao ser criado. Deus, porém, quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade, mas não ao ponto de lhes tirar a liberdade, da qual, usando bem ou mal, serão julgados com justiça. Quando usam mal da liberdade, os infiéis agem certamente contra a vontade de Deus, não acreditando no seu Evangelho. Mas não a conseguem vencer; pelo contrário, privam-se a si mesmos do grande e sumo Bem, tornam-se réus de rigorosos castigos sob o poder daquele cuja misericórdia desprezaram em seus benefícios.

Assim a vontade de Deus permanece sempre invicta. Seria vencida, se não soubesse o que fazer dos que a desprezam ou se eles de algum modo conseguissem evadir-se do que lhes preparou. Pois, o que significa, por exemplo, quando se diz: “Quero que todos estes empregados trabalhem na vinha e, depois do trabalho, tomem sua refeição tranquilamente; e, se algum deles não quiser, vá trabalhar para sempre no moinho”? Todo aquele que desprezar a ordem parece que procede contra a vontade do patrão. Mas poderá vencê-la, se, desprezando-a, conseguir fugir do moinho, o que de forma alguma poderá acontecer, quando se trata do poder de Deus.

Por isso está escrito: “*Deus disse uma coisa*”, ou seja, sem possibilidade de mudança, embora se pudesse aplicar esta sentença ao Verbo Unigênito. Em seguida, acrescentando o que falou de modo irrevogável, diz: *Estas duas ouvi: O poder é de Deus, e tua, ó Senhor, é a graça; porque retribuirás a cada um segundo as suas obras* (Sl 62,12). Portanto, é réu da condenação sob o seu poder aquele que despreza sua misericórdia quando chamado à fé. Mas a todo aquele que acreditar e a ele se confiar para ser absolvido dos pecados, curando-se de todos os vícios, inflamado por seu calor e iluminado por sua luz, contará com sua graça para as boas obras. As boas obras o libertarão da corrupção da morte mesmo em seu corpo; será coroado, saciado de bens não temporais, mas eternos, além do que podemos pedir ou pensar (Ef 3,20).

59. O salmo referiu-se a estes mesmos favores divinos observando a mesma ordem, ao dizer: *Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não esqueças nenhum dos seus benefícios. É ele quem perdoa todas as tuas culpas, e que sara todas as tuas enfermidades. É ele quem resgata da morte a tua vida, e que te coroa de misericórdia e de graça. É ele quem sacia de bens a tua vida* (Sl 103,2-5). E para que a deformidade do homem velho, ou seja, de nossa mortalidade, não se desesperasse de alcançar estes bens, continua o salmo: *Renova-se, como a da águia, a tua juventude*. Como se dissesse: “Isso que ouviste diz respeito ao homem novo e ao Novo Testamento”. Considera comigo tudo isso um pouco, eu te peço, e contempla com prazer esse louvor à misericórdia, isto é, à graça de Deus.

Diz o salmo: *Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não esqueças nenhum dos seus benefícios*. Não diz: “distribuições”, mas “benefícios” (*retributiones*), pois o Senhor recompensa os males com benefícios. *É ele quem perdoa todas as tuas culpas*, ou seja, no sacramento do batismo. *Que sara todas as tuas enfermidades*, o que acontece na vida do homem fiel, quando a carne tem aspirações contrárias ao Espírito e o espírito contrárias à carne e não fazemos o que queremos (Gl 5,17); quando percebe outra lei em seus membros que peleja contra a lei da razão; quando o querer o bem está ao seu alcance, não, porém, o praticá-lo (Rm 7,23.18). Estas enfermidades do homem velho, se avançamos com intenção de perseverar, são curadas com o crescimento dia a dia do homem novo pela fé que opera pela caridade. *Que resgata da morte a tua vida*: isso se dá na última ressurreição dos mortos. *Que te coroa de misericórdia e de graça*: isso se realiza no juízo, quando o Rei justo sentar-se-á no trono para retribuir a cada um conforme as suas obras. Então, quem se gloriará de possuir um coração casto? Ou quem se gloriará de estar purificado de todo o pecado? (Pr 20,8-9; Mt 16,27).

Foi preciso realçar a compaixão e a misericórdia do Senhor, falando daquele dia em que o cobrar as dívidas e o retribuir os merecimentos poderiam ser vistos como se não houvesse lugar à misericórdia. Portanto, Deus coroa de compaixão e de misericórdia, mas considerando as obras. Pois será separado para a direita aquele ao qual se dirá: *Tive fome e me deste de comer* (Mt 25,35), mas *o juízo será sem misericórdia para aquele que não pratica a misericórdia* (Tg 2,13), porém: *Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia* (Mt 5,5).

Com efeito, quando os da esquerda forem para o fogo eterno, os justos serão convidados para a vida eterna (Mt 5,7), pois assim está escrito: *A vida eterna é esta: que eles te conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro, e aquele que enviaste, Jesus Cristo* (Jo 17,3). Com esta contemplação o desejo se saciará de bens espirituais. Esse conhecimento o saciará, nada mais haverá a desejar, a aspirar, a procurar. Abraza-se neste desejo de se saciar aquele que disse ao Cristo Senhor: *Senhor, mostra-nos o Pai e isto nos basta!* Foi-lhe respondido: *Quem me viu, viu o Pai* (Jo 14,8-9). Pois, *a vida eterna é esta: que eles te conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro e aquele que enviaste, Jesus Cristo*.

Mas se aquele que viu o Filho, viu também o Pai, sem dúvida aquele que vê o Pai e o Filho, vê também o Espírito Santo do Pai e do Filho.

Assim, não abolimos a liberdade e nossa alma bendiz o Senhor, não nos esquecendo de todos os seus benefícios; nem desconhecendo que a justiça de Deus pretende estabelecer a sua própria (Rm 10,3). Mas crê naquele que justifica o ímpio, e vive da fé até chegar à contemplação de Deus, ou seja, pela fé que age pela caridade. Esta caridade difunde-se em nosso coração não pela força da vontade própria nem pela letra da lei, mas pelo Espírito Santo, que nos foi dado.

CAPÍTULO XXXIV

A vontade de crer vem de Deus²

60. Baste esta dissertação, se for suficiente para resolver a questão em pauta. Porém, se alguém quiser objetar ainda, deve atribuir a Deus o pecado, que é iniciativa da liberdade, pelo fato de se dizer: *Que é que possuis que não tenhas recebido?* Considerando também a vontade, que nos leva a crer e se atribui ao dom de Deus, porque nasce da liberdade e a recebemos na criação, reflita e perceba o contraditor que não somente se deve atribuir esta vontade à graça divina, porque procede da liberdade inserida em nós pela natureza desde a criação, mas também porque Deus age mediante meios suasórios visíveis para nos levar a querer e a crer. Esta atuação divina pode se dar ou exteriormente por meio de exortações evangélicas, com alguma influência dos preceitos da lei, se levam o homem à consciência de sua fragilidade e a se refugiar pela fé na graça que justifica, ou interiormente, onde ninguém pode provocar nenhum pensamento, mas é iniciativa da vontade consentir ou dissentir.

Portanto, quando Deus concorre com a alma racional mediante estes meios — e ninguém pode crer em algo apenas com o uso da liberdade sem a influência de uma persuasão ou chamado em relação em quem deve crer —, não há dúvida de que ele opera no homem o próprio querer e sua misericórdia nos precede em tudo. Mas o consentimento ou o dissentimento ao chamado de Deus, conforme já afirmei, é obra da vontade própria.

Esse ensinamento não somente não desvaloriza o que está escrito: *Que é que possuis que não tenhas recebido?* mas o confirma. Pois a alma não tem capacidade de receber e conservar os dons, aos quais se refere a sentença, a não ser consentindo. Por isso, o que tem e o que recebe vem de Deus, mas o receber e o conservar dependem de quem recebe e possui.

Se insistirem em que investiguemos com mais profundidade a ponto de perguntarem por que a este se aconselha para que se persuada e àquele outro, não, há somente duas respostas que me ocorrem no momento: *Ó abismo da riqueza!* (Rm 11,33), e: *Que há injustiça por parte de Deus?* (Rm 9,14). A quem esta resposta não satisfizer, interrogue outros mais doutos, mas tenha cuidado em não encontrar os mais presunçosos.

CAPÍTULO XXXV

Retorno ao assunto dos fatos possíveis, mas não realizados

61. Vamos já concluir este livro; não sei se fomos demasiado prolixos em algum assunto. Não digo isso por causa de ti, mas daqueles pelos quais quiseste que escrevêssemos, os quais preferem sustentar sua própria doutrina, não digo contra a nossa, mas contra não uma sentença do grande Apóstolo, mas contrariando sua veemente, intensa e vigilante luta, sem falar da oposição àquele que

falou em seus apóstolos. Recusam-se a escutar o Apóstolo, que suplica *pela misericórdia de Deus* e afirma que, em virtude da graça que lhe foi concedida, *não tinha de si mesmo conceito mais elevado do que convém, mas uma justa estima, ditada pela sabedoria, de acordo com a medida da fé que Deus dispensa a cada um* (Rm 12,3).

62. Tem em conta, porém, a questão que me propuseste e o que dissertamos nesta extensa obra. Moveu-te certamente a minha afirmação sobre a possibilidade de o homem viver sem pecado, se assim o quiser com a ajuda divina, embora não tenha existido, nem existe nem existirá uma pessoa dotada desta perfeita justiça. Foi justamente isso que te asseverei nos livros que te foram anteriormente dirigidos, ou seja: “Se me perguntarem, se o ser humano pode viver nesta vida sem pecado, confessarei que o pode pela graça de Deus e o bom uso de sua liberdade, não duvidando de que a liberdade pertence também à ordem da graça, isto é, aos dons de Deus, não somente quanto à sua existência, mas também enquanto pratica o bem, ou seja, enquanto se converte ao cumprimento dos mandamentos do Senhor. Assim, a graça de Deus não somente manifesta o que há de fazer, mas também o ajuda para que possa fazer o que a graça manifesta” (Méritos dos pecadores, III, n. 7).

Parece-te um absurdo falar na possibilidade de um fato sem mostrar um exemplo. Deste parecer teve origem o assunto do presente livro e, por isso, cumpria a nós mostrar que algo é possível mesmo faltando exemplos. No início desta dissertação mencionamos alguns exemplos do Evangelho e da Lei, dos quais nenhum se efetuou. Citei os exemplos da passagem do camelo pelo buraco de uma agulha (Mt 19,24), das doze mil legiões de anjos que poderiam lutar por Cristo, se ele quisesse (Mt 26,53) e daqueles povos pagãos dos quais Deus disse que poderia exterminar da face do seu povo (Dt 31,3; Jt 2,3). Poder-se-ia acrescentar os exemplos de que fala o livro da Sabedoria, como, por exemplo, os grandes flagelos com que Deus poderia atormentar os ímpios a um seu sinal, servindo-se das criaturas, flagelos que não chegaram a acontecer (Sb 16,24). Pode-se mencionar também que a fé poderia transportar montanhas (Mc 11,23), mas nunca ouvimos ou lemos que se tenha verificado tal prodígio.

Pois bem, se alguém disser que qualquer destes fatos é impossível para Deus, percebes como estás enganado e como faz afirmações contrariando a fé das Escrituras. Pode-se deparar muitos outros exemplos nas leituras ou apenas neles pensar. Não podemos negar que sejam possíveis para Deus, embora não se possa citar algum que tenha acontecido.

63. Como alguém poderia retrucar que tais obras são divinas, mas viver na justiça diz respeito a obras nossas, procurei demonstrar que esta é também uma obra divina e o fiz neste livro com mais extensão do que era necessário. Mas parece-me ter dito pouco ainda contra os inimigos da graça de Deus, e nada me dá tanto prazer como falar daquilo de que encontro apoio nas Escrituras. Este apoio escriturístico leva a pessoa que se gloria a se gloriar no Senhor (2Cor 10,17) e a que demos graças ao Senhor nosso Deus, tendo ao alto nosso coração, de onde, do Pai das luzes, descem todo dom precioso e toda dádiva perfeita (Tg 1,17).

Se isto não é obra de Deus pelo fato de o realizarmos por uma concessão de Deus, também não é obra de Deus a transferência da montanha para o mar, pois o mesmo Senhor afirmou sua possibilidade mediante os homens e atribuiu-lhes o prodígio dizendo: *Em verdade vos digo, se alguém disser a este monte: ergue-te e lança-te ao mar, e não duvidar no coração, mas crer que o que diz se realiza, isso lhe acontecerá* (Mc 11,23-24; Lc 17,6). Vê-se que disse: “lhe” e não: “a mim ou ao Pai”. Contudo, homem algum é capaz de realizar este prodígio, se Deus não lho conceder e o próprio Deus não agir.

Eis como não há exemplo algum de pessoas que tenham vivido na justiça perfeita, mas não é impossível. Poderia haver se houvesse aplicação da vontade exigida por uma vida tão sublime.

Seria, no entanto, se nada do que tange à justiça não nos fosse ocultado e se ela nos desse tanto prazer, que o próprio deleite superasse o prazer ou a dor de qualquer outra coisa contrária. Mas isso não ocorre não por ser impossível, mas porque pertence aos desígnios de Deus. Pois, quem ignora não estar na possibilidade humana o saber e o desejar tudo o que sabe ser apetecível, se o prazer que lhe pode causar não é tão grande quanto o amor com que deve desejá-lo? Mas isso é próprio tão-somente da alma totalmente purificada.

CAPÍTULO XXXVI

Últimas considerações sobre a possibilidade da justiça perfeita neste mundo. — Conclusão

64. Alguém talvez julgará que nada nos falta para o cumprimento da justiça, porque o Senhor, abreviando e resumindo sua palavra sobre a terra (Is 10,23; Rm 9,28), afirmou que toda a Lei e os Profetas dependem de dois preceitos. Não os ocultou, mas declarou-os expressamente: *Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento; e amarás o teu próximo como a ti mesmo* (Mt 22,37-40). Não é verdade que o cumpridor destes mandamentos cumpre toda a justiça?

Contudo, quem isso percebe, percebe também que todos nós tropeçamos frequentemente (Tg 3,2), até quando pensamos que agradamos a Deus, a quem amamos, ou não lhe desagradamos com o que fazemos. E, depois, advertidos pela sua Escritura ou por um motivo manifesto e claro, ao tomarmos consciência de que não lhe agradamos, pedimos-lhe perdão arrependidos. A vida humana está cheia destes ensinamentos.

E qual a razão de sabermos pouco sobre o que lhe agrada, senão o fato de o conhecermos pouco? Pois, *agora vemos em espelho e de maneira confusa, mas, depois, veremos face a face*. Quando terá lugar o que o Apóstolo diz: *Conhecerei como sou conhecido* (1Cor 13,12), quem ousará dizer que o amor dos que contemplaram a Deus é igual ao dos fiéis nesta vida, ou que é comparável ao amor que se tem ao próximo? Portanto, quanto maior o conhecimento, maior será o amor, e quanto falta agora à perfeição do amor falta à perfeição na justiça.

Pode-se conhecer algo ou nele acreditar, contudo pode-se não amá-lo; mas não se pode amar o que não se conhece ou aquilo em que não se crê. Os santos puderam chegar pela fé a tamanho amor, que, conforme o atesta o Senhor, não é possível tê-lo maior do que dar a vida pelafé ou pelos irmãos (Jo 15,13). Por isso, quando, depois de encerrar a peregrinação pela fé, se chegar à contemplação que esperamos sem tê-la visto e aguardamos na perseverança (Rm 8,25), o amor não somente será superior ao que agora sentimos, mas excederá o que pedimos e conseguimos entender. Mas não excederá a capacidade de nosso coração, nossa alma e nosso entendimento. Nem sobrará em nós algo que se possa acrescentar ao todo, pois, se sobrar, o todo não será todo.

Assim sendo, quando contemplarmos face a face, cumprimos na outra vida o primeiro preceito da justiça, que nos ordena amar a Deus, e ao qual é consequente o amor ao próximo. Mas os dois nos foram impostos para nos advertir acerca do que pedir com fé, o que prevenir com esperança e, esquecendo as coisas deixadas atrás, a respeito de a que bens futuros devemos aspirar (Fl 3). Por isso, pelo que entendo, nas coisas que fazem a perfeição da justiça, avança muito nesta vida aquele que compreendeu que deve se aperfeiçoar, embora esteja muito longe da perfeição da justiça.

65. Mas se se pode dizer que a esta vida compete uma justiça menor, pela qual o justo vive da fé (Rm 1,17) ainda peregrino do Senhor e caminhando pela fé, e não pela visão, não é absurdo afirmar também que o não pecar lhe pertence. Pois, não se lhe há de imputar a culpa pelo fato de que o amor

de Deus não seja tão perfeito como não é perfeito e pleno o conhecimento. Uma coisa é ainda não viver totalmente a caridade, e outra não incorrer em nenhuma cobiça. Pois, o ser humano nada deve apetecer de ilícito, embora ame a Deus muito menos do que deveria com relação ao que poderá amá-lo quando estiver na sua presença. É semelhante ao que ocorre com os sentidos corporais, ou seja, aos olhos não são agradáveis as trevas absolutas, embora, por outro lado, não se possam fixar numa luz ofuscante.

Desse modo, podemos considerar que a alma humana no corpo corruptível é tal que, embora não consiga refrear ou extinguir todos os movimentos da libido terrena com a mais sublime perfeição do amor de Deus, contudo na sua menor justiça pode não consentir na prática do ilícito. Assim, diz respeito à vida imortal o cumprimento do preceito: *Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, e de toda a tua alma, e com toda a tua força* (Dt 6,5), ao passo que determina a pertença a esta vida mortal a admoestação: *Que o pecado não impere mais em vosso corpo mortal, sujeitando-se às suas paixões* (Rm 6,12). Refere-se à outra vida o mandamento: *Não cobiçarás* (Ex 20,17), e a esta: *Não te deixes ir atrás das tuas paixões* (Eccl 18,30); àquela compete nada mais buscar a não ser persistir na perfeição; a esta, perseverar nas boas obras e esperar a perfeição da outra como recompensa. Assim, pela outra vida o justo vive sem fim na visão, que ele nesta desejou; por esta, o justo vive da fé, na qual deseja a outra como um fim seguro.

(Após estas considerações, podemos concluir que é pecado por parte do homem, que vive da fé, consentir algumas vezes em algum prazer ilícito, não somente na prática de horrendos crimes e maldades, mas também nos pecados mais leves. Poderíamos citar o prestar ouvidos a conversas que não devem ser ouvidas, ou dizer a alguém o que não se deve dizer, ou pensar algo no seu coração de tal modo que gostaria que fosse lícito o que é objeto de deleite pecaminoso e sabe pelo preceito que é ilícito. Isso porque inclina ao pecado este consentimento que conduziria à prática do mal, se no fundo não o atemorizasse o castigo.)

Acaso os justos, que vivem da fé, não têm necessidade de dizer: *E perdoa-nos as nossas dívidas, como também nós perdoamos aos nossos devedores?* (Mt 6,15).

Consideram que não é verdade o que está escrito: *Nenhum vivente é justo na tua presença?* (Sl 143,2). Pensam o mesmo da sentença: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós* (1Jo 1,8), assim como esta outra: *Não há homem que não peque (peccabit)* (1Rs 8,46), e ainda: *Não há homem justo sobre a terra, que faça o bem, e que não peque (peccabit)* (Eccl 7,21). Os dois últimos testemunhos não falam de tempo passado, ou seja, “pecou” (*peccavit*), mas do futuro “pecará” (*peccabit*). Poder-se-iam citar outras passagens da Escritura que nos diriam a mesma coisa sobre os justos que vivem da fé.

Como estes testemunhos não podem ser falsos, qualquer que seja o grau em que possamos determinar a justiça como possível neste mundo, não se encontra homem algum que esteja isento totalmente de pecado. Assim, a todo ser humano é necessário que dê, para que lhe seja dado; que perdoe, para que seja perdoado (Lc 6,38.37). E se for justo, não deve presumir que o seja pelas suas obras, mas glorie-se da graça de Deus que justifica. Ainda mais. Deve sentir fome e sede de justiça (Mt 5,6) que vem daquele que é o pão vivo (Jo 6,51), e no qual está a fonte da vida (Sl 36,10), o qual de tal modo justifica os seus santos, ainda no meio das tentações da vida, que ela se torna uma realidade, e o que lhe pedem concede com generosidade, e cheio de clemência perdoa os que reconhecem suas culpas.

66. Desafiemos os pelagianos a apresentarem alguém, que viva sob o peso da corrupção terrena, ao qual Deus nada tenha que perdoar. A não ser que o declarem justo depois de ter sido ajudado para

ser justo não pela doutrina da lei dada, mas pela infusão do Espírito da graça. Se professarem aquela doutrina, não incorrerão num pecado qualquer, mas no da impiedade. Mas se aceitam os citados testemunhos divinos, embora não possam encontraram ser humano tão perfeito, não devem dizer que falta a Deus este poder de ajudar a vontade humana de tal modo que não somente consiga a justiça, que vive da fé e se aperfeiçoa agora no ser humano, mas também aquela na qual há de viver depois na contemplação de Deus por toda a eternidade.

Qual o demente que se atreve a negar a Deus o poder de revestir agora de imortalidade (1Cor 15,53) qualquer corpo corruptível e ordenar que viva aqui para sempre um imortal entre os homens mortais, de modo que, destruído totalmente o homem velho, não haja lei alguma que peleje contra a lei de sua razão (Rm 7,23) e veja a Deus presente em toda a parte como os santos o hão de ver? Mas há pessoas que perguntam por que não o faz. Os que assim perguntam, não percebem que são seres humanos.

Sei que assim como não há impotência por parte de Deus, não há também injustiça (Rm 9,14). E sei que ele resiste aos soberbos, mas dá a graça aos humildes (Tg 4,6). E sei que àquele a quem foi dado um agulhão na carne — um anjo de Satanás para o espancar — a fim de que não se enchesse de soberba, foi-lhe respondido após suplicar uma, duas e três vezes: *Basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder* (2Cor 12,7-8). Portanto, há algo no oculto e profundo dos juízos de Deus que leva os lábios dos justos a se fecharem em louvor a si mesmos e não se abrirem a não ser para louvar a Deus.

Quem poderá esquadrinhar este algo? Quem poderá investigar e conhecer? Pois, *como são insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos! Quem, com efeito, conheceu o pensamento do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro? Ou quem primeiro lhe fez o dom para receber em troca? Porque tudo é dele, por ele e para ele. A ele a glória pelos séculos! Amém* (Rm 11,33-36).

¹ Flávio Marcelino, tribuno romano em Cartago, designado em 411, pelo imperador Honório para arbitrar a famosa e tumultuada assembleia dos bispos católicos e donatistas, em Cartago. Nada menos do que 278 bispos donatistas estavam na assembleia e 286 católicos. Esta assembleia teve lugar entre 1-8 de junho de 411. Agostinho derrotou os argumentos dos donatistas. Marcelino apoiou inteiramente a causa de Agostinho. Mas quando Heracliano sublevou-se contra Honório, ressentidos, os donatistas acusaram Marcelino de cumplicidade na conspiração. Com medo de que os encarcerados pudessem obter a liberdade por meio dos bispos católicos, o imperador condenou Marcelino à prisão e depois apressou a execução da sentença. Marcelino foi executado em 413. Agostinho ainda o visitou na prisão e lhe dedicou os três primeiros livros de *A cidade de Deus*.

² A contraposição letra-Espírito antecipa aquela entre obras da lei e justificação pela fé. Revela ainda o contraste em que reflete Paulo entre o Antigo e o Novo Testamento. O Espírito é o constitutivo de um novo relacionamento de comunhão entre Deus e o povo. Agora este relacionamento não é mais regulado de modo extrínseco, por uma lei escrita em tábuas de pedra, mas por uma lei intrínseca, inscrita na carne dos corações.

³ A antítese entre o Espírito e a letra aponta, aqui, para a nova era, aquela em que a nova aliança de Jesus é realização de Jr 31,31ss. A letra significa a concepção de guardar a lei exteriormente com toda a força moral que o homem pode levantar. O Espírito refere-se às novas relações e forças produzidas em Cristo.

⁴ A letra é a lei de Moisés enquanto exige do homem obediência que ele é incapaz de atuar, e isso o conduz à morte. O judaísmo contemporâneo de Paulo a destacava das suas raízes vitais. Este uso literalista e legalista da lei fazia dela uma forma de morte. A Nova Aliança não é um texto que completa o antigo, mas a passagem desta, que é o escrito, àquela que é vivida no coração. Sem o Espírito, o texto mata, mas sem o texto, o Espírito seria áfono.

⁵ Agostinho trabalha com analogias entre as leis como fizera Paulo. Paulo fala num contexto do ministério da Nova Aliança. As contraposições fazem ressaltar as diferenças entre as duas alianças: a Aliança antiga era escrita em tábuas de pedra, a Nova Aliança é escrita no coração de carne; na Antiga Aliança, havia um ministério da morte, na Nova Aliança há um ministério do Espírito que dá a vida; ministério da condenação e ministério da justiça; aliança antiga, lida com um véu, a nova com a iluminação da consciência; a antiga, sob o vulto de Moisés, a nova sob o vulto de Cristo.

⁶ As condições dessa aliança são: substituirá a antiga aliança que Israel havia rompido; será uma aliança de graça, e não de obras; promete o novo nascimento, mediante o qual a lei de Deus é escrita no coração de seu povo; promete a conversão de Israel a Deus; promete o perdão dos pecados; será um pacto eterno.

⁷ Um dos primeiros Padres da Igreja a reconhecer o valor da filosofia à cultura pagã como caminhos que conduziam a Deus foi Clemente de Alexandria. Antes dele, Justino de Roma reconheceu sementes do Logos espalhadas pela sabedoria dos povos. Dizia Clemente: “Até as ações materiais, se bem educadas, tornam-se santas, como o caminhar, o repouso, o alimento, o sono, o leito, a comida e toda a educação. Por isso, o Logos também é chamado Salvador, no sentido que revelou aos homens esses remédios racionais (...), esperando o momento oportuno, censurando o vício, extirpando as causas das paixões e cortando as raízes dos desejos contrários à razão, indicando as coisas de que precisa se abster e propondo aos doentes todos os antídotos da salvação. Essa é a maior e a mais régia obra de Deus: salvar a humanidade”. Segundo Clemente, a filosofia fazia o papel da lei para os pagãos.

⁸ O poder da natureza provém da graça, já que a natureza ficou debilitada devido ao pecado. A graça restaura a natureza para que opere os ditames da lei. A obra da graça é restaurar a imagem e gravar de novo perfeitamente esta lei nos corações.

⁹ A fé está em nosso poder? Agostinho distingue entre o poder e o querer da vontade. Crer é assentir à verdade que nos é comunicada, mas o assentimento é ato da vontade. Logo a fé está em nosso poder. Mas a vontade de crer é também um dom de Deus? Se dissermos que não deveríamos ouvir “Que tens que não o tenhas recebido?” A que responderíamos: “Eis que temos aqui a vontade de crer sem tê-la recebido”. Se dissermos que é um dom de Deus, os gentios achariam justo pretexto de não ter crido alegando que não receberam de Deus esta graça. A fé é dom de Deus acolhido pela vontade livre do homem, vontade sanada pela graça. Portanto, o querer crer é suscitado por Deus.

INTRODUÇÃO

1. *Ocasão e motivação da obra*

Foi no *Sermão* 294, pronunciado em Cartago em junho de 413, durante a festa de São João Batista, que Agostinho rompeu o silêncio para criticar a doutrina de Pelágio. Até então, envolvido completamente com as questões donatistas, não tivera tempo para se dedicar à reflexão sobre as doutrinas de Pelágio. Somente dois anos mais tarde, a partir da leitura da obra pelagiana *Sobre a natureza* é que Agostinho se envolverá na luta contra as teses de Pelágio e seus discípulos.

A ocasião e a motivação que provocaram a composição desta obra sobre *A natureza e a graça* estão bem explícitas nos primeiros parágrafos: “Caríssimos Timásio e Tiago,... entreguei-me a uma leitura rápida, mas cuidadosa, do livro que me enviastes.¹ Deparei nele um homem deveras preocupado contra aqueles que, em lugar de imputar seus erros à vontade humana, inculpam a natureza do homem e nela se apóiam para se desculpar. No entanto, excedeu-se no ardor em combater essa epidemia que autores antigos censuravam com veemência...” (I,1).

Os monges de Adrumeto² haviam recebido a obra de Pelágio *Sobre a natureza*. Estranhando certas afirmações aí contidas, enviaram-na, através dos monges Timásio e Tiago, a Agostinho solicitando-lhe um parecer sobre tais ensinamentos. Das respostas aos pontos errôneos ou suspeitos encontrados na obra de Pelágio, nasceu este livro sobre *A natureza e a graça*.

Em vários outros de seus escritos, Agostinho menciona esta sua obra, o que nos ajuda a localizá-la e a compreendê-la. Na *Carta* 169, 4.13, a seu discípulo, amigo e compatriota, bispo de Uzala, Evódio, que participou ativamente na luta contra os donatistas, Agostinho declara: “Escrevi também uma extensa obra contra a heresia de Pelágio, constrangido por alguns irmãos aos quais queria convencer de sua perniciosa doutrina a respeito da graça de Cristo”. Pelo final de 415, Paulo Orósio, tendo viajado da África para a Palestina, dá a conhecer aos monges do mosteiro de Jerusalém, onde Pelágio estivera algum tempo, a obra de Agostinho: “O bem-aventurado Agostinho respondeu cabalmente ao livro de Pelágio, por indicação e pedido de seus discípulos”. A obra a que se refere Orósio é *A natureza e a graça*. Na obra *De gestis Pelagii*, n. 47, Agostinho registra a manifestação de profundo agradecimento por parte dos destinatários de *A natureza e a graça* que externavam admiração pelas respostas de Agostinho a todos os argumentos de Pelágio. Na *Carta* 179, a João, bispo de Jerusalém, Agostinho faz referências a esta obra. Agostinho enviara-lhe seu livro juntamente com o de Pelágio para que este pudesse ficar a par do pensamento de Pelágio. Enviou ambas as obras também ao papa Inocêncio, conforme se pode ler na *Carta* 177, em nome de cinco bispos africanos. A *Carta* 183 acusa o recebimento. Nestas duas últimas *Cartas*, há menção a Timásio e Tiago nos seguintes termos: “Timásio e Tiago, jovens religiosos honestos servos de Deus, os quais abandonaram o que tinham neste mundo e serviam a Deus em continência”. Também nas *Retratações*, capítulo LXII do segundo livro, Agostinho se explica sobre a razão desta obra: “Chegou às minhas mãos um livro de Pelágio, no qual defendeu, com a mais vigorosa argumentação que lhe foi possível, a natureza humana em contraposição à graça de Deus, a qual justifica o ímpio e nos faz cristãos. Dei o título de *A graça e a natureza* à obra de que me servi como resposta, defendendo a graça, mas não me colocando contra a natureza, e sim mostrando que esta é libertada e se dirige por aquela”.

2. O que ensinava Pelágio?

A questão de fundo à qual Agostinho tenta responder e que forma o material deste seu livro é a obra de Pelágio sobre a natureza (*De natura*). Escrita na Sicília, em 414, em forma de diálogo, chegou às mãos de Agostinho por intermédio dos jovens monges Timásio e Tiago. Nesta obra, Pelágio desenvolve um ensino fundando-se numa concepção de uma natureza humana sadia, vigorosa, íntegra, capaz de cumprir toda a lei, levando vida imaculada. O homem pelagiano goza de perfeito equilíbrio moral. O pecado não atinge sua natureza, mas seu mérito. Quando peca, torna-se culpável de sua má ação. Perdoado, volta à sua perfeição. Não é prisioneiro de uma inclinação mórbida para o mal.

Pelágio tem preocupações morais, ascéticas, não metafísicas. Considera o homem em suas possibilidades morais. Enaltece o vigor da natureza contra os cristãos indolentes, mórbidos, que queriam viver a seu modo, não seguindo os métodos necessários para alcançar as virtudes, alegando a fraqueza da natureza, a impossibilidade decumprir os mandamentos, de seguir o Evangelho. Pelágio era exigente com os que queriam seguir sua direção espiritual. Sua ética leva o germe de um idealismo moral rígido e seco. Exalta o primado e a eficácia do esforço voluntário na prática da virtude. Julga que está em poder do homem a eficácia na virtude. Basta para isso seguir o livre-arbítrio e a lei moral. Não se pode esquecer que Pelágio era monge que se escandalizou com o laxismo que, por esta época, invadia a igreja de Roma. Para ele o homem possui tudo o que é necessário para alcançar a justiça. Não há, portanto, necessidade da oração e de graças ulteriores além daquelas que Deus já pusera no homem no ato da criação. Por essa razão, sustenta a fundamental possibilidade do homem, inscrita na sua natureza, de poder orientar suas próprias escolhas segundo os mandamentos, vivendo sem pecado. Essa doutrina Pelágio a aprofundou ao tratar da criação no seu livro de 415 *Sobre o livre-arbítrio. A liberdade é plantada no homem no momento da criação, como uma raiz. A graça de Deus se inscreve no ajudar as decisões do livre-arbítrio em seguir o exemplo de Cristo. A graça desempenha um papel coadjuvante, dado que a liberdade não sofreu com o pecado de Adão. Nesta perspectiva, os pelagianos davam o nome de graça de Deus à própria natureza, à liberdade, à doutrina, à lei antiga, ao Evangelho. A graça sobrenatural é desnecessária. Toda a Escritura é entendida como a revelação de uma Lei a ser observada e exemplo a imitar. Para os pelagianos, a graça é incompatível com o livre-arbítrio.*

3. O que ensinava Agostinho?

Para Agostinho, a natureza merece elogios como obra saída das mãos criadoras de Deus, mas, no estado atual, acha-se enferma e debilitada devido ao pecado, necessitada de socorro divino, isto é, da graça. Esta aperfeiçoa, enobrece, cura e santifica o homem. Reconhece o valor da natureza, porém, deixada a si mesma, não tem nenhuma potencialidade, a não ser para o pecado. Deus criara, de fato, o homem com perfeição, equilíbrio e íntegro. Com a transgressão, perdeu a integridade e este despojamento foi transmitido às gerações sucessivas. Neste estado, o homem não teria salvação se não lhe fosse dada a graça de Deus. Esta é dom gratuito. Não é devida aos méritos humanos. “*Gratia gratis data, unde et gratia nomiatur*” (a graça é dada de graça, pelo que esse nome lhe é dado). Agostinho insiste em que a graça não é dada em recompensa a nossos méritos ou devido à nossa dignidade natural: “Trabalhei mais que todos, embora não eu, mas a graça de Deus que está comigo” (1Cor 15,10). O mérito não é fruto do ato humano, mas da ação amorosa de Deus. Do contrário, a graça não seria dom, mas soldo. “Coroando nossos méritos, o Senhor coroa seus próprios dons.” Para Agostinho, a verdadeira graça é aquela obtida pelos méritos de Jesus Cristo, aquela que não é a

natureza, mas a que salva a natureza.

Contudo o homem não permanece meramente passivo sob a ação da graça. Há cooperação humana. A graça nos faz cooperadores de Deus, porque, além de perdoar os pecados, faz com que o espírito humano coopere na prática das boas obras: nós agimos, mas Deus opera em nós o agir. Natureza e graça não são forças que se opõem, que se destroem, mas que se irmanam, se ajudam. Assim como a medicina não vai contra a natureza, mas contra a enfermidade, a graça vai contra os vícios e defeitos da natureza. O livro sobre *A natureza e a graça* põe os fundamentos do adágio teológico: “a graça não destrói a natureza, mas a aperfeiçoa” (*Gratia non tollit, sed perficit naturam*).

Contra aqueles que creem na inocência do homem, no seu poder de viver sem pecado graças a seus próprios esforços, Agostinho explora a miséria espiritual profunda do homem, tanto antes quanto depois do batismo. Antes, pelo fato da transmissão hereditária e da imputação do pecado de Adão. Depois do batismo, o homem se torna inevitavelmente pecador por força da concupiscência. Há uma espécie de necessidade de pecar. Por essa razão, o homem tem necessidade a cada instante e em cada um de seus atos de um socorro divino, da graça.

A parte final do livro é dedicada à análise dos testemunhos e dos argumentos invocados por Pelágio na defesa de sua doutrina. Agostinho mostra como esses argumentos voltam-se contra o próprio Pelágio. Os três últimos capítulos revelam a preocupação pastoral de Agostinho traçando normas, dando orientação para a prática da vida na justiça de Deus. A fé se revela na prática das boas obras, na oração e no estudo das doutrinas. A melhoria do homem só advém com a ajuda da graça. Nossas obras não conseguem a graça de Deus, mas a manifestam.

Assim diferem radicalmente as antropologias de Pelágio e de Agostinho e, conseqüentemente, suas éticas e doutrina da salvação. Agostinho não vai contra a natureza. Pelágio não vai contra a graça. Pelágio escrevera seu livro para defender a força, os dotes das condições naturais do homem. Agostinho para defender a graça, que não vai contra a natureza, mas a restaura, a salva, demonstrando que, para não tornar vã a cruz de Cristo, é preciso defender não só a natureza, mas também a graça, que cura e liberta a natureza.

Pelágio e Agostinho refletem, de fato, as ideias de fundo sobre o modo de pensar o homem e, conseqüentemente, a graça e a liberdade do homem. Para Pelágio, que, negando o nascimento da humanidade no pecado original, negava a necessidade da redenção de Cristo, a graça era só uma ajuda externa à liberdade, ajuda no sentido da criação, da revelação, da remissão dos pecados. A liberdade tem sua autonomia desde a criação, autonomia radical nas decisões referentes a seu destino. Para Agostinho, a graça de Deus é o bem mesmo da liberdade que, deixada a si mesma, sem o apoio da graça, deriva pelos erros e pecados.

Pelágio passou para a história como “inimigo da graça”, defensor da liberdade, de uma natureza humana cheia de forças e potencialidades capaz por si só de cumprir os mandamentos e atingir a perfeição: Jesus é o exemplo a ser imitado, com toda a radicalidade.

Agostinho, mediante essa luta antipelagiana, conquistou o título de “doutor da graça”. Foi o maior defensor da graça, mas suspeito de desvalorizar a natureza, criador de uma doutrina antropológica pessimista fundada na convicção de que, desde a queda de Adão, a natureza humana está profundamente corrompida, incapaz, por si só, de um ato bom. Fora da graça, só incertezas e misérias. A natureza é cega e corrupta. Desta polêmica nasceram as doutrinas católicas ocidentais do pecado original, da graça, da predestinação e da satisfação vicária.

² Adrumeto, hoje Susa, na Tunísia. Fundada pelos Fenícios, tornou-se cidade romana no século II e colonizada por Adriano. Situada a sudoeste de Cartago, foi destruída pelos Vândalos em 434.

BIBLIOGRAFIA

AUER, J., *Il Vangelo della grazia*, Assis, 1980.

BENI, A.-BIFI, G., *La grazia di Cristo*, Turim, 1974.

BOVY, L., *Grâce et liberté chez s. Augustin*, Montréal, 1938.

BOYER, CHARLES, “La notion de nature chez saint Augustin”. *Doctor Communis* 8, 1955, pp. 65-76.

CAPÁNAGA, V., *La teologia agostiniana de la gracia y la historia de las conversiones*, Escorial, 1933.

CAPONE-BRAGA, E., *La concezione agostiniana della libertà*, Pádúa, 1931.

GUZZO, A., *Agostino contro Pelagio*, Turim, 1953, 3ª ed.

MOUSSY, C., *Gratia et sa famille*, Paris, 1966.

PHILIPS, G., “Augustin a-t-il connu une ‘grâce increé’?”. *Ephemerides Theologicae Lovanienses* 47, 1971, pp. 97-116.

RAHNER, K., *La grazia come libertà. Brevi saggi teologici*, Roma, 1970.

STUDER, B., *Grazia: Dizionario Patristico e di Antichità Cristiane*, vol. II, Roma, Marietti, 1984, coll. 1678-1688.

THONNARD, F.-J., “La notion de ‘nature’ chez saint Augustin. Ses progres dans la polémique anti-pélagienne”. *Revue des Études augustiniennes* 11, 1965, pp. 239-265.

VANNESTE, A., “Nature et grâce dans la théologie de s. Augustin”, *Recherches Augustinienses* 10, 1975, pp. 143-169.

CAPÍTULO I

Finalidade da obra: realçar o valor da graça sem desprezo à força da natureza

1. Caríssimos Timásio e Tiago, fazendo uma breve pausa nos trabalhos que tenho em mãos, entreguei-me a uma leitura rápida, mas cuidadosa, do livro que me enviastes. Deparei nele um homem deveras preocupado contra aqueles que, em lugar de imputar seus erros à vontade humana, inculpam a natureza do homem e nela se apóiam para se desculpar. No entanto, excedeu-se no ardor em combater essa epidemia que autores antigos censuravam com veemência, exclamando: “O gênero humano lamenta-se sem razão de sua natureza” (Salústio, no prólogo da *Guerra jugurtina*).³

O nosso autor, com todo o potencial de sua capacidade, tornou mais vigoroso o teor desta sentença. Temo, no entanto, que favoreça preferentemente os que zelam sem discrição pelas coisas de Deus e, ignorando a justiça de Deus e afirmando a sua própria, esquivam-se à justiça de Deus. Qual seja essa justiça, da qual fala o Apóstolo, declara-o a seguir, acrescentando: *A finalidade da Lei é Cristo para justificação de todo o que crê* (Rm 10,2-4).

Encontra a razão de seu ser cristão quem entende que esta justiça de Deus não consiste no preceito da Lei, que infunde temor, mas na graça de Cristo, à qual o temerda Lei apenas serve de guia (Gl 3,24). Porque se é pela Lei que vem a justiça, então Cristo morreu em vão (Gl 2,21). E se Cristo não morreu em vão, é somente nele que o ímpio encontra justificação, pois em quem *crê naquele que justifica o ímpio, é sua fé que é levada em conta de justiça* (Rm 4,5). *Sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus — e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção pelo seu próprio sangue* (Rm 3,23-24).

Mas os que não são contados no número de todos estes que pecaram e estão privados da glória de Deus, conforme eles dizem, não precisam ser cristãos, pois não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes, visto que ele não veio chamar justos, mas pecadores (Mt 9,12-13).

CAPÍTULO II

A fé em Cristo é indispensável para a justificação

2. A natureza do gênero humano, originária da carne do único prevaricador,⁴ se tem por si capacidade de cumprir a Lei e alcançar a justiça, pode estar certa do prêmio, ou seja, da vida eterna, ainda que em algum povo e em alguma época estivesse-lhe encoberta a fé no sangue de Cristo. Com efeito, Deus não é injusto a ponto de enganar os justos com a recompensa da justiça, se não lhes foi anunciado o mistério da divindade e humanidade de Cristo, o qual se manifestou quando se revestiu da forma humana (1Tm 3,16).

Pois, como haveriam de acreditar, se não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador? Assim está escrito: *Pois a fé vem da pregação, e a pregação é pela palavra de Cristo*. Ora, acrescenta o autor do livro, será que eles não ouviram? *Pela terra inteira correu sua voz; até os confins do mundo as suas palavras* (Rm 10,14.17-18).

Pode-se afirmar que esta profecia já se cumpriu, embora não falem povos aos quais não chegou a pregação do Evangelho, mas estes são em pequeno número.⁵ Mas antes que isso começasse a acontecer ou antes que a pregação atinja os confins da terra, o que fará a natureza humana ou o que fez antes de ouvir o que aconteceria no futuro ou que ainda não viu cumprido o que hoje é realidade? Talvez pela fé em Deus, que fez o céu e a terra e que ela reconhece tê-la criado, ela possa cumprir

sua vontade por uma vida reta, mesmo sem estar instruída pela fé na paixão e ressurreição de Cristo? Se isto foi ou é possível, eu também afirmo o que o Apóstolo disse a respeito da Lei: *Então Cristo morreu em vão*.

Se o Apóstolo assim afirmou a respeito da Lei, a qual os judeus foram os únicos a receber, com muito mais razão se pode dizer com relação à lei natural, com a qual foi agraciado todo o gênero humano. Se a justiça vem da natureza, então Cristo morreu em vão? Porém, se Cristo não morreu em vão, ninguém pode alcançar a justificação e a redenção da ira justíssima de Deus, ou seja, do castigo, a não ser pela fé e pelo mistério do sangue de Cristo.

CAPÍTULO III

O pecado corrompeu a natureza humana, criada por Deus sem nenhum vício

3. A natureza do homem foi criada no princípio sem culpa e sem nenhum vício. Mas a atual natureza, com a qual todos vêm ao mundo como descendentes de Adão, tem agora necessidade de médico devido a não gozar de saúde. O sumo Deus é o criador e autor de todos os bens que ela possui em sua constituição: vida, sentidos e inteligência.⁶ O vício, no entanto, que cobre de trevas e enfraquece os bens naturais, a ponto de necessitar de iluminação e de cura, não foi perpetrado pelo seu Criador, ao qual não cabe culpa alguma. Sua fonte é o pecado original que foi cometido por livre vontade do homem. Por isso, a natureza sujeita ao castigo atrai com justiça a condenação.

Se agora somos nova criatura em Cristo, contudo *éramos por natureza, como os demais, filhos da ira. Mas Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, quando estávamos mortos em nossos delitos, nos vivificou com Cristo — pela graça fostes salvos!* (Ef 2,3-5).

CAPÍTULO IV

A gratuidade da graça

4. Mas esta graça, sem a qual nem as crianças nem os adultos podem ser salvos, não é dada em consideração aos merecimentos,⁷ mas gratuitamente, o que caracteriza a concessão como graça. *Justificados gratuitamente pelo seu sangue*.

Assim, são dignos de justa condenação os que por ela não são libertados, seja porque não puderam ouvir, seja porque não quiseram obedecer, seja também quando pela idade não poderiam ouvir, e não receberam o banho da regeneração que poderiam receber, o qual lhes proporcionaria a salvação. Isso por que levam consigo o pecado, o qual ou contraíram pela origem ou avultaram pelos maus costumes. *Sendo que todos pecaram*, seja em Adão, seja em si mesmos, *e todos estão privados da glória de Deus* (Rm 3,23).

CAPÍTULO V

A condenação dos homens não é injusta

5. Assim, toda a raça humana merece castigo. E se todos recebessem a punição, a punição não seria injusta. Por isso os que são libertados pela graça não se denominam vasos de seus méritos, mas vasos de misericórdia (Rm 9,23). De quem procede a misericórdia? Não é daquele que enviou Cristo Jesus a este mundo para salvar os pecadores, os quais ele conheceu, destinou, chamou, justificou e

glorificou? (Rm 8,29-30).

Portanto, quem é a tal ponto insensato que não renda graças inefáveis à misericórdia daquele que libertou os que quis e cuja justiça não se haveria de inculpar mesmo que condenasse todos os seres humanos.

CAPÍTULO VI

Apresentação do pensamento de Pelágio

6. Se tomarmos conhecimento destas verdades pelas Escrituras, não há necessidade de disputar contra a fé cristã nem de dizer o que vamos dizer para nos empenharmos em demonstrar que a natureza humana, nas crianças, não necessita de médico, porque é íntegra, e nos adultos, que a mesma se basta para praticar a justiça, se quiser.⁸

Com muita habilidade, ao que parece, assim ensinam os pelagianos, mas também com um charlatanismo que anula a cruz de Cristo (1Cor 1,17). *Esta sabedoria não vem do alto* (Tg 3,15). Não quero continuar a citação, a fim de não sermos considerados injuriosos aos nossos amigos, cujos entendimentos deveras excepcionais e rápidos queremos conduzir por caminhos certos, e não por desvios.

CAPÍTULO VII

Apresentação de algumas sentenças do livro de Pelágio

7. Com o mesmo zelo de que foi possuído o autor do livro, que me enviastes, contra os que se escudam na debilidade da natureza humana para se justificarem em seus pecados, pelo mesmo zelo ou até maior é mister que nos deixemos possuir para não anular a cruz de Cristo. Ficará anulada, se alguém afirmar que se pode alcançar a justiça e a vida eterna, prescindindo de algum modo do mistério da cruz. O que ensina no referido livro não digo alguém que tenha consciência do que diz, para evitar a pecha de não-cristão àquele que o escreveu; prefiro dizer ignorante, embora tenha empregado todas as duas forças. Faço votos que sejam forças próprias de uma pessoa normal, e não as que costumam demonstrar os possuídos de frenesi.

8. Em primeiro lugar, o autor afirma que há diferença entre “investigar se algo pode ser, o que fica somente no campo da possibilidade, e investigar se algo existe”. Ninguém duvida de que é verdadeira esta distinção. Mas se é lógico que exista o que era possível, não se pode concluir que o que era possível exista. Assim, se o Senhor ressuscitou Lázaro, foi porque pôde ressuscitar. Mas se não ressuscitou Judas, poder-se-á dizer: “Não pôde?”. Pôde, mas não quis. Se tivesse querido, poderia fazê-lo em virtude do mesmo poder, porque o *Filho dá vida a quem quer* (Jo 5,21).

Prestai atenção, no entanto, aonde pretende chegar e o que pretende demonstrar mediante esta distinção lógica e clara. Diz ele: “Nós tratamos somente da possibilidade. Se não se constatar uma certeza sobre ela, ir mais adianteseria funesto e fora de propósito”. E rebusca este pensamento com vários matizes, evitando que se considere como alvo de seu discurso tão-somente a possibilidade de pecar.

Entre outros muitos arrazoados, diz o seguinte: “Torno a repeti-lo: Eu digo que o homem pode viver sem pecado. O que tu dizes? Que o homem não pode viver sem pecado? Eu não digo que o homem pode viver sem pecado nem tu o dizes. Discutimos sobre a possibilidade ou não-

possibilidade; não discutimos sobre a realidade ou não-realidade”. E na continuação lembra algumas passagens da Escritura que comumente se alegam contra ele e que considera não dizerem respeito ao assunto, no qual se discute apenas sobre a possibilidade ou não-possibilidade de o homem viver sem pecado. Cita, por exemplo: “*Pois ninguém está limpo de pecado* (Jó 14,4 versão LXX), e: *Por que não há homem que não peque* (1Rs 8,46), e: *Por que não há homem justo sobre a terra* (Ecl 7,21), e: *Não há quem faça o bem* (Sl 14,3). “Outras passagens semelhantes, diz ele, referem-se ao fato, não à possibilidade. Tais exemplos revelam que tipos de pessoas existiram em alguma época, e não o que puderam ser de outro modo; por isso, com razão, são considerados culpáveis. Mas se assim foram, é porque não puderam ser de outro modo, estão isentos de culpa.”

CAPÍTULO VIII

A condenação atinge os que não puderam se purificar pelo batismo

9. Atenta para o que disse: “Eu, porém, digo que a criança nascida num lugar, onde não pôde ser socorrida pelo batismo de Cristo, surpreendida pela morte, deixou estemundo sem o banho da regeneração, porque não lhe foi possível recebê-lo”. Que ele a absolva e abra-lhe o reino dos céus contra a sentença do Senhor (Jo 3,5). Mas não a absolve o Apóstolo, que diz: *Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram* (Rm 5,12).

Portanto, com justiça, por esta condenação, que atinge todos os homens, não é admitido no reino dos céus aquele que não somente não é, mas também aquele que não pôde ser cristão.⁹

CAPÍTULO IX

Negar a condenação é anular a cruz de Cristo

10. Afirmam eles: “Mas esse tal não é réu de condenação, visto que está escrito que todos pecaram em Adão não pelo pecado contraído pela origem do nascimento, mas pela imitação no pecado. Portanto, se Adão é considerado autor de todos os pecadores que lhe seguiram, porque foi entre os homens o primeiro pecador, por que não se considera Abel, em vez de Cristo, como cabeça de todos os jutos, visto que foi, entre os homens, o primeiro justo?”.

Mas, deixando de lado as crianças, pergunto: um jovem ou um idoso que faleceu numa região onde não teve a oportunidade de ouvir o nome de Cristo, pôde tornar-se justo pela capacidade da natureza ou por sua própria vontade, ou não pôde? Se dizem que lhe foi possível, eis o que é anular a cruz de Cristo, ou seja, afirmar que sem ela alguém pôde viver a justiça pela lei natural e o arbítrio da vontade. Diga-se também aqui: *Portanto, Cristo morreu em vão, pois todos poderiam, mesmo que ele não tivesse morrido. E se eram injustos, foram por sua vontade, não porque não pudessem ser justos.*¹⁰

Se, porém, não alcançou a justificação sem a graça de Cristo, absolva-o, se se atreve, conforme suas palavras: “por que se foi o que foi, não podendo ser outra coisa, estava isento de culpa”.

CAPÍTULO X

Pelágio confessa a necessidade da graça em meio a astuciosas afirmações

11. Pelágio argumenta contra si mesmo, como se a objeção viesse de outro, e diz: “Pode ser certamente justo, mas pela graça de Deus, dirás”. Em seguida, como que respondendo, acrescenta:

“Agradeço tua delicadeza porque, não somente tiveste por bem não combater minha assertiva, que há pouco combatias, mas também recuas para não somente confessá-la, mas ainda aprová-la. Pois dizer: ‘Pode ser justo certamente, mas por este ou aquele meio’, não significa consentir que pode ser e também mostrar como ou de que modo pode sê-lo? A melhor demonstração da possibilidade de uma coisa é a formulação de suas condições, pois a qualidade exige um suporte real”.

Após esta afirmação, argumenta novamente para si mesmo: “Dirás: ‘Mas, não mencionando a graça de Deus nesta sentença, pareces rechaçá-la’ ”. Responde em seguida: “Eu rechaço? Eu, confessando a realidade, necessito confessar o meio pelo qual ela se realiza? Ou serás tu que, negando a realidade, negas o modo como se realiza seja o que for?”.

Esqueceu-se ele que responde ao que não nega a realidade e cuja objeção havia apresentado um pouco antes ao dizer: “Há possibilidade, mas pela graça de Deus”. Como haveria de negar a possibilidade, pela qual tanto luta, aquele que já lhe disse: “Há possibilidade, mas pela graça de Deus”?

Contudo, o que nos importa, se deixando de lado o que já confessa a realidade, enfrenta aqueles que negam ser possível ao homem viver sem pecado? Argumente contra quem quiser, contanto que confesse o que se nega com criminosa impiedade, ou seja, que o homem não pode viver sem pecado sem a graça de Deus. Pois ele diz: “Aquele que confessa a realidade, confessa também a possibilidade de o homem viver sem pecado, seja em virtude da graça, seja por uma grande ajuda, seja pela misericórdia, seja mediante qualquer outro meio adequado”.

CAPÍTULO XI

As astuciosas afirmações de Pelágio referem-se à natureza, e não à graça

12. Confesso-lhes, meus amigos, que, ao ler essas palavras, fui tomado repentinamente de alegria, pelo fato de ele não negar a graça, a única que pode justificar o homem. A negação da graça é o que mais me aborrece e horroriza na discussão com essas pessoas.

Mas, ao ler as demais afirmações, comecei a ter suspeitas principalmente pelas comparações apresentadas. Pois ele diz: “Se eu disser: O ser humano pode disputar, a ave pode voar, a lebre pode correr, e não mencionar os meios pelos quais estes atos são possíveis, ou seja, a língua, as asas, os pés, acaso neguei a qualidade das ações, se confessei as próprias ações?”.

Parece que mencionou ações que podem ser realizadas por força da natureza; esses membros: língua, asas e pés, foram criados para tais naturezas. Nada, porém, citou do que queremos que se entenda com relação à graça, sem a qual o ser humano não alcança a justificação. Trata-se de curar naturezas, não de criá-las.

Por isso, já preocupado, dei início à leitura do restante e percebi que não eram infundadas minhas suspeitas.

CAPÍTULO XII

A Lei é apenas um guia. — O caminho da fé é o caminho dos que progridem

13. Antes de entrar no assunto, atentai para o que disse. Ao tratar da questão da distinção dos pecados, propôs a si mesmo a objeção de alguns que dizem: “Certos pecados leves não podem ser evitados, visto que caem em grande número sobre nós”. E negou que sejam objeto mesmo da mais benigna correção, se não podem ser evitados.

Mas ele não tem em conta as Escrituras do Novo Testamento, quando dizemos que a intenção da lei proibitiva é que se recorra à graça do Senhor misericordioso por aquilo que se comete com

frequência. Pois a lei age como um guia que nos dirige na própria fé, a qual se revelou depois, e onde se perdoa o que se fez erradamente para não se fazer o mesmo com o auxílio da mesma graça. Trata-se do caminho dos que progridem, embora sejam denominados caminheiros perfeitos os que progridem como devem. A suma perfeição, a que não mais aceita acréscimos, consiste em começar a possuir o que se perseguiu como meta.

CAPÍTULO XIII

O esforço para evitar o pecado deve ser acompanhado da oração

14. A objeção que se apresenta a Pelágio: “Acaso vives sem pecado?”, de fato não diz respeito ao assunto em que se desenvolve a questão. Mas o que ele afirma: “O fato de não se viver sem pecado, atribua-se antes à negligência de cada um”, é certo realmente. Digne-se, porém, de pedir a Deus não ser vencido por esta negligência pecaminosa. A Deus rogava certa pessoa, quando dizia: “Orienta meus passos conforme tua palavra, e que maldade alguma me domine”, evitando confiar no seu esforço como em suas próprias forças, o que o impediria de alcançar a verdadeira justiça tanto neste mundo como no outro, onde se deseja e se espera que seja perfeita.

CAPÍTULO XIV

Cristo foi o único isento de pecado

15. A objeção que lhe apresentam alguns ao dizer: “Em parte alguma está escrito com estas palavras que o homem pode viver sem pecado”, ele facilmente a refuta, “pois a questão nesse caso não é saber com que palavras se expressa qualquer sentença”.

Contudo, talvez não sem motivo, se dê o fato de se encontrarem nas Escrituras referências a pessoas irrepreensíveis, e não se encontrar alguém do qual se diga que não tem pecado, a não ser um único, do qual está escrito claramente: *Aquele que não conheceu o pecado* (2Cor 5,21). E em outra parte, ao falar dos sacerdotes, diz: *Ele mesmo foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado* (Hb 4,15), ou seja, na carne, semelhante à carne de pecado, embora não fosse carne de pecado. Não teria esta semelhança, se toda a restante não fosse carne de pecado.

Nos livros que escrevi a Marcelino sobre este assunto (cf. “*De pec. mer. et remis.*”, 2,8-10 (Pl 44,155-157), procurei explicar, conforme minha possibilidade, como se há de entender aquela passagem: *Todo aquele que nasceu de Deus, não comete pecado, porque sua semente permanece nele* (1Jo 3,9). E lá dizia eu que o mesmo João, como se não houvesse nascido de Deus, ou se dirigisse aos que ainda não tinham nascido de Deus, afirmou claramente: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós* (1Jo 1,8).

A afirmação “não pode pecar” tem o mesmo sentido que: “Não deve pecar”; não me parece improvável esta interpretação. Quem é insensato a ponto de dizer que se deve pecar, visto que o pecado é algo que não se deve praticar?

CAPÍTULO XV

Interpretação pelagiana e do autor de um texto do apóstolo Tiago

16. As palavras do apóstolo Tiago: *Mas a língua, nenhum homem consegue domá-la*, na minha opinião não devem ser entendidas como Pelágio as entendeu, ou seja, “como ditas como censura”, como se tivesse dito: “Portanto, nenhuma pessoa pode dominar a língua?”. E como que repreendendo, dizendo: “Podeis dominar as feras, e não podeis dominar a língua? Como se fosse

mais fácil domar a língua do que as feras”.

Não considero que seja este o sentido do texto. Se o apóstolo quisesse manifestar seu pensamento sobre a facilidade de domar a língua, o que segue àquele texto prosseguiria com semelhanças à domaçaõ das feras. Mas o que na realidade segue é: *Ela é um mal irrequieto e está cheia de veneno* (Tg 3,8). E de veneno mais nocivo que o das feras e serpentes, pois este é mortal para o corpo, aquele, para a alma: *A boca que mente mata a alma* (Sb 1,11).

Portanto, São Tiago pronunciou essa sentença, ou quis com essas palavras significar, que não era mais fácil domar a língua do que domesticar as feras. Quis demonstrar que o mal da língua é tão grande no homem, que não pode ser vencido por nenhum homem, enquanto este é capaz de domar as feras. E não o disse para que permitamos o domínio do mal em nós por negligência, mas para que peçamos o auxílio da graça divina para domar a língua. Pois não disse: “Ninguém pode domar a língua”, mas *Nenhum homem*, confessando que, ao domar a língua, reconheçamos tê-lo feito pela misericórdia de Deus, pela ajuda de Deus, pela graça de Deus.

Portanto, empenhe-se a alma em domar a língua e, ao se esforçar, implore a ajuda e rogue com a língua para domar a língua, domando-a aquele que disse: *Porque não sereis vós que falareis naquela hora, mas o Espírito de vosso Pai é que falará em vós* (Mt 10,20). Recebemos o conselho mediante um preceito, a fim de que, se não conseguirmos cumpri-lo com nossos esforços e nossas forças, supliquemos a ajuda divina.

CAPÍTULO XVI

O domínio da língua é concessão da graça de Deus

17. Tendo isso em conta, o próprio apóstolo, depois de ressaltar o mal da língua, disse entre outras coisas: *Ora, tal não deve acontecer*. E depois de encerrar as considerações sobre a ajuda sem a qual não se poderia conseguir o que afirmou ser ilícito, advertiu na continuação: *Quem dentre vós é sábio e entendido? Mostre pelo bom comportamen-to e as suas obras repassadas de humildade e sabedoria. Mas, se tendes inveja amarga e preocupações egoísticas no vosso coração, não vos orgulheis nem mintais contra a verdade, porque esta sabedoria não vem do alto; antes, é terrena, animal e diabólica. Com efeito, onde há inveja e preocupações egoísticas, aí estão as desordens e toda a sorte de más ações. Por outra parte, a sabedoria que vem do alto é, antes de tudo, pura, depois pacífica, indulgente, conciliadora, cheia de misericórdia e de bons frutos, isenta de parcialidade e de hipocrisia* (Tg 3,10.13-17).

Esta é a sabedoria que doma a língua: a que desce do alto e não brota do coração humano. Alguém, levado por um acesso de soberba, ousará arrebatá-la à graça de Deus e pô-la na dependência do poder humano? Por que se há de implorar para recebê-la, se está no poder humano o possuí-la? Querer-se-á negar a necessidade da oração, como uma homenagem ao livre-arbítrio, o qual se bastaria a si mesmo para o cumprimento de todos os preceitos da justiça pela possibilidade natural do homem? Isso seria contradizer a admoestação e as palavras do próprio apóstolo Tiago: *Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a concede gratuitamente a todos, sem impropérios, e ela ser-lhe-á dada, contanto que peça com fé, sem duvidar* (Tg 1,5).

Esta é a fé à qual os preceitos estimulam para que a Lei ordene e a fé suplique. Esta é a sabedoria que desce do alto, pois, pela língua que nenhum homem pode domar, *todos nós tropeçamos frequentemente* (Tg 3,2). O mesmo apóstolo expressou-se de modo idêntico, nas palavras anteriormente citadas: *A língua, nenhum homem consegue domá-la* (Tg 3,8).

CAPÍTULO XVII

Os pecados por ignorância

18. Não se argumente contra os pelagianos, para provar a impossibilidade de não pecar, com a sentença: *Uma vez que o desejo da carne é inimigo de Deus: pois ele não se submete à lei de Deus, nem o pode, pois os que estão na carne não podem agradar a Deus* (Rm 8,7-8).

A sentença refere-se à sabedoria da carne, não à que desce do alto. Estão na carne não os que ainda não deixaram este mundo, mas os que vivem segundo a carne, pois é bem claro o sentido.

Este argumento não se enquadra no assunto. O que espero ouvir do autor do livro é o seguinte: os que vivem segundo o espírito, e por isso mesmo vivem neste mundo, de certo modo já não vivem na carne; vivem eles segundo o espírito pela graça de Deus, ou se bastam a si mesmos pela possibilidade natural que receberam na criação ou pela força de sua vontade? Pois assim está escrito: *A caridade é a plenitude da Lei* (Rm 13,10), e: *O amor de Deus foi derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos foi dado* (Rm 5,5).

19. O autor do livro trata também dos pecados por ignorância, e diz: “Não se ignore que o homem se deve precaver e que a ignorância é culpável, visto que ignora por negligência o que deveria saber, se fosse diligente”. Como se vê, discorre sobre tudo, mas nada diz sobre a oração e não chega a dizer: *Instrue-me para aprender os teus mandamentos* (Sl 119,73). Uma coisa é não ter procurado saber, e estes pecados de negligência, ao que parece, eram expiados também por certos sacrifícios apontados pela Lei, outra coisa querer entender e não poder e proceder contra a Lei, ao não compreender o que se quer que se faça.

Daí a admoestação do Senhor para se pedir a sabedoria, a qual ele dá a todos com generosidade, e a todos que assim imploram e somente imploram do modo e na medida com que se deve implorar dom tão excelente.

CAPÍTULO XVIII

Pelágio não fala da necessidade da oração para evitar o pecado

20. Contudo, o autor confessa que “os pecados cometidos devem ser expiados com relação a Deus, e por eles se deve recorrer ao Senhor, “para merecer o perdão”; a exageradamente elogiada “força da natureza e da vontade humana” não pode, como ele confessa, “anular o que se cometeu”. Resta, portanto, que nesta circunstância se peça para ser perdoado.

Em parte alguma ele diz, e não vi nesta citação, o que diz respeito à ajuda para não pecar. Há um silêncio inexplicável. No entanto, a Oração do Senhor adverte que se devem implorar ambas as coisas: que se perdoem nossas ofensas e não caiamos na tentação. A primeira, para expiar os pecados passados, a segunda, para evitar os futuros. E ainda que isto não se consiga sem o concurso da vontade, contudo não basta a vontade para consegui-lo. Por isso, a oração oferecida a Deus nem é supérflua nem inconveniente. De fato, não seria um procedimento insensato implorar o que está em nosso poder realizar?

CAPÍTULO XIX

Digressão artilosa de Pelágio sobre o pecado. — Resposta do Santo com palavras do salmista

21. Percebei agora — e se trata de assunto da máxima importância — como ele se empenha em apresentar a natureza humana isenta de qualquer vício, e luta contra a clareza das sentenças

escriturísticas com a arma da sabedoria charlatã, que anula a cruz de Cristo (1Cor 1,17). Mas a cruz não será anulada, ao passo que a tal sabedoria perecerá. Depois de provarmos o que afirmamos, pela misericórdia divina talvez se arrependa de ter feito tais asserções.

“Primeiramente, diz ele, deve-se discutir a razão pela qual se diz que a natureza foi enfraquecida e modificada pelo pecado. Daí que antes de mais nada creio ser preciso investigar o que seja o pecado: se é uma substância ou um nome totalmente sem conteúdo, mediante o qual se expressa não uma coisa, uma existência ou um corpo, mas um ato de uma má ação.” Em seguida acrescenta: “Creio que tem este último significado. E se assim é, como pôde enfraquecer e modificar a natureza o que carece de substância?”. Vede, eu vos peço, como sem querer se esforça por jogar por terra as vozes incontestes dos testemunhos de valor medicinal: *Eu disse: Senhor, compadece-te de mim; sara-me, porque pequei contra ti (Sl 41,5)*.

Para que é necessária a cura, se não há ferimento, lesão, debilidade ou vício? Se há algo a curar, como se viciou? Se estás ouvindo a confissão do salmista, por que procuras discussões? Ele diz: *Sara-me*. Pergunte-lhe como adquiriu o vício, do qual implora a cura, e ouvirás o que segue: *Porque pequei contra ti*. Pergunte-lhe, Pelágio, investigue junto a ele o que lhe interessa pesquisar e diga-lhe: “Tu que clamas: *Sara-me, porque pequei contra ti*, o que é o pecado? É uma substância ou um nome sem conteúdo, com o qual se expressa não uma coisa, uma existência, um corpo, mas o ato de uma má ação?” E ele te responderá: “É assim como tu dizes. O pecado não é uma substância, mas com esse nome se expressa o ato de uma má ação”. E Pelágio retruca: “Por que clamas: *Sara-me, porque pequei contra ti*? Como pôde macular tua alma o que carece de substância?”

E ele, envolto na tristeza de sua ferida, evitando privar-se de sua oração, se fosse discutir, não responderia com poucas palavras e diria: “Afasta-te de mim, é o que peço; se fores capaz, discute antes com aquele que disse: *Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes; não vim chamar justos, mas pecadores* (Mt 9,12-13), onde chamou justos os sãos, e doentes os pecadores?”.

CAPÍTULO XX

O pecado não é substância no mesmo sentido que o não comer não é substância

22. Percebeis o seu objetivo e aonde quer chegar com esta discussão? É claro que julga poder tornar sem efeito o que foi dito: *E tu o chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará seu povo dos seus pecados* (Mt 1,21). Como há de salvar, se não há enfermidade? Os pecados, dos quais diz o Evangelho que se salvará o povo de Cristo, não são certamente substâncias e de acordo com sua opinião não podem macular a natureza.

Ó irmão, é bom que te lembres de que és cristão. Talvez te fosse suficiente acreditar nessas verdades. Mas se queres discutir, o que não é mau, pelo contrário, é bom, quando preexiste uma fé deveras firme, investigue-mos como pôde acontecer que a natureza humana se tenha viciado pelo pecado, conforme o testemunho das Escrituras, a fim de não julgares que tal não lhe tenha acontecido.

Se dermos por certo que o pecado não é substância, não se diria também que o não comer, para não falar de outras coisas, não é substância? Dir-se-ia melhor que é o privar-se da substância, pois o alimento é substância. Mas o abster-se de alimento não é substância, mas a substância corporal, se se priva do alimento, de tal modo se enfraquece, deteriora-se pelo desequilíbrio da saúde, consomem-se suas forças, se extenua e se abate pela lassidão que, se de algum modo continua vivendo, mal poderá se acostumar novamente ao alimento, cuja abstenção foi causa de sua ruína.

No mesmo sentido, o pecado não é substância. Mas Deus é substância e a suma substância e o único alimentode criatura racional. Afastando-se dele pela desobediência e não podendo tomar o que podia ser sua alegria devido à fraqueza, podes ouvir o que diz: *Ressequido como a erva, o meu coração esmorece, esqueço-me até de comer o meu pão (Sl 102,5).*

CAPÍTULO XXI

Argumento contra Pelágio sobre a necessidade da cura da alma pelo Médico divino

23. Atentai, porém, para o empenho com que avança contra a verdade da santa Escritura servindo-se de arrazoados de aparente verdade.

Diz o Senhor Jesus, que por isso é chamado Jesus, que ele salva seu povo de seus pecados e o diz na seguinte passagem: *Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes; não vim chamar justos, mas pecadores* (Mt 9,12-13). Daí o dizer do Apóstolo: *Fiel é esta palavra e digna de toda aceitação: Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores* (1Tm 1,15).

E Pelágio, contrariando a palavra fiel e digna de toda aceitação, diz “que esta enfermidade não foi contraída pelo pecado, o que impede de se dizer que o castigo do pecado foi a comissão de muitos pecados”. Também para as crianças solicita-se o socorro de tão grande Médico, e Pelágio diz: “Por que o solicitais? Esses para os quais solicitais o Médico gozam de boa saúde. Nem o primeiro homem foi condenado à morte, visto que depois não pecou”.

Diz isso como se tivesse ouvido algo novo sobre a perfeição da justiça do primeiro homem e não apenas o que a Igreja ensina, ou seja, que se salvou pela misericórdia de Cristo Senhor.

Pelágio diz ainda: “Os seus descendentes não somente não são mais fracos do que ele, mas também cumpriram muitos preceitos, ao passo que ele negou o cumprimento de um só preceito”. Mas estes descendentes ele os vê nascer do modo como Adão não foi criado, isto é, não apenas incapazes de receber preceitos, os quais absolutamente desconhecem, mas apenas capazes de sugar o seio materno ao sentir fome. Contudo, quando quer salvá-los pela sua graça, no seio da Igreja, aquele que salvou seu povo de seus pecados, esses homens o contradizem e, como se conhecessem melhor que ele a criatura que formou, asseveram com palavras insensatas que são dotados de boa saúde.

CAPÍTULO XXII

O castigo do pecado leva a outros pecados

24. Pelágio afirma: “O castigo do pecado constitui matéria de pecado, se o pecador se enfraqueceu a ponto de cometer muitos pecados”. Não tem em conta que a luz da verdade abandonou com toda a justiça o transgressor da lei. Privado da luz, torna-se cego, e forçosamente comete mais ofensas; e, caindo, desequilibra-se, e, desequilibrado, não se levanta, a não ser que ouça a voz da lei que o estimula a implorar a graça do Salvador.

Acaso não é castigo o daqueles dos quais diz o Apóstolo: *Pois, tendo conhecido a Deus, não o honraram como Deus nem lhe renderam graças; pelo contrário, eles se perderam em vãos arrazoados e seu coração insensato ficou nas trevas?* Sem dúvida este obscurecimento já representou um castigo, e, mediante este castigo, ou seja, pela cegueira do coração que surge pelo afastamento da luz da sabedoria, caíram em muitos e graves pecados.

Jactando-se de possuir a sabedoria, tornaram-se néscios. É pesado este castigo, para quem é capaz de entender, pois considerai agora onde os precipitou: E trocaram a glória de Deus incorruptível por imagens do homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis. Caíram nestas

abominações devido à pena do pecado, que obscureceu seu coração insensato.

E devido a estes erros que, além de ser puníveis, constituem também pecados, acrescenta o Apóstolo e diz: *Por isso Deus os entregou, segundo o desejo do coração deles, à impureza.* Vede como Deus os condenou mais severamente, entregando-os aos desejos do coração deles e à impureza. E vede também as consequências deste castigo: *Em que eles mesmos desonraram seu corpo.*

E demonstrando ser este um castigo da iniquidade, sendo ele próprio iniquidade, diz mais concretamente: *Eles trocaram a verdade de Deus pela mentira e adoraram e serviram a criatura em lugar do Criador, que é bendito pelos séculos. Amém.* Por isso, diz ele, *Deus os entregou a paixões aviltantes.*

Considerai agora quantas vezes Deus castiga e quão numerosos e graves pecados se originaram do castigo: *Suas mulheres mudaram as relações naturais por relações contra a natureza; igualmente os homens, deixando a relação natural com a mulher, arderam em desejo uns para com os outros, praticando torpezas homens com homens.* E demonstrando serem estes pecados também castigos dos pecados, acrescentou: *Recebendo em si mesmos a paga de sua aberração.* Eis quantas vezes Deus castiga e com o mesmo castigo que gera e multiplica pecados.

Escutai ainda: *E como não julgaram bom ter o conhecimento de Deus, Deus os entregou à sua mente incapaz de julgar, para fazerem o que não presta: repletos de toda a sorte de injustiças, perversidade, avidez e malícia; cheios de inveja, assassínios, rixas, fraudes e malvadezas; detratores, caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, arrogantes, fanfarrões, engenhosos no mal, rebeldes para com os pais, insensatos, desleais, gente sem dó nem piedade (Rm 1,21-31).*

E Pelágio diz a esse respeito: “O pecado não foi punido de modo que levasse o pecador a cometer mais pecados devido ao castigo”.

CAPÍTULO XXIII

A perda da graça é morte da alma. — Pelágio nada diz sobre a graça que dá a vida

25. Talvez ele responda: “Deus não obriga à prática dessas aberrações, mas somente abandona os que merecem ser abandonados”. Se assim afirma, fala a verdade, pois, como disse eu, afastados da luz da justiça e por isso envoltos em trevas, o que hão de fazer, senão todas aquelas obras das trevas que mencionei, até ouvirem o chamado, se é que o acolherão: *Ó tu, que dormes, desperta e levanta-te dentre os mortos, que Cristo te iluminará? (Ef 5,14).*

A Verdade os chama mortos; daí suas palavras: *Deixa que os mortos enterrem seus mortos (Mt 8,22).* A Verdade chama mortos àqueles que no dizer de Pelágio não se arruinaram e se viciaram pelo pecado, porque descobriu que o pecado não é uma substância. Ninguém lhe disse “que o homem foi criado de modo que pudesse passar da justiça para o pecado e não pudesse passar do pecado para a justiça”. Mas para passar ao pecado, bastou-lhe o livre-arbítrio e esta foi a origem de sua ruína. Contudo, a volta para a justiça exige um médico, porque não está sadio; necessita de quem lhe dê a vida, porque está morto.

Ele nada diz sobre esta graça, como se o homem pudesse recuperar a saúde unicamente pela força da vontade, a qual possibilitou sua ruína. Não lhe dizemos “que a morte corporal equivale ao pecado”, pois é apenas o castigo do pecado. Ninguém peca pelo fato de o corpo morrer, mas equivale ao pecado a morte da alma, a qual foi abandonada pela sua vida, isto é, por seu Deus. A alma morta inclina-se à prática de obras mortas até que pela graça de Cristo receba a vida.

Longe de nós dizer que “a fome, a sede e demais incômodos corporais implicam necessariamente pecado”. Pois, a vida dos justos adquiriu maior brilho com esses incômodos, e, superando-os, eles alcançaram uma glória maior, mas ajudados pela graça de Deus, auxiliados pelo Espírito de Deus, amparados pela misericórdia de Deus, não se exaltando pela vontade soberba, e sim merecendo a fortaleza pela sua humilde confissão. Os justos sabiam dizer a Deus: *Porque tu és minha esperança* (Sl 71,5).

Não percebo porque Pelágio nada diz sobre a graça, a ajuda e a misericórdia, cuja privação não nos permite viver retamente. Pelo contrário, defendendo a natureza como suficiente para a prática da justiça, contanto que não falte a vontade, contradiz abertamente a graça de Cristo que nos justifica. Contudo, já discorri, conforme minha possibilidade, nos livros que enviei a Marcelino, de santa memória, sobre a razão pela qual a morte corporal, embora venha do pecado, ainda subsiste, para exercício da fé, após a expiação do reato do pecado (*De pec. mer. et remis.* 2, 49-56; PL 44, 180-183).

CAPÍTULO XXIV

A morte do Senhor foi voluntária. — Há males dos quais Deus se serve para o bem

26. À afirmação de Pelágio segundo a qual o Senhor “pôde morrer apesar de não ter tido pecado”, responde-se dizendo que o seu nascimento foi obra do poder da misericórdia, e não da condição natural, e que sua morte foi o preço de nossa redenção da morte. Suas discussões sobre este assunto têm a finalidade de anular a verdade que acabamos de expor, visto que toma a defesa da natureza humana de modo que liberta o livre-arbítrio da necessidade desse preço, para se passar do poder das trevas e do príncipe da morte para o reino do Cristo Senhor.

Contudo, quando o Senhor caminhava para a paixão, disse: *Porque vem o príncipe deste mundo, e ele não tem em mim coisa alguma*, ou seja, nenhum pecado pelo qual o príncipe da morte pudesse agir usando de seu direito para dar-lhe a morte. Mas diz ainda: *Mas para que o mundo conheça que amo o Pai e faço como ele me ordenou, levantai-vos e vamo-nos daqui* (Jo 14,30-31), isto é, não morro pela força do pecado, mas em virtude da obediência.

27. Pelágio sustenta também que “mal algum é causa de algum bem”. No entanto, como se o castigo fosse um bem, para muitos foi motivo de conversão. Isso quer dizer que há males que trazem proveito pela admirável misericórdia de Deus. Acaso passava por um bem aquele que disse: *Mas apenas escondeste de mim o teu rosto, fiquei conturbado?* Claro que não; mas esta conturbação serviu-lhe de remédio contra a soberba, pois dissera na prosperidade: *Não terei jamais mudança*. Atribuíra a si o que o Senhor lhe doara: *que é que possuis que não tenhas recebido?* (1Cor 4,7). Fora conveniente mostrar-lhe de quem recebera para que recebesse com humildade o que perdera pela soberba. E prossegue: *Senhor, foi por teufavor que me concedeste honra e poderio. A prosperidade em que eu dizia: Não terei jamais mudança, vinha-me de ti, e não de mim. Finalmente, escondeste de mim o teu rosto e fiquei conturbado* (Sl 30,7-8).

CAPÍTULO XXV

A oração pelos hereges é mais proveitosa do que as discussões

28. O espírito soberbo ignora tudo isso, mas grande é o Senhor, que o leva ao convencimento pelas vias que ele conhece. Pois somos mais inclinados a indagar o que responder ao que se argumenta contra nosso erro, do que procurar os meios adequados para evitar o erro. Por isso, com os

pelagianos é melhor agir não discutindo com eles, e sim orando por eles e por nós.

Não lhes objetamos o que Pelágio pôs contra si mesmo, ou seja, “que o pecado foi necessário para se manifestar a misericórdia de Deus”. Oxalá não houvesse a desgraça para não se fazer necessária esta misericórdia.

Um justo castigo seguiu à maldade do pecado que se revestiu de maior gravidade, considerando-se como seria fácil ao homem não pecar, visto que não se arruinou por debilidade. O castigo sobreveio para que experimentasse em si mesmo a paga correspondente a seu pecado, ao perder a obediência de seu próprio corpo por haver calcado aos pés a obediência principal devida a seu Senhor. E se agora nascemos sob a mesma lei do pecado, a qual contraria em nossos membros a lei da razão, não devemos murmurar contra Deus nem discutir sobre uma realidade tão clara, mas sim ir ao encontro da misericórdia divina e solicitá-la como remédio de nosso castigo.

CAPÍTULO XXVI

Necessidade do Médico divino para o perdão dos pecados e para a perseverança no bem

29. Ponderai com toda atenção sobre o que ele disse: “Em caso de necessidade, Deus oferece sua misericórdia nesta situação, porque o homem precisou de socorro após o pecado, e não porque ele desejou a causa dessa necessidade”. Não vedes como não diz ser necessária a misericórdia de Deus para evitarmos o pecado, mas apenas porque pecamos? Acrescenta em seguida: “E o médico deve estar pronto para curar o já ferido; não deve, porém, desejar que o são receba ferimento”.

Se esta comparação é adequada ao assunto em pauta, a natureza humana certamente não poderia ser vulnerada pelo pecado, não sendo ele uma substância. Portanto, assim como o que manqueia devido a um ferimento é de tal modo curado que, subsanado o mal passado, caminhe depois normalmente, assim o Médico não apenas cura nossos males de modo que deles nos libertamos, mas também que podemos fazer bem a caminhada restante, a qual, mesmo sãos, não pudemos fazer sem sua ajuda.

O médico humano, após curar um cliente, entrega-o a Deus, a fim de que, fortificando-se doravante com os elementos e alimentos corporais, se processe a convalescença e se confirme a cura com os meios adequados. Pois, Deus, de quem procedem estes meios em favor dos seres viventes, oferecia os remédios também para se efetuar a cura. O médico não cura ninguém com meios criados por ele, mas se serve das riquezas daquele que cria o necessário para sãos e enfermos.

O mesmo Deus, quando pelo Mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus, devolve a saúde espiritual a um doente ou dá vida a algum morto, isto é, justifica um ímpio, e quando o guia até se restabelecer completamente, ou seja, até uma vida de perfeita justiça, não o abandona, se não é abandonado, o que lhe possibilita uma vida piedosa e reta.

Assim como o olho corporal, mesmo perfeitamente são, não pode enxergar faltando-lhe a claridade da luz, assim também o ser humano, mesmo plenamente justificado, não é capaz de uma vida reta sem a ajuda da luz eterna da justiça divina. Portanto, Deus cura não somente apagando os pecados, mas também agindo para evitarmos o pecado.

CAPÍTULO XXVII

A dor se elimina com a dor, o pecado, com o pecado

30. O autor do livro dá voltas e voltas, maneja e remaneja as palavras e, na sua opinião, refuta e

contesta a objeção que lhe propõem, ao dizerem: “Para tirar ao ser humano a ocasião de soberba e vaidade, foi necessário dissuadi-lo de que não é capaz de viver sem pecado”. É absurdo e insensatez pensar “que o pecado existiu para não existir o pecado, já que a própria soberba constitui um pecado”. Mas não tem em conta que a ferida consiste na dor e que a punição é dolorosa; assim a dor é aliviada pela dor. E se disso não tivesse experiência ou se tal ouvíssemos em alguma parte da terra onde isto nunca aconteceu, tomando ares zombeteiros, imitá-lo-íamos em suas palavras e diríamos que é um absurdo sem medida pensar que a dor seja necessária para eliminar a dor do ferimento.

31. “Mas Deus — dizem eles — tudo pode curar.” A ação de Deus é certamente no sentido de tudo curar, mas age segundo seus desígnios e não recebe do enfermo a ordem de curar. Sem dúvida alguma Deus queria que fosse bem forte o Apóstolo, ao qual, porém disse: *É na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder. E apesar das vezes em que lhe suplicou, não afastou dele não sei que agulhão da carne que lhe foi dado, a fim de que não se enchesse de soberba (2Cor 12,7-9).*

Os outros pecados são frutos de más obras, mas a soberba desenvolve-se também em meio às boas ações. Por esta razão, evitando que atribuam à sua capacidade os dons de Deus e pequem mais gravemente pelo orgulho, são admoestados pelo Apóstolo aqueles aos quais se dirige com estas palavras: *Operai a vossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo sua vontade (Fl 2,12-13).*

Por que com temor e tremor, e não com segurança, se é Deus que opera, a não ser devido ao concurso de nossa vontade, sem a qual não podemos fazer o bem e com facilidade pode-se insinuar no espírito a crença de que a boa ação se considere tão-somente obra própria e se diga no êxito: *Não terei jamais mudança?* Assim, aquele que por sua vontade outorgou a virtude para glória do espírito, afasta pouco a pouco sua face, e quem manifesta tanta confiança em si, fique conturbado. A estes tais deve ser extirpado com dores o tumor do orgulho.

CAPÍTULO XXVIII

A soberba, afastando o homem de Deus, causa o pecado

32. Não se deve dizer ao ser humano: “É necessário pecar para não pecar”. Diga-se, no entanto: “Deus às vezes te abandona no que te provoca a soberba, para te convenceres de que não és autônomo, mas dele dependente, e assim aprenderes a vencer a soberba”. Não se há de acreditar no que conta o Apóstolo a seu respeito, seja o que for, e não é admirável e não se acreditaria, se não no-lo referisse ele mesmo, o qual não é lícito contradizer, pois diz a verdade?

Qual é o cristão ignorante de que a primeira sedução para o pecado veio de Satanás (Gn 3,1-6), e que ele é o primeiro causador de todos os pecados? No entanto, conforme diz o Apóstolo: *Os quais (Himeneu e Alexandre) entreguei a Satanás, a fim de que aprendam a não mais blasfemar (1Tm 1,20).* A obra de Satanás pode ser desfeita por obra de Satanás?

Que Pelágio examine estas e outras passagens e considere demasiado engenhosas certas afirmações suas, tão-só aparentemente engenhosas, mas uma vez examinadas mostram que são infundadas. E por que quer ilustrar seu pensamento com comparações que mais nos facilitam a resposta?

Ele assim discorre: “O que mais direi? Se se acredita que o fogo pode extinguir o fogo, então se há de acreditar que o pecado é remédio para o pecado”. Se não se pode apagar o fogo com o fogo, pode-se — como provei — curar a dor com a dor. Com o veneno pode-se anular também a força do veneno, como ele pode averiguar e assim aprender. E se tiver em conta que às vezes o ardor da febre

se atenua com o calor medicinal, talvez concorde que se pode apagar o fogo com o fogo.

CAPÍTULO XXIX

Nem todo o pecado é soberba. — O sentido de “O princípio de todo o pecado é a soberba”

33. Pelágio pergunta: “Como se há de separar do pecado a própria soberba?”. Por que esta preocupação, se está claro que a soberba é pecado? Mas ele continua: “O ato de pecar implica um ato de soberba, como o ato de soberba implica o de pecado. Examina o que é cada pecado e vê se deparas algum que não envolva o apelo da soberba”.

Ele desenvolve esta sentença e tenta prová-la com as seguintes palavras: “Todo pecado, se não me engano, é desprezo de Deus e todo desprezo de Deus é soberba. Que maior ato de soberba do que desprezar a Deus? Portanto, todo pecado é soberba e o confirma a Escritura, que diz: *O início de todo o pecado é a soberba*”.

Examine Pelágio com toda a atenção e encontrará na Lei profunda diferença entre o pecado de soberba e os outros pecados. Cometem-se, é verdade, muitos pecados por soberba, mas nem toda má ação é fruto da soberba, como os pecados por ignorância ou por fraqueza ou os que se cometem entre choros e gemidos. De fato, a soberba, sendo por si um grande pecado, de tal modo pode existir sem os outros, que, como antes disse, muitas vezes se imiscui e se introduz com mais rapidez não nas más, e sim nas boas ações.

Por isso, está escrito com muita verdade o que Pelágio entendeu de modo diferente: *O início de todo o pecado é a soberba*. Ela lançou por terra o diabo, do qual se origina o pecado, e o qual, por inveja posterior, derrubou o homem, que estava em pé, da mesma posição de onde ele caiu. E a serpente procurou a porta do orgulho para entrar, quando disse: *Sereis como deuses* (Gn 3,5). Por esta razão está escrito: *O início de todo o pecado é a soberba*, e: *O princípio da soberba do homem é afastar-se de Deus* (Eclo 10,15.14).

CAPÍTULO XXX

O pecado é do homem e sua cura depende de Deus

34. O que querem dizer as palavras de Pelágio: “Como o homem pode se responsabilizar perante Deus pelo resto de pecado, que não reconhece como seu? Se é pecado necessário, não é seu. Ou se é seu, é voluntário; e se é voluntário, podia ser evitado”.

Respondemos: “É totalmente seu, mas a culpa com que é cometido ainda não foi sanada totalmente. O mau uso da saúde motivou seu enraizamento no homem, o qual, seja por fraqueza, seja por cegueira, se entregou a muitos pecados, uma vez debilitado. É necessária a súplica para se curar e viver depois com saúde perene. Não se dê lugar à soberba, como se ao homem devolvesse a saúde a mesma força que o levou ao pecado.

CAPÍTULO XXXI

Deus cura a alma enferma e a acompanha após a cura

35. Na realidade, essas coisas eu disse como uma confissão de minha ignorância dos altos desígnios de Deus sobre a razão pela qual ele também não cura imediatamente a própria soberba, que penetra no espírito humano mesmo com relação às boas ações. As almas piedosas suplicam

sua cura com lágrimas e grandes gemidos; imploram para que Deus estenda sua direita apoiando os esforços para superá-la e, de certo modo, calcá-la e esmagá-la. Pois, quando a alma se alegrar de ter vencido a soberba em alguma boa ação, ela da mesma alegria levanta a cabeça e diz: “Alto lá! Estou viva. Por que tantas vitórias? E estou viva, porque obtiveste vitória”.

Talvez se compraza em cantar vitória sobre ela antes do tempo, visto que sua última sombra, conforme minha opinião, somente passará naquele meio-dia prometido no dizer da Escritura: *E fará brilhar como lume a tua justiça, e o teu direito como o (sol do) meio-dia* (Sl 37,6). Isto se verificará, se antes acontecer o que está escrito: *Encomenda ao Senhor o teu caminho, espera nele, e ele procederá* (Sl 37,5), e não como alguns pensam, ou seja, que eles mesmos o fazem. Ao que parece, as palavras: *ele fará*, dirigiam-se aos que dizem: “Nós mesmos o fazemos”, isto é, “nós mesmos nos justificamos”.

É claro que nós também fazemos, mas cooperando com a obra daquele que nos antecede pela sua misericórdia. Ele nos antecede para que sejamos curados, e nos acompanha para continuarmos sãos; antecede-nos ao nos chamar e acompanha-nos até a glória; antecede-nos para que levemos a vida santamente e acompanha-nos para com ele sempre viver, porque, sem ele, nada podemos fazer (Jo 15,5). Ambas as coisas estão escritas: *Venha Deus em meu auxílio* (Sl 59,11) e *Benignidade e graça me acompanharão todos os dias da minha vida* (Sl 23,6).

Descubramos-lhe, portanto, nosso caminho pela confissão, sem ter a pretensão de a louvar, defendendo-nos. Se o caminho não é dele, mas nosso, não será sem dúvida um caminho reto. Revelemos-lo pela confissão, já que não se lhe oculta, ainda que queiramos: *Bom é louvar o Senhor* (Sl 92,2).

CAPÍTULO XXXII

O caminho da justiça exige o temor de Deus

36. O Senhor conceder-nos-á o que for do seu agrado, se o que em nós lhe desagrada também a nós desagrada. *Ele desviará nossos passos de seu caminho*, conforme está escrito (Sl 44,19), e fará com que seja nosso o seu caminho, pois todo auxílio dele procede em favor dos que nele creem e nele esperam.

Esse é o caminho da justiça, ignorado por muitos que *têm zelo de Deus, mas não é zelo esclarecido. Desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a própria, não se sujeitaram à justiça de Deus. Porque a finalidade da Lei é Cristo para justificação de todo o que crê* (Rm 10,2-4), é Cristo, o qual disse: *Eu sou o caminho* (Jo 14,6).

Contudo, a voz divina inspira o temor aos que andam por esse caminho de justiça, impedindo-os de se ufanarem de suas próprias forças. E o Apóstolo lhes dirige esta admoestação: *Operai a vossa salvação com temor e tremor, pois é Deus que opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade* (Fl 2,12-13). Pela mesma razão lhes diz o salmo: *Servi ao Senhor com temor e louvai-o com alegria; com tremor prestai-lhe vassalagem para que não se ire e não pereçais fora do caminho, quando daqui a pouco se incendiar a sua indignação*.

Não diz: *Para que não se ire* e não vos mostre o caminho da justiça, ou não vos introduza no caminho da justiça. Mas atemoriza os que por ele já transitam, e diz: *Para que não pereçais fora do caminho*. Qual é a razão desta advertência, senão a necessidade de se acautelar com relação à soberba, que, como já disse muitas vezes e hei de dizer ainda, se introduz mesmo nas boas ações, ou seja, mesmo no caminho da justiça? E a consequência não será que o homem, considerando como

obra sua o que é de Deus, venha a perder a que é de Deus e seja entregue a si mesmo?

Por isso orientemo-nos pela conclusão deste salmo: *Bem-aventurados todos os que se acolhem a ele* (Sl 2,11-13). Assim opere e em nós mostre seu caminho aquele ao qual se pede: *Mostra-nos, Senhor, a tua misericórdia*, e dê-nos a salvação para podermos caminhar aquele ao qual se suplica: *E dá-nos a tua salvação* (Sl 85,8). E nos conduza neste caminho aquele a quem se implora: *Ensina-me, Senhor, o teu caminho, para que eu ande na tua verdade* (Sl 86,11), e nos conduza às promessas aonde este caminho nos leva aquele a quem se diz: *Ainda lá me guiará a tua mão, e me tomará a tua direita* (Sl 139,10). Finalmente, alimente-nos sentados ao lado de Abraão, Isaac e Jacó aquele do qual se afirma: *E os colocará à mesa e, passando de um a outro, os servirá* (Lc 12,37).

Não pretendemos suprimir a liberdade da vontade ao lembrar estas verdades, mas apenas proclamar a graça de Deus. Pois, a quem aproveitam senão ao que quer, mas quer com humildade, não se vangloriando das forças da vontade, como se elas se bastassem para alcançar a perfeição da justiça?

CAPÍTULO XXXIII

O próprio justo não se pode comparar a Deus. — Deus é o Criador e o Salvador da natureza humana

37. Longe de mim argumentar contra Pelágio com a objeção que alguns, conforme ele diz, o contradizem: “Afirmar que o homem vive sem pecado e igualá-lo a Deus”. Isso porque o anjo é isento de pecado e não se pode igualar a Deus. O que digo é o seguinte: ainda que alcançássemos uma justiça tão perfeita, a ponto de não mais podermos progredir, a criatura não se igualaria ao Criador.

Se alguns pensam que nossa promoção futura será tão sublime que seremos convertidos em substância de Deus, chegando a ser o que ele é, vejam como podem defender tal afirmação; de minha parte confesso que não se deve admiti-la.

CAPÍTULO XXXIV

Somos mentirosos, se dissermos que não temos pecado

38. Alguns, que combatem Pelágio, dizem: “Parece razoável o que afirmas, mas implica o pecado de soberba dizer que o homem pode viver sem pecado”. Ele responde, e eu aplaudo sem restrições sua resposta, que se isso é verdade, nada envolve de soberba. Pois ele diz engenhosamente e com verdade: “A que se há de opor a humildade? Sem dúvida à falsidade, já que a soberba se opõe à verdade”. Por isso, sustenta, no que está certo, que a humildade deve acompanhar a verdade, e não a mentira. Conclui-se daí que as palavras daquele que disse: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós* (1Jo 1,8), refletem sem dúvida toda a verdade, a não ser que as tenha inventado sob pretexto de humildade.

O apóstolo acrescentou à sua afirmação: *E a verdade não está em nós*, quando talvez fosse suficiente dizer: “Enganamo-nos a nós mesmos”. É possível que tivesse em conta os que poderiam pensar apenas o que foi afirmado: *enganamo-nos a nós mesmos*, visto que também se ensoberbece quem se gloria de boas ações. Por isso acrescentou: *E a verdade não está em nós*, e revelou assim claramente — e Pelágio sustenta o mesmo — que não é absolutamente verdadeiro, se dissermos que não temos pecado. Não aconteça estabelecer-se a humildade ao lado da falsidade e venha a perder a recompensa da verdade.

39. Parece a Pelágio estar defendendo a causa de Deus, ao defender a natureza, mas não percebe que,

ao afirmar a sanidade da mesma natureza, está rechaçando a misericórdia do Médico. É um só o seu Criador e o seu Salvador. Pelo que não devemos louvar o Criador a ponto de sermos constrangidos e mesmo nos convenceremos a concluir sobre a inutilidade do Salvador. Exaltemos a natureza com dignos louvores e com eles celebremos a glória de Deus. Porém sejamos agradecidos pelo fato de nos criar, mas não sejamos ingratos pelo fato de nos ter curado.

Com efeito, atribuamos nossos pecados, que ele cura, não à sua iniciativa, mas à vontade humana e ao justo castigo merecido. Confessemos que esteve em nosso poder não cometê-los, mas confessemos também que a sua cura depende mais da misericórdia do que de nossas forças.

Pelágio faz consistir esta misericórdia e esta ajuda medicinal do Salvador somente no perdão dos pecados cometidos e nega a necessidade da ajuda para se evitar os futuros. Neste ponto se engana com funestas consequências e, embora sem perceber, proíbe-nos a oração e a vigilância para não cairmos na tentação, ao defender que o resistir-lhe está em nosso poder.

CAPÍTULO XXXV

O pecado não deve levar ao desespero da salvação. — Os justos são perdoados antes de morrer

40. Diz Pelágio, que se considera são: “Os exemplos de certas pessoas, sobre as quais lemos que pecaram, não foram escritos para nos infundir o desespero de não pecar nem para nos dar, de certo modo, a garantia de pecar”. Digo-lhe: Foram escritos para que aprendêssemos ou a humildade na penitência ou para não desesperarmos da salvação devido a tais quedas.

Com efeito, alguns que caíram em pecados se perdem principalmente pelo desespero da salvação. Não somente desprezam os remédios da penitência, mas tornam-se escravos dos prazeres e de ambições criminosas como satisfação de seus desejos desonestos e abomináveis. Para eles representa uma perda, se não fizerem o que reclama a sensualidade, pois consideram garantida a condenação. Como remédio para esta doença deveras perigosa, é eficaz a lembrança dos pecados, mesmo os cometidos pelos justos e santos.

41. Mas o autor do livro parece fazer esta engenhosa pergunta: “O que se deve pensar? Estes santos deixaram esta vida em pecado ou sem pecado?”. Se respondermos que partiram com pecado, ter-se-á por certo que foram condenados. Se dissermos que saíram deste mundo sem pecado, é preciso provar que, pelo menos na aproximação da morte, viveram sem pecado nesta vida.

Mas, apesar de Pelágio ser tão vivo, não tem em conta que, não sem razão, os justos imploram na oração: *E perdoa-nos as nossas dívidas, como também nós perdoamos aos nossos devedores*, e que o Cristo Senhor, depois de explicar a mesma oração ao ensiná-la, acrescentou, e não se pode pôr em dúvida: *Pois, se perdoardes aos homens os seus delitos, também o vosso Pai celeste vos perdoará* (Mt 6,12.14).

Com esta prece, eleva-se a cada dia até Deus um incenso espiritual no altar do coração, o qual deve estar sempre dirigido para o alto. Mesmo que não se viva aqui sem pecado, pode-se morrer sem pecado, ao ser destruído depois o que se comete por ignorância ou fragilidade.

CAPÍTULO XXXVI

Os santos varões e as santas mulheres do Antigo Testamento não foram isentos de pecado

42. Em seguida, o autor do livro menciona aqueles “que, conforme se conta, não somente não pecaram, mas viveram na justiça: Abel, Enoc, Melquisedeque, Abraão, Isaac, Jacó, Josué, Fineias,

Samuel, Natan, Elias, José, Eliseu, Miqueias, Daniel, Ananias, Azarias, Misael, Ezequiel, Mardoqueu, Simeão, José, esposo de Maria, e João”. Acrescenta as mulheres: Débora, Ana, mãe de Samuel, Judite, Ester, outra Ana, filha de Fanuel, Isabel, a própria mãe de nosso Senhor e Salvador, a respeito da qual ele diz: “A piedade exige que a confessemos isenta de pecado”.

Excetuo a santa Virgem Maria, sobre a qual, devido à honra ao Senhor, não quero discutir, eis porque sabemos que lhe foi concedido um grau mais elevado de graça para vencer totalmente o pecado, pois mereceu conceber e dar à luz aquele a respeito do qual não consta que tivesse pecado. Mas, excetuando a Virgem Maria, se pudéssemos reunir aqueles santos e santas, como se aqui vivessem, e perguntar-lhes se estavam isentos de pecado, qual seria sua resposta no nosso modo de pensar? O que afirma Pelágio ou o que assevera o apóstolo João? Dizei-me: qualquer que tenha sido o grau de santidade, quando estavam revestidos de corpo humano, se pudéssemos fazer-lhes essa pergunta, não bradariam a uma só voz: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós?* (1Jo 1,8).

Seria talvez uma resposta indicando mais humildade do que expressando a verdade? Mas Pelágio defende, e com toda a razão, “que o valor da humildade não se coaduna com a falsidade”. Se aquela fosse a resposta, é porque tinham pecados. A confissão verdadeira indicaria que eram sinceros; se tivessem mentido, seriam pecadores do mesmo modo, pois não seriam sinceros.

CAPÍTULO XXXVII

Segundo Pelágio, o silêncio da Escritura comprova a existência de pessoas sem pecado

43. Afirma Pelágio: “Acaso a Escritura mencionou os pecados de todos?”. Dir-lhe-ão a verdade todos os que disserem: “Não percebo que tenha dado uma resposta válida àquela objeção, embora veja que não quis ficar calado”. Atentai, peço-vos, para o que afirmou: “Isto se pode dizer com verdade daqueles cujas obras más ou boas a Escritura não menciona. Daqueles, porém, cuja justiça ela lembra, lembraria também os pecados, se considerasse que os haviam cometido”.

Neste caso, diga-me se não era manifestação de justiça a fé dos que, em grande multidão e com aclamações, iam à frente e atrás do jumentinho do Senhor, e até no meio dos inimigos, enfurecidos por esse gesto, clamavam: *Hosana ao Filho de Davi! Bendito o que vem em nome do Senhor!?* (Mt 21,9). Atreva-se a dizer, se for capaz, que não havia nenhuma pessoa daquela multidão da qual sepudesse dizer que não tinha pecado. E se isso seria o maior absurdo, por que a Escritura não fez menção de nenhum pecado, ao passo que se preocupou em exaltar a grande fé daqueles manifestantes?

44. Ele talvez tenha percebido este tipo de objeção e por isso acrescentou: “Mas, se a Escritura, em outros tempos, evitou falar dos pecados de todos devido ao seu grande número, contudo nos primórdios do mundo, quando existiam apenas quatro pessoas, por que não quis mencionar os seus pecados? Devido ao grande número? Mas não havia. Talvez tenha mencionado somente os pecados dos que os cometeram e não falou daquele que nenhum pecado cometera?”.

Acrescenta ainda palavras, desenvolvendo e clarificando essa sentença: “É certo que, no princípio, no tempo de Adão e Eva, dos quais nasceram Caim e Abel, havia somente quatro pessoas. Eva pecou, a Escritura o revelou; Adão também pecou, e a mesma Escritura não deixou de referir (Gn 3); a Escritura também testemunha que Caim tenha pecado (Gn 4). São mencionados não somente os pecados, mas também sua natureza. Portanto, se Abel tivesse pecado, a Escritura sem dúvida o teria dito, mas não disse. Conclui-se que ele não pecou, pelo contrário, declarou-o justo. Acreditamos por isso no que lemos; não nos é permitido admitir o que não lemos”.

CAPÍTULO XXXVIII

Os justos não foram isentos de pecado

45. Ao fazer estas afirmações, Pelágio não tem em conta o que dissera um pouco antes: “Uma vez propagado o gênero humano, a Escritura não pôde evitar a enumeração dos pecados de todos”.

Se ele houvesse refletido melhor neste assunto, perceberia que a Escritura ou não teve condições de se referir ao grande número de pecados leves mesmo de uma só pessoa, ou, se as teve, não considerou por bem fazê-lo. Pois, com relação aos que mencionou, manteve certo limite e teve como finalidade a instrução do leitor mesmo com poucos exemplos, mas necessários para os muitos objetivos.

Com efeito, a Escritura não teve por bem mencionar todas as pessoas, embora ainda poucas, quantas e quais foram, ou seja, quantos filhos e filhas tiveram Adão e Eva e que nomes receberam. Por isso, alguns, não reparando nas lacunas da Escritura, julgaram que Caim teve relação sexual com a mãe, nascendo assim a prole ali mencionada. Pensaram que os filhos de Adão não tiveram irmãs, visto que a Escritura silencia aquela passagem, mas depois, recapitulando, apresenta o que omitira, dizendo que Adão gerou filhos e filhas (Gn 5,4). Mas não revela o tempo de seu nascimento nem o número nem seus nomes.

Esta consideração leva-nos a concluir que não haveria de referir se Abel, embora com razão chamado justo, alguma vez riu imoderadamente, ou se se excedeu em gracejos, ou se viu algo seguindo-se maus desejos, ou se se deixou levar pela avidez em colher frutos da terra, ou se se deixou vencer pela gula, ou se na oração teve pensamentos que o distraíssem, e quantas vezes cometeu estes ou semelhantes deslizes.

Não são estes os pecados dos quais nos devemos precaver e nos coibir, conforme a admoestação do Apóstolo, quando diz: *Portanto, que o pecado não impere mais em vosso corpo mortal, sujeitando-vos às suas paixões? (Rm 6,12). Para não nos sujeitarmos a elas com relação ao que não é lícito ou menos lícito, é necessário o combate cotidiano e constante. Mediante esses pecados, os olhos vão e vêm em direção ao que não convém. E se este pecado ganhar força e dominar, pode-se chegar ao adultério corporal, o qual se comete no coração com tanta rapidez quanto é rápido o pensamento, pois não se lhe opõe nenhum obstáculo.*

Mereceram também ser chamados justos, mas o deveram à ajuda da graça de Deus, aqueles que se reprimiram em grande parte com relação a este pecado, ou seja, a esta inclinação dos afetos pecaminosos a ponto de não obedecerem a seus desejos e não lhe oferecerem os membros como armas da iniquidade. Mas como o pecado se introduz muitas vezes por inadvertência em matéria leve, pode-se dizer que foram justos, mas não foram isentos de pecado.

Finalmente, se o amor de Deus, o único que justifica todo aquele que é justo, apresentava-se no justo Abel como suscetível de crescimento, como possibilidade e obrigação, isso significava que procedia da inclinação pecaminosa o fato de o ter de menos. E em quem ele não é perfeito até chegar àquela fortaleza, onde se esvanece toda a fraqueza humana?

CAPÍTULO XXXIX

Contra seus próprios princípios, Pelágio não lê as provas da Escritura sobre o pecado do homem

46. Pelágio concluiu aquela passagem com uma pomposa sentença, ao dizer: “Portanto, acreditemos no que lemos, e não nos é permitido afirmar o que não lemos; é suficiente o que disse a respeito de

tudo”.

Eu digo o contrário, ou seja, que não devemos crer em tudo o que lemos em razão do que diz o Apóstolo: *Discerni tudo e ficai com que é bom* (1Ts 5,21), e que não é crime afirmar algo que não lemos. Isso porque podemos afirmar de boa-fé algo de que tivemos experiência, ainda que não tenhamos lido.

Pelágio, neste caso, talvez responda: “Ao falar assim, referia-me às santas Escrituras”. Oxalá fosse assim, isto é, que não admitisse não digo o que não se encontra nesses livros, mas, pelo contrário, nada em contrário ao que se lê. Ouviria com fidelidade e obediência o que está escrito: *Por meio de um homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram* (Rm 5,12), e assim não rebaixaria a graça de tão excelente Médico ao não querer confessar que a natureza humana está corrompida.

Oxalá lesse com olhos de cristão que, além de Jesus Cristo, não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devemos ser salvos (At 4,12), e não defendesse a eficácia da natureza humana a ponto de querer convencer que o homem pode alcançar a salvação pela força do livre-arbítrio.

CAPÍTULO XL

Para a prática da justiça é necessário o auxílio da graça, e não apenas a doutrina evangélica

47. Talvez ele pense que a necessidade do nome de Cristo se restrinja à aprendizagem pelo Evangelho acerca de como devemos viver, e não signifique a necessidade do auxílio de sua graça para bem vivermos. Pelo menos chegue a confessar que o espírito humano está cercado de trevas deploráveis, e que o homem, embora saiba domar um leão, ignora como deve viver. E para alcançar este conhecimento bastam-lhe o livre-arbítrio e a lei natural?

Tal é a sabedoria charlatã que anula a cruz de Cristo. Mas aquele que disse: *Destruirei a sabedoria dos sábios*, destrói também essa sabedoria pela loucura da pregação que cura os doentes, pois essa cruz não pode ser anulada. Se as forças do livre-arbítrio fossem suficientes para se saber como se deve viver e para bem viver, *então Cristo morreu em vão* (Gl 2,21), *portanto, estaria eliminado o escândalo da cruz* (Gl 5,11).

Por que não gritarei eu também? Sim, gritarei e os exprobarei tomado de profunda dor cristã: *Rompestes com Cristo, vós que buscais a justiça na Lei; caístes fora da graça* (Gl 5,4); *desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à justiça de Deus*. Para o que crê, e em ordem à justiça, Cristo Salvador é a finalidade da Lei e o é também da natureza humana corrompida (Rm 10,3-4).

CAPÍTULO XLI

O sentido do termo “todos” em sentença do Apóstolo

48. A passagem, de que Pelágio se serviu para argumentar contra si mesmo pela boca de seus adversários: *Visto que todos pecaram* (Rm 3,23), *refere-se claramente aos que então existiam, isto é, aos judeus e pagãos. Mas as palavras do texto que antes citei: Como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram* (Rm 5,12), *atingem os mais antigos e os mais recentes, a nós e os que virão depois de nós*.

Ele aduz também um testemunho para provar que o termo “todos” nem sempre deve ser entendido

como sem nenhuma exceção. O texto é este: *Assim como pela falta de um só resultou a condenação de todos os homens, do mesmo modo, da obra da justiça de um só, resultou para todos os homens a justificação que traz a vida* (Rm 5,18). E argumenta assim: “Ora, é inegável que, pela justiça de Cristo, nem todos foram santificados, mas somente os que quiseram obedecer e foram purificados pela ablução do batismo”.

Este testemunho não prova o que pretende. Pois assim como se afirmou: *Assim como pela falta de um só resultou a condenação de todos os homens*, não havendo exceção, assim pelo que está escrito: *da obra da justiça de um só resultou para todos a justificação que traz a vida*, sem exclusão de ninguém. Isso não porque todos nele creem e são purificados pelo batismo, mas porque ninguém se justifica sem nele acreditar e sem o banho batismal. Assim, está escrito “todos”, a fim de que não pense que alguém possa se salvar a não ser por ele. Assim como dizemos a respeito de um único professor existente numa cidade: “Ele a todos ensina as letras”, não porque todos os cidadãos aprendem as letras, mas porque só aprende quem ele tiver ensinado. Do mesmo modo, ninguém é justificado, se Cristo não o justifica.

CAPÍTULO XLII

A possibilidade de uma vida sem pecado não é assunto de discussão

49. Pelágio assim se expressa: “Concordo em que a Escritura declara que todos foram pecadores. Porém diz o que foram, mas não que poderiam ser de outro modo. Pelo que, embora se possa provar que todos os homens foram pecadores, isto não contraria a nossa sentença, pois defendemos não tanto que os homens foram, e sim o que poderiam ser”.

A sentença revela que às vezes concorda em que nenhum vivente é justo na presença de Deus (Sl 143,2). Mas contrapõe dizendo que a questão não reside neste ponto, e sim na possibilidade de não pecar, a respeito da qual não é necessário disputar. Não me preocupo muito se existiram neste mundo ou se existem ou possam existir alguns que tiveram ou tenham ou hão de ter uma caridade tão perfeita que não admita crescimento (pois nela consiste a mais verdadeira, plena e perfeita justiça). Não devo estender-me muito sobre o quando, onde e em que pessoas se verifica o que confesso e defendo como possibilidade para a vontade humana ajudada pela graça de Deus.

E não discuto também acerca da possibilidade, quando ela se mostra realizada nos santos após a cura da vontade humana e recebendo a ajuda, contanto que a caridade divina se difunda em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi dado (Rm 5,5), à medida que é capaz nossa natureza restabelecida e purificada. Portanto, melhor se abraça a causa de Deus (pela qual Pelágio afirma estar lutando, quando defende a natureza), quando ele é reconhecido tanto como Criador como Salvador, do quequando se declaram inúteis os socorros do Salvador, ao se defender a sanidade e a integridade das forças da criatura.

CAPÍTULO XLIII

O homem, jogado à beira da estrada, necessita do remédio divino

50. Contudo é verdade o que afirma: “Deus, tão bom quanto justo, criou o homem com capacidade de viver sem o mal do pecado, mas se ele tivesse querido”. Quem ignora que o homem foi criado são e sem culpa e dotado de livre-arbítrio e de capacidade para viver na justiça? Mas agora se trata do homem semivivo abandonado pelos ladrões à beira da estrada, incapacitado de alcançar o cume da justiça, maltratado e dilacerado que está pelos graves ferimentos. Se já se encontra recolhido na

hospedaria, ainda há possibilidade de se curar (Lc 10,30-34).

Portanto, Deus não manda o impossível, mas, ao impor o preceito, admoesta a fazeres o que está a teu alcance e a suplicares o que não te é possível. Mas vejamos agora o que pode e o que não pode. Pelágio diz: “Não será por força da vontade o que é inerente à natureza”. Eu digo: O homem certamente não se justifica por força da vontade, mas com o remédio ser-lhe-á possível o que não o é devido à culpa.

CAPÍTULO XLIV

Assentamento da questão entre pelagianos e católicos

51. Qual a necessidade de nos determos mais? Venhamos ao cerne da questão, o único, ou quase único, objetivo da discussão que sustentamos com eles.

Como Pelágio afirma que “não concerne ao assunto em pauta, se existiram ou existem pessoas que conseguiram ou conseguem viver sem pecado nesta vida”, eu, de minha parte, concordaria que existiram ou existem, mas confirmo que foram ou são capazes, uma vez justificados pela graça de Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor e este crucificado. Pois, esta foi a fé que curou os antigos e também nos cura, isto é, a fé no Mediador de Deus e dos homens, o homem Jesus Cristo: fé no seu sangue, fé na cruz, fé na sua morte e na sua ressurreição. *Por conseguinte, tendo o mesmo espírito de fé... cremos também nós, e por isso falamos* (2Cor 4,13).

52. Atentemos para o que Pelágio responde à questão que propõe a si mesmo, a qual não é admissível para os corações cristãos. Ele diz: “Mas é isto que a muitos perturba, tu dirás, ou seja, que sustentas a possibilidade de o homem viver sem pecado não contando com a graça de Deus”.

De fato, é isso que perturba, é isso que reprovamos. Ele diz isso mesmo e nós absolutamente não defendemos essa doutrina. Por isso, pelo amor que alimentamos para com os outros e para com eles mesmos, não consentimos que entre cristãos se discuta sobre esses ensinamentos.

Ouçamos, pois, como se desenreda da objeção que lhe apresentam no tocante a esta questão. Ele diz: “Ó cegueira da ignorância! Ó desídia da mente rude! Como pensar em defender sem a graça de Deus o que, conforme se sabe, deve-se atribuir somente a Deus?”.

Após ouvir estas palavras, se ignorássemos o que vem em seguida, poderíamos pensar que formamos deles uma falsa opinião, levados pelo murmúrio da fama e apoiados em depoimentos de alguns irmãos que se apresentaram como testemunhas idôneas. De fato, o que se pode dizer com maior brevidade e total verdade que a possibilidade de não pecar, por maior que exista e/ou existirá no homem, somente a Deus se deve atribuir? Isto é o que nós também ensinamos; demo-nos as mãos.

CAPÍTULO XLV

Discussão de sentenças e comparações de Pelágio sobre o poder da natureza

53. Devemos ouvir o restante? Claro que sim e também corrija-lo ou dele nos precaveremos. Pois ele prossegue: “Quando se diz que o homem é capaz, não o atribuímos ao livre-arbítrio, contudo ao autor da natureza, ou seja, Deus. Haverá alguém que entenda que se possa conseguir sem a graça de Deus o que se considera pertencer propriamente a Deus?”.

Já começa a deixar transparecer seu pensamento; mas, para não nos enganarmos, que ele o explicita de modo mais claro. E então dirá: “Mas para esclarecer o que afirmamos, é preciso alongar o discurso. E diremos que a possibilidade de qualquer coisa reside antes na força da natureza de que

no poder do livre-arbítrio”. E ilustra sua afirmação com exemplos e comparações, e diz: “Por exemplo, eu posso falar. Que eu possa falar, não depende de mim. O que eu falo, pertence a mim, isto é, à minha vontade. E como o que eu falo pertence a mim, posso fazer ambas as coisas, ou seja, falar e não falar. Mas como a faculdade de falar não depende de mim, isto é, do meu arbítrio e vontade, é necessário que eu sempre possa falar, e, se eu quiser, posso não falar, mas não posso menos de poder falar, a não ser que me prive do órgão que me permite falar”.

Eu digo que há outros modos que levam a pessoa, se quiser, a perder a possibilidade de falar, não sendo preciso perder o órgão da locução. Como, por exemplo, se a pessoa for acometida de afonia, não poderá falar, embora não perca os órgãos da fala, pois a voz humana não é órgão. Acontece o mesmo quando se lesa um órgão interior, sem que seja perdido. Porém, para que não se pense que me oculto em palavras e se diga a mim como réplica que lesar é o mesmo que amputar, adianto que se pode ficar sem fala, quando se fecha e obstrui a boca mediante qualquer ligadura, que impede o poder abri-la. E o abri-la não depende de nós, ao passo que esteve em nosso poder fechá-la sem nenhuma alteração dos órgãos.

CAPÍTULO XLVI

A vontade não está em luta com a necessidade

54. Contudo, o que nos interessa esta questão? Vejamos o que invoca na continuação: “Priva-se do arbítrio da vontade e da deliberação tudo o que fica restringido por uma necessidade natural”.

Neste ponto há alguma coisa que discutir. Pois é absurdo dizer que não é próprio de nossa vontade o querer ser felizes, porque desconheço a tal força da natureza que nos leve a deixar de querer. E não teremos o atrevimento de dizer que em Deus a justiça não é um ato da vontade, e sim uma necessidade natural, porque não pode não pecar.

CAPÍTULO XLVII

Apresentação das comparações de Pelágio e sua refutação pelo autor

55. Atentai para o que diz em seguida: “Pode-se pensar assim a respeito da audição, do olfato ou da visão, porque depende de nós ouvir, cheirar ou ver. Porém o poder ouvir, cheirar ou ver não está em nosso poder, mas é consequência de uma necessidade natural”.

Ou eu não entendo o que diz ou ele não sabe o que está dizendo. Como não depende de nós o poder ver, se está em nosso poder a necessidade de não ver, visto que depende da cegueira, que faz perder a capacidade da visão, se nós quisermos provocá-la em nós? Como dizer que está em nosso poder o enxergar, se o quisermos, quando, ainda que permanecendo íntegra a natureza de nosso corpo e de nossos olhos, não podemos fazê-lo, ainda que queiramos, ao se retirar, à noite, de nossa presença os focos de iluminação ou ao nos fecharem em lugar escuro? Da mesma forma, se o poder ouvir ou não ouvir não depende de nós, mas é imposição da natureza, e se o ato de ouvir ou de não ouvir depende de nossa vontade, porque ouvimos sem querer tantos ruídos que penetram em nosso sentido, ainda que tapados os ouvidos, como é o ruído de uma serra ou o grunhir dos suínos?

Embora a obstrução dos ouvidos mostre que não está em nosso poder não ouvir com os órgãos abertos, a tal obstrução que afeta o próprio sentido da audição faz com que esteja ao nosso alvitre também o não poder ouvir.

Sobre o que diz do olfato, porventura não refletiu superficialmente ao afirmar que “não depende de

nós o poder ou não poder cheirar, mas depende de nós”, ou seja, da livre vontade, “o cheirar ou não cheirar”? Pois, quando somos obrigados a permanecer em locais com odores intensos e molestos e com as mãos amarradas, mesmo estando com os órgãos em perfeito estado, se quisermos não aspirar o cheiro, não podemos, visto que somos obrigados a respirar e assim aspiramos o cheiro contra nossa vontade.

CAPÍTULO XLVIII

A natureza humana é impotente para garantir o não pecar e o poder não pecar

56. Assim como são falsas estas comparações, é falsa também a razão de seu emprego. Ele prossegue e diz: “De modo semelhante se há de entender sobre a possibilidade de não pecar, pois o não pecar depende de nós, ao passo que o poder não pecar não depende de nós”.

Se falasse do homem ainda dotado de natureza íntegra e pura, de que agora estamos privados (*pois fomos salvos em esperança, e ver o que se espera, não é esperar... E se esperamos o que não vemos, é na perseverança que o aguardamos* — Rm 8,24-25), se falasse com essa ressalva, repito, mesmo assim não seria correto afirmar que não pecar depende somente de nós, embora o ato de pecado seja nosso. Pois, nesse caso teríamos a ajuda de Deus a se oferecer aos de boa vontade, como a luz se apresenta aos olhos são possibilitando a visão com sua ajuda.

Mas como o autor se refere a esta vida, em que o corpo corruptível é um peso para a alma e esta morada terrestre abate o espírito que pensa muitas coisas (Sb 9,15), ficopasmado ao ver a audácia com que sustenta o não pecar como dependendo de nós sem o auxílio medicinal de nosso Salvador, e defenda a possibilidade de não pecar à eficácia da natureza. Esta natureza apresenta-se tão decaída, que não reconhecê-lo é o maior pecado.

CAPÍTULO XLIX

A eficácia da natureza é ineficiente para a vida sem pecado

57. Pelágio afirma: “Pois, o não pecar depende de nós, visto que podemos pecar e não pecar”. O que ele responderia, se alguém dissesse: “Pelo fato de estar em nosso poder não desejar a infelicidade, podemos não querê-la e querê-la?”. No entanto, não a podemos desejar de modo algum. Quem pode querer ser infeliz, ainda que deseje algo ao qual vem anexa a infelicidade? Além disso, como é mais próprio de Deus não pecar, teremos a ousadia de dizer que ele pode pecar e não pecar? Longe de nós dizer que Deus pode pecar. Pelo fato de não poder morrer nem se contradizer, por isso Deus não deixará de ser onipotente, como pensam os néscios.

O que ele quer dizer e que meios expositivos quer empregar para convencer o que ele não quer reparar atentamente? Pois acrescenta ainda e diz: “Porque o poder não pecar depende de nós, e se quisermos não poder não pecar, não podemos não poder não pecar”. É uma afirmação cheia de embustes e, por isso, ininteligível. Poderia ter dito com mais clareza: “Porque poder não pecar, depende de nós; se quisermos ou não, podemos não pecar”.

Ele não diz: queiramos ou não, não pecamos; pois não há dúvida que pecamos, se queremos. Mas afirma que, queiramos ou não, temos a possibilidade de não pecar, a qual ele estabelece como inserida na natureza. Mas é de certo modo razoável dizer de uma pessoa com pernas perfeitas que, queira ou não, tem a possibilidade de andar. Tendo-as, porém, fraturadas, não tem a possibilidade, mesmo se quiser andar. De modo semelhante está prejudicada a natureza à qual ele se refere. *Por que se ensoberbece a terra e a cinza? (Eclo 10,3). Porque está decaída, implora o socorro do Médico*

e exclama: Salva-nos, Senhor (Sl 12,2). E ainda: Sara-me (Sl 41,5). Por que Pelágio abafa estes clamores e, ao defender a possibilidade atual, impede a sanidade futura?

CAPÍTULOL

A possibilidade de não pecar não está entranhada na natureza

58. Vede agora o que ele acrescenta com a finalidade de confirmar o anterior. Diz ele: “Porque vontade alguma pode deixar perder o que está entranhado inseparavelmente na natureza”.

Então, por que se fez ouvir aquela voz: *Não fazeis o que quereis?* (Gl 5,17). E aquela outra: *“Pois não pratico o que quero, mas faço o que detesto?”* Onde está a possibilidade que se supõe entranhada na natureza de modo inseparável? Estas expressões falam de pessoas que fazem o que detestam, e se trata de não pecar, não, porém, de voar, pois não eram aves. Falam de um homem que não pratica o que quer, mas faz o mal que aborrece: *O querer está ao meu alcance, não, porém, o praticá-lo* (Rm 7,15-18).

Onde está a possibilidade que se considera inerente à natureza de modo inseparável? Se o Apóstolo não fala de si mesmo, mas refira-se a quem quer que seja, certamente supõe uma pessoa. Pelágio, no entanto, defende, como inerente à natureza humana de modo inseparável a possibilidade de não pecar. Mas ignorando quem ali se expressa com tais palavras, não o ignora, no entanto, quando insinua essa doutrina aos incautos ainda que tementes a Deus. Seu objetivo é anular a graça de Cristo ao proclamar a natureza como autossuficiente para alcançar a justificação.

CAPÍTULOLI

Pelágio prefere atribuir a Deus a possibilidade de não pecar de modo indireto, mediante a natureza

59. Para acalmar a animosidade com que os cristãos levantam a voz e objetam: “Por que afirmas que o homem pode não pecar sem a ajuda da graça de Deus?”, ele responde: “A possibilidade de não pecar não reside tanto no poder da vontade, como na necessidade da natureza. Tudo o que faz parte da necessidade da natureza, não há dúvida que pertence ao autor da natureza, ou seja, Deus”. E diz ainda: “Como se há de considerar alheio à graça de Deus o que se comprova pertencer a Deus?”.¹¹

A sentença que ocultava sai agora à luz; não havia como poder escondê-la. Com aquelas sentenças atribui à graça de Deus a possibilidade de não pecar, porque Deus é o autor da natureza, à qual ele declara inserida de modo inseparável a possibilidade de não pecar. Portanto, quando o homem quer, faz; porque não quer, não faz. Existindo esta possibilidade inseparável, não é possível pensar em debilidade da vontade, ou antes, em cooperação da vontade e em carência de perfeição. Se assim é, por que está escrito: *O querer está ao meu alcance, não, porém, o praticá-lo?*

Se o autor do livro se referisse à natureza do homem criada no princípio sem culpa e pura, aceitar-se-ia de certa maneira o que afirmou.¹² Mas não se pode dizer que tenha possibilidade inseparável, ou, por assim dizer, inamissível, uma natureza que podia manchar-se pela culpa e reclamar um Médico que curasse os olhos do cego e restituísse a visão perdida pela cegueira. Pois considero cego o que quer ver, mas não pode; mas se quer, e não pode, permanece a vontade, mas perdeu a possibilidade.

CAPÍTULOLII

A carne é contrária ao espírito também nos batizados

60. Vede ainda que barreiras se esforça por derrubar na procura de um caminho por onde possa conduzir sua sentença. Opõe a si mesmo a questão, ao dizer: “Mas a carne, conforme o Apóstolo, tem aspirações contrárias a nós (Gl 5,17), tu dirás”. E responde na continuação: “Como é possível que em qualquer batizado a carne tenha aspirações contrárias, se, conforme o mesmo Apóstolo, o cristão não está na carne? Pois, assim diz ele: *Vós não estais na carne* (Rm 8,9)”.¹³

Ele diz de fato que nos batizados a carne não pode ser contrária, mas depois veremos em que sentido. Visto que não podia esquecer totalmente sua condição de cristão, mas como dela se lembrou embora sutilmente, recuou na defesa da natureza.

Onde, porém, está a possibilidade entranhada? Acaso os não-ainda batizados não pertencem à natureza humana? Este é um ponto em que poderia despertar de seu erro; e poderá, se perceber. “Como é possível, diz ele, que em qualquer batizado a carne seja contrária ao espírito?” Portanto, isso pode acontecer com os não-batizados.

Explique-nos ele, visto que os não-batizados possuem a natureza tão ardorosamente por ele defendida. Mas de qualquer forma ou concorda que ela seja decaída nos não-batizados, se após o batismo o ferido já saiu da hospedaria completamente são, ou está bem de saúde na hospedaria, para onde o levou, para se curar, o compassivo samaritano (Lc 10,30-35).

Além disso, se concorda que nos batizados a carne tem aspirações contrárias ao espírito, diga o que aconteceu, pois ambos, ou seja, a carne e o espírito são criaturas do único e mesmo Criador, e, nesse caso, ambos são bons, já que são obra daquele que é bom por excelência. A explicação seria afirmar que essa contrariedade é um defeito causado pela própria vontade e que, para sua cura na natureza, necessita do Salvador, que é também Criador da mesma natureza.

Chegará ao fim toda discussão entre nós, se confessarmos que tanto os grandes como os pequenos, ou seja, do vago das crianças à canície dos idosos, necessitam do Salvador e de seu remédio, para o qual o Verbo se fez carne para habitar entre nós (Jo 1,14).

CAPÍTULO LIII

Argumentação em favor da tese anterior

61. Vejamos agora se há testemunhos em favor da contrariedade da carne nos batizados. Eu pergunto: A quem se dirigia o Apóstolo, ao dizer: *A carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito contrárias à carne; eles se opõem reciprocamente, de sorte que não fazeis o que quereis?* (Gl 5,17). Aos próprios gálatas, conforme penso, aos quais também disse: *Aquele que vos concede o Espírito e opera milagres entre vós o faz pelas obras da Lei ou pela adesão à fé?* (Gl 3,5).

Como se vê, está claro que fala a cristãos, aos quais Deus outorgou o Espírito; portanto, também batizados. E fica claro também que neles a carne é contrária ao espírito e que não aparece aquela possibilidade, afirmada por Pelágio, entranhada na natureza. Onde está a prova do que diz: “Como pode acontecer que nos batizados a carne seja contrária?”.

Qualquer que seja o sentido que dê ao vocábulo “carne”, pois não significa a natureza, a qual é boa, mas os vícios carnis, conclui-se que mesmo nos batizados a carne é contrária. E como é contrária? Não permitindo que façam o que querem. E aqui se revela a vontade do homem; mas onde está a possibilidade da natureza?

Confessemos a necessidade da graça e brademos: *Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte?* E receberemos esta resposta: *Graças sejam dadas a Deus, por Jesus Cristo Senhor nosso* (Rm 7,24-25).

62. Quando lhes é perguntado: Por que afirmais no homem a possibilidade de viver sem pecado dispensando a graça de Deus?, não se trata da graça da criação, e sim da graça com que o salva Jesus Cristo Senhor nosso. Com efeito, os fiéis, na oração, dizem: *E não nos exponhas à tentação, mas livra-nos do Maligno (Mt 6,13).*

Se existisse a possibilidade, por que rezam assim? Ou de que mal suplicam a libertação, senão, principalmente, do corpo desta morte, da qual nada nos liberta a não ser a graça de Deus por Jesus Cristo? Não se trata da substância corporal, a qual é boa, mas dos vícios carnis, dos quais o homem não se liberta sem a graça do Salvador, nem sequer quando, pela morte do corpo, se liberta do corpo. E para o Apóstolo chegar a fazer aquela afirmação, o que dissera no versículo anterior? *Percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros (Rm 7,23).*

Eis a deformidade causada à natureza pela desobediência da vontade. Permita-se, portanto, a oração para a obtenção da cura. Por que presumir tanto a possibilidade da natureza? Ela foi ferida, ofendida, abalada e arruinada; por isso, necessita de sincero reconhecimento, e não de defesa distorcida. Procure-se a graça de Deus, não a da criação, mas a da redenção, considerada por Pelágio como desnecessária pelo fato de a ela não se referir.

Se nada dissesse a respeito da graça de Deus e não se tivesse proposto aquela questão para resolver, evitando a animosidade a esse respeito, poder-se-ia considerar verdadeiro o seu pensamento. Mas não disse tudo, porque não se pode dizer tudo em todas as partes. E sim ele se propôs uma pergunta sobre a graça e deu-lhe a resposta ditada por seu coração. A questão foi proposta nos devidos termos, não como gostaríamos, e sim em termos que nos suscitam dúvidas sobre o seu modo de pensar.

CAPÍTULO LIV

A carne é contrária ao espírito devido ao pecado, e não à natureza. — O recurso ao Médico divino é o único meio de curar a natureza decaída

63. Em seguida, empenha-se em provar, mediante muitas citações do Apóstolo, o que não está em discussão, ou seja, “que Paulo muitas vezes denomina carne não a substância, mas as obras da carne”.

Qual a razão desta assertiva? As inclinações carnis são contrárias à vontade do homem; não se acusa a natureza, porém se procura um médico para os males.

Qual a finalidade desta pergunta: “Quem criou o espírito humano?”. Ele mesmo responde: “Deus, não há dúvida”. E pergunta novamente: “Quem criou a carne?”. E de novo responde: “O mesmo Deus, creio eu”. Pergunta pela terceira vez: “Não é bom o Deus que criou o espírito e a carne?”. Responde: “Ninguém duvida”. Pergunta ainda: “E as duas realidades, que o bom Criador fez, não são boas?”. E responde: “É o que devemos confessar”. E conclui: “Se o espírito é bom, a carne é boa, feitos que foram pelo bom Criador, como podem duas realidades boas serem contrárias entre si?”.¹⁴

Não quero afirmar que se abalaria toda a força desta argumentação, se alguém lhe perguntasse: “Quem fez o calor e o frio?”. Responderia certamente: “Deus, não há dúvida”. Mas não farei muitas perguntas. Ele mesmo tire a conclusão, se ambos ou não são bons ou que não são contrários entre si. Ele talvez retrucará: “São qualidades das substâncias, e não substâncias”. De fato, é verdade; mas são qualidades naturais e certamente próprias da criatura de Deus, pois as substâncias não são contrárias entre si por si mesmas, e sim pelas suas qualidades, como a água e o fogo.

E se o espírito e a carne fossem contrários neste sentido? Não afirmo que o sejam, mas o dizemos

para demonstrar que sua argumentação carece de conclusão lógica. Pois, duas coisas contrárias podem não se combater mutuamente; podem até se aliarem e ser favoráveis à saúde. É o que acontece com a secura e a umidade no corpo, o frio e o calor, de cuja combinação resulta o bom estado de saúde. Mas que a carne seja contrária ao espírito, de modo que não fazemos o que queremos, é defeito, e não natureza. Procure-se a graça medicinal, e não haverá motivo para discussão.

64. Contrapondo-me ao raciocínio de Pelágio, pergunto: Como estes dois bens, criados por um Deus bom, podem ser contrários entre si nas pessoas batizadas? Arrepende-se-á de tê-lo dito, porque foi levado por algum sentimento de fé cristã? Pois, ao dizer: “Como pode acontecer que a carne seja contrária ao espírito no já batizado”, deu a entender que a carne seja contrária ao espírito nos não-batizados. Por que acrescentou: “já batizado”, poder-se-ia expressar o seu pensamento sem acrescentar tais palavras e dizer: “Como pode acontecer que em qualquer pessoa a carne é contrária ao espírito?”. E, para provar sua afirmação, por que avançar no seu raciocínio e dizer que, se ambos são bons e criados por um Deus bom, não podem ser contrários entre si?

Portanto, se os não-batizados, a respeito dos quais afirma que a carne é contrária, apertarem-no com perguntas e interrogarem: “Quem criou o espírito do homem?”. Ele responderá: “Deus”. Voltarão a perguntar-lhe:

“Quem criou a carne?”. Ele: “O mesmo Deus, creio eu”. Pela terceira vez: “É bom o Deus que ambos criou?”. E ele: “Ninguém duvida”. E lhe farão a última pergunta: “E ambas as realidades criadas por Deus, que é bom, são boas?”. Ele confessará que sim. Então eles o degolarão com sua própria espada, concluindo do mesmo modo que ele, dizendo: “Portanto, se o espírito é bom e a carne é boa, criados ambos por um bom Criador, como pode acontecer que os dois bens sejam contrários entre si?”. Talvez ele responderá: “Desculpai, pois não quis dizer que no batizado a carne não pode ser contrária ao espírito e afirmar que existe essa oposição nos não-batizados. Mas quis dizer que em ninguém a carne é contrária ao espírito”.

Mas vede para onde se arrasta; vede como fala aquele que não quer clamar com o Apóstolo: *Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo nosso Senhor* (Rm 7,25). Porém, ele dirá: “Por que haverei de clamar estando já batizado em Cristo? Lancem esse grito os que ainda não receberam esse benefício, em cujo nome apresenta-se o Apóstolo, se é que eles dizem isso também”. Porém, sua defesa da eficácia da natureza não lhes permite bradar com esse gemido. Pois a natureza não é eficaz para os batizados nem para os não-batizados.

Ou se aceita que a natureza dos não-batizados está decaída de modo que bradem com razão: *Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte?*, ou se são atendidos pelo que segue: *Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo Senhor nosso*, concorde finalmente que a natureza humana necessita do Médico, que é Cristo.

CAPÍTULO LV

Além da remissão dos pecados pelo batismo, o batizado deve implorar sempre a graça do Salvador

65. Pergunto agora: quando a natureza perdeu a liberdade pela qual o Apóstolo almeja: *Quem me libertará?*, ele não acusa a carne, como um ser substancial, ao dizer que deseja se libertar deste corpo de morte, visto que tanto a natureza do corpo como a da alma foram criadas por Deus, que é bom. Refere-se às inclinações pecaminosas do corpo. Pois a morte corporal liberta-o do corpo, mas levamos inerentes os vícios contraídos mediante o corpo, aos quais é devido o justo castigo que aquele rico recebeu no inferno (Lc 16,22-26).

Conclui-se que não se podia libertar por si mesmo aquele que clama: *Quem me libertará deste corpo de morte?* Contudo, onde quer que tenha perdido a liberdade, aquela possibilidade é inseparável da natureza, tem a eficácia mediante uma ajuda natural e tem o querer mediante o livre-arbítrio? Por que então procura o sacramento do batismo? Talvez por causa dos pecados passados e assim sejam perdoados somente os que não podem ser anulados?

Deixa o homem em paz e deixa que clame conforme clamava. Pois não somente deseja livrar-se do castigo ao ser perdoado com relação aos pecados passados, mas quer ser forte e eficaz para não mais pecar. Ele valoriza a lei do Senhor segundo o homem interior, mas percebe outra lei em seus membros que se rebela contra a lei da razão. Percebe que é, não se recorda do que foi; preocupa-se com o presente e não traz à memória o passado. Não percebe somente uma lei que se revolta contra a lei da razão, mas que o escraviza na lei do pecado, que está em seus membros, não que esteve. Por isso clama: *Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de pecado?*

Deixa-o rezar, deixa-o implorar a ajuda do Médico todo-poderoso. Porque contradizê-lo? Por que importuná-lo? Por que querem proibir ao miserável implorar a misericórdia de Cristo? E isso o fazem homens cristãos? Caminhavam também com Cristo os que proibiam ao cego que pedia a recuperação da vista com grandes gritos. Mas Jesus ouviu seu clamor em meio ao tumulto dos manifestantes. Por isso recebeu a resposta: *Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo Senhor nosso.*

66. Todavia, se conseguirmos dos pelagianos que concordem em que os não-batizados implorem o auxílio da graça do Salvador, algo teremos conseguido contra sua falsa defesa sobre a autossuficiência da natureza e o poder do livre-arbítrio. Pois não se basta a si mesmo aquele que diz: *Infeliz de mim! Quem me libertará?* Não é preciso dizer que goza de plena liberdade aquele que implora ser libertado.

CAPÍTULO LVI

Os batizados sentem também os desejos da carne contra o espírito

Vejamos, no entanto, se os batizados fazem o bem que querem sem nenhuma oposição da concupiscência da carne. O que poderíamos dizer a este respeito, o próprio Pelágio o diz ao concluir este ponto e afirmar: “Como dissemos, a expressão: *A carne tem aspirações contrárias ao espírito*, não se aplica à substância, e sim às obras da carne”.

É que nós também dizemos, ou seja, não se trata da substância, e sim das obras da carne que procedem da concupiscência carnal, isto é, do pecado, sobre o qual o Apóstolo *ordenou que não impere em nosso corpo mortal: sujeitando-se às suas paixões* (Rm 6,12).

CAPÍTULO LVII

A lei de Deus é a lei da liberdade e do amor

67. Pelágio também considera que aos já batizados o Apóstolo disse: *A carne tem aspirações contrárias ao espírito; e o espírito, contrárias à carne.* Eles se opõem reciprocamente, de sorte que não fazeis o que quereis. E para não estimular a indolência nesta luta e não parecer que, por esta sentença, favorecia o relaxamento, o Apóstolo acrescenta: *Mas se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei* (Gl 5,17-18).

Sob a lei está aquele que, por temor do suplício, com que a lei ameaça, e não por amor, pensa que se abstém das obras do pecado, não estando ainda libertado nem isento da vontade de pecar. Torna-

se réu na própria vontade que o faz desejar, se fosse possível, a não-existência do que ele teme, para praticar livremente o que no íntimo deseja. Portanto, como diz o Apóstolo, *se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei*, ou seja, da Lei que incute temor e não outorga a caridade, a qual foi difundida em nosso coração não pela letra da Lei, mas pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5).

Esta é a lei da liberdade, não da escravidão, porque é a lei da caridade, não do temor. Dela falava o apóstolo Tiago: *Mas aquela que se dedica ao estudo da Lei perfeita da liberdade* (Tg 1,25).

Desse modo, Paulo já não se enchia de temor na lei de Deus, como escravo, mas nela se comprazia conforme o homem interior. Entretanto percebe ainda em seus membros outra lei contrariando a lei da razão. Por isso diz: *Mas se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei*. Se alguém se deixa conduzir pelo Espírito, não está sob a lei, porque, comprazendo-se na lei de Deus, não está sob a lei do temor. O temor gera a angústia e não é fonte de deleite.

CAPÍTULO LVIII

A necessidade da prece nos momentos da tentação

68. Se pensarmos bem, assim como devemos dar graças a Deus pelos membros curados, devemos fazê-lo também pelos que necessitam de cura. Assim podemos gozar daquela saúde à qual nada se possa acrescentar, da própria benevolência de Deus e de plena liberdade. Não negamos à natureza humana a possibilidade de viver sem pecado nem podemos negar seu possível aperfeiçoamento. Não negamos que se possa aperfeiçoar pela graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso. Afirmamos que poderá ser santa e feliz com a ajuda de quem a criou para a existência.

Desse modo, facilmente se refuta a objeção que lhe opõem alguns, conforme o próprio Pelágio afirma: “O demônio se opõe a nós”. Respondemos com as mesmas palavras que lhe serviram de resposta: “Resistamos-lhe, e ele fugirá”. É este o conselho do bem-aventurado apóstolo Tiago: *Resisti ao diabo, e ele fugirá de vós* (Tg 4,7). Daí a necessidade de estar atento para o mal que o diabo poderá fazer àqueles que fogem dele e como se há de considerar o seu poder, que somente predomina sobre os que não lhe opõem resistência.

Faço minhas estas palavras; nada se pode dizer com mais verdade. Mas existe entre nós e eles uma diferença: não somente não negamos, como também afirmamos, que, para resistir ao demônio, é necessário implorar a Deus o seu auxílio. Eles atribuem tão grande poder só à vontade e assim dispensam da oração as pessoas piedosas. Para resistir ao demônio e provocar sua fuga, dizemos na oração: *E não nos exponhas à tentação* (Mt 6,13). E somos advertidos como soldados pelo seu chefe: *Vigiai e orai, para que não entreis na tentação* (Mc 14,38).

CAPÍTULO LIX

Pelágio não reconhece a necessidade da graça para a cura da natureza decaída

69. E a sua resposta aos opositores que lhe dizem: “E quem não quer viver sem pecado, depende das forças humanas?”.

Discorre acertadamente ao dizer que, segundo eles mesmos, isso não é impossível, visto que muitos ou até todos o querem. Mas confesse de onde provém essa possibilidade, e não haverá discussão. Essa possibilidade vem da graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso, que ele nunca quis reconhecer como necessária, mediante a qual, pela oração, somos ajudados, a fim de evitar o pecado.

Se por acaso concorda conosco no seu íntimo, perdoe os que suspeitam de outra coisa. Ele mesmo, no entanto, é causa desta suspeita, pois, apesar de sofrer tanta hostilidade por esse motivo, prefere pensar, mas não quer confessar ou professar o que pensa. Seria tão difícil fazer esta declaração, considerando principalmente que se propôs tratar e pôr a descoberto a oposição a suas ideias como se procedessem de seus adversários?

Por que nestas oposições simuladas empenhou-se em defender apenas a natureza, ao afirmar que o ser humano foi criado de tal modo que não poderia pecar, se não quisesse pecar? E por ter sido criado nestas condições, por que afirmou que essa possibilidade procede da graça de Deus, possibilidade em virtude da qual o homem não peca, se não quiser pecar? E por que se recusou a dizer que a natureza decaída recobra a saúde pela graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso e que é ajudada porque não basta a si mesma?

CAPÍTULO LX

A justiça plena não se alcança neste mundo

70. Poderá surgir entre os verdadeiros e piedosos cristãos esta outra questão: se, neste mundo, algum justo viveu ou vive ou pode viver sem nenhum pecado. Que seja possível depois desta vida, quem duvidar é porque perdeu o juízo.

Mas eu não discutirirei sobre esta questão nem sequer tratando-se desta vida. Embora não me pareça que deve ter outra interpretação o que está escrito: *Nenhum vivente é justo na tua presença* (Sl 141,2) e outros textos semelhantes, contudo, se existirem, oxalá se pudesse mostrar que estes testemunhos devem ser entendidos de outra maneira ou que uma perfeita e plena justiça, a qual não mais necessite de progresso, existiu em alguém enquanto viveu neste mundo e existe hoje e existirá amanhã. Faço esta consideração lembrando que são muitíssimos os que não duvidam ser-lhes necessário suplicar com sinceridade até o último dia de sua vida: *E perdoa-nos as nossas dívidas, como também nós perdoamos aos nossos devedores* (Mt 6,12). Mas eles têm certeza de que sua esperança em Cristo e em suas promessas é verdadeira, garantida e firme.

Duvido que se possa colocar no número de cristãos de qualquer nome os que negarem que, sem a ajuda da graça de Cristo Salvador crucificado, alguém consiga chegar à perfeição no sentido pleno ou consiga progredir na verdadeira e piedosa justiça.

CAPÍTULO LXI

Os testemunhos não bíblicos carecem de muita importância para o autor

71. Considero duvidosos os testemunhos aduzidos por Pelágio, mas não das Escrituras canônicas, e sim de alguns opúsculos de tratadistas católicos, pretendendo com eles responder àqueles que dizem ser ele o único a defender tal doutrina. Os testemunhos são duvidosos e nem provam nada contra a minha sentença nem contradizem a dele. Entre eles quis intercalar algumas afirmações de meus livros, considerando-me digno de ser lembrado ao lado dos outros. Por isso não lhe devo ser desagradecido, e, levado por uma afeição muito familiar, gostaria que se afastasse do erro quem me tributa essa honra.

Não é preciso enfocar os primeiros testemunhos que aduziu, visto que não vi ali o nome do autor ou porque não o consignou ou porque o exemplar, que vós me enviastes, não o registra devido a alguma omissão na cópia. E pelo fato de aceitar sem restrição somente os livros canônicos, considero-me livre em acolher ou não os escritos de qualquer pessoa.

Nada me diz, por exemplo, o que ele aduziu dos escritos de alguém cujo nome não deparei, e que diz: “Foi conveniente que o Mestre e Doutor da virtude se tornasse semelhante à criatura humana, para que, vencendo o pecado, ensine-lhe que pode vencer o pecado” (Lactânio: *Institutionum*, 1, IV, cc. 24,25). O autor desta sentença veja como pode interpretar o que disse. Por nossa parte, não duvidamos que em Cristo não houve pecado, o qual venceu ele que nasceu na semelhança da carne do pecado, e não na carne do pecado.

Registrou também esta outra sentença do mesmo autor: “Em segundo lugar, dominados os desejos da carne, conforme os ensinamentos de Cristo, pecar não é uma necessidade, mas depende do propósito e da vontade”. Se não se trata de concupiscências ilícitas, concordo com o relativo aos desejos da carne, isto é, a fome, a sede, o repouso e outros desejos naturais. Ao satisfazer estes desejos, embora em si inculpáveis, alguns caem no pecado, o que não se pode dizer do Salvador, embora, conforme os testemunhos evangélicos, sentisse também estas necessidades pela semelhança da carne do pecado.

CAPÍTULO LXII

Comentário a sentenças de Santo Hilário

72. Afirmo o bem-aventurado Hilário em palavras transcritas por Pelágio: “Não contemplaremos a imortalidade de Deus a não ser quando formos perfeitos e formos revestidos de imortalidade”. Ignoro em que estas palavras contradizem o que dizemos ou em que elas o apóiam na sua doutrina, a não ser pelo fato de ter atestado que o ser humano pode manter limpo o seu coração. E quem o nega? Mas, é claro, pela graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso, e não só pelas forças da vontade.

Recorda também que Hilário afirmou: “Jó lera as Escrituras e aprendera a se abster de toda maldade, pois venerava a Deus com a mente pura, não corrompida pelos pecados. É próprio da justiça adorar a Deus”. A citação revela o que Jó fez, e não o que conseguiu progredir neste mundo; nem revela se fez ou progrediu sem a graça de Deus, a qual também anunciou profeticamente. E mais. Pode-se abster de toda maldade mesmo quem possui a raiz do pecado. Esta raiz não cessa de reinar naquele que é assaltado por um mau pensamento, mas não permite que ele seja levado à prática. Mas uma coisa é não ter pecado e outra coisa é deixar-se levar pela sua sedução. Uma coisa é cumprir o preceito: *Não cobiçarás* (Ex 20,17), e outra coisa é pelo menos executar, mediante um esforço de abstinência, o que está escrito: *Não te deixes ir atrás de tuas paixões* (Eclo 18,30), mas saber que para isso é indispensável a graça do Salvador.

Viver na justiça, num verdadeiro culto a Deus, é lutar interiormente com o mal interior da concupiscência; mas alcançar a perfeição é não sentir absolutamente os ataques do adversário. Pois aquele que está em luta e se encontra ainda em perigo, é ferido algumas vezes, ainda que não seja abatido. Mas aquele que não tem inimigo goza em perfeita paz. Diz-se com toda verdade que não está em pecado aquele no qual não habita o pecado, e não aquele que, mesmo abstendo-se de toda má obra, deixou escrito: *Já não sou eu que ajo, e sim o pecado que habita em mim* (Rm 7,20).

73. O próprio Jó não silencia no tocante a seus pecados e a este vosso amigo (Pelágio) não lhe apraz, e com razão, pôr a humildade aliada à mentira. Por isso, o que Jó confessa, por ser verdadeiro adorador de Deus, ele o faz, sem dúvida, com sinceridade. E o próprio Hilário diz no comentário ao salmo onde está escrito: *Desprezas todos os que se desviam dos teus estatutos: “Se Deus desprezasse os pecadores, todos seriam objeto de seu desprezo, porque ninguém está isento de pecado. Mas despreza os que dele se afastam, aqueles denominados apóstatas”* (Com. ao salmo

Percebeis que não disse: porque ninguém esteve isento de pecado, como se se referisse aos do passado, mas “porque ninguém está isento de pecado”. Não discuto, como disse, as razões desta assertiva. Pois, quem não se deixa convencer pelo apóstolo João, que não disse: *Se dissermos que não* tivemos pecado, mas sim que *não temos*, como há de acatar a opinião de Hilário?

Proclamo a necessidade da graça de Deus, sem a qual ninguém alcança a justificação, e que não é suficiente o livre-arbítrio da natureza. Melhor, proclama esta necessidade aquele a quem todos se devem submeter e que diz: *Sem mim, nada podeis fazer* (Jo 15,5).

CAPÍTULO LXIII

Santo Ambrósio, citado por Pelágio, defende a tese do autor

74. Há também uma passagem de santo Ambrósio, citado por Pelágio, onde combate aqueles que dizem não ser possível ao homem viver sem pecado nesta vida. Para fundamentar sua tese, tirou partido da vida de Zacarias e Isabel. O Evangelho exalta sua caminhada irrepreensível na observância da Lei. Mas, acaso o Evangelho exclui a ação da graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso? Não há dúvida de que os justos viveram da mesma fé antes da paixão daquele que comunica o Espírito Santo que nos foi dado e que derrama em nosso coração a caridade, da mesma fé, digo, pela qual são justos todos os que assim podem ser chamados.

O mencionado bispo encarece também a necessidade de implorar o mesmo Espírito mediante a oração, o que implica a incapacidade da vontade privada da ajuda divina. Diz assim em seu hino:

E aos que o desejam com sinceridade concede a graça de merecer o Espírito Santo.

75. Eu também citarei uma passagem dessa obra de santo Ambrósio, da qual Pelágio mencionou o que bem quis. Diz o Santo: “*Aprove a mim*. Pode ser que não tenha sido do agrado dele o que declara ter-lhe agradado. Pois não foi somente do agrado da vontade humana, mas [diz ele] também daquele que fala em mim, ou seja, Cristo, o qual pode fazer com que o bom possa parecer bom também a nós. Ele se compadece de quem chama. Assim, o que segue a Cristo, ao ser interrogado por que deseja ser cristão, pode responder: *Assim me aprove*. Ao se expressar assim, não nega que foi do agrado de Deus, pois é Deus quem dispõe a vontade humana. A honra prestada a Deus pelos santos é graça de Deus”.

Eis o que Pelágio pode saborear, se encontra prazer em palavras de Ambrósio: que a vontade humana é disposta por Deus, e que não existe a questão, ou é de somenos importância, acerca de quem ou quando isso se realiza. O importante é que não haja a menor dúvida sobre a ação da graça de Deus para que tal aconteça.

Seria importante que Pelágio refletisse sobre um verso das palavras de Ambrósio citadas por ele. Disse primeiramente: “Dado que a Igreja é formada de pagãos, ou seja, de pecadores, como pode ser imaculada, constituída que é de quem se manchou, a não ser pela graça de Cristo, que a purifica primeiramente do delito e, em seguida, possibilita-lhe a abstenção de pecados pelo hábito de não pecar?”. Depois acrescentou o que explica porque Pelágio não quis acrescentá-lo, pois diz: “Não foi imaculada desde o princípio, o que seria impossível à natureza humana, mas surge sem mácula pela graça de Deus e pelo hábito de não pecar, que a afasta do pecado” (Com. sobre Lc, lv I,10 [Pl 15,1617]).

Quem não percebe a razão de Pelágio não ter acrescentado estas palavras? Ainda neste mundo, a santa Igreja caminha para a pureza totalmente imaculada, desejo este de todos os santos. Mas no

mundo futuro, nada tendo em si de maldade humana e não encontrando em si nenhuma lei a contrariar a lei da razão, ela então viverá essa vida totalmente pura na eternidade. Contudo, Pelágio tenha em conta o que disse o bispo Ambrósio conforme as Escrituras: “Não foi imaculada desde o princípio, o que seria impossível à natureza humana”. Afirmo que desde o início, ou seja, desde que nascemos de Adão. O próprio Adão, sem dúvida, foi criado inocente, mas o santo esclareceu que, com relação aos filhos da ira por natureza que trazem consigo o pecado herdado, não são imaculados desde o princípio devido à impotência das forças naturais.

CAPÍTULO LXIV

Citações de outros autores eclesiásticos, aduzidas por Pelágio, confirmam a doutrina católica

76. É citado também João, bispo de Constantinopla com sentenças onde diz: “O pecado não é substância, mas um ato de maldade”. E quem nega? “E visto que o pecado não é natural e procede da liberdade da vontade, foi promulgada uma Lei contra ele”. E quem o nega também? O assunto agora é a natureza humana que foi corrompida; trata-se da graça de Deus pela qual a natureza recebe a cura mediante o Médico, que é Cristo. Não necessitaria dele, se não estivesse enferma. Mas Pelágio, considerando-a sadia e como se bastando a si mesma pelo arbítrio da vontade, assevera que não pode pecar.

77. Qual o cristão ignorante das palavras do bem-aventurado Xisto, bispo da Igreja romana e mártir de Cristo, das quais ele faz menção? “Deus concedeu ao homem uma vontade livre, para que se assemelhasse a ele pela vida pura e sem pecado.” Mas é próprio do arbítrio ouvir o que o chama e nele crer, assim como implorar àquele, no qual acredita, a ajuda necessária para evitar o pecado. Pois, ao dizer: “para que se assemelhasse a Deus”, admite que hão de se assemelhar a Deus pela caridade divina, a qual foi derramada em nosso coração não pela capacidade natural nem pelo livre-arbítrio, mas pelo Espírito santo, que nos foi dado.

Diz também o mesmo mártir: “A mente pura é um templo de Deus e o coração limpo e sem pecado é seu digno altar”. Quem ignora que o coração limpo há de alcançar essa perfeição, enquanto o homem interior se renova de dia para dia, mas nunca sem a graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso? Traz a mesma mensagem o que diz também: “O homem casto e sem pecado recebeu de Deus o poder de se tornar seu filho”.

Mas o santo mártir advertiu que ninguém, ao se tornar casto e sem pecado e por isso ser considerado entre os filhos de Deus, creia tê-lo alcançado pelo próprio poder, mas pelo poder de Deus, pela sua graça, visto que não possuía esta possibilidade a sua natureza decaída e depravada. Observe-se, porém, que não vem ao caso a questão do quando e do como alcançou a perfeição, mas cristãos piedosos discutem entre si o assunto e estão convencidos da possibilidade desta perfeição, mas não admitem esta possibilidade sem o Mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus.

Confirma este ensinamento o testemunho evangélico, que diz: *Mas a todos que o receberam deu o poder de se tornarem filhos de Deus* (Jo 1,12). Não o eram, portanto, nem seriam, se não recebessem o poder pela graça daquele que acolheram. Este é o poder implorado pela fortaleza da caridade, a qual não está em nós, mas é dom do Espírito Santo, que nos foi dado.

CAPÍTULO LXV

Interpretação correta de sentença de São Jerônimo

78. Há também o testemunho do venerável presbítero Jerônimo, mencionado pelo próprio Pelágio,

comentando esta passagem: *Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus* (Mt 5,8): “Tais são os que a consciência não acusa de pecado algum”. E acrescentou: “O Puro é contemplado pelo coração puro; o templo de Deus não pode ser profanado” (*Com. ao cap. 5 de Mat*). A isso nós também somos estimulados e para isso devemos empenhar-nos, trabalhar, rezar e implorar, a fim de podermos atingir, pela força de sua graça por Jesus Cristo Senhor nosso, a perfeição que dê ensejo de contemplar a Deus com o coração limpo.

O mesmo afirmo sobre outras palavras do mesmo presbítero por ele citadas: “Deus criou-os dotados de liberdade, de modo que não somos arrastados nem à virtude nem ao pecado contra nossa vontade; além disso, onde há violência, não há coroa” (*Contra Joviniano*, 1, II). Quem não está de acordo e não reconhece de bom grado que essas palavras expressam a verdade? Quem nega a criação da natureza humana de outro modo? Pois, no reto procedimento, não há vínculo de necessidade, porque é do domínio da liberdade do amor.

CAPÍTULO LXVI

O pecado deixou no homem certa necessidade de pecar

79. Relembre Pelágio a sentença apostólica: *O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado* (Rm 5,5). Por quem foi dado senão por aquele que, tendo subido às alturas, levou cativo o cativo, deu dons aos homens? (Ef 4,8).

Há, porém, uma necessidade de pecar, não devido à condição humana em si, mas enraizada na deformidade da natureza. Por isso, ouça o homem e, para se libertar desta necessidade, aprenda a dizer a Deus: *Livra-me das minhas aflições* (Sl 25,17). Esta súplica revela uma luta contra o tentador que luta contra nós valendo-se dessa necessidade. Por isso, com o socorro da graça por Jesus Cristo nosso Senhor, a imperiosa necessidade desaparecerá e nos será concedida a plena liberdade.

CAPÍTULO LXVII

*Sentido das palavras do autor aduzidas por Pelágio*¹⁵

80. Examinemos a sentença tomada de nossos livros. Ele diz: “O bispo Agostinho também escreve nos livros de *O livre-arbítrio*: Qualquer que seja o motivo que seduz a vontade, se não se lhe pode resistir, não há pecado quando se consente; se pode resistir, não se consente e não se pecará. Portanto, tenha cuidado para não se enganar. Será tão bem urdida a trama que impeça toda precaução? Se assim é, não pode haver pecado. Quem merece ser acusado de pecado naquilo que é inevitável? Mas peca-se; portanto, é preciso acautelar-se”.

Reconheço-as como palavras minhas. Mas digne ele reconhecer tudo o que foi dito antes. O assunto é a graça de Deus, que nos outorga o remédio por meio do Mediador; não se trata da impossibilidade de viver na justiça. Não há dúvida que é possível a resistência à esta situação de pecado. Pois para isso pedimos a ajuda quando dizemos: *E não nos exponhas à tentação* (Mt 6,13). E não pediríamos a ajuda, se não acreditássemos na possibilidade da resistência. Pode-se acautelar a respeito do pecado, mas com o auxílio daquele que não se engana. Pois, se dizemos com sinceridade: *Perdoa-nos as nossas dívidas como também nós perdoamos aos nossos devedores* (Mt 6,12), esta súplica está relacionada com a cautela para não pecar.

Há duas maneiras de se acautelar com relação às doenças corporais: empregar meios preventivos e, se acontecerem, utilizar meios curativos. No primeiro caso, acautelamo-nos, dizendo: *E não nos*

exponhas à tentação; no segundo caso, a precaução revela-se no pedido: *Perdoa-nos as nossas dívidas*. Portanto, quer no caso de ameaça, quer no caso de estarmos doentes, é possível a cautela.

81. Dirijo-me agora não somente a Pelágio, mas também àqueles que não leram meus livros sobre *O livre-arbítrio*, os quais ele leu, e àqueles que não os leram, mas vão ler este tratado. A todos digo que, esclarecendo meu pensamento exposto nos referidos livros sobre a questão, se ele assim pensasse e incluísse em suas obras, não haveria mais discussão entre nós sobre este assunto. Na continuação das minhas palavras, que ele mencionou, acrescentei o que me veio à mente e, conforme me foi possível, nelas me aprofundei, dizendo: “Não obstante, há ações perpetradas por ignorância e são passíveis de correção, conforme lemos nas divinas Escrituras”.

E mediante outros testemunhos, falei sobre a fragilidade, dizendo: “Há contudo obras repreensíveis cometidas por fragilidade, quando a pessoa quer agir retamente, e não pode. Pois de onde vêm aquelas vozes: *Não faço o bem que quero; e faço o mal que não quero?*”.

E, após mencionar outros testemunhos da Palavra divina, continuo dizendo: “Mas todos estes clamores saem da boca dos que vêm da morte causada por aquela condenação. Pois se não fosse um castigo imposto ao homem e sua origem fosse a natureza, não se poderia imputar o pecado”.

E logo depois acrescentei: “Conclui-se que este justo castigo venha da condenação do ser humano. E não se há de admirar que ou não goze do livre-arbítrio da vontade devido à ignorância, ou perceba o que deva fazer e queira fazê-lo, mas não tem forças para executá-lo devido à oposição do costume carnal, que a violência da geração carnal enraizou na própria natureza. A consequência do muito justo castigo do pecado é que perca aquilo que não quis utilizar retamente, quando poderia tê-lo feito sem nenhuma dificuldade, se quisesse. Quero dizer: aqueleque, sabendo, não age retamente, é justo que seja privado do próprio conhecimento do bem; e que, podendo, não quis agir retamente, seja privado do poder de agir retamente, quando quiser fazê-lo”.

“São duas as sanções penais impostas a toda alma pecadora: a ignorância e a dificuldade. Da ignorância provém a degradação mediante o erro; da dificuldade, a angústia que aflige. Mas considerar como verdadeiro o que é falso a ponto de se errar contra a vontade e não poder se controlar por causa da resistência e tormento da dor do vínculo carnal, não é algo inerente à natureza do homem criado, mas é castigo do homem condenado. Mas quando falamos da livre vontade para agir retamente, referimo-nos àquela em que o homem foi criado.”

Os homens lamentam sua sorte, e de certo modo com razão, de terem herdado a ignorância e a dificuldade passadas e legadas à prole do primeiro ser humano. Dou-lhes esta resposta: “Responder-lhes-ei em poucas palavras, procurando tranquilizá-los e convencê-los a não murmurar contra Deus. Talvez pudessem se queixar com razão, se não houvesse nenhum homem vencedor do erro e da sensualidade. Mas como está em toda a parte aquele que de muitas maneiras chama através da criatura fiel o que dele se afasta, ensina o crente, consola o que espera, exorta o diligente, ajuda o que se empenha, ouve o que suplica, não te é imputada como culpa a ignorância involuntária, mas és culpado ao te descuidar da procura do que ignoras. Não pecas pelo fato de não dominar os membros feridos, mas porque desprezas o Médico que os quer curar”.

Com estas palavras exortei, conforme me foi possível, à retidão de vida. Não menosprezei a graça de Deus, sem a qual a natureza humana, já cega e viciada, não recebe a luz nem se cura. Toda a questão com os pelagianos gira em torno deste assunto, ou seja, não frustrar a graça de Deus, por Jesus Cristo, defendendo a eficácia da naturezapervertida. A este respeito afirmei um pouco depois (*O livre-arbítrio I. III, nn. 50-54*): “*Usamos o termo ‘natureza’ no seu sentido próprio, quando nos referimos àquela em que o ser humano foi criado sem culpa em seu gênero; e, em outro*

sentido, quando tratamos da natureza na qual nascemos condenados em virtude do castigo, ignorantes e sujeitos aos atrativos da carne. Neste último sentido, diz o Apóstolo: E éramos por natureza, como os demais, filhos da ira (Ef 2,3) ”.

CAPÍTULO LXVIII

Como estimular os fracos à prática da justiça

82. Se quisermos estimular e abrasar os espíritos frios e indolentes em direção a uma vida reta, exortemo-los à vivência da fé, pela qual se tornam cristãos e se submetem ao nome daquele sem o qual não podem ser salvos. Se já são cristãos e se recusam às normas de uma vida reta, fustiguem-se com os látegos do terror e ergam-se com os estímulos dos prêmios. De tal modo o façamos que, não somente os exortemos às boas obras, mas também à prática da oração e à instrução na doutrina cristã, para que saibam dar graças a Deus pela vida santa começada, se tiverem feito algo sem dificuldade. E quando sentirem alguma dificuldade, sejam constantes em suplicar a Deus a facilidade mediante preces incessantes, impregnadas de piedade.

Caminhando assim, não me preocupo a respeito de onde e quando consigam viver a plena justiça. Mas confirmo que, onde e quando for, se tornarem perfeitos, devê-lo-ão à graça de Deus por Jesus Cristo nosso Senhor. E quando com toda a clareza perceberem que vivem sem pecado, não digam que têm pecados, para não se mostrarem mentirosos, assim como não falam a verdade os que, sendo culpáveis, digam que não o são.

CAPÍTULO LXIX

O amor torna leves os preceitos divinos

83. Sabemos que os preceitos são bons, se forem usados segundo as regras (1Tm 1,8). E pelo fato de acreditarmos que o Deus justo e bom não nos impôs preceitos impossíveis, somos advertidos acerca do que devemos fazer, quando se trata de coisas fáceis, e o que pedir nas dificuldades. Tudo se torna fácil ao amor e somente para ele o fardo é leve (Mt 11,30). De acordo com o que afirmamos, está escrito: *E os seus mandamentos não são pesados* (1Jo 5,3). Os que pensam que são pesados considerem que, se não podem ser tidos como pesados pela palavra divina, é porque não são pesados. Isso porque despertam o amor no coração dos que consideram não serem pesados, e assim imploram que se remova a dificuldade para cumprir os preceitos.

E tem o mesmo sentido o que foi dito ao povo de Israel no Deuteronômio para quem o interpretar com piedade, santidade e fé. O Apóstolo, depois de ter mencionado este testemunho, dizendo: *Ao teu alcance está a palavra, em tua boca e em teu coração, diz: a saber, a palavra da fé que nós pregamos* (Dt 30,14; Rm 10,8). O texto paulino registra “in manibus tuis” (em tuas mãos), pois no coração estão as mãos espirituais.

Portanto, uma vez convertido, como diz o preceito, para o Senhor, seu Deus, de todo o coração e de toda a alma, não considerará pesado o seu mandamento. Como pode ser pesado, se é mandamento de amor? Ou alguém não ama, e o preceito será pesado, ou ama, e, nesse caso, não pode ser pesado. E ama, se, como foi a advertência a Israel, se converter ao Senhor seu Deus de todo o seu coração e toda a sua alma.

Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros (Jo 13,34) e: *Quem ama o outro cumpriu a Lei; e: A caridade é a plenitude da Lei* (Rm 13,8.10). De acordo com estas sentenças e esta outra: *Se andassem por caminhos certos, considerariam transitáveis os caminhos da justiça*

(Pr 2,2). Por que está escrito: *Segundo as palavras dos teus lábios, guardei os caminhos da Lei* (Sl 17,4), senão porque as duas coisas são verdadeiras, ou seja, pesadas para o temor, leves, para o amor?

CAPÍTULO LXX

A vida da justiça caminha com a vida na caridade

84. O começo da vivência da caridade é o início da vida na justiça; o progresso na caridade leva ao progresso na justiça. A grandeza da justiça mede-se pela grandeza da caridade; a justiça perfeita é sinal de caridade perfeita.

Mas trata-se da caridade que procede do coração puro, da consciência bem formada e da fé sincera. Esta caridade adquire perfeição maior nesta vida, quando pela outra vida se despreza a presente. Mas me admiraria, se não há de crescer, quando cessar esta vida.

Onde e quando alcançará a plenitude de tal modo que não seja possível nenhum crescimento, não se creia que a caridade se difunde em nosso coração pela eficácia da natureza ou da vontade, que nos são próprias, mas pelo Espírito Santo que nos foi dado. Ele socorre nossa fraqueza e colabora para nossa cura.

Esta é a graça de Deus por Jesus Cristo nosso Senhor, eterno e bom como o Pai e o Espírito Santo pelos séculos dos séculos. Amém.

³ Agostinho reconhece a boa intenção de Pelágio e como é legítimo combater aqueles que se acomodam na sua tibieza, nos seus defeitos e pecados inculcando a fraqueza e a incapacidade da natureza para operar a virtude. A citação de Salústio é a prova de que este costume é antigo e se encontrava também entre os pagãos.

⁴ Visão unilateral, pois a natureza do gênero humano não é só originária da carne, mas também é obra de Deus criador, como será mostrado no cap. LIV, p. 173.

⁵ Agostinho fala do número de nações que não conhecem o Evangelho: um pequeno número. Fala a partir do que se conhecia em seu tempo. Na verdade, deve-se inverter a afirmação: poucas nações existentes no mundo de então conheciam o Evangelho.

⁶ Aqui Agostinho reconhece e expressa que a “natureza do gênero humano” não é só fruto da carne, mas obra do sumo Deus criador, autor de todos os bens que esta natureza possui.

⁷ Agostinho tira conclusões do Novo Testamento, que apresenta a graça como o acontecimento da salvação. Deus salva o homem pecador por obra de Jesus Cristo. Este acontecimento é descrito de diversas formas: reabilitação do culpado, santificação do homem, vida, luz, participação na natureza divina. São Paulo insiste em que o homem é introduzido neste mistério sem méritos próprios, “sem as obras da lei”, mas não mecanicamente. Deve haver um empenho do homem, embora esse empenho não seja “meritório”.

⁸ Leia-se à frente o cap. LI e a nota 11.

⁹ Afirmação dura e radical de Agostinho. Segundo esta interpretação da passagem de Paulo, vão para o inferno todas as criaturas mortas sem o batismo. Com certeza, as opiniões hoje tendem muito mais para a posição de Pelágio, mesmo entre os eclesiais-ticos. Para as crianças mortas sem batismo, propunha um castigo “mais suave”, porém castigo. O concílio de Cartago ratificou sua opinião. Passou-se, então, à hipótese do “limbo” (*limbum puerorum*), hoje definitivamente descartada.

¹⁰ O temor de Agostinho é que se esvazie a redenção de Cristo. Dá sempre primazia à redenção. Vê a cruz de Cristo em função da remissão dos pecados.

¹¹ Pelágio compreende a graça de Deus incrustada na própria natureza uma vez que esta é obra de Deus. Concepção de uma natureza forte, que não foi abalada, debilitada pelo erro de Adão. Para Agostinho, ao contrário, após o pecado de Adão, a natureza está irremediavelmente enfraquecida, debilitada, incapaz por si mesma de qualquer ato bom.

¹² Agostinho reafirma sua concepção historicizada de uma existência humana pura, enriquecida de dons preternaturais no Éden. Contudo, os “dons preternaturais” nunca foram “de fé”. O que Adão perdeu foi a orientação a uma meta, mais que uma realidade de origem (cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo Rei Socialis*, nn. 36-40).

¹³ No contexto deste versículo, Rm 8,1-11, Paulo salienta a qualidade de vida dos que estão em Cristo e dos que vivem na carne. Os que estão em Cristo não são governados pela lei, nem pela carne, nem pelo pecado, mas pelo Espírito. Carne não significa a substância física, mas aquilo a que estávamos sujeitos antes de Cristo. É a esfera na qual o poder do pecado reina. Depois da ressurreição de Cristo, existem duas esferas nas quais se vive: a “carne” ou o “Espírito”. É impossível morar nos dois lugares ao mesmo tempo. No próximo capítulo, desenvolve-se mais esta contradição.

¹⁴ No Novo Testamento, há sempre um sentido pejorativo envolvendo o termo “carne”: “A carne para nada serve”. Em Paulo, é sinônimo de caducidade. É o homem deixado a si mesmo, afastado de Deus, fraco, indigno, fechado no seu egoísmo, fonte de todos os pecados. É o homem voltado para si mesmo, pondo tudo a serviço dos próprios desejos e interesses.

¹⁵ Um dos textos mais longos deste livro. Agostinho se esforça em combater a doutrina pelagiana para que não se frustrem a redenção e a graça de Deus, defendendo a eficácia perniciosa de uma natureza pervertida, sem a ajuda da graça.

A GRAÇA DE CRISTO E O PECADO ORIGINAL

1. *O surgimento da questão*

Já há algum tempo que a pregação de Pelágio e de seu discípulo Celéstio vinha suscitando controvérsias. Bem acolhido entre os ricos cristãos aristocratas romanos, em 393, começara Pelágio a criticar abertamente a rejeição de são Jerônimo às doutrinas de Elvídio, Bonoso e Joviniano. Jerônimo os combatia porque sustentavam que a salvação se obtém pondo em prática os preceitos evangélicos, e não se retirando do mundo para o deserto ou para os mosteiros. Em oposição à doutrina agostiniana do pecado original e da graça, Pelágio era do parecer que o pecado de Adão não foi transmitido a toda a humanidade. Este pecado, afirmava ele, diz respeito só a Adão e não pode ser imputado sobre o destino dos homens vindos posteriormente.

A primeira reação da Igreja contra a doutrina pelagiana se deu num sínodo realizado em Cartago, norte da África, entre os anos 411-412. Nele foram condenadas seis proposições de Celéstio que continham o esquema da doutrina pelagiana. Aurélio, bispo de Cartago, reduziu-as a duas: uma referente à culpa, isto é, se se transmite ou não a culpabilidade do pecado de Adão pela geração, a outra referente à morte, isto é, se esta provém ou não do pecado original. Celéstio foi excomungado. Agostinho, quenão estava presente neste sínodo, interveio mais tarde, a rogos do tribuno Marcelino, com o tratado *O castigo e o perdão dos pecados, obra fundamental para compreender toda a controvérsia que se implantou contra Pelágio e o pelagianismo*.

Em seguida, realizou-se um sínodo em Dióspoli, na Palestina, em 415. Este sínodo, por sua vez, absolveu Pelágio declarando-o “perfectus catholicus”, mas condenou as afirmações de Celéstio. O mesmo ocorreu nos sínodos africanos de Cartago e Mileve, de 416.

O papa Inocêncio (401-417) condenou tanto Pelágio quanto Celéstio, em 412. Por sua vez, o papa Zózimo, que lhe sucedeu (417-418), crendo na possibilidade de arrependimento de Pelágio e Celéstio, tentando uma reconciliação, admitiu-os na comunhão eclesial logo no início de seu pontificado, em 417.

Entretanto, entre o final de 417 e inícios de 418, realizou-se um concílio plenário de toda a África reunindo nada menos do que 286 bispos católicos e 279 bispos donatistas. Nele aprovou-se, contra os donatistas, que negavam a validade dos sacramentos administrados por heréticos ou cismáticos, que os sacramentos são sempre válidos mesmo quando administrados por heréticos ou cismáticos. São válidos como *signum sacrum* e sua eficácia não depende da qualidade da pessoa que os administra. Os sacramentos, conforme aprovados pela maioria dos participantes do concílio, suspendem seus efeitos sobre quem os recebe, se estes se põem fora da Igreja, mas voltam a ser operantes se retornarem ao seio da Igreja. Por esta razão, também os donatistas aceitaram que não é necessário rebatizar os heréticos arrependidos nem reconfirmar os ministros da Igreja que se tinham desviado da fé por ocasião das perseguições. Por fim, o concílio decretou a condenação de Pelágio e de seu discípulo, Celéstio.

Após o encerramento do concílio, o imperador Honório convidou todos os bispos do Ocidente para subscreverem a condenação de Pelágio, caso contrário, seriam depostos de suas sedes episcopais e mandados para o exílio.

Agora, sob pressão unânime dos bispos africanos e constrangido pela intervenção do imperador no assunto, o papa Zózimo voltou atrás, cedeu e promulgou a carta *Tractoria* na qual condena aberta e definitivamente Pelágio e Celéstio. O concílio de Éfeso, em 431, ratificou os atos de condenação à doutrina pelagiana. O mesmo ocorreu com o concílio de Orange, em 529, rebatizando a doutrina

agostiniana do pecado original.

2. Ocasão da obra

Terminado este concílio geral africano, em 1º de maio de 418, Agostinho permaneceu em Cartago, onde se realizara o concílio, por longo tempo ainda, conforme se pode ver em sua *Carta 93,1*, endereçada a Marcátor. Foi no período desta estada em Cartago que Agostinho redigiu esta obra composta em dois livros: *A graça de Cristo*, o primeiro livro, e *O pecado original*, o segundo.

A obra é dedicada, como se lê no seu início, aos “prezadíssimos amigos Albina, Piniano e Melânia”. Na Carta 124, Agostinho se dirige “aos ilustres irmãos no Senhor, e amadíssimos por sua santidade e estimadíssimos Albina, Piniano e Melânia”. Quem são estas personagens que merecem tantos elogios e demonstração de tantos afetos por parte de Agostinho?

Melânia era filha de um dos maiores proprietários de terras e bens do império romano. Tratava-se de Valério Públicola, descendente da *gens Valéria*, cujo patriarca foi um dos fundadores da República romana e companheiro de Bruto no Consulado. Albina, sua mãe, pertencia à nobre família da *gens Ceionia*, à qual pertenceu o imperador Lúcio Vero.¹

Jovem ainda, obedecendo aos pais, Melânia casou-se com o nobre Piniano. Após a morte prematura de seus dois filhos, resolveram, de comum acordo, viver em castidade, daí para a frente, como irmãos. Com a morte do pai, Melânia conseguiu autorização para vender todos os bens espalhados por várias províncias do império e foi distribuindo essa imensa fortuna entre pobres, igrejas, mosteiros e a libertação de escravos. Mais tarde, em terras africanas, em Tagaste, fundaram, a pedido de Agostinho, dois grandes mosteiros: um para homens e outro para mulheres.

As condenações de Pelágio causaram certa estranheza em muitos cristãos do Oriente, já que estes não conheciam toda a controvérsia que se desenrolara no Ocidente. No Oriente se encontravam os amigos de Agostinho: Albina, Piniano e Melânia. Estes conseguiram entrevistar-se com Pelágio e arrancaram dele uma declaração sobre a graça e o pecado original. Enviaram-na a Agostinho, que a julgou insuficiente, ambígua, demasiadamente genérica, pouco explícita. Embora empregasse fórmulas católicas, Pelágio desfigurava-lhes o sentido. Agostinho aproveita, então, os mensageiros e redige esta obra enviando-a a seus amigos para que o Oriente tome conhecimento da verdadeira questão e de qual deve ser a doutrina da Igreja a respeito da graça e do pecado original.

3. Conteúdo da obra

Esta obra, como dissemos acima, é composta em dois livros distintos. O primeiro trata da Graça de Cristo com a intenção de combater e mostrar as ambiguidades do conceito pelagiano de graça. Nele se esforça Agostinho para revelar como Pelágio tenta enganar os cristãos com suas afirmações acerca da graça. O segundo livro desenvolve a doutrina a respeito do pecado original. Aplica-se, Agostinho, a demonstrar o infundado das teses de Pelágio, defendendo a existência do pecado original e sua transmissão para toda a humanidade.

3.1. A Graça de Cristo

O primeiro livro trata da Graça de Cristo. Combate Pelágio por “reduzir a graça à força da natureza e ao livre-arbítrio”, enquanto, em outras ocasiões, a identifica com a “orientação da Lei e da doutrina, negando a ajuda da graça sobrenatural à vontade e à ação. Para Pelágio, a graça é apenas um socorro para cumprimento mais fácil dos preceitos divinos. Deus dá a graça segundo os méritos dos homens para ajudá-los a cumprir facilmente seus mandamentos. Agostinho lê tudo o que Pelágio escreve e não consegue encontrar uma definição clara, precisa da graça. Isso o intriga e o inquieta.

Parece que as convicções de Pelágio a respeito da necessidade das obras assentavam numa leitura da pregação apostólica, especialmente, por aquilo que ficou registrado na célebre carta de Tiago. Por essa razão, em 422, será asperamente criticado um escrito ascético de João Cassiano, fundador do mosteiro de São Vitor, em Marselha, por seu conteúdo semipelagiano. De fato, este escrito afirmava que, para obter a graça, seria necessário o empenho nas obras do bem. Consequentemente, muitos monges já abandonavam os conventos, desconfiados de que suas penitências e suas obras não serviam para nada se, como dizia Agostinho, Deus não as tinha em conta ao conceder a graça e a salvação.

Mas a doutrina de Agostinho encontrou, ao contrário, imenso favor entre a hierarquia eclesiástica. A razão parece ser o seguinte raciocínio: se os bispos são os únicos vigários de Cristo na terra, só os sacramentos por eles administrados dão, ao cristão, a certeza de pertencer à comunidade cristã e, portanto, a esperança de obter a graça com segurança e a salvação. Muitos teólogos e críticos da atual estrutura eclesiástica julgam que está aqui a raiz do distanciamento da concepção originária de Igreja como assembleia “de todos os crentes” para considerá-la uma instituição acima dos fiéis, infalível nos seus ministros, única depositária da graça, que dá eficácia aos sacramentos.

A tese de Pelágio parece proceder, em substância, dos ensinamentos dos cínicos e dos estoicos sobre a condição de autossuficiência do sábio, a quem basta ser virtuoso para ser feliz. Para Pelágio, basta ser bom cristão para alcançar a salvação. Deve-se observar que o grande filósofo e exegeta Fílon de Alexandria, no espírito bíblico, entendia o “êxtase” como “graça”, como “dom gratuito” de Deus em harmonia com o conceito bíblico de que é Deus que faz dom de si e das coisas por ele criadas. Plotino, por sua vez, concebe a condição humana ligada às categorias do pensamento grego: Deus não faz dom de si aos homens, mas são os homens que podem subir até ele e a ele se reunirem por força e capacidade natural, desde que o queiram. Parece bem ser esta a filosofia, ou se se quiser, a antropologia de Pelágio.

Agostinho lê e examina os escritos de Pelágio mostrando como este entende que a essência da graça reside na Lei e na doutrina ou na revelação, nos exemplos de Cristo e na remissão dos pecados. Agostinho não encontra em Pelágio nenhuma afirmação que corresponda ao que ele, Agostinho, entende por graça: “Um auxílio para bem agir acrescentado à natureza e à doutrina pela comunicação da caridade deveras ardente e luminosa”.

Os pelagianos têm dificuldades em admitir que, se Deus criou a alma de cada criança por ocasião do nascimento, esta alma possa herdar a sujeira de seus progenitores. Agostinho, contudo, não consegue dar, a esta questão, uma resposta esclarecedora. Lembra a seus leitores que existem mistérios particularmente insondáveis. É preciso, diz ele, ter fé em Deus e crer que o pecado original é um dogma ensinado por ele através da revelação, pois o que se crê não se baseia na razão, mas na autoridade das Escrituras. Sabemos pela revelação, diz Agostinho, que Adão recebeu a santidade e a justiça originais não só para ele, mas para toda a humanidade. Cedendo às tentações, Adão comete um pecado que atinge toda a humanidade.

As obras de Agostinho, não obstante seu abandono do maniqueísmo, conservam inegáveis traços da sua experiência maniqueia, sobretudo, pelo profundo pessimismo quanto à natureza humana, considerando-a eternamente corrompida. Pois, como consequência do pecado de Adão, sustenta que o homem é por si mesmo incapaz de fazer e, até mesmo, de querer o bem. Sua salvação depende, por isso, inteira e somente da graça que Deus lhe quiser conceder, independentemente dos seus méritos pessoais.

Os últimos capítulos deste livro sobre a graça de Cristo são dedicados aos comentários de

algumas sentenças de Santo Ambrósio, a quem Pelágio exalta e recorre como ponto de apoio para suas teses. Agostinho procura reinterpretá-las indicando-lhes o que julga ser o verdadeiro sentido, mostrando como elas se voltam contra o próprio Pelágio.

3.2. *O pecado original*

No segundo livro, sobre *O pecado original*, empenha-se Agostinho em defender a existência e a transmissão do pecado original a toda a humanidade. Ao longo dos capítulos, vai mostrando as ambiguidades das afirmações de Pelágio e Celéstio que ora afirmam uma coisa, ora outra. Pelágio, por exemplo, negava nos sínodos o que afirmava nas pregações ou nos escritos. Celéstio, por sua vez, não negou nem no concílio de Cartago nem em Roma a transmissão do pecado original e a necessidade do batismo para crianças, embora enfatize que estas não têm nenhum pecado. Celéstio deduzia das argumentações de Pelágio que, se cada um nasce com alma pura e inocente sem nenhuma mancha, não tinha sentido para os recém-nascidos receberem o batismo “em remissão dos pecados”. Pelágio insiste, sobretudo, na responsabilidade do homem e sobre a necessidade de um empenho ascético radical. Sustentava que o homem podia fazer o bem e evitar o mal por suas próprias forças e que o pecado de Adão não se transmitia como tal a seus descendentes. Para estes, o pecado de Adão era apenas um mau exemplo. Cada alma é criada por Deus, para cada ser humano, no ato de seu nascimento. Esta alma é pura e livre, portanto, cada homem deve se salvar com suas próprias forças. Deus concede aos homens a graça de conhecer o que é bom, mas deixa-os livres para segui-lo ou recusá-lo. A salvação se obtém, pois, mediante a recompensa de uma vida virtuosa. A boa vontade e as boas obras são suficientes para que o homem alcance a salvação sem necessidade da graça sobrenatural.

Para Agostinho, essa doutrina acarretava uma desvalorização da redenção de Cristo. Tratava-se, para ele, de uma doutrina que minimizava, reduzia a um apelo à boa conduta e a um exemplo a ser seguido a vida e a morte de Cristo. A graça, portanto, mal se distinguia do livre-arbítrio e do esforço do homem.

Já na obra *De peccatorum meritis et remissione*, Agostinho se preocupava em expor os pontos essenciais de sua doutrina sobre a queda e os castigos de Adão. Defato, se quiséssemos resumir esta obra, elencaríamos como fundamentais os seguintes pontos: o pecado da desobediência como causa da morte que se introduz no mundo; a mancha original e a renovação da natureza caída nas crianças; a impotência do homem para operar o bem, por suas próprias forças; a necessidade da oração para obter a graça; a possibilidade de evitar os pecados com o livre-arbítrio ajudado pela graça; os frutos da redenção de Cristo nos justos; a ignorância e a debilidade humanas como origem dos deslizes humanos.

Estes pontos são retomados aqui nesta obra sobre o pecado original. São encontradas também no livro *O Espírito e a letra* e, no fundo, alimentaram a especulação de Agostinho até sua morte.

Ao longo da controvérsia pelagiana, Agostinho desenvolveu algumas doutrinas que se tornaram dogmáticas, tais como: as teologias da redenção, da justificação, da graça sobrenatural, da morte devido exclusivamente ao pecado de Adão, da concupiscência, do batismo das crianças, da solidariedade humana no mal.

Contudo, para entender o complexo das doutrinas agostinianas, é necessário tomar como chave de leitura a morte de Cristo, entendida como morte redentora. A vida de Cristo não consiste só no exemplo, mas essencialmente na expiação dos pecados e na reconciliação da humanidade. Cristo não é somente herói que se deve imitar, mas o redentor do gênero humano. Esta redenção é universal, razão por que todos foram redimidos. Dessa forma, não se pode admitir a doutrina pelagiana segundo

a qual o pecado de Adão não se tenha propagado para toda a humanidade. Se assim fosse, a redenção não seria universal. Agostinho reafirma o pecado de Adão, que se transmite e se propaga a todos com a própria natureza humana. Esta se encontra num estado de decadência por causa justamente do pecado original. A natureza humana é transmitida privada de santidade e de justiça originais. O pecado original é concebido como um “pecado contraído”, não cometido, um estado de pecado, e não propriamente um ato. Segundo Agostinho, todo o gênero humano, pelo princípio da solidariedade, está implicado no pecado de Adão, como todos estão implicados na justiça de Cristo. Entretanto, a transmissão do pecado é um mistério que nós não podemos compreender plenamente. O certo é que, conforme Agostinho, todos os homens têm necessidade absoluta de redenção. Ora, para alcançar a justificação-redenção e perseverar nelas, é necessário, absolutamente, a graça divina, a qual não consiste na criação, na Lei ou só na remissão dos pecados.

As questões tratadas neste segundo livro são fundamentais para a fé católica. Examina a teoria da divisão dos homens do seguinte modo: os que viveram antes da Lei, sob a Lei e depois da Lei, depois da vinda de Jesus Cristo. Agostinho aduz testemunhos das Escrituras para provar que Cristo é o único mediador entre Deus e os homens. É graça que nos santifica agora é a mesma que libertava e santificava os justos da antiguidade. Apresenta farta argumentação contra a objeção de que a doutrina do pecado original despreza o matrimônio cristão e o vê como um mal, além de injuriar a Deus, que faz nascer os filhos como frutos do matrimônio, isto é, de um ato mau. Termina o livro, como já o fizera no primeiro, com citações de vários textos de Santo Ambrósio que apóiam sua doutrina.

Não podemos encerrar esta introdução sem deixar um questionamento aos leitores com a intenção explícita de fazer prolongar a reflexão.

Com as descobertas paleontológicas e biológicas que vêm ocorrendo desde o século passado, no que se refere diretamente às questões da antropologia clássica, tal como está formulada pelo Concílio de Trento, transmitida pelo Magistério e pela tradição católica, deve-se perguntar: que valor histórico pode-se dar à ideia de pecado das origens e a Adão? Que laço de causalidade ou de consequência pode-se estabelecer entre estas duas atitudes concernentes à realidade do sofrimento e da morte com o pecado original? Será que toda a humanidade procede de um só casal humano? Não teria mais sentido admitir com a ciência da natureza o poligenismo do que o monogenismo? A doutrina da Igreja sobre o pecado original deve, necessariamente estar ligada à doutrina da unidade do gênero humano como unidade de origem biológica em um só casal humano? Será que os homens mudaram tanto em seu ser por causa do pecado original como parece pressuposto pela doutrina do pecado original? Antes da existência do homem sobre a terra, pode-se comprovar que havia morte no reino animal; o homem, de fato, estaria livre da morte se não tivesse pecado? Como Deus colocou o pecado das origens da humanidade na conta de todos os homens, de tal forma que todos tivessem de carregá-lo e se tornassem pecadores e merecedores da sua ira? Isso não contradiz a dignidade do homem e uma correta imagem de Deus? O que significa e qual o alcance da interrogação de Pelágio: “Deus, que perdoa o pecado próprio, imputa o alheio?”.

Os teólogos hoje falam do pecado original como “pecado do mundo” que se transmite à maneira de contexto geral e que se estabelece como forma comum de viver desviadamente: corresponde, de fato, ao conceito tradicional da doutrina da Igreja? Haveria uma maneira de explicar a redenção universal de Cristo sem se recorrer ao “porque nele todos pecaram”?

¹ Lucius Aurelius Ceionius Commodus Verus foi imperador romano de 161 a 169. Adotado por Antonino ao mesmo tempo que Marco Aurélio, dividiu o poder com este, de quem se tornou genro.

BIBLIOGRAFIA

- ALSZEGHI, Z. - FLICK, M., “Il peccato originale in prospettiva personalistica”, *Gregorianum* 46, 1965, pp. 705-732.
- . *Antropologia teológica*, Madri: Cristiandad, 1970.
- . *El hombre bajo el signo del pecado*, Salamanca: Sígueme, 1972.
- BOFF, L. *Graça e libertação do homem*, Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERNANDEZ, D., *El pecado original, mito o realidad?*, Valencia: Edicep, 1973.
- GAUDEL, A., *Le péché originel*, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, XII, coll. 275-606.
- GUZZETTI, GIOVAN B., “Peccato originale”, *Enciclopedia Catolica*, coll. 1027-1041.
- LAUDARIA, LUIS F., *Antropologia teologica*, Madri: UPCM, 1983. Cap. 6: El “pecado original”. La condición de la humanidad, consecuência del rechazo de la gracia original.
- LUBAC, HENRI DE, *Agostinismo e teologia moderna*, Bolonha, 1968.
- PLINVAL, G DE, *Pélage, ses écrits, sa vie et sa réforme*, Lausanne, 1943.
- . “Points de vue récents sur la théologie de Pélage”, *Recherches des sciences religieuses* 46, 1958, pp. 227-236.
- RONDET, HENRI, *Pelagianismo. Sacramento Mundi. Enciclopedia Teologica*, Brescia: Morcelliana, 1976, vol. 6, coll. 267-272.
- RUIZ DE LA PEÑA, J.L., *Teologia de la creación*, Santander: Sal Terrae, 1986.
- RAHNER, KARL, “Pecado original e evolução”, *Concilium* 6, 1967, pp. 53-65.
- SCHOONENBERG, PIET, “O pecado original”, *Mysterium Salutis* II/3. A história salvífica antes de Cristo. 3. *Antropologia Teológica*. Petrópolis:1972, pp. 314-341.
- TRAPÉ, A., *Verso la riabilitazione del pelagianismo?* *Augustinianum* 3, 1963, pp. 482-516.
- VERGES, S., *Dios y el hombre. La Creación*, Madri: BAC, 1980.
- WEGER, K. H., “A teologia do pecado original em discussão”, *Rev. de Cultura Vozes*, 4, 1968, pp. 293-305.

A GRAÇA DE CRISTO

CAPÍTULO I

Saudação aos amigos Albina, Piniano e Melânia

1. Na impossibilidade de expressar em palavras a nossa alegria pela vossa saúde corporal e, principalmente, espiritual, prezadíssimos amigos Albina, Piniano e Melânia, confiamo-la ao vosso pensamento e à vossa confiança. E assim passamos a tratar do objeto de vossa consulta, visto que o mensageiro está prestes a partir, levando estas linhas que ditamos, conforme Deus se dignou ajudar-nos, no meio de nossas ocupações, muito mais intensas em Cartago do que em qualquer outro lugar.

CAPÍTULO II

Advertência sobre a ambiguidade de uma afirmação de Pelágio sobre a graça²

2. A carta que me escrevestes trouxe ao meu conhecimento que insististes com Pelágio para condenar por escrito todos os erros que lhe eram atribuídos. Vós fostes testemunhas do que ele disse: “Condeno todo aquele que pensa ou diz que a graça de Deus, pela qual Cristo veio a este mundo salvar os pecadores, não é necessária não apenas para cada hora e para cada momento, mas também para cada um de nossos atos; e aqueles que pretendem negar-lhe o valor, tenham a sorte das penas eternas”.

Quem ouvir essa sua afirmação e ignorar seu pensamento, que ele deixou bem claro e extensamente em seus livros, julgará que pensa conforme a verdade. Refiro-me não àqueles livros que ele afirma não foram corrigidos e lhe foram subtraídos, dos quais nega a autoria, mas àqueles que declara autênticos na carta enviada a Roma. Quem perceber o que ele afirma com mais clareza nesses livros deve levantar suspeita sobre a sinceridade naquela afirmação.

A graça, pela qual Cristo veio ao mundo para salvar os pecadores, ele a faz consistir apenas na remissão dos pecados. Mas pode dar a essas palavras outro sentido, dizendo que é necessária para cada hora, para cada momento e para cada uma das ações, para que, guardando na memória e recordando que nossas culpas foram perdoadas, não nos entreguemos depois ao pecado ajudados não pela comunicação de uma força externa, mas pelas forças da própria vontade; esta recorda-lhe em cada uma das ações o que lhe foi outorgado pela remissão dos pecados.

Costumam também ensinar que, nessa remissão dos pecados, Cristo proporcionou-nos ajuda para não pecar, porque ele, vivendo e ensinando santamente, deixou-nos o exemplo. Com esta afirmação, podem acomodar suas palavras de modo que digam que essa graça nos é necessária para cada momento e para cada uma das ações, ou seja, é necessária para que em nossa vida olhemos o exemplo da vida do Senhor.

À vossa fé não é difícil perceber a diferença entre essa confissão e a confissão sobre a graça, da qual aqui se trata.

CAPÍTULO III

Apresentação, com suas palavras, dos três fatores pelagianos para a execução das boas obras

3. Mas esse gesto de Pelágio não causa admiração. Isso porque ele condenou nas atas episcopais, sem nenhum protesto, aqueles que defendem que a graça e a ajuda de Deus nos são outorgadas não

para cada uma das ações, mas que consiste no livre-arbítrio ou na lei ou na doutrina.³ Pensávamos assim que findavam todas as dúvidas a esse respeito, pois ainda condenou aqueles que defendem a doação da graça conforme nossos méritos.

Contudo, nos livros por ele escritos sobre o livre-arbítrio, dos quais faz menção na carta enviada a Roma, revela que ele pensa o que parecia condenar. Isso porque faz consistir a graça e a ajuda de Deus, com que somos auxiliados para não pecar, ou na natureza e no livre-arbítrio, ou na lei e na doutrina. Ou seja, quando Deus ajuda o ser humano a se afastar do mal e praticar o bem, considera-se ajudado pela revelação do que deve fazer, não, porém, pela cooperação e inspiração da caridade para fazer o que percebe ser necessário fazer.

4. Pelágio estabelece e distingue três fatores em relação ao cumprimento dos mandamentos divinos: a possibilidade, a vontade e a ação. Pela possibilidade, o ser humano pode ser justo; pela vontade, quer ser justo; pela ação, é justo. Dos três fatores, quanto ao primeiro, ou seja, a possibilidade, ele confessa que é outorgada pelo Criador na natureza; não está em nosso poder, mas podemos possuí-la mesmo contra a nossa vontade. Quanto aos dois restantes, isto é, a vontade e a ação, afirma que são nossas e, de tal modo nos atribui, que sustenta sua dependência de nós.

Quer dizer, afinal, que recebe a ajuda de Deus, não estes dois fatores, que ele estabelece como exclusivamente nossos, ou seja, a vontade e a ação, mas o outro, que não está em nosso poder, mas vem de Deus, isto é, a possibilidade. Isto supõe que os nossos, ou seja, a vontade e a ação, são tão eficazes para evitar o mal e fazer o bem, que não necessitam da ajuda divina, ao passo que o procedente de Deus, isto é, a possibilidade, é de tal forma impotente que sempre depende do auxílio da graça.

CAPÍTULO IV

Transcrição “ipsis litteris” da sentença pelagiana

5. Para evitar uma possível afirmação de que ou não entendemos bem o que fala, ou que alteramos com má intenção o seu sentido para outro bem diferente, vede suas próprias palavras:

“Distinguimos assim três elementos e os dividimos numa ordem como que determinada. Em primeiro lugar, pomos o poder, em segundo, o querer, em terceiro, o ser. Pomos o poder na natureza, o querer na vontade, o ser na execução. O primeiro, ou seja, o poder, pertence exclusivamente a Deus e ele o outorgou à sua criatura; os outros dois, ou seja, o querer e o ser, referem-se ao ser humano, visto que se originam do livre-arbítrio. Portanto, na vontade e na ação, glória é do homem pela prática do bem; ou melhor, do homem e de Deus, que lhe deu a possibilidade da vontade e da operação, porque sempre ajuda a possibilidade com o auxílio de sua graça. O poder no homem de querer o bem e executá-lo pertence somente a Deus.

Com efeito, pode existir o primeiro, a possibilidade, sem que existam os outros dois; mas estes não podem existir sem aquele. Assim, não gozo de liberdade para ter boa vontade e praticar a ação; mas não posso deixar de ter a possibilidade do bem. Acha-se em mim, mesmo sem o querer, e a natureza nunca está dela desprovida.

Alguns exemplos clarificarão o sentido do que quero dizer. O fato de podermos enxergar com os olhos, não depende de nós; mas o fato de enxergarmos bem ou mal, depende de nós. Para dar maior abrangência às coisas, afirmo que o podermos fazer, dizer e pensar todo o bem, pertence àquele que nos outorgou esse poder e auxilia para que possamos possuí-lo. Agir, falar ou pensar o bem, depende de nós, tanto que podemos transformá-lo em mal.

Daí que, devido à calúnia que levantastes contra mim, devo repetir muitas vezes a afirmação de que o homem pode viver sem pecado, e, pelo reconhecimento da possibilidade outorgada, louvamos a Deus, que nos concedeu esse poder. Não há nesse fato lugar algum para louvor ao ser humano, pois se trata exclusivamente de uma intervenção de Deus. Não se fala aqui nem do querer nem do ser, mas somente do que pode ser.”

CAPÍTULO V

O querer e o agir dependem também da graça de Deus, conforme testemunho de São Paulo

6. Todo o dogma de Pelágio consta no livro terceiro de sua obra em favor do livre-arbítrio, transcrito fielmente com essas palavras. Nele são diferenciados os três fatores, um que é o poder, o outro que é o querer, o terceiro que é o ser, isto é, a possibilidade, a vontade e a ação. Mas lança mão de tanta sutileza nas palavras, que procuremos saber o que ele quer dizer, quando lemos ou ouvimos que ele reconhece a ajuda da graça divina para nos afastarmos do mal e praticarmos o bem, fazendo-a consistir na lei ou na doutrina ou em qualquer outra coisa. Não caíamos no erro de entendê-lo de modo diferente do que pensa.

Por isso, devemos ter em conta que ele não crê no auxílio divino para a vontade e a ação, mas somente para a possibilidade da vontade e da ação. Segundo afirma, é o único fator, dentre os três, que recebemos de Deus, como se não tivesse capacidade o que o próprio Deus pôs na natureza. Os outros dois, que são nossos, no seu dizer, são tão firmes, fortes e autossuficientes, que não necessitam de auxílio algum. Portanto, Deus não nos ajuda para o querer nem ajuda para o agir, mas somente auxilia para que possamos querer e agir.

O Apóstolo, porém, diz o contrário: *Operai a vossa salvação com temor e tremor*. E para fazê-los saber que não tinham capacidade não somente para poder agir (pois já o haviam recebido na natureza e na doutrina), mas também para o próprio agir, não diz: Deus que opera em vós o poder, como se o querer e o agir, os possuíssem por si mesmos e não necessitassem de ajuda com relação a esses dois fatores, mas diz: *Pois é Deus que opera em vós o querer e o agir (et velle et perficere)*, ou como se lê em outros códices, principalmente gregos: *et velle et operari* (Fl 2,12-13).

Percebei como o Apóstolo, inspirado pelo Espírito Santo, previu muito antes os futuros adversários da graça de Deus. Além disso, asseverou que Deus opera em nós os dois, ou seja, o querer e o operar, que os pelagianos pretendem que sejam nossos, como se não necessitassem da ajuda da graça divina.

CAPÍTULO VI

Conselho de precaução sobre sentença pelagiana

7. Não seja motivo de engano para os simples e incautos e até para si mesmo, Pelágio, o fato de ele ter dito: “Portanto, na vontade e na ação a glória é do homem pela prática do bem”, e depois ter acrescentado: “ou melhor, do homem e de Deus”, como que se corrigindo. Não acrescentou essas palavras mostrando seu desejo de se acomodar à verdadeira doutrina, segundo a qual é Deus que opera em nós o querer e o agir. A razão de as ter acrescentado, manifestou-a claramente o que afirmou em seguida: “Que lhe (ao homem) deu a possibilidade da vontade e da obra”. Em outros termos, deixou claro que ele põe essa possibilidade como essência da natureza humana.

Mas, para não parecer não ter dito nada da graça, acrescentou: “Porque (Deus) sempre ajuda a possibilidade com o auxílio de sua graça”. Não diz: a própria vontade ou o próprio agir, pois, se o

dissesse, não pareceria dissentir da doutrina apostólica. Mas diz: “a possibilidade”, ou seja, o fator entre os três, que pôs na natureza: “Deus sempre ajuda com o auxílio de sua graça”. Assim na vontade e na ação a glória não é de Deus nem da criatura humana, porque a criatura humana quer de tal modo que Deus inspira à sua vontade o ardor da caridade. E age de sorte que pode contar com a cooperação de Deus (sem sua ajuda, o que é o homem?). Mas ele atribui também a Deus essa glória, porque, se não existisse a natureza criada por ele para nos possibilitar o querer e o agir, não conseguiríamos querer nem agir.

8. Essa possibilidade natural, que ele confessa ser ajudada pela graça de Deus, não deixa claro se se chama graça ou até que ponto ele pensa que a natureza é ajudada por ela. Mas por outras passagens, em que fala com mais clareza, pode-se deduzir que essa possibilidade é a lei ou a doutrina que ajudam a possibilidade natural.

CAPÍTULO VII

A doutrina de Pelágio acerca da graça não é ortodoxa, apesar das sutilezas

Pelágio diz em outro lugar: “Há pessoas sumamente ignorantes que pensam que ofendemos a graça divina, pelo fato de dizermos que ela, sem o concurso de nossa vontade, de modo algum pode levar-nos à santidade. Admitir o contrário, seria pensar que Deus ordenou algo à sua graça e não outorga àqueles a quem deu preceitos a ajuda de sua graça, a fim de que os mortais possam facilmente cumprir com o auxílio da graça o que devem fazer pelo livre-arbítrio”.

E, explicando o que entende por graça, acrescentou em seguida: “A qual nós confessamos que consiste não somente na lei, como pensas, mas também na ajuda de Deus”. À vista desta afirmação, quem não desejaria que revelasse o que entende por graça? Por esse motivo, devemos principalmente esperar dele que confirme o que diz, ou seja, faça a confissão de que a graça não consiste apenas na lei.

Mas, suspensos por essa expectativa, ouçamos o que acrescentou: “Deus nos ajuda pela sua doutrina e revelação, ao abrir-nos os olhos, revelar-nos o futuro para não sermos absorvidos pelo presente, descobrir-nos as tramas do demônio, iluminar-nos com o dom multiforme da graça celeste”. A seguir, concluindo sua sentença e como que rematando seu pensamento, diz: “Quem assim afirma, parece-te que nega a graça? Não confessa o livre-arbítrio e a graça de Deus?”. Em tudo isso, não deixou de exaltar a lei e a doutrina, inculcando que é essa a graça que nos ajuda e explicando o que havia proposto quando dizia: “Mas confessamos que está no auxílio de Deus”.

Finalmente, julgou ser preciso insinuar de muitos modos a ajuda de Deus, mencionando a doutrina, a revelação, a abertura dos olhos, a manifestação do futuro, a descoberta das insídias diabólicas e a iluminação com o multiforme e inefável dom da graça celeste, tudo estabelecido como necessário para o conhecimento dos preceitos de Deus e de suas promessas. E isso é fazer consistir a graça de Deus na lei e na doutrina.

CAPÍTULO VIII

A lei não é a justiça. — A justiça procede de Deus

9. Pode-se concluir daí que a graça confessada por ele é o que Deus mostra e revela para agirmos, não a que outorga como ajuda para agirmos. Assim, o conhecimento da lei, se faltar o pedido da graça, tem o poder principalmente para provocar a transgressão do preceito. Onde não há lei, diz o Apóstolo, não há transgressão (Rm 4,15). E eu não conheci o pecado senão através da Lei, pois

não teria conhecido a concupiscência, se a Lei não tivesse dito: “Não cobiçarás” (Rm 7,7). Desse modo, são tão diferentes as características da lei e da graça, que a lei não apenas em nada ajuda, mas, pelo contrário, é um grande dano, não havendo a ajuda da graça. Percebe-se a utilidade da lei, quando ela obriga os seus transgressores a recorrerem à graça para se libertarem do pecado e para superarem a má concupiscência mediante a ajuda.

Evidencia-se assim que a lei manda mais do que ajuda; mostra a doença, mas não cura. Pelo contrário, agrava o que não cura para se acudir à graça com mais preocupação e solicitude. *Pois, a letra mata, mas o Espírito comunica a vida (2Cor 3,6). Se tivesse sido dada uma Lei capaz de comunicar a vida, então sim, realmente, a justiça viria da Lei.*

Contudo, para mostrar até onde a Lei ajuda, o Apóstolo acrescenta e diz: *Mas a Escritura encerrou tudo debaixo do pecado, a fim de que a promessa pela fé em Jesus Cristo fosse concedida aos que creem. Assim, diz logo depois, a Lei se tornou nosso pedagogo até Cristo (Gl 3, 21.23-24).* Estas palavras são úteis aos soberbos, que se põem mais clara e estreitamente sob o pecado, para não terem a presunção de praticar a justiça com as próprias forças do livre-arbítrio, *mas toda boca se cale e o mundo inteiro se reconheça réu em face de Deus, porque diante dele ninguém será justificado pelas obras da Lei, pois da Lei vem só o conhecimento do pecado. Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e os Profetas (Rm 3,19-21).*

Como pode a justiça ser manifestada sem a Lei, se é testemunhada pela Lei? Não é, portanto, manifestada sem a Lei, mas é justiça sem a Lei, porque é justiça de Deus, isto é, que não nos vem da Lei, mas de Deus. Essa lei não é aquela que se teme ao conhecer o que Deus ordena, mas aquela que é possuída amando a ele que a outorga, a fim de que *aquele que se gloria, se glorie no Senhor (1Cor 1,31).*

CAPÍTULO IX

Tentativa de compreensão do erro de Pelágio

10. Como explicar que Pelágio considere como graça a lei e a doutrina, que são meros auxílios para praticar a justiça e que no máximo ajudam na obtenção da graça? Pois ninguém pode cumprir a Lei mediante a Lei: *A caridade é a plenitude da Lei (Rm 13,10).* O amor de Deus foi derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5). Portanto, a graça é manifestada pela Lei, para que esta seja completada pela graça.

O que aproveita a Pelágio expressar o mesmo com diversas palavras de modo que oculta que a graça, ele a faz consistir na lei e na doutrina, pelas quais, segundo ele, a possibilidade da natureza é ajudada? Pelo que posso perceber, ele tem medo de ser entendido, porque condenou os que defendem que a graça de Deus e a ajuda não são concedidas para cada um dos atos, mas consiste no livre-arbítrio, ou na lei, ou na doutrina. Contudo, julga esconder-se quando, com umas e outras expressões, procura dar outro significado à lei e à doutrina.

CAPÍTULO X

A promessa da glória, a sabedoria e as boas obras são frutos da ação da graça

11. Em outra passagem, depois de asseverar por muito tempo que em nós a vontade se inclina para o bem não pela ajuda de Deus, mas pela nossa própria capacidade, propôs como objeção contra si mesmo o texto do Apóstolo. E diz: “E como poderá ter valor o dito pelo Apóstolo: *Deus é quem*

opera em nós o querer e o operar?”. Em seguida, como que pretendendo resolver a objeção, que descobria ser totalmente contrária a seu dogma, acrescentou na continuação: “Opera em nós o querer o que é bom, querer o que é santo, quando, entregues aos desejos terrenos e como animais mudos, amamos as coisas da vida presente; quando nos inflama com a excelência da glória futura e a promessa de prêmios; quando, pela revelação da sabedoria, desperta a vontade adormecida para o desejo de Deus; quando nos aconselha (isso temos de negar em outro lugar) tudo o que é bom”.

Haverá algo mais claro do que sua afirmação na qual faz consistir na lei e na doutrina a graça de Deus, pela qual ele nos leva a querer o que é bom? Pois é na lei e na doutrina das santas Escrituras que encontramos a promessa da glória futura e dos prêmios. Refere-se também à doutrina a revelação da sabedoria; refere-se à doutrina o aconselhamento para fazer tudo o que é bom. E se entre o ensinar e o aconselhar, ou melhor, exortar, parece haver alguma diferença, isso fica incluído na generalidade da doutrina, cujo conteúdo reside em quaisquer discursos ou palavras. Isso porque as santas Escrituras ensinam e exortam, mas o homem pode também ensinar e exortar.

Queremos que Pelágio confesse de uma vez a graça pela qual não somente se promete a grandeza da glória futura, mas também nela se acredite e se a espere; não somente revele a sabedoria, mas faça amá-la; não somente aconselhe tudo o que é bom, mas leve à decisão de praticá-lo. Pois a fé não a tem todos (2Ts 3,2) os que, pelas Escrituras, ouvem o Senhor prometer o reino dos céus, nem se convence a todos aos quais se aconselha a virem àquele que diz: *Vinde a mim todos os que estais cansados (Mt 11,28). Os que têm fé e os que se convencem a vir até ele, ele mesmo o revelou, quando disse: Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou, não o atrair. E um pouco depois, falando dos não-crentes, disse: Por isso vos afirmei que ninguém pode vir a mim, se isto não lhe for concedido pelo Pai (Jo 6,44-46). Esta é graça que Pelágio deve confessar, se não quiser ser apenas chamado, mas também ser cristão.*

CAPÍTULO XI

O testemunho de Paulo comprova a exigência da graça para a revelação da sabedoria

12. O que direi sobre a revelação da sabedoria? Não é fácil encontrar alguém que espere chegar nesta vida à sublimidade das revelações do apóstolo Paulo. E qual era o seu conteúdo senão o que diz em relação à sabedoria? No entanto, diz ele: *Já que essas revelações, para eu não me encher de soberba, foi-me dado um agulhão na carne — um anjo de Satanás para me espancar — a fim de que eu não me encha de soberba. A esse respeito, três vezes pedi ao Senhor que o afastasse de mim. Respondeu-me, porém: Basta-te a minha graça, pois na fraqueza é que a força manifesta todo o seu poder (2Cor 12,7-9).*

Se o Apóstolo possuísse a máxima caridade, aquela à qual nada se pode acrescentar e que não pudesse levá-lo à soberba, seria necessário um anjo de Satanás que, esbofeteando-o, reprimisse a soberba possivelmente existente devido à sublimidade das revelações? O que é a soberba senão inchaço? E sobre a caridade, afirmou com precisão: *A caridade não se incha de orgulho (1Cor 13,4).*

Essa caridade progredia ainda de dia em dia em tão grande apóstolo, enquanto seu homem interior se renovava de dia em dia (2Cor 4,16), e chegaria, sem dúvida, a tal perfeição, que o imunizaria da soberba. Seu espírito, no entanto, encontrava-se ainda em perigo de inchar-se pela sublimidade da revelação, até que se deixasse cercar pelo sólido edifício da caridade. Ainda não se havia dele apossado, mas para ele corria com grande êxito.

CAPÍTULO XII

As características da graça divina

13. Ao Apóstolo que, antes de atingir o cume da perfeição na caridade, recusava sofrer o incômodo do agulhão, que impedia o inchaço, o Senhor disse com razão: *Basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder. Na fraqueza*, diz, não somente da carne, como quer Pelágio, mas da carne e do espírito. Pois o espírito estava fraco em comparação àquela perfeição, e a ele, para não se encher de soberba, tinha sido dado um agulhão na carne, um anjo de Satanás, embora fosse fortíssimo se o compararmos aos carnis ou animais que ainda não percebem as coisas do Espírito.

Se a força se aperfeiçoa na fraqueza, quem não se considera fraco, não se aperfeiçoa. Portanto, a graça, pela qual a força se aperfeiçoa na fraqueza, conduz os predestinados e os chamados segundo os desígnios de Deus à suma perfeição e glorificação. Ela não somente nos leva a conhecer o que devemos fazer, mas também a praticar o que conhecemos; não somente a acreditar no que devemos amar, mas também a amar o que cremos.⁴

CAPÍTULO XIII

Sentido em que a doutrina pode significar graça

14. Se esta graça pode chamar-se doutrina, que seja de modo que se acredite que Deus a infunde mais profunda e intimamente com inefável suavidade, não somente por meio dos que plantam e regam numa ação extrínseca, mas também por meio dele, que ocultamente proporciona o crescimento (1Cor 3,7), e de tal modo que não apenas mostre a verdade, mas também comunique a caridade.

Desse modo Deus ensina aos chamados conforme seus desígnios, concedendo-lhes ao mesmo tempo o conhecimento do que devem fazer e a realização do que sabem. Daí o dizer do Apóstolo aos tessalonicenses: *Não precisamos vos escrever sobre o amor fraterno; pois aprendestes pessoalmente de Deus a amar-vos mutuamente*. E provando que aprenderam de Deus, acrescentou: *E é o que fazeis muito bem para com todos os irmãos em toda a Macedônia* (1Ts 4,9-10). Ensina assim que é um sinal infalível de que aprendestes de Deus, se fizerdes o que aprendestes. Deste modo são todos os chamados conforme seus desígnios, como está escrito nos Profetas: Instruídos pelo Senhor (Is 54,13; Jo 6,45).

Quem sabe o que deve fazer, e não o faz, ainda não aprendeu de Deus mediante sua graça, mas mediante a Lei; não aprendeu segundo o Espírito, mas segundo a letra. Muitos, porém, parecem cumprir o que manda a lei pelo temor do castigo, não por amor à justiça, a qual o Apóstolo diz ser sua, quando provém da lei, como preceituada e não como outorgada. Se é outorgada, não se pode dizer que seja nossa, mas de Deus; será nossa no sentido de que a recebemos de Deus. Assim ele se exprimiu: *E ser achado nele, não tendo a justiça da Lei, mas a justiça que vem de Deus, apoiada na fé de Jesus Cristo, justiça que vem de Deus* (Fl 3,9).

É tamanha a distância entre a lei e a graça, que, mesmo não duvidando de que a lei vem de Deus, a justiça, no entanto, que vem da lei, não é de Deus, mas a que vem de Deus é a justiça aperfeiçoada pela caridade. Chama-se justiça pela lei a que resulta da maldição da lei; chama-se justiça de Deus a que é outorgada como dádiva da graça. Assim, o mandamento deixa de infundir terror para se revestir de bondade, como reza o salmista: *Tu és bom e benfeitor, ensina-me as tuas prescrições* (Sl 119,68). Quis dizer: para não ser subjugado como escravo pela lei, levado pelo temor do castigo, mas para encontrar prazer na lei pela liberdade do amor. Aquele que assim aprende, faz tudo o que

aprendeu a fazer.

CAPÍTULO XIV

Aprender de Deus o ensinamento é ir a Deus

15. O Senhor referiu-se a este modo de aprendizagem, ao dizer: *Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende, vem a mim* (Jo 6,45). Aquele, portanto, que não vier, dele não se pode dizer com razão: “Ouvii e aprendeu que devia vir, mas não quer proceder como aprendeu”. É erro expressar-se assim no tocante ao modo como Deus ensina pela graça. Pois, como diz a Verdade: *O que aprende de mim*, o que não veio é porque não aprendeu.

Quem não percebe que o vir ou o não vir depende do livre-arbítrio? A liberdade agirá por sua conta, se não vem; porém, se vem, não pode vir sem ajuda. E com tal ajuda que não somente saiba o que fazer, mas também faça o que souber.

Por esta razão, quando Deus ensina, não pela letra da lei, mas pela graça do Espírito, de tal modo ensina que o que alguém aprende, não veja conhecendo, mas deseje querendo e realize agindo. E, neste processo de ensinamento, a vontade e a operação recebem ajuda, e não somente a possibilidade natural de querer e de operar.

Com efeito, se a graça ajudasse somente o poder, o Senhor teria dito: Quem escutou o ensinamento do Pai e dele aprendeu, pode vir a mim. Não se expressou assim, mas: *Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende, vem a mim* (Jo 6,45).

O poder vir Pelágio o faz depender da natureza, ou ainda como começou a dizer há pouco, da graça, tal como ele a entende, com a qual — como diz — “a possibilidade recebe ajuda”. Porém, o vir ele o faz depender da vontade e da ação. Mas do fato de que alguém possa vir, não é consequente que venha, a não ser que o queira e venha. Todo aquele, porém, que aprendeu do Pai, não somente pode vir, mas vem; o que engloba a eficácia da possibilidade, o afeto da vontade e o resultado da ação.

CAPÍTULO XV

Refutação da argumentação de Pelágio relativamente à operação dos olhos

16. Os exemplos aduzidos por Pelágio destinam-se a tornar mais claro o sentido do que quis dizer, como prometeu. Mas não devemos considerá-los adequados e assim os aprovar; mostram apenas o que ele pensa. Ele diz: “O podermos ver com os olhos é nosso; mas o ver bem ou mal não depende de nós”. Responda-lhe o salmista quando diz a Deus: *Desvia os meus olhos, para que não vejam a maldade* (Sl 119,37).

Se tais palavras diziam referência aos olhos do espírito, podem, no entanto, ser extensivas aos olhos físicos para ver bem ou mal. É claro que não é no sentido de enxergar bem, olhando com olhos perfeitos, e mal, com olhos inflamados; mas enxergar bem para socorrer e mal para cobiçar. Com os olhos externos enxerga-se o pobre a quem se socorre, e a mulher que se cobiça. No entanto, a compaixão e a sensualidade procedem dos olhos interiores para enxergar bem ou mal.

Por que suplicar a Deus: *Desvia os meus olhos, para que não vejam a maldade*? Por que pedir o que está em nosso poder, se Deus não ajuda a vontade?

CAPÍTULO XVI

17. Diz Pelágio: “O fato de podermos falar, depende de Deus; mas o falar bem ou mal procede de nós mesmos”. Não é o que ensina aquele que fala bem: *Porque não sereis vós que falareis naquela hora, mas o Espírito de vosso Pai é que falará em vós (Mt 10,20)*. Diz ele ainda: “*Em resumo: o fato de podermos fazer, dizer, pensar todo o bem depende daquele que pode outorgar e ajudar esse poder*”. Volta a repetir o mesmo sentido anterior, ou seja, dos três fatores, a possibilidade, a vontade e a ação, somente a possibilidade recebe ajuda.

E para completar o que pretende expor, acrescenta: “O fato de fazermos, ou falarmos, ou pensarmos o bem, depende de nós”. Esqueceu-se do que antes corrigira, pois, após ter dito: “Portanto, a glória do homem consiste na ação”, acrescentou e disse: “Ou melhor, do homem e de Deus, que lhe deu a possibilidade da vontade e da ação”.

Por que, nestes exemplos, não recordou essa afirmação e, assim, pelo menos no seu final, dissesse: O fato de podermos fazer, dizer, pensar todo o bem depende daquele que nos concedeu esse poder e que ajuda essa possibilidade, e que o fato de fazermos, ou dizermos, ou pensarmos o bem depende de nós e dele? Não o disse, mas, se não me engano, parece-me perceber a causa de seu medo.

CAPÍTULO XVII

A sentença de Pelágio implica a cooperação de Deus para a prática de más obras

18. Procurando elucidar a causa de seu medo, lembro que, ao querer demonstrar que o fazer, o dizer e o pensar depende de nós, ele diz: “Porque podemos também transformar tudo isso em mal”.

A causa do medo, portanto, para não dizer que depende de nós e de Deus, residiu na possibilidade de que se lhe respondesse: se o fazer, falar e pensar bem pertencem a nós e a Deus, visto que ele nos concedeu o poder, pela mesma razão, o agir, o falar e pensar o mal, pertencem a nós e a Deus, já que outorgou a possibilidade para uma e outra coisa. Desse modo (mas longe de nós pensar assim), como é glória nossa e de Deus a prática do bem, nas más obras a culpa é nossa e dele. Isso porque a possibilidade que nos deu, faz que a tenhamos para as boas e as más ações.

CAPÍTULO XVIII

Há duas raízes no homem: para o bem e para o mal

19. Acerca dessa possibilidade, Pelágio assim escreve no livro primeiro em defesa do livre-arbítrio: “Temos, porém, a dupla possibilidade como que inserida por Deus como uma raiz, frutífera e fecunda, que pela vontade humana gera e dá à luz resultados diversos, e, de acordo com o arbítrio do cultivador, pode brilhar com a flor das virtudes ou eriçar com os espinhos dos vícios”.

Nessa sentença, não percebendo o que está dizendo, estabelece uma só raiz, para o bem e para o mal, contrariando a verdade evangélica e o ensinamento apostólico. Pois o Senhor ensina que a árvore boa não pode dar maus frutos, nem a árvore má pode dar bons frutos (Mt 7,18). E o apóstolo Paulo, ao dizer que a raiz de todos os males é o amor do dinheiro, admite indiretamente que a raiz de todos os bens é a caridade.

Se são duas as árvores, a boa e a má, e se são dois indivíduos, o bom e o mau, o que é o bom senão o de boa vontade, ou seja, a árvore de boa raiz? E o que é o mau senão o de vontade corrompida, ou seja, a árvore de má raiz? Mas os frutos destas raízes e árvores são as obras, as palavras e os pensamentos que, quando bons, procedem da boa vontade e, quando maus, originam-se da vontade corrompida.

CAPÍTULO XIX

A árvore boa é a graça; a árvore má é a recusa da graça

20. A infusão da graça de Deus é que torna boa uma árvore. O que é mau não se torna bom por si mesmo, mas daquele, por aquele e naquele que é sempre bom. E não somente para que a árvore seja boa, mas também para que produza bons frutos, é necessário que receba ajuda da mesma graça, sem a qual nada pode fazer de bom. Portanto, coopera para os frutos da boa árvore aquele que a rega e cultiva exteriormente mediante algum ministro, mas interiormente ele próprio dá o crescimento (1Cor 3,7).

Infunde-se maldade na árvore, quando a si mesmo se faz o mal e se recusa o bem imutável, pois a recusa deste Bem dá origem à vontade corrompida. Mas esta recusa não dá início a outra natureza má; apenas vicia a que foi criada como boa. Corrigido, porém, o vício, não subsiste mal algum, pois o vício inserira-se na natureza, mas o vício não era a natureza.

CAPÍTULO XX

São duas as raízes: a do bem e a do mal! — Deus não é o causador do pecado

21. Tal possibilidade não representa, como pensa Pelágio, uma e a mesma raiz para o bem e para o mal. Uma coisa é a caridade, raiz do bem, e outra a cobiça, raiz dos males. Diferenciam-se como a virtude com relação ao vício. Mas a possibilidade é capaz de ter duas raízes, visto que não somente se pode possuir a caridade, pela qual a árvore é boa, mas também a concupiscência, que inocula corrupção à árvore.

Mas, no ser humano, a concupiscência, que é vício, tem por autor o próprio homem ou o sedutor do homem, não o criador do homem. Assim está escrito: *A concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e o orgulho das riquezas não vêm do Pai, mas do mundo* (1Jo 2,16). E quem ignora que pelo termo “mundo” a Escritura costuma designar os que habitam neste mundo?

CAPÍTULO XXI

O amor procede de Deus e Deus é Amor

22. A caridade, porém, que é virtude, provém-nos de Deus, e não de nós mesmos. Testemunha-o a Escritura, que diz: *O amor é de Deus, e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus, porque Deus é Amor* (1Jo 4,7-8). Considerando-se esta caridade, entende-se melhor o que está escrito: *Todo aquele que nasceu de Deus não comete pecado; e não pode pecar* (1Jo 3,9). Isso porque a caridade que procedeu de Deus *não se ostenta, não guarda rancor* (1Cor 13,4-5).

Quando o homem peca, peca não por força da caridade, mas da concupiscência, a qual não implica seu nascimento de Deus, pois tal possibilidade, como dissemos, é capaz de ambas as raízes. Se a Escritura diz: *O amor é de Deus ou, o que é mais, Deus é Amor, e se o apóstolo João proclama claramente: Vede que prova de amor nos deu o Pai, que sejamos chamados filhos de Deus, e nós o somos* (1Jo 3,1), ouvindo que Deus é Amor, porque Pelágio ainda defende a procedência divina, entre os três fatores, somente da possibilidade, e atribui a nós a boa vontade e a boa ação? No entanto, a boa vontade nada mais é que a caridade, proclamada pela Escritura como procedente de Deus e outorgada pelo Pai, para que fôssemos filhos de Deus.

CAPÍTULO XXII

Contradição de Pelágio entre o que ensina no seu livro e o que confessou perante o tribunal

23. Mas talvez nossos méritos anteriores tenham feito com que nos fosse outorgada a graça, como pensa Pelágio a esse respeito no livro que escreveu a uma virgem consagrada e do qual faz menção na carta enviada a Roma. Nesse livro, depois de invocar o testemunho do apóstolo Tiago, que diz: *Sujeitai-vos, pois, a Deus; resisti ao diabo e ele fugirá de vós*, Pelágio comenta: “O apóstolo mostrou como devemos resistir ao diabo, se estamos sujeitos a Deus, e, fazendo sua vontade, como merecer a graça divina e resistir mais facilmente ao espírito mau com o auxílio do Espírito Santo” (Cap. 25).

Com que sincero coração ele condenou no tribunal palestinese aqueles que atribuem a graça de Deus aos nossos merecimentos! Ainda duvidamos de que ele assim pensa e claramente prega? Que sinceridade houve naquela confissão durante a reunião dos bispos? Já teria escrito esse livro, onde defende claramente a doação da graça de Deus conforme nossos merecimentos, doutrina que condenou no sínodo oriental sem nenhuma dificuldade? Nesse caso confessaria que essa foi sua tese, mas agora a rejeita, para trazer-nos a alegria de se ter corrigido. Como então lhe houvessem objetado justamente isso, entre outras coisas respondeu: “Se essa doutrina é de Celéstio, lá se avenham os que assim afirmam. Eu, porém, nunca a defendi, mas condeno os que a defendem”. Como nunca a defendeu, se já havia publicado seu livro? E como pode condenar os que a defendem, se o publicou depois?

24. Mas, para impedir que responda nestes termos: “Fazendo a vontade de Deus, merecemos a graça divina”, do mesmo modo como os fiéis e os que vivem piedosamente recebem nova graça para resistir com fortaleza ao tentador, apesar de terem recebido antes a graça para fazer a vontade de Deus, impedindo que responda desse modo, repito, escutai outros testemunhos seus a esse respeito. Diz assim: “O que corre para o Senhor e deseja ser dirigido por ele, ou seja, subordinar a própria vontade à dele; o que, aderindo a ele constantemente, constitui com ele um só espírito, conforme o Apóstolo (1Cor 6,17), somente pela liberdade da vontade é que o consegue”.

Considerai as maravilhas lembradas por ele e que se realizam só pela liberdade do arbítrio. Pela sentença se conclui que ele defende a adesão a Deus sem a ajuda de Deus, pois esse é o significado da expressão “somente pela liberdade do arbítrio”. Conclui-se também que, uma vez unidos a ele, sem sua ajuda, merecemos receber sua ajuda depois de a ele aderirmos.

CAPÍTULO XXIII

A entrega do coração a Deus é graça, e não obra do livre-arbítrio

Pelágio prossegue e diz no livro antes citado: “Aquele que faz bom uso da liberdade da vontade, entrega-se totalmente a Deus, mortifica sua vontade de modo que pode dizer com o Apóstolo: *Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim* (Gl 2,20); e deposita seu coração nas mãos de Deus para que ele “o incline para qualquer parte que ele quiser” (Pr 21,1).

É grande ajuda da graça divina, sem dúvida, que ele incline nosso coração para onde quiser. Mas esta grande ajuda nós a merecemos, conforme ele diz na sua loucura, quando, sem outra ajuda que a do livre-arbítrio, corremos para o Senhor, desejamos ser dirigidos por ele, submetemos nossa vontade à dele e, aderindo-lhe constantemente, constituímos com ele um só espírito. E estes bens tão extraordinários, segundo ele, nós os conseguimos somente pela liberdade do arbítrio. E assim, com estes méritos precedentes, conseguimos que ele incline nosso coração para onde quiser.

E como pode chamar-se graça, se não é dada de graça? Como pode chamar-se graça, se é

pagamento do que é devido? Como dizer que é verdade o que diz o Apóstolo: *E isso não vem de vós, é o dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho?* (Ef 2,8-9). E novamente: *E se é por graça, não é pelas obras; do contrário, não é mais graça?* (Rm 11,6).

Como, digo eu, pode ser verdade, se precedem obras tão maravilhosas que nos tornam merecedores de alcançar a graça, e assim não nos é dada gratuitamente, mas como pagamento do que é devido? Nesse caso, para se chegar à ajuda de Deus, corre-se para Deus sem a ajuda de Deus? E, unidos a Deus, recebamos dele a ajuda e nos uniríamos a ele não ajudados por ele? Que dom maior ou que coisa semelhante pode a graça outorgar, se sem ela o espírito chegou a constituir com o Senhor um só espírito pela liberdade do livre-arbítrio?

CAPÍTULO XXIV

A ação de Deus transforma os corações humanos, como no episódio de Assuero e Ester

25. Desejaria perguntar a Pelágio algo sobre aquele rei, cujo leito a santa mulher Ester abominava e que se sentava no trono real, revestido de toda a pompa do seu esplendor, todo matizado com pedras preciosas e cuja presença infundia terror. Quando a viu, levantando seu rosto iluminado pelo brilho, como o de um touro no máximo de sua fúria, a rainha encheu-se de medo e, empalidecendo o rosto pelo desmaio, deixou-se cair sobre os ombros da acompanhante que a precedia. Desejaria que Pelágio nos dissesse se aquele rei já correria para o Senhor, se desejara ser dirigido por ele e se submetera sua vontade à vontade divina, se, unido-se a ele constantemente, constituíra com ele um só espírito, tudo isso pelo livre-arbítrio. Perguntaria ainda se se entregara totalmente a Deus, mortificara sua vontade e pusera seu coração nas mãos divinas.

Creio que não estaria apenas delirando, mas ficando louco, quem assim pensasse daquele rei. No entanto, Deus converteu e mudou sua indignação em brandura (Est 5). Quem não concorda em que é mais difícil converter e mudar a indignação em brandura, que inclinar para algo um coração indiferente, mas posto entre os dois sentimentos?

Leiam, pois, e entendam, vejam e confessem que Deus, não pela lei ou pela doutrina que soam externamente, mas por uma força interna e oculta, admirável e inefável, opera nos corações humanos não apenas revelações, mas também a boa vontade.

CAPÍTULO XXV

A afirmação de Pelágio é refutada com testemunhos apostólicos

26. Que Pelágio deixe de se enganar e de enganar os outros, recorrendo contra a graça de Deus. A graça de Deus deve ser afirmada, como imprescindível para nós, não só em relação a um dos três fatores, ou seja, à possibilidade da boa vontade e da ação, mas também à vontade e à boa ação.

Se ele estabelece que a possibilidade vale para ambos os fatores, nem por isso se há de atribuir a Deus também nossos pecados, assim como quer atribuir-lhe nossas boas obras em virtude da mesma possibilidade. Não se exalte o auxílio da graça divina tão-somente porque ajuda nossa possibilidade natural. Deixe de dizer: “O fato de podermos praticar, dizer e pensar todo o bem, depende daquele que outorgou esse poder, que ajuda esse poder. Mas o agirmos, dizermos e pensarmos bem ou mal depende de nós”.

Deixe de dizer tais coisas, repito. Pois Deus não somente outorga e ajuda nosso poder, mas também opera em nós o querer e o agir (Fl 2,13). Não porque não queiramos ou não operemos, mas também porque, sem sua ajuda, não podemos desejar nem praticar o bem.

Como Pelágio pode dizer: “O podermos agir bem depende de Deus, mas o fato de agirmos bem depende de nós”, quando o Apóstolo assevera que roga por seus leitores para que não pratiquem o mal e façam todo o bem possível? Não diz ele: *Rogamos para que não possais fazer nenhum mal, mas para que não cometaís mal algum, mas que pratiqueis o bem (2Cor 13,7). Aqueles de quem está escrito: Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus (Rm 8,4), para fazerem o bem, são levados por aquele que é bom.*

Como Pelágio pode dizer: “O podermos falar bem depende de Deus; o falarmos bem depende de nós”, quando o Senhor diz: *O Espírito do Pai é que falará em vós?* Não diz: “Não sois vós que vos destes o poder de falar bem”, mas diz: *Não sereis vós que falareis (Mt 10,20).* Nem diz: “O Espírito do vosso Pai é que vos outorga ou outorgou o poder falar bem”, mas diz: *Que falará em vós,* não indicando o proveito da possibilidade, mas expressando o efeito da cooperação.

Como pode dizer o orgulhoso defensor do livre-arbítrio: “O podermos pensar bem depende de Deus, mas o fato de pensarmos bem depende de nós?”. Responde-lhe o humilde pregador: *Não que sejamos capazes de pensar algo, como vindo de nós mesmos, mas a nossa capacidade vem de Deus (2Cor 3,5).* Não diz: “poder pensar”, mas “pensar”.

CAPÍTULO XXVI

Intimação a Pelágio para reconhecer seus erros e pautar sua doutrina pela fé ortodoxa

27. Confesse Pelágio abertamente que essa graça tem o sentido bem claro nos divinos oráculos, e não oculte por timidez descarada, mas descubra com dor salutar que seus sentimentos têm sido há muito tempo contrários a esses ensinamentos. Assim a Igreja não se veja perturbada pela sua obstinada teimosia, mas se alegre por uma emenda sincera. Faça distinção entre conhecimento e caridade, como deve ser feita, *pois a ciência incha, é a caridade que edifica (1Cor 8,1). Mas a ciência não incha, quando a caridade edifica. Sendo ambos dons de Deus, mas um superior ao outro, não sublima tanto a nossa justiça acima do louvor devido àquele que nos justifica de tal modo que o menor dos dois o atribua à ajuda divina e o maior o conceda ao livre-arbítrio.*

E se concordarem em que recebem a caridade pela graça de Deus, não seja de tal modo que anteponha nossos merecimentos à recepção dela. Pois que merecimentos poderíamos ter quando não amávamos a Deus? Para ser possível receber o amor com que o amássemos, fomos amados quando ainda não tínhamos o amor. É o que diz claramente o apóstolo João: *Não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que nos amou.* E mais adiante: *Quanto a nós, amemos porque ele nos amou primeiro (1Jo 4,10. 19).* Disse-o muito bem e com toda a verdade, pois não teríamos com que amá-lo, se não recebêssemos dele, que nos amou primeiro. Que bem poderíamos praticar, se não amássemos? Ou como faremos o bem, se não amamos?

E se parece que o preceito de Deus é observado às vezes não pelos que amam, mas pelos que temem, tenha-se em vista que, onde não há amor, não se leva em conta qualquer boa obra. Não merece o nome de boa obra, visto que é pecado (Rm 14,23) tudo o que não procede da fé, e a fé age pelo amor (Gl 5,6).

Por isso, a graça de Deus, pela qual o amor de Deus foi derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5), deve confessá-la quem quiser confessar com sinceridade. E de tal modo o faça que venha a ter dúvidas sobre a impossibilidade de praticar qualquer bem sem sua ajuda, no que se refere à piedade e à verdadeira justiça. Não confessar como Pelágio que, ao dizer: “A graça é concedida para o cumprimento mais fácil do que Deus ordena”, mostra claramente

o que pensa dela, ou seja, que mesmo sem ela, se pode cumprir o que Deus ordena, embora com menos facilidade.

CAPÍTULO XXVII

Refutação da sentença pelagiana sobre a influência do Espírito Santo

28. No livro, antes mencionado, dirigido à virgem consagrada, Pelágio indica claramente o que sente ao dizer: “Mereçamos a graça divina e, com o auxílio do Espírito Santo, resistamos mais facilmente ao espírito maligno”. Por que intercalou estes termos: “mais facilmente”? Não ficaria íntegro o sentido, se dissesse: Com o auxílio do Espírito santo, resistamos ao espírito maligno? Quem não percebe quanto prejudicou a verdade com esse acréscimo? Pretendeu, sem dúvida, que se acredite ser tal a força da natureza, em cuja exaltação se lança, que, mesmo sem o auxílio do Espírito Santo, embora com menos facilidade, pode-se resistir de algum modo ao espírito do mal.

CAPÍTULO XXVIII

Refutação de outra sentença sobre o poder do livre-arbítrio

29. No primeiro livro em defesa do livre-arbítrio, diz Pelágio: “Embora, para evitar o pecado, disponhamos do livre-arbítrio tão forte e firme, que foi implantado pelo Criador em toda natureza, somos fortalecidos ainda todos os dias por sua ajuda em sua inestimável bondade”. Para que necessita desta ajuda, se o livre-arbítrio é tão forte e firme para se evitar o pecado? Aqui também quer dar a entender que essa ajuda destina-se a tornar fácil pela graça o que, sem a graça, pensa ser possível, embora com menos facilidade.

CAPÍTULO XXIX

A necessidade da graça é absoluta para a observância dos mandamentos

30. Em outra passagem do mesmo livro, afirma: “Para que o ordenado aos homens para fazerem pelo livre-arbítrio, possam fazê-lo mais facilmente com o auxílio da graça”. Suprima-se o “mais facilmente”, e o sentido ficará não somente pleno, mas verdadeiro, e diga assim: “Para que o ordenado aos homens para fazerem pelo livre-arbítrio, possam fazê-lo com o auxílio da graça”.

O acréscimo de “mais facilmente” sugere implicitamente que a execução da boa obra pode se dar mesmo sem a graça de Deus. Este modo de pensar foi refutado por aquele que diz: *Sem mim, nada podeis fazer* (Jo 15,5).

CAPÍTULO XXX

Os escritos de Pelágio atestam suas posições errôneas sobre a graça

31. Corrija Pelágio toda essa doutrina. Se a fraqueza humana errou ao tratar de assuntos tão profundos, não acrescente ao erro a falácia ou a aversão diabólica, seja ao negar o que pensa, seja ao defender o que erroneamente pensa mesmo depois de haver percebido, pela evidência da verdade, que não devia pensar.

Nos escritos de Pelágio e de Celéstio, em todos os que pude ler, nunca deparei afirmações que declarem confessar, como se deve confessar, essa graça pela qual somos justificados, ou seja, pela

graça com que o amor de Deus é difundido em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos é dado. Jamais percebi que reconheçam, como devem ser reconhecidos os filhos da promessa, dos quais fala o Apóstolo: *Não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas são os filhos da promessa que são tidos como descendentes* (Rm 9,8). O que Deus promete não o executamos pelo arbítrio ou pela natureza, mas ele o executa pela graça.⁵

32. Deixemos de lado os opúsculo ou libelos de Celéstio, que enviou aos tribunais eclesiásticos e que tivemos o cuidado de enviar-vos junto com as cartas que julgamos necessárias. Nesses documentos todos, examinados com atenção, podeis perceber que a graça de Deus que nos ajuda a nos afastarmos do mal ou a fazermos o bem, eles a fazem consistir, além de no livre-arbítrio, na lei e na doutrina, e de tal modo que as próprias orações, conforme afirma, são necessárias para mostrar ao indivíduo o que deseja e o que ama. Deixemos de lado tudo isso, digo que o próprio Pelágio enviou há pouco uma carta a Roma, escrevendo ao papa Inocêncio, de feliz memória, que ele não sabia já ter falecido.

Nesta carta diz: “Há coisas acerca das quais as pessoas se esforçam por difamá-lo. A primeira é que ele nega o sacramento do batismo às crianças e promete a alguns o reino dos céus sem a redenção de Cristo. A segunda é que ele diz que o homem pode evitar o pecado sem contar com o auxílio de Deus e contando com o livre-arbítrio com dispensa da ajuda da graça”.

No tocante ao batismo das crianças, embora concorde que lhes deve ser administrado, não é este o lugar para discorrermos mais longamente e mostrarmos quão erroneamente pensa contra a fé cristã e a verdade católica. Agora é preciso prosseguir com o assunto atinente à ajuda da graça, conforme nos propusemos, e, a esse respeito, ver o que responde. Omitindo as odiosas queixas contra seus inimigos, ao chegar ao assunto, expressa-se nestes termos.

CAPÍTULO XXXI

A própria fé é dom da graça

33. Diz assim: “Justifique-me perante Vossa Beatitude esta carta na qual afirmamos pura e simplesmente que, para pecar ou não pecar, todos nós possuímos total liberdade de vontade, a qual é sempre ajudada pelo auxílio divino em todas as boas obras”.

Percebeis pela inteligência recebida de Deus que estas palavras não são suficientes para resolver a questão. Pois podemos perguntar ainda com que auxílio o livre-arbítrio é ajudado, visto que, como costuma fazer, queira que se entenda como a lei ou a doutrina.

E se perguntarmos por que disse “sempre”, poderá responder: “Porquanto está escrito: *E na sua lei medita de dia e de noite*” (Sl 1,2). Depois, tendo intercalado algumas afirmações sobre a condição do homem e sua natural possibilidade para pecar e não pecar, acrescentou dizendo: “Dizemos que o poder do livre-arbítrio existe em todos os cristãos, judeus e pagãos. O livre-arbítrio é igual em todos, mas os cristãos recebem a ajuda da graça”. De novo perguntamos: De que graça? E poderá responder novamente: da lei e da doutrina.

34. Qualquer seja o sentido que dê à graça, afirma que é outorgada aos próprios cristãos conforme seus méritos. Por outro lado, na Palestina, como antes lembrei, condenou naquela sua famosa justificação aqueles que defendem essa tese. São suas estas palavras: “Neles, a excelência de sua condição é desamparada e indefesa”. “Neles”, refere-se aos não-cristãos. Em seguida, contextualizando o restante, diz: “Naqueles que pertencem a Cristo, está fortalecida pela ajuda de Cristo”. Percebeis que ainda é incerto com que auxílio é ajudada, conforme o que antes dissemos.

Mas prossegue referindo-se aos não-cristãos, e diz: “Eles hão de ser julgados e condenados,

porque, sendo dotados de liberdade, por meio da qual poderiam chegar à fé e merecer a graça de Deus, fazem mau uso dessa liberdade que lhes foi concedida. Porém, hão de ser bem recompensados os que, fazendo bom uso da liberdade, merecem a graça do Senhor e observam os seus mandamentos”.

Desse modo, fica bem clara a afirmação de Pelágio concernente à doação da graça de acordo com os méritos, qualquer que seja o significado que lhe dê, embora não se expresse com clareza. Pois, ao dizer que hão de ser recompensados os que fazem bom uso da liberdade e, por isso, merecem a graça do Senhor, confessa ser ela pagamento de dívida.

Nesse caso, onde fica o dizer do Apóstolo: *E são justificados gratuitamente por sua graça?* (Rm 3,24). E esta outra sentença: *Pela graça fostes salvos?* E para não se pensar na salvação pelas obras, acrescentou: *Por meio da fé*. E evitando que se pense numa atribuição da própria fé sem a graça de Deus, diz: *E isso não vem de vós, é o dom de Deus* (Ef 2,8). Assim, o que marca o início de tudo o que dizemos receber por merecimentos, recebemos sem eles, ou seja, recebemos pela fé.

E se alguém negar que nos é outorgada, o que significa o que foi dito: *“De acordo com a medida da fé que Deus dispensou a cada um”?* (Rm 12,3). E se alguém disser que é retribuição pelos merecimentos, então não é dada. O que significa o que diz novamente: *Pois vos foi concedida, em relação a Cristo, a graça de não só crerdes nele, mas também por ele sofrerdes?* (Fl 1,29). Testemunhou que ambas as coisas foram concedidas: o crer em Cristo e o padecer por Cristo. Os pelagianos, no entanto, atribuem a fé ao livre-arbítrio em tais termos que a fé parece ser uma graça devida, e não um dom gratuito. Assim não é nem graça nem gratuita; não é graça.

CAPÍTULO XXXII

Comentário às palavras imprecisas de Pelágio relativas ao batismo

35. Pelágio quer que o leitor passe destas cartas para o livro de confissão de sua fé, do qual vos fez menção e no qual dissertou sobre aqueles assuntos de que não lhe era perguntado. Mas vejamos aqueles sobre os quais disputamos com seus adeptos.

Depois de haver terminado todas as discussões, incluindo a unidade da fé e a ressurreição, a respeito das quais não era inquirido, diz: Temos um só batismo, cuja celebração se procede, conforme afirmamos, com as mesmas palavras sacramentais, trate-se de crianças ou de adultos”. Isto vós dissestes tê-lo ouvido proferir pessoalmente. Mas, que importa ter dito que o sacramento do batismo se celebra com as mesmas palavras, trate-se de crianças ou de adultos, se o que procuramos são coisas, e não palavras? Tem maior significado o que vos respondeu ao ser interrogado, conforme me dizeis na carta: “Que as crianças recebem o batismo para a remissão dos pecados”. Não afirmou nesta sentença “nas palavras da remissão dos pecados”, mas “para a remissão dos pecados”. Mas se lhe perguntardes que pecado lhes é perdoado, diria que não têm pecado algum.⁶

CAPÍTULO XXXIII

As sentenças de Pelágio não precisam o sentido da graça⁷

36. Quem poderia pensar que, sob as aparências dessa confissão, ocultava-se um sentido contrário, se Celéstio não o houvesse manifestado? Este, no seu libelo, enviado a Roma nas atas eclesiásticas, confessou que “as crianças são batizadas para a remissão dos pecados”, mas negou “que tivessem o pecado original”.

Agora, porém, prendamo-nos não ao assunto do batismo das crianças, mas da ajuda da graça, e vejamos o que opinou Pelágio no mesmo livro de sua confissão de fé enviado a Roma: “Confessamos o livre-arbítrio e dizemos que nós sempre necessitamos da ajuda de Deus”. Podemos perguntar-lhe novamente de que ajuda confessa precisarmos, pois vemo-lo ambíguo, já que poderia responder que se trata da lei ou da doutrina cristã que ajudam a possibilidade natural.

Nós, no entanto, na sua confissão de fé, procuramos aquela graça da qual diz o Apóstolo: *Deus não nos deu um espírito de medo, mas um espírito de força, de amor e de sobriedade* (2Tm 1,7). Não se pode concluir, portanto, que o possuidor do dom da ciência, pelo qual deve conhecer o que fazer, tenha também o dom do amor para agir.

CAPÍTULO XXXIV

Em nenhum escrito, Pelágio é preciso na definição da graça

37. Tive a oportunidade de ler também os livros e escritos de Pelágio que ele menciona na carta ao papa Inocêncio, de santa memória, com exceção de uma carta breve que diz ter escrito ao santo bispo Constâncio. Em parte alguma deparei afirmações suas que expressem sua confissão sobre a graça, não como ajuda à possibilidade natural da vontade e da ação, a qual atribui a nós, embora não queiramos nem façamos o bem, mas como auxílio à própria vontade e à ação como doação do Espírito Santo.

CAPÍTULO XXXV

Outra afirmação de Pelágio que não revela seu pensamento

38. Diz ele: “Leiam aquela carta que escrevemos, há doze anos, ao santo varão e bispo Paulino, que, nas quase trezentas linhas, contém a confissão sobre a graça e a ajuda de Deus e nossa impossibilidade de praticar qualquer bem prescindindo de Deus”.

Li essa carta e deparei que, em quase todo o seu conteúdo, nada mais menciona senão a faculdade e a possibilidade da natureza, na qual, e somente nela, faz consistir a graça de Deus. Refere-se à graça cristã com tanta brevidade, pois apenas toca nesse nome, que parece ter tido medo de passá-la em silêncio.

Em parte alguma aparece se a faz consistir na remissão dos pecados ou na doutrina de Cristo, no qual encontramos o exemplo de vida, ou se a considera como uma ajuda para bem agir acrescida à natureza e à doutrina, mediante a comunicação da caridade, que é deveras abrasadora e luminosa.

CAPÍTULO XXXVI

Referência a uma carta de Pelágio, desconhecida do autor, de conteúdo duvidoso

39. Diz ele ainda: “Leiam também a carta escrita ao santo bispo Constâncio, na qual, brevemente, mas com clareza, enlacei a graça de Deus ao livre-arbítrio”.

Como disse antes, não tive oportunidade de ler essa carta, mas se não difere das outras, que ele lembra serem conhecidas, não contém também o que investigamos.

CAPÍTULO XXXVII

Outras afirmações de Pelágio não convencem sobre sua ortodoxia da graça

40. “Leiam também, diz ele, a carta enviada, no Oriente, à virgem consagrada Demitriades, e

encontrarão que de tal modo engrandecemos a natureza humana, que sempre lhe acrescentamos a graça de Deus”.

Esta eu li, e quase persuadi-me de que ele confessava a graça da qual tratamos, embora parecesse apresentar contradições em muitas passagens de seu opúsculo. Mas, ao chegarem às minhas mãos outros escritos por ele elaborados posteriormente e com mais extensão, percebi como conseguiu também mencionar ali a graça, escondendo sob generalidades ambíguas o que pensava. Mas, sob o termo “graça”, rebateu a culpa que lhe fora lançada e evitou ofender os leitores com suas novidades.

Digo isso porque, no princípio dela, onde diz: “Dediquemo-nos com afã ao trabalho proposto e não tenhamos em conta a mediocridade de nosso engenho, porque acreditamos ser ajudados pela fé de uma mãe e os merecimentos de uma virgem”, parecera-me que confessava a graça que nos ajuda a fazer alguma coisa. Mas depois reparei que a fazia consistir apenas na revelação da doutrina.

41. Diz também em outra passagem da mesma obra: “Se os homens, sem a ajuda de Deus, mostram a natureza com que foram criados por ele, considera o que podem fazer os cristãos, cuja natureza foi restaurada por Cristo e recebem também a ajuda da graça divina”.

Por natureza restaurada quer dar a entender a remissão dos pecados, o que já assaz demonstrou em outra passagem desse mesmo livro, onde diz: “Mesmo aqueles que se endureceram pela longa prática do pecado, podem ser regenerados pela penitência”. Mas mesmo aqui ele pode fazer consistir a ajuda da graça divina na revelação da doutrina.

CAPÍTULO XXXVIII

A graça não consiste nos dons naturais e no exemplo de Cristo, como quer Pelágio

42. Em outra passagem da mesma carta afirma também: “Antes da Lei, como dissemos, e muito antes da vinda de nosso Senhor Salvador, consta que alguns viveram na justiça e na santidade. Com muito mais razão é de se crer que isso nos seja possível pelo esclarecimento obtido após sua vinda. Após sua vinda, regenerados pela graça, renascemos para nos tornar seres humanos mais perfeitos; remidos e purificados pelo seu sangue e estimulados à perfeição da justiça pelo seu exemplo, devemos ser melhores do que aqueles que existiram antes da Lei”. Vede como nesta passagem, embora com outras palavras, fez consistir a ajuda da graça na remissão dos pecados e no exemplo de Cristo.

Em seguida acrescenta: “Devemos também ser melhores do que o foram os que estiveram sob a Lei, conforme o Apóstolo: *E o pecado não vos abandonará; por que não estais debaixo da Lei, mas sob a graça* (Rm 6,14). E como sobre isso, como penso, já falamos bastante, demos condições à virgem para ser perfeita. Estimulada por ambos os fatores, testemunhará a excelência, ao mesmo tempo, da natureza e da graça pela santidade de seus costumes”.

É fácil perceber, nessas palavras, que quis concluir a afirmação de modo que entendêssemos que o bem da natureza é o que recebemos na criação, e consideremos como graça de Deus o exemplo de Cristo. Por isso pergunto: o pecado dos que viveram ou vivem sob a Lei não recebeu perdão porque não tiveram o exemplo de Cristo ou não acreditam nele?

CAPÍTULO XXXIX

Citação da afirmação de Pelágio acerca da graça que não revela claramente o seu pensamento

43. Essa é, sem dúvida, a opinião de Pelágio, como o revelam outras palavras suas que constam não do livro mencionado, e sim do terceiro livro que trata do livre-arbítrio. Falando contra aquele com

quem discute, como este citara as palavras do Apóstolo: *“Não pratico o que é puro, e Percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a lei da minha razão (Rm 7,15.23), e o restante que aí está escrito, responde Pelágio e diz: “Isto que desejas entender das palavras do Apóstolo, todos os eclesiásticos afirmam que o Apóstolo se referia à pessoa do pecador e dos que ainda vivem sob a Lei, os quais, pelo hábito de pecado, sentem certa necessidade de pecar, e, embora desejassem o bem pela vontade, entregar-se-iam ao mal. Assim, na pessoa de um só homem, Paulo designa o povo pecador que vivia sob a Lei. Esse povo poderia ser liberto do hábito de pecar por meio de Cristo, que, pelo batismo, perdoa aos que nele creem todos os pecados. Em seguida, estimula-o a imitá-lo na santidade perfeita e no vencimento do hábito de pecar pelo exemplo de suas virtudes”.*

Eis como quer que se entenda a ajuda em favor dos que pecam sob a Lei, para que, uma vez justificados, sejam libertados pela graça de Cristo, como se não lhes fosse suficiente apenas a Lei devido ao hábito de pecar, faltando a graça de Cristo. Mas não se trata de uma inspiração de amor pelo Espírito Santo, e sim da contemplação e imitação de sua virtude como se acha descrita no Evangelho.

Pelágio tinha em mãos uma ótima oportunidade para expressar a que graça se referia, visto que o Apóstolo assim concluiu a passagem a respeito da qual responde a seu interpelante: *Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus, por Jesus Cristo nosso Senhor (Rm 7,24-25).* Ao dizer que a graça consiste não no auxílio da virtude de Cristo, e sim no seu exemplo a imitar, o que podemos esperar mais dele, que sempre apregoa o nome da graça sob ambíguas generalidades?

CAPÍTULO XL

A graça, segundo Pelágio, apenas facilita a resistência ao mal

44. Pelágio expressa-se também ambigualmente no livro à virgem consagrada, do qual já tratamos, onde diz: “Sujeitemo-nos a Deus, e, fazendo sua vontade, mereçamos a graça divina e resistamos com mais facilidade ao espírito maligno pelo auxílio do Espírito Santo”.

São expressões que revelam seu propósito de deixar claro que, se somos ajudados pela graça do Espírito Santo, não é porque não possamos resistir ao tentador apenas pela força da natureza, mas para resistirmos com mais facilidade. Qualquer ou por mais pequena que seja a ajuda, pode-se acreditar que a faz consistir na ciência que, por revelação do Espírito Santo, vem-nos mediante a doutrina, a qual ou não podemos ou dificilmente podemos conseguir pela força da natureza. Estas são as passagens que pude perceber no livro escrito à virgem de Cristo, nas quais parece confessar a graça. Percebeis certamente seu valor.

CAPÍTULO XLI

Comentário sobre trecho do livro de Pelágio, no qual revela a dispensa da graça para o querer e o agir

45. “Leiam também, diz ele, o meu recente opúsculo que fomos obrigados a publicar há pouco em defesa do livre-arbítrio. E reconheçam quão maldosamente se alegraram em acusar-nos de negação da graça a nós, que em quase toda a obra confessamos clara e corretamente o livre-arbítrio e a graça.”

São quatro os livros dessa obra, e os li todos; deles recolhi o que me propus tratar e discutir, e, de acordo com minha possibilidade, examinei a fundo antes de chegar a esta carta enviada a Roma. Mas

nestes quatro livros, tudo o que parece dizer em defesa da graça, que nos ajuda a evitar o mal e a praticar o bem, de tal modo o faz que permanece na ambiguidade dos termos. Sua duvidosa doutrina, a expõe aos seus discípulos de modo que os leva à crença de que todo auxílio da graça, que ajuda a capacidade natural, reside apenas na lei e na doutrina. E como consequência, as próprias orações, conforme claramente afirma em seus escritos, para nada servem, a não ser para abrir o espírito humano pela doutrina e pela revelação divina, e não para ser ajudada a realizar com amor e a ação o que tiver aprendido que deva fazer.

Não renuncia de modo algum ao seu bem conhecido dogma em que estabeleceu os três fatores: a possibilidade, a vontade e a ação. Mas, segundo afirma, apenas a possibilidade recebe o auxílio divino, e pondera que a vontade e a ação não necessitam de nenhuma ajuda de Deus.

Mas o próprio auxílio que, segundo ele pretende, ajuda a possibilidade natural, ele a faz consistir na lei e na doutrina, que nos são reveladas pelo Espírito Santo, razão pela qual admite que se deva rezar. Essa ajuda, porém, da lei e da doutrina existiu nos tempos dos Profetas, enquanto a ajuda da graça, que é propriamente a graça, ele a faz consistir no exemplo de Cristo. Percebeis que este ensinamento de modo algum consta da doutrina que nos é anunciada como evangélica. Trata-se afinal de que, indicada a estrada a trilhar, bastemo-nos a nós mesmos com as forças do livre-arbítrio, não necessitando de nenhum outro auxílio, para não fraquejarmos na caminhada. E esse caminho, garante ele, podemos encontrá-lo ajudados pela natureza, mas encontrá-lo-emos com mais facilidade ajudados pela graça.

CAPÍTULO XLII

Os erros sobre a graça revelam ignorância das Sagradas Escrituras

46. Assim entendi, conforme meu alcance, o que Pelágio, em seus escritos, entende por graça. Os que assim pensam, desconhecendo a justiça de Deus, percebem como querem estabelecer a própria (Rm 10,3) e como estão longe da que vem não de nós, mas de Deus (Gl 3,9), a qual deveriam admitir pelas santas e canônicas Escrituras.

Mas como as leem conforme seu próprio critério, nelas não enxergam nem o que está escrito com toda a clareza. No entanto, oxalá refletissem com atenção e não desprezassem, pelo demasiado apego à própria opinião, o que se deve pensar sobre a ajuda da graça divina conforme os escritos de autores católicos, dos quais não negam a legítima interpretação da Escritura. Isso podeis constatar ao ver como Pelágio tece elogios a Santo Ambrósio no mesmo opúsculo mencionado em sua defesa.

CAPÍTULO XLIII

Admiração de Pelágio por Santo Ambrósio

47. Diz ele: “O bem-aventurado bispo Ambrósio, em cujos livros, principalmente, resplandece a fé romana, brilhou como formosa flor entre os escritores latinos; e sua fé e legítima interpretação das Escrituras nenhum inimigo ousou censurar”.

Com estes significativos encômios, Pelágio engrandece esse varão sem dúvida santo e douto, mas não comparável de forma alguma à autoridade da Escritura canônica. Exalta-o porque lhe parece poder servir-se dele, em alguma passagem dos seus livros, como testemunha que lhe permita provar que o homem possa viver sem pecado. Não se trata agora desse aspecto, e sim do auxílio da graça que nos ajuda a não pecar e a viver santamente.

CAPÍTULO XLIV

Menção de palavras de Santo Ambrósio que atestam a necessidade da graça⁸

48. Ouça Pelágio o venerável bispo, que diz e ensina no segundo livro da “Explicação do Evangelho segundo Lucas” (II, n. 84) que o Senhor coopera também com nossas vontades. Ele afirma: “Vês assim que o poder do Senhor coopera com nossos esforços, de modo que ninguém pode edificar sem o Senhor, assim como guardar sem o Senhor e nada começar sem o Senhor. Por isso, conforme o Apóstolo: *Quer comais, quer bebais, quer façais qualquer coisa, fazei tudo para a glória de Deus* (1Cor 10,31)”. Percebeis que mesmo aquele adágio: “Nós começamos e Deus acaba”, Santo Ambrósio não teve em conta ao dizer estas palavras: “Nada começar sem Deus”.

E no livro sexto da mesma obra, ao falar dos dois devedores de um só credor, diz: “De acordo com os homens, talvez tenha feito maior ofensa aquele que mais devia; mas, em se tratando da misericórdia de Deus, há mudança de causa, de modo que mais ama quem devia mais, se alcançar a graça” (n. 25 *ad Luc.* 7,41). Eis como o Doutor católico declara com toda a clareza que o próprio amor, com que alguém mais ama, relaciona-se com o benefício da graça.

CAPÍTULO XLV

Testemunhos de Santo Ambrósio atestam sobre o sentido ortodoxo da graça

49. Afirma também o bem-aventurado Ambrósio, no livro novo* da mesma obra, que o próprio arrependimento, que é ação da vontade, necessita da misericórdia e da ajuda do Senhor. Assim escreve ele: “São as lágrimas que lavam a culpa. Portanto, aqueles a quem Jesus olha, choram. Pedro negou a primeira vez e não chorou, porque o Senhor não o olhara; negou a segunda vez, e não chorou, porque ainda o Senhor não o olhara; negou a terceira vez, Jesus olhou e ele chorou amargamente” (X, n. 89, *ad Luc.* 22,61).

Leiam os pelagianos o Evangelho e vejam que o Senhor estava na casa do sumo sacerdote, sendo ouvido pelos príncipes dos sacerdotes, mas o apóstolo Pedro estava fora e no recinto do pátio, ora sentado, ora em pé junto à fogueira, como o declara a narração evangélica veraz e concorde. Não se pode dizer, portanto, que o Senhor lhe houvesse dirigido o olhar admoestando-o visivelmente com seus olhos físicos. Assim, o que está escrito: *O Senhor fixou o olhar em Pedro* (Lc 22,61), significa uma ação interna, na mente, na vontade. O Senhor acudiu ocultamente pela misericórdia, tocou o coração, despertou a memória, visitou Pedro com sua graça interior, provocou lágrimas no interior do homem que se extravasaram no exterior e fizeram brotar o amor. Eis como Deus assiste pela ajuda a nossa vontade e ações; eis como opera em nós o querer e o agir.

* Segundo a vulgata dessa obra, o livro citado seria o décimo.

50. No mesmo livro, Santo Ambrósio diz: “Se Pedro caiu, ele que disse: *Ainda que todos se escandalizem por tua causa, eu jamais me escandalizarei* (Mt 26,33), quem com direito pode presumir de si? Finalmente, Davi que havia dito: *Eu, porém, disse seguro de mim: “Não terei mais mudança”*, confessa que seu orgulho lhe trouxe dissabores, ao afirmar: *Escondeste de mim o teu rosto, e fiquei perturbado* (Sl 30,8).

Ouça Pelágio o ensinamento deste tão grande homem, imite a fé daquele a cuja doutrina teceu elogios. Ouça com humildade, imite com fidelidade; evite sua própria ruína, não presumindo de si com obstinação. Por que deseja submergir no mar de onde Pedro foi libertado pela pedra?

CAPÍTULO XLVI

51. Ouça as palavras do mesmo santo sacerdote no sexto livro da mesma obra: “Sobre a razão por que não o recebera, o mesmo evangelista assim se expressou: *Pois caminhava para Jerusalém*. Os discípulos desejavam ser recebidos na Samaria. Deus chama a quem julga dignos e infunde a piedade em quem ele quer” (VII, n. 27, *ad Luc.* 9,53).

Observai se não é uma sentença consoante ao pensamento do profeta: *Eu me compadecerei de quem eu quiser e serei clemente com quem me aprouver* (Ex 33,19; Rm 9,15-16). A mesma coisa com relação ao pensamento do Apóstolo: *Não depende daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus, que faz misericórdia* (Rm 9,15-16). E também como diz o homem de Deus de nosso tempo: “Chama o que julga digno e infunde piedade a quem ele quer”.

Atrever-se alguém a dizer que ainda não é piedoso “aquele que corre para o Senhor e deseja ser dirigido por ele, submete a ele a sua vontade e com ele se torna um só espírito, conforme o Apóstolo, pela adesão total ao ser divino?” (Pelágio *supra* n. 24). E essa tão maravilhosa ação do homem religioso “não é realizável só pelo livre-arbítrio”, segundo diz Pelágio? O bem-aventurado Ambrósio, tão altamente elogiado por sua boca, diz o contrário: “O Senhor Deus chama a quem julga digno e infunde piedade em quem ele quer”.

Portanto, para que corra ao encontro do Senhor, deseje ser dirigido por ele, submeta à dele a sua vontade e se torne com ele um só espírito, conforme o Apóstolo, pela adesão constante, Deus infunde piedade em quem ele quer, e somente o homem piedoso é capaz de realizar toda essa obra. Pelo qual pode-se perguntar: se não procede de Deus a força para realizá-la, de quem procede?

CAPÍTULO XLVII

Dificuldades da discussão sobre a liberdade e a graça de Deus. — Convite a Pelágio para enfocar a graça em termos ortodoxos

52. O assunto, em que são objetos de discussão a liberdade e a graça de Deus, oferece muitas dificuldades para determinar os limites. A defesa da liberdade pode parecer a negação da graça de Deus, e a afirmação da graça parece eliminar a liberdade. É possível que Pelágio se deixe envolver pelos meandros dessa obscuridade e chegue a expressar concordância de sua doutrina com a exposta a Santo Ambrósio, e proclame que esse é o seu pensamento e sempre foi. E se empenha, outrossim, em expor a doutrina do Santo de modo que se acredite que suas sentenças concordam com as dele.

Por isso, no tocante à questão da ajuda e da graça divinas, ponderai sobre os três fatores que Pelágio claramente distingue: o poder, o querer e o ser, isto é, a possibilidade, a vontade e a ação. Portanto, nada há que justifique nenhuma controvérsia entre nós, se concordar conosco que, na criatura humana, não somente a possibilidade, mesmo que não queira e não faça o bem, mas também a própria vontade e a ação, ou seja, o querer e o fazer bem, operações estas que não existem no ser humano a não ser quando quer e faz o bem, se, concordar, repito, que também a vontade e a ação são ajudadas por Deus e ajudadas de tal forma que sem essa ajuda nada queremos e fazemos, e que esta é a graça de Deus por Jesus Cristo Senhor nosso, na qual nos justifica com a sua e não com a nossa justiça, sendo esta a nossa verdadeira justiça, a que nos vem dele.

CAPÍTULO XLVIII

Má interpretação de Pelágio sobre a justiça de Zacarias e Isabel

53. A razão que levou Pelágio a elogiar Santo Ambrósio foi o fato de ter descoberto em seus

escritos, quando louva Zacarias e Isabel, que o ser humano pode viver sem pecado nesta vida. Embora não se possa negar essa possibilidade, se Deus, para quem tudo é possível, assim o quisesse, no entanto, que Pelágio observe com mais atenção em que sentido o disse Ambrósio. Ele o disse, conforme meu parecer, segundo certo gênero de vida provável e louvável, sobre o qual ninguém poderia com razão levantar uma acusação ou incriminação.

Este gênero de vida, as referências afirmam que o levaram Zacarias e sua esposa Isabel (Lc 1,6), visto que a ninguém enganavam pela hipocrisia, mas apareciam perante os homens tal como eram conhecidos aos olhos de Deus. Ambrósio não disse que viviam conforme à perfeição da justiça, na qual viveremos deveras e absolutamente imaculados e perfeitos. Pois o apóstolo Paulo afirmou também ser irrepreensível segundo a justiça procedente da Lei, na qual Zacarias também vivia isento de censura. Essa justiça, o Apóstolo a considera como esterco e perda em comparação à justiça que esperamos (Fl 3,6-8), e da qual devemos estar agora famintos e sedentos (Mt 5,6), a fim de que algum dia, na contemplação da realidade, saciemo-nos dessa justiça que agora, enquanto o justo vive da fé (Rm 1,17), consiste na fé.

CAPÍTULO XLIX

Interpretação pelagiana e do autor de uma sentença do bispo Ambrósio sobre a justiça de Zacarias e Isabel

54. Ouça Pelágio, finalmente, o próprio venerável sacerdote, ao explicar o profeta Isaías,² que diz: “Neste mundo ninguém pode viver sem pecado”. Não se pode afirmar que diz “neste mundo” como se dissesse “no amor deste mundo”. Falava do Apóstolo, que disse: *Mas a nossa cidade está nos céus* (Fl 3,20). Explicando este sentido, diz o mencionado bispo: “O Apóstolo assevera que, ainda vivendo neste mundo, há muitos perfeitos juntamente com ele, os quais, se pensais em verdadeira perfeição, não poderiam ser perfeitos. Pois ele mesmo disse: *Agora vemos em espelho e de maneira confusa, mas, depois, veremos face a face; agora meu conhecimento é limitado, mas, depois, conhecerei como sou conhecido* (1Cor 13,12). Assim, são imaculados neste mundo e serão imaculados no reino de Deus. Mas, se examinais mais a fundo, ninguém pode se dizer imaculado, porque não há ninguém sem pecado”.

Portanto, o testemunho de Santo Ambrósio, no qual Pelágio se apóia em sua sentença, ou foi alegado segundo certo modo, sem dúvida, aceitável, mas não examinado a fundo, ou, o que é mais certo, aquele santo e humilde varão julgou que Zacarias e Isabel foram enriquecidos da maior e mais perfeita justiça, à qual nada mais se poderia acrescentar, mas corrigiu sua afirmação mediante um exame mais rigoroso.

CAPÍTULO L

Conclusão do primeiro livro e anúncio do assunto do segundo

55. Tenha em conta Pelágio que, no mesmo lugar em que tomou esse testemunho ambrosiano, muito de seu agrado, ele afirmou que “ser imaculado desde o princípio é impossível à natureza humana”. Esta sentença implica o ensinamento do venerável Ambrósio sobre a debilidade da possibilidade natural, a qual Pelágio não quer considerar com lealdade que esteja viciada pelo pecado e, por isso, se blasona e alardeia. Este ensinamento contraria a vontade de Pelágio, mas não a verdade apostólica, na qual se lê: *E éramos por natureza como os demais filhos da ira* (Ef 2,3).

É essa a natureza viciada e condenada pelo pecado do primeiro homem, causado pela sua liberdade, natureza que somente encontrou reabilitação pela graça divina mediante o todo-poderoso

médico, o Mediador de Deus e dos homens.

Já dissertamos longamente sobre a ajuda da graça para a nossa justificação, com a qual Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam (Rm 8,28), os quais ele amou primeiro (1Jo 4,19), ao conceder-lhes que o amassem.

Iniciemos agora, contando com a ajuda de Deus e à medida que for necessário, a discorrer sobre o pecado que, por meio de um só homem, entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, o qual passou para todos os homens (Rm 5,12). Nossa dissertação é contra aqueles que se lançaram no erro contrário a essa verdade.

² Nas Escrituras, “graça” é um termo que indica fundamentalmente favor, benevolência, misericórdia e benefícios de Deus. Para Pelágio, a graça é uma ajuda externa, neste sentido, o exemplo de Cristo é a grande graça para ajudar o homem. É contra esse conceito que Agostinho vai lutar.

³ Para Pelágio, também o livre-arbítrio, a lei ou a doutrina das Escrituras constituem a graça.

⁴ Note-se que entre as características da graça está totalmente ausente a dimensão sociopolítica, hoje enfatizada em todos os tratados da graça. De fato, se a graça humaniza o homem em todas as suas dimensões, e a estrutura social, política e econômica não é alheia nem exterior ao homem, mas lhe diz respeito radicalmente, deve-se conceber a reconstrução do humano também em termos estruturais e enfocar a graça como libertação de todo sistema opressivo. O espiritualismo individualista favorece os responsáveis pela opressão.

⁵ Nesta frase aparece claramente a razão da disputa. Para Pelágio, com a força do livre-arbítrio de sua natureza, o homem pode cumprir os mandamentos, executar a vontade de Deus; já para Agostinho, devido ao estado de corrupção da natureza, o homem não pode nem mesmo querer o bem, quanto mais operá-lo. Por isso, é Deus quem realiza em nós toda obra boa e não cabe ao homem nenhum mérito.

⁶ Na verdade, não admitindo que as crianças nasçam com o pecado original, não há razão para que sejam batizadas “para a remissão dos pecados”, pois não há nelas nenhum pecado a ser redimido, segundo Pelágio.

⁷ Até o capítulo 42, Agostinho se indigna contra a falta de precisão e as ambiguidades de Pelágio no tocante à graça.

⁸ Agostinho, como bom retórico, volta Santo Ambrósio contra o próprio Pelágio, que o invocara como elemento de apoio, como escudo.

⁹ Não mais existe esta obra de Ambrósio, citada ainda no segundo livro nº 47.

LIVRO SEGUNDO

O PECADO ORIGINAL

CAPÍTULO I

Apresentação do tema a partir da afirmação de Pelágio sobre o batismo das crianças

1. Toda cautela será pouca de vossa parte ao ouvir semelhantes pessoas quando falam do batismo das crianças. Não ousam negar abertamente a essa idade o banho da regeneração e da remissão dos pecados, para não ofender ouvidos piedosos. Mas insistem em manter, sustentar e defender a sua opinião, segundo a qual julgam que a humanidade não está sujeita às consequências do pecado do primeiro homem. No entanto, parecem aceitar o batismo das crianças para a remissão dos pecados.

Vós mesmos me escrevestes que ouvistes Pelágio em pessoa, lendo passagens de seu libelo que, conforme afirma, enviou também a Roma, e onde defendia que “as crianças devem ser batizadas com as mesmas palavras sacramentais empregadas para os adultos”. Quem poderia imaginar que, ouvidas essas palavras, pudesse surgir qualquer discussão com eles sobre o assunto? E se alguém levantasse a questão, não seria tachado de caluniador, a menos que lesse suas claras afirmações, onde negam que as crianças contraíam o pecado original e defendem que todos nasceram sem nenhum pecado?

CAPÍTULO II

Celéstio nega a transmissão do pecado original¹⁰

2. Celéstio revelou-se mais avançado nos termos deste erro. Nem diante do sínodo episcopal em Cartago quis condenar a doutrina dos que dizem: “que Adão foi a única vítima de seu pecado, o qual não atingiu o gênero humano; e que as crianças que nascem estão no mesmo estado que Adão antes da desobediência”.

E na cidade de Roma, no seu libelo que entregou ao mui bem-aventurado papa Zózimo, afirmou mais expressamente “que ninguém impute às crianças o pecado original”. Copiamos essas suas palavras das atas eclesiásticas de Cartago.

CAPÍTULO III

Trechos das atas sinodais de Cartago sobre a acareação de Celéstio

3. “O bispo Aurélio disse: ‘Leia-se à continuação’. E foi lido: o pecado de Adão somente a ele prejudicou, e não ao gênero humano. Após a leitura, Celéstio disse: ‘Afirmar que tinha dúvidas sobre a transmissão do pecado, mas estaria de acordo com alguém favorecido por Deus com a graça desse conhecimento. Ouvi diversas opiniões àqueles que foram constituídos presbíteros na Igreja Católica’. O diácono Paulino disse: ‘Dize-nos seus nomes’. Celéstio respondeu: ‘O santo presbítero Rufino de Roma que morou com São Pamáquio; ouvi-o dizer que não há transmissão de pecado’. O diácono Paulino voltou a perguntar: ‘Há algum outro?’. Celéstio respondeu: ‘Ouvi a muitos dizerem’. O diácono Paulino: ‘Dize seus nomes’. Celéstio respondeu: ‘Não basta o nome de um sacerdote?’.

E um pouco depois, em outra passagem: ‘O bispo Aurélio disse: Leia-se o restante do libelo’. E foi lido que as crianças, ao nascerem, estão no mesmo estado que Adão antes da transgressão. Até o fim do libelo inserido acima.”

CAPÍTULO IV

Em Cartago, Celéstio não confirmou seu pensamento sobre a transmissão do pecado original

Ainda as atas de Cartago: “O bispo Aurélio disse: ‘Celéstio, ensinaste alguma vez, como disse o diácono Paulino, que as crianças, ao nascerem, estão no mesmo estado em que esteve Adão antes da transgressão?’. Respondeu Celéstio: Explique ele por que disse — ‘Antes da transgressão’. Retrucou o diácono Paulino: ‘Nega que isso ensinaste. Uma das duas: ou negue ele que ensinou ou agora o condene’. Celéstio disse: ‘Já disse, que ele explique qual o sentido de ‘antes da transgressão’. O diácono Paulino respondeu: ‘Nega que ensinaste aquela doutrina’.

‘O bispo Aurélio tomou a palavra: ‘Digo o que pude depreender desta objeção, ou seja, que Adão, colocado no paraíso, o que antes se dizia criado imortal, depois da transgressão do pecado tornou-se corruptível. É o que afirmas, diácono Paulino?’. O diácono Paulino respondeu:

‘Isso mesmo, Senhor’. O bispo Aurélio continuou: ‘O estado das crianças, que hoje necessitam do batismo, era o mesmo de Adão antes da transgressão ou, pelo contrário, contraem a culpa da transgressão na mesma origem do pecado, da qual nascem? O diácono Paulino quer ouvir isto?’. O diácono Paulino disse: ‘Ele ensinou isto ou nega’. Celéstio afirmou: ‘Já me referi à transmissão do pecado, e disse que a muitos dentro da Igreja Católica ouvi que a negam e a outros que a afirmam. Embora o assunto seja controvertido, não é heresia. Sempre defendi que as crianças necessitam do batismo e devem ser batizadas. O que mais quer perguntar?’ ”.

4. Percebeis que Celéstio concordou sobre a necessidade do batismo para as crianças, mas recusou confessar que lhes passe o pecado do primeiro homem, do qual se purificam pelo banho da regeneração, mas não se atreveu a negar. Apoiado na sua dúvida, não condenou os que defendem “que o pecado de Adão arruinou apenas a ele, e não o gênero humano, e que as crianças, ao nascerem, encontram-se no mesmo estado em que se encontrava Adão antes da desobediência”.

CAPÍTULO V

Exposição de sentenças duvidosas de Celéstio e de Pelágio que o autor se propõe a esclarecer aos destinários

5. No libelo publicado em Roma, que em Cartago foi alegado nas atas eclesiásticas, fala do assunto em tais termos que revela crer o que dissera duvidar. São palavras suas: “Confessamos que as crianças devem ser batizadas para remissão dos pecados conforme a lei da Igreja universal e conforme a sentença do Evangelho, pois o Senhor determinou que somente aos batizados pode ser concedida a posse do reino dos céus (Jo 3,5) e, porque faltando-lhes as forças naturais, é necessário que lhes sejam outorgadas pela liberalidade da graça”.

Se nada mais dissesse a esse respeito, quem não acreditaria que confessa a remissão do pecado original concedida às crianças no batismo, ao dizer que devem ser batizadas para remissão dos pecados?

Daí a razão de terdes escrito que, como Pelágio vos respondeu: “que as crianças devem ser batizadas com as mesmas palavras sacramentais empregadas para os adultos”, isso vos alegrou, pois era o que desejáveis ouvir. No entanto, desejais saber nossa opinião sobre suas palavras.

CAPÍTULO VI

Em Roma, foi bem clara a sentença herética sobre a não-transmissão do pecado original

6. Prestai atenção no que Celéstio afirmou em termos bem claros, onde perceberéis o que Pelágio vos ocultou. Celéstio acrescentou e disse: “Não dissemos que as crianças devem ser batizadas para a remissão dos pecados, como se estivéssemos ensinando a transmissão do pecado; esta doutrina é bem contrária ao pensamento católico. Pois o pecado não nasce com o ser humano, mas é praticado depois; prova-se que o delito não está entranhado na natureza, mas na vontade. É conveniente confessar o anterior (o batismo das crianças), para não parecer que estamos estabelecendo diversos gêneros de batismo. É necessário tomar esta precaução para evitar que, em se tratando de um mistério, se diga com injúria ao Criador, que o mal, antes de ser praticado pelo homem, é transmitido pela natureza”.¹¹

Pelágio teve medo ou vergonha de vos manifestar este pensamento que seu discípulo não teve medo ou vergonha de declarar perante a Sé Apostólica sem nenhum subterfúgio.

7. Mas o muito compreensivo prelado daquela preclara Sé, ao vê-lo tão cheio de presunção e mesmo de loucura, com que lhe dando oportunidade de voltar a si da demência, preferiu encerrá-lo em perguntas e respostas a lançá-lo no abismo para o qual parecia precipitar-se, se o ferisse com uma sentença rigorosa. Por isso eu não disse: “manifestamente se precipitara”, mas “parecia precipitar-se”, pois anteriormente no mesmo opúsculo ele havia predito quando fosse falar dessas questões: “Se, como é próprio do ser humano, cometemos algum deslize errando por ignorância, vosso juízo o corrija”.

CAPÍTULO VII

Histórico do sucedido depois da acareação em Roma

8. Tendo em conta esse exórdio de Celéstio, o venerável papa Zózimo procurou que ele, inflado pelo vento da falsa doutrina, condenasse o que lhe fora objetado pelo diácono Paulino e concordasse com os termos da carta da Sé Apostólica emanada de seu predecessor de santa memória. Ele se negou a condenar as acusações do diácono, mas não se atreveu a resistir à carta do papa Inocêncio. Pelo contrário, “prometeu abjurar tudo o que aquela Sé condenasse”. No entanto, dando-lhe oportunidade de voltar a si do delírio, foi tratado com brandura, mas se considerou que não devia ser absolvido ainda dos laços da excomunhão.

Durante dois meses, porém, enquanto não se recebia resposta da África, concedeu-se-lhe ocasião de se retratar mediante a brandura medicinal da sentença. E curar-se-ia sem dúvida, se, vencida a vaidade da teimosia, quisesse refletir sobre o que prometera e lesse com atenção as mesmas cartas que concordara em responder. Mas depois da resposta enviada pelo concílio episcopal africano, do que aconteceu em seguida para que, com justiça, contra ele se pronunciasse a sentença, podeis tomar conhecimento pelo que vos envieí, visto que tudo fizemos chegar às vossas mãos.

CAPÍTULO VIII

Encaminhamento do assunto para expor o pensamento do papa Inocêncio sobre as atas do sínodo palestinese

9. Se Pelágio pensar com lealdade em si mesmo e em seus escritos, afirmará sem razão que não é atingido pela mesma sentença. Pois conseguiu lograr o tribunal palestinese e, por isso, parece-lhe que aí foi glorificado. No entanto, não conseguiu enganar de modo algum a Igreja romana, onde sabeis ser ele muito conhecido, embora se tenha empenhado em consegui-lo. Mas, como disse, não o conseguiu.

O beatíssimo papa Zózimo recordou o que pensara das mesmas atas o seu predecessor digno de ser imitado. Teve em conta o que de Pelágio julgava a fé dos romanos, celebrada em todo o mundo (Rm 1,8), cujo zelo unânime percebia ser ardente em defesa da verdade contra o erro de Pelágio. Este havia vivido entre eles longos anos, o que impedia que lhes ocultasse seus dogmas. E tinham certeza de que Celéstio era seu discípulo, o qual podiam testemunhar com fidelidade e firmeza.

Creio que não se deve passar em silêncio o que o santo papa Inocêncio julgou a respeito das atas do sínodo palestinese, com as quais Pelágio se considerou absolvido, embora disso possais tomar conhecimento pela carta que nos escreveu e que foi lembrada quando o sínodo africano respondeu ao venerável papa Zózimo. Este documento enviamos à Vossa Caridade junto com as outras instruções.

CAPÍTULO IX

O valor atribuído pelos papas Zózimo e Inocêncio às atas palestinese

10. Na carta, que cinco bispos escrevemos ao referido papa Zózimo, fizemos menção das mesmas atas palesti-nenses, cuja fama chegara até nós, dizendo que, no Oriente, onde Pelágio mora, elaboraram-se atas eclesiásticas, cujo conteúdo o levou a pensar que se tinha justificado. Em resposta, entre outras coisas, diz: “Estão transcritas nessas atas coisas que lhe foram objetadas, parte das quais ele, evitando-as, suprimiu, e parte envolveu em muita obscuridade, retorcendo o sentido de muitas palavras. Algumas outras justificou com razões mais falsas que verdadeiras, como no momento podia parecer, negando umas e interpretando outras falsamente. Mas oxalá, o que seria mais de desejar, volte já de seu erro para o caminho verdadeiro da fé católica, e almeje e queira se justificar considerando a cotidiana graça de Deus e reconhecendo sua ajuda. Desse modo, todos o considerem e aprovem como deveras corrigido por motivos bem claros, não por uma sentença de atas, mas por um coração voltado para a fé católica. Daí que não podemos nem aprovar nem censurar aquele julgamento, pois ignoramos se as atas são autênticas. Se são autênticas, fique claro que houve mais subterfúgios por parte dele do que justificação, segundo o que exige a verdade”.

Podeis ver nestas palavras que o mui bem-aventurado Inocêncio não fala como de algo desconhecido. Podeis ver qual foi o seu juízo sobre a justificação de Pelágio, e podeis depreender o que o seu sucessor, o santo papa Zózimo, devia recordar, como de fato recordou, para apoiar sua sentença na dele, sem nenhuma hesitação.

CAPÍTULO X

Início da comprovação sobre a atitude enganosa de Pelágio perante o tribunal palestinese

11. Ouvi agora com atenção a exposição a respeito de como Pelágio enganou os juízes palestinese na questão do batismo das crianças, para não falar de outros pontos. Assim a ninguém parecerá que caluniamos ou suspeitamos em vez de exprimir uma certeza a respeito do que dissemos, ou seja, que Pelágio vos ocultou aquele parecer, sobre o qual Celéstio foi mais franco.

Ficou claro pelo dito anteriormente que Celéstio se recusou a condenar o que se propalava, ou seja, que “o pecado de Adão somente a ele prejudicara, e não o gênero humano; e que as crianças, ao nascerem, se encontram no mesmo estado de Adão antes da transgressão”. Não condenou porque percebia que, se condenasse, estaria confirmando a transmissão do pecado de Adão para as crianças.

Ao serem apresentadas a Pelágio essas proposições, visto que seu pensamento era idêntico ao de Celéstio, condenou-as sem resistência. Embora saiba que disso já tomastes conhecimento, como não escrevo somente para vós e para que o leitor não tenha de recorrer às atas, se não as tem e pesquisá-

las com trabalho, transcrevemos delas as próprias palavras, as quais estão escritas na continuação.

CAPÍTULO XI

Continuação da comprovação, começando pela menção às atas do sínodo

12. “O Sínodo disse: ‘Posto que Pelágio condenou certa doutrina carente de solidez, respondendo corretamente que o homem, com a ajuda de Deus, pode viver sem pecado, responda também a outros capítulos’.

Há outro capítulo na doutrina de Celéstio, discípulo de Pelágio, dentre aqueles que em Cartago foram ouvidos e mencionados pelo santo bispo cartaginês Aurélio e outros bispos. (Consta nesse capítulo) que Adão, criado como mortal, morreria, quer pecasse, quer não pecasse; que o pecado de Adão somente a ele arruinou, e não o gênero humano; que a lei conduz ao reino do mesmo modo que o Evangelho; que antes de Cristo existiram pessoas que viveram sem pecado; que as crianças, ao nascerem, encontram-se no mesmo estado que Adão antes da transgressão; que os homens não são mortais devido à morte ou à prevaricação de Adão nem ressurgirão, porque Cristo ressuscitou. E que o santo bispo Agostinho respondeu a Hilário contra os discípulos de Pelágio na Sicília a respeito dos capítulos apresentados, escrevendo um livro que recolhe os seguintes erros: que o ser humano pode viver sem pecado, se quiser; que as crianças, mesmo não batizadas, podem obter a vida eterna; que os ricos batizados, se não renunciarem a todos os seus bens, não lhes será imputado nenhum bem, mesmo que o pratiquem, e não podem possuir o reino de Deus.¹²

Pelágio disse: ‘Sobre a possibilidade de o homem viver sem pecado, respondi anteriormente. Sobre a existência de pessoas que viveram sem pecado antes da vinda do Senhor, afirmamos nós também que, antes da vinda de Cristo, algumas pessoas viveram na santidade e na justiça, conforme nos dizem as Sagradas Escrituras; com relação aos demais pontos, de acordo com o testemunho deles mesmos, não são pontos a respeito dos quais lhes dê satisfação. Mas, para tranquilidade do Santo Sínodo, condeno aqueles que os defendem ou alguma vez defenderam.’”

CAPÍTULO XII

Nas suas opiniões, Pelágio revela-se mais astuto do que Celéstio

13. Percebeis que, deixando de lado outros pontos, Pelágio condenou os que defendem “que o pecado de Adão arruinou apenas a ele, e não o gênero humano, e que as crianças, ao nascerem, encontram-se no mesmo estado de Adão antes da desobediência”. O que os juízes episcopais entenderam nestas palavras, senão que confessava a transmissão do pecado de Adão às crianças? Celéstio, para não fazer essa confissão, não quis condenar esses pontos, que Pelágio condenou.

E se eu demonstrar que Pelágio pensa o mesmo que Celéstio a respeito das crianças, que elas vêm a este mundo sem nenhum contágio de pecado, qual seria a diferença entre um e outro nesta questão, senão que Celéstio é mais claro e Pelágio mais reservado; aquele, mais pertinaz e este, mais mentiroso; aquele mais franco, e este mais astuto?

Celéstio recusou-se a condenar mesmo na Igreja cartaginense o que confessou defender na romana, e declarou “estar disposto a se corrigir, se, como ser humano, cometera algum deslize”. Pelágio, porém, condenou aquela opinião como contrária à verdade para evitar a condenação pelos juízes católicos, mas se resguardou para defendê-la depois, seja condenando mentirosamente, seja interpretando arditamente.

CAPÍTULO XIII

O autor prova que Pelágio enganou os bispos católicos da Palestina

14. Mas entendo que, com razão, já se me pede, conforme prometi, não diferir a prova de que Pelágio tem a mesma opinião de Celéstio.

No primeiro livro de sua mais recente obra, escrita em defesa do livre-arbítrio, de cuja obra fez menção na carta enviada a Roma, diz: “Todo o bem e todo o mal que nos tornam dignos de louvor ou de reprovação, não nascem conosco, mas são praticados por nós. Ao nascermos, não somos plenamente capazes nem de um nem de outro, e somos procriados tanto sem virtude como sem vício; e antes da ação de nossa vontade, possuímos somente o que por Deus foi criado”.

Vedes sem dúvida nestas palavras de Pelágio que elas contêm a opinião de ambos sobre as crianças, as quais, ao nascerem, não trazem nenhum pecado pelo contágio de Adão. Não é de admirar que Celéstio não tenha querido condenar os que dizem: “Que o pecado de Adão só a ele prejudicou, e não ao gênero humano, e que as crianças, ao nascerem, encontram-se no mesmo estado de Adão antes da transgressão”. Mas causa muita admiração o descaramento com que Pelágio condenou esses pontos.

Ao dizer que “o mal não nasce conosco e somos procriados sem culpa, e que antes da ação da vontade o homem possui apenas o que por Deus foi criado”, está afirmando, sem dúvida, que o pecado de Adão somente a ele prejudicou, não passando para a descendência. Não se diga que o pecado não é um mal ou que o pecado não é um vício ou que Deus criou o pecado. Ele, porém, diz: “O mal não nasce conosco e somos procriados sem vício, e que, ao nascer, o homem possui somente o que Deus criou”. Assim sendo, se Pelágio certamente pensa que “o pecado de Adão apenas a ele prejudicou, e não o gênero humano”, segundo sua doutrina há pouco exposta, por que Pelágio a condenou? Não foi para enganar os juízes católicos?

Pode-se argumentar também assim: “Se o mal não nasce conosco e somos procriados sem vício, e o homem, ao nascer, só possui o que Deus criou”, pode-se concluir que “as crianças, ao nascerem, encontram-se no mesmo estado de Adão antes da prevaricação”, quando ele não era ainda atingido por mal algum e possuía somente o que Deus criara. Mas Pelágio condenou “os que defendem ou alguma vez defenderam que as crianças recém-nascidas encontram-se no mesmo estado de Adão antes da desobediência”, isto é, sem nenhum mal, sem vício algum, possuindo somente o que Deus criou. Portanto, por que Pelágio condenou esses pontos doutrinários? Não foi para enganar o Sínodo católico e não ser condenado como novo herege?

CAPÍTULO XIV

Contradição de Pelágio entre o que afirmou no tribunal e o que ensinou em seus livros

15. Sabeis muito bem, e o fiz constar naquele livro que escrevi a nosso venerável ancião Aurélio sobre as atas palestinas, sabeis, repito, como me alegrara que toda essa questão tivesse chegado ao fim em vista daquela resposta de Pelágio, e como me parecia que tivesse confessado em termos bem claros que as crianças nasciam com o pecado original, quando ele condenou a proposição segundo a qual o pecado de Adão lesou somente a ele, não, porém, o gênero humano, e as crianças se encontram no mesmo estado daquele primeiro homem.

Posteriormente, porém, depois de ter lido quatro livros de sua autoria, do primeiro dos quais extraí as palavras antes mencionadas, e de ter concluído que ele ainda opina contra a fé católica no

tocante às crianças, pus-me a admirar mais ainda a tão descarada mentira diante do tribunal eclesiástico sobre uma questão de tamanha importância.

Se havia escrito antes tais livros, como pôde dizer que condenava os que alguma vez defenderam aquela tese? E se redigiu depois essa obra, como condenou os que agora a defendem? A menos que ridiculamente afirme que condenou os que a defenderam alguma vez e os que a defendem, mas com relação ao futuro, ou seja, com relação aos que a hão de defender, não poderia julgar nem a si nem a outros. Nesta hipótese, não mentiu, porque depois pôde ser surpreendido defendendo a referida tese.

Mas não se expressa desse modo, não só porque é ridículo, mas não envolve a verdade. E assim, nos mesmos livros, fala contra a transmissão do pecado de Adão às crianças e se gloria das atas do sínodo palestinese, onde ele pensou ter condenado os que assim ensinam e onde, mediante embuste, roubou a sua absolvição.

CAPÍTULO XV

O autor elimina a consideração de algumas proposições pelagianas

16. O que importa ao assunto em pauta o fato de Pelágio responder a seus discípulos “que ele condenou o que se lhe objetava, se ele mesmo afirma que o primeiro pecado prejudicou não somente o primeiro homem, mas também os demais seres humanos, não devido à descendência, mas ao exemplo”, isto é, não porque contraem algum pecado pelo fato de serem descendentes, mas pelo fato de terem imitado o primeiro pecador todos os que depois pecaram?

O que importa também o fato de ele dizer “que as crianças não se encontram no estado em que se encontrava Adão antes da transgressão, porque estas não têm ainda capacidade de compreender o preceito, mas ele a teve, e porque não possuem a liberdade racional, a qual se ele não possuísse, não se lhe imporá o preceito”?

Também não vem ao caso que, expondo desse modo o que lhe objetaram, tenha certeza de ter condenado o que se afirma nesta proposição: “O pecado de Adão arruinou somente a ele, e não o gênero humano”, e “as crianças, ao nascerem, encontram-se no estado em que se encontrava Adão antes do pecado”. E não vem ao caso ainda que, condenadas essas proposições, as continue defendendo sem aleivosia, na forma como se encontram em seus opúsculos escritos posteriormente: “que as crianças nascem sem nenhum mal, sem nenhum vício, e que somente possuem o que por Deus foi criado”, e não a chaga que o inimigo causou.

CAPÍTULO XVI

Argumentos que provam a condenação de Pelágio mesmo depois da absolvição

17. Expressando-se assim, ou seja, alterando o sentido das palavras das objeções, porventura consegue demonstrar que não enganou os juízes? É claro que não; é tão grande a fraude oculta, quanto é grande a astúcia da exposição. De fato, os bispos católicos, quando o ouviram condenar os que dizem: “O pecado de Adão arruinou somente a ele, e não o gênero humano”, julgavam que ele sentia o que a Igreja católica sempre ensinou. De acordo com esse ensinamento, ela batiza realmente as crianças para a remissão dos pecados, não os que cometeram seguindo o exemplo do primeiro pecador, mas o que contraíram, ao nascer, pela origem viciada.

E ao ouvi-lo condenar os que dizem: “que as crianças, ao nascerem, encontram-se no mesmo estado de Adão antes da queda”, os bispos acreditavam que ele estava condenando os que defendem a não-transmissão do pecado de Adão às crianças, que se encontrariam, portanto, no mesmo estado

de Adão antes do pecado. Com efeito, este era o ponto objetado, e não outro, pois sobre ele versava a questão.

Portanto, quando Pelágio explica seu ponto de vista que as crianças não se encontram no mesmo estado de Adão antes do pecado, porque ainda não são dotadas da mesma robustez de espírito ou de físico, e não porque tenham contraído alguma culpa pela descendência, pode-se responder-lhe: “Quando eras arguido sobre as proposições condenáveis, os bispos católicos não lhes davam essa versão; por isso, ao condená-las tu, acreditavam que professavas a fé católica. Assim sendo, o que julgavam ser tua doutrina foi absolvido; o que pensavas de fato foi condenado. Portanto, não foste absolvido tu que defendestes o que devia ser condenado, mas foi absolvido o que devias defender.

No entanto, para te considerares absolvido, consideravam que defendias o que é louvável, visto que os juízes ignoravam que ocultavas o que era condenável. Com razão foste considerado como correligionário de Celéstio, pois é notório que és seu cúmplice. E se no julgamento ocultaste os teus livros; depois do julgamento, contudo, vieste a publicá-los.”

CAPÍTULO XVII

Análise da carta de Pelágio enviada a Roma, na qual encobre sua falsa opinião

18. Com as coisas nesse ponto, constatais que os concílios episcopais, a Sé Apostólica, toda a Igreja romana, o império romano, que graças a Deus é cristão, indignaram-se contra os autores de tão nefando erro, indignação que perdurará até que esses hereges se libertem dos laços diabólicos. Quem sabe se Deus não lhes dará um coração penitente para conhecer, confessar e também pregar a verdade, e condenar com sinceridade a falsidade digna de condenação!

De qualquer modo que se comportem os seguidores de Pelágio, não podemos duvidar de que, pela misericórdia de Deus, tudo isso veio favorecer a muitos que eram seus adeptos, porque viam que estavam em comunhão com a Igreja católica.

19. Prestai muita atenção no modo como Pelágio tentou enganar furtivamente o tribunal episcopal da Sé Apostólica nessa questão do batismo das crianças.

Na carta enviada a Roma, dirigida ao papa Inocêncio, de santa memória, e que, por ter ele já falecido, foi entregue ao santo papa Zózimo, e depois a nós também remetida, ele diz que “é acusado por negar o sacramento do batismo às crianças e de prometer o reino dos céus prescindindo da redenção de Cristo”.

Mas não é isto que se lhe objeta, visto que não nega o sacramento do batismo às crianças nem acena a alguém com o reino dos céus prescindindo da redenção de Cristo. O que motiva a queixa de que é infamado, ele a apresentou como resposta à acusação em pauta, pondo a salvo o seu ensinamento.

CAPÍTULO XVIII

Pelágio não foi condenado pela exposição diante do tribunal, mas pelos ensinamentos posteriores em livros

O que de fato é objeto de acusação é não quererem confessar que as crianças não batizadas estejam contaminadas pela condenação do primeiro homem e contraíam o pecado original, necessitando por isso de regeneração. Além disso, é objeto de acusação o ensinamento segundo o qual as crianças devem ser batizadas somente para alcançar o reino dos céus, como se, não obtendo o

reino dos céus, possam alcançar somente a morte eterna os que não podem conseguir a vida eterna sem a participação no Corpo e no Sangue do Senhor.

É isso de que é acusado no tocante ao batismo das crianças, e não o que ele expôs de modo que pode responder à sua própria proposição de acordo com a sua opinião.

20. Finalmente, percebei como elabora a resposta e vede as trevas da ambiguidade prepararem refúgio à falsidade, espargindo nevoeiro sobre a verdade, conseguindo que até nós quase nos alegrássemos quando num primeiro momento constatamos ser a expressão da verdade e da exatidão. Mas arrazoados posteriores em seus livros, nos quais, embora tente esconder, vê-se constrangido a revelar às claras, despertaram em nós a suspeita sobre suas intenções, o que nos levou a examinar com mais atenção e encontrar ambiguidades.

Depois de dizer que “nunca ele afirmou ou ouviu algum ímpio herege afirmar, sobre o batismo das crianças, tal afirmação, ou seja, a contida na proposição dos adversários”, acrescentou em seguida e disse: “Quem é tão ignorante do texto evangélico a ponto de não só intentar afirmar, mas de ser capaz de dizê-lo por leviandade ou mesmo de assim pensar? Além disso, quem é desnaturado que chegue a querer a exclusão do reino dos céus por parte das crianças, ao proibir que sejam batizadas em Cristo e nele renasçam?”.

CAPÍTULO XIX

A ambiguidade das afirmações oculta a negação da transmissão do pecado original

21. São palavras inúteis que não o justificam. Nem mesmo eles negaram que as crianças sem batismo não pudessem entrar no reino dos céus. Mas esta não é a questão; a questão é acerca da purificação do pecado original nas crianças. Justifique-se nesse sentido quem não quer confessar o banho da regeneração como tendo algo que purificar. Assim, estejamos atentos ao que vai dizer.

Após alegar o testemunho evangélico, segundo o qual quem não renascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino dos céus (Jo 3,5), a respeito do qual, como dissemos, não há discussão, acrescentou em seguida: “Quem é tão desnaturado que chegue a negar à criança de qualquer idade a redenção universal do gênero humano?”. Esta declaração envolve também ambiguidade sobre a qual redenção se refere: se do mal para o bem ou do bom para o melhor. Isso porque Celéstio, em Cartago, confessou no seu opúsculo a redenção das crianças, mas recusou confessar a transmissão do pecado, de Adão para elas.

CAPÍTULO XX

Celéstio ensina que a sorte das crianças não batizadas é a morte eterna

22. Mas prestai atenção no que diz na continuação: “Quem há que impeça o renascimento para uma vida perpétua e garantida àquele que nasceu para uma vida incerta?”, ou seja, quem é tão ímpio a ponto de impedir o renascimento para uma vida perpétua e garantida àquele que nasceu para uma vida incerta?

Ao ler pela primeira vez estas palavras, julgamos que como vida incerta queria dizer esta vida temporal, embora nos parecesse que devia dizer antes mortal que incerta, visto que termina com a morte certa. Mas enquanto transcorre esta vida, não se duvida de que seja incerta em todos os seus momentos, chegamos à conclusão que por vida incerta queria dizer mortal.

À vista disso, embora se recusasse a confessar abertamente a morte eterna das crianças que

deixam esta vida sem o sacramento do batismo, um raciocínio quase correto aliava nossa preocupação sobre o assunto. Pois dizíamos: Se a vida eterna, como parece confessar, só pode ser a dos que foram batizados, conseqüentemente aqueles que morrem sem o batismo obtêm a morte eterna. E esta não pode ser por justiça a sorte daqueles que nenhum pecado cometeram em sua vida, a não ser que tenham contraído o pecado original.

CAPÍTULO XXI

Contradição sobre o batismo infantil entre a resposta de Pelágio às autoridades e o ensinamento em seus livros

23. Posteriormente, porém, não faltaram irmãos que nos advertiram de que Pelágio pôde dizer isto, visto que se conta que costuma responder aos que lhe perguntam a respeito dessa questão: “As crianças que morrem sem batismo, sei aonde não vão; mas não sei aonde vão”. Isto é, sei que não vão para o reino dos céus, mas dizia e diz não saber aonde vão por não se atrever a afirmar que a morte eterna é destino daqueles que sabia não terem cometido nenhum mal, mas não admitia que tivessem contraído o pecado original.

Mesmo aquelas palavras enviadas a Roma, para sua total justificação, envolvem tanta ambigüidade, que podem oferecer esconderijo à sua doutrina, de onde brote um sentido herético para armar insídias, quando, não havendo ninguém que seja capaz de responder, encontra alguém desamparado, como se estivesse num lugar ermo.

24. Além do mais, no livro de confissão de sua fé, enviado a Roma ao mesmo papa Inocêncio junto com a carta, a ele também dirigido, ao querer esconder-se, mais claramente se revelou, dizendo: “Professamos um só batismo, o qual deve ser administrado com as mesmas palavras sacramentais às crianças e aos adultos”. Pelo menos não disse: “Com o mesmo sacramento”, o qual, se dissesse, seria também ambíguo; mas disse: “com as mesmas palavras sacramentais”, como se a remissão dos pecados fosse outorgada às crianças pelo som das palavras, e não tivesse eficácia pelos efeitos dos sinais. Durante algum tempo, considerou-se que suas palavras pareciam concordar com a fé católica, mas não conseguiu enganar até o fim a Sé Apostólica.

Depois da resposta do concílio africano, a cuja província aquela pestífera doutrina chegara furtivamente, mas não a atingira extensamente nem nela penetrara tão profundamente, outras proposições vieram à luz graças ao zelo dos fiéis de Roma, onde Pelágio vivera durante muito tempo e onde delas se ocupara nas pregações e discussões. Tais proposições, o papa Zózimo as reuniu, como podeis ler, na carta dirigida a todo o orbe católico e as considerou como execrandas.

Pelágio, como comentário à Carta do apóstolo Paulo aos romanos, argumenta assim, dizendo: “Se o pecado de Adão arruinou os que não pecam, a justiça de Cristo beneficia até os não-crentes”. E outras sentenças do mesmo naipe que refutamos e pulverizamos nos livros que, com a ajuda de Deus, escrevemos sobre o batismo das crianças (L II, nn. 5.6). De fato, não se atreveu a objetar essas proposições, mas defendia-as onde era muito conhecido; não conseguira ocultar o que sentia e dizia. Isto mesmo defendia naqueles livros, do primeiro dos quais vos fiz menção anteriormente (supra n. 14), ou seja, afirma com certeza e com toda a força da argumentação que não se pode pensar que a natureza humana é corrompida de algum modo nas crianças pela razão da descendência. Assim, atribuindo à natureza a salvação, nega o Salvador.

CAPÍTULO XXII

25. Estando as coisas nesse ponto, pode-se constatar que já existe um ensinamento pestífero e uma doutrina herética, que a Igreja, com a ajuda de Deus, já evita mais abertamente. Pelágio e Celéstio, ou reunidos num lugar de penitência, ou, se recusarem, condenados realmente, são apontados ou mesmo indicados como autores dessa perversidade. E se não são autores, mas aprenderam-na de outros, sejam indiciados pelo menos como defensores e mestres, pois, mediante eles, se estendeu mais amplamente e cresceu com mais força pelas suas palavras e escritos.

E, como disso se gloriam, como o comprovam numerosos indícios e a fama que surge e se avoluma por esse motivo, o que resta a fazer é que cada católico, de acordo com a capacidade que recebe de Deus, refute essa epidemia e resista-lhe com espírito prevenido. Quando se virem na necessidade de retrucar, sem espírito de controvérsia, são obrigados a lutar pela verdade, não há outro caminho que instruir os ignorantes e assim redunde em utilidade para a Igreja o que o inimigo tramou para sua ruína, conforme o que diz o Apóstolo: *É preciso que haja mesmo cisões entre vós, a fim de que se tornem manifestos entre vós aqueles que são comprovados* (1Cor 11,19).

CAPÍTULO XXIII

É justificável o erro em questões alheias à fé; no entanto a posição de Celéstio contraria a fé

26. Depois de muito discorrer, mediante meus escritos, contra esse inimigo da graça de Deus, que é outorgada aos pequenos e aos grandes por Jesus Cristo nosso Senhor, agora é mister examinar o que eles sustentam no afã de evitar astutamente a inculpação de heresia, ou seja: “Que esta é uma questão que não ameaça a integridade da fé”. Assim, se forem convencidos de se terem desviado da fé, fique parecendo que cometeram não um erro com a conotação de crime, mas um erro facilmente desculpável.

Pois assim se expressou Celéstio, em Cartago, conforme as atas eclesiásticas: “Já falei sobre a transmissão do pecado, ou seja, que ouvi a muitos dentro da Igreja Católica que a negam e outros que a defendem. Ainda que seja um assunto controverso, não é uma posição herética. Sempre disse que as crianças necessitam do batismo e que devem ser batizadas. O que mais quer investigar?”.

Expressou-se nestes termos como querendo significar que, se negasse a necessidade do batismo para as crianças, estaria caindo na heresia. Mas, como confessa que devem ser batizadas, embora não aceite como motivo do batismo o que a verdade ensina, mas o que lhe é estranho, não considera estar no erro e evita ser tachado de herege.

Seguiu o mesmo procedimento no opúsculo publicado em Roma. Ao dar explicações sobre sua fé, estendendo-se da Trindade em um só Deus até a ressurreição futura dos mortos, disse tudo o que quis, embora fossem questões alheias à matéria do interrogatório, sobre as quais não se lhe movia ação nenhuma. Quando chegou ao assunto em pauta, disse: “Se surgiram algumas questões fora do campo da fé, sobre as quais há controvérsia entre muitos, eu não as formulei como autor de doutrina com autoridade decisória. O que recebi da fonte dos profetas e apóstolos, apresento para serem apreciadas pelo vosso critério de sucessor dos apóstolos, se, como ser humano que sou, cometi algum deslize por ignorância”.

Podeis observar que antepôs aquela advertência, a fim de não parecer ter errado em assunto de fé, mas em questões alheias à fé, se fosse surpreendido em algum erro. E se o erro fosse plausível de correção, seria corrigido não como heresia, e o que assim fosse corrigido, dir-se-ia que errou, mas não merecia ser considerado como herege.

27. Está muito enganado ao emitir essa opinião. Essas questões, que ele considera alheias à fé, são bem diferentes daquelas em que, resguardada a fé que nos faz cristãos, ou se ignora o que seja verdadeiro e se suspende o juízo definitivo, ou se conjectura que seja diferente com base na suposição humana. Por exemplo: quando se pergunta como era e onde estava o paraíso criado por Deus para o homem formado do limo da terra, apesar de a fé cristã não duvidar de sua existência; ou quando se pergunta onde está Elias ou Enoc, se ali ou em qualquer outro lugar, mas não duvidando de que vivam revestidos do corpo com o qual nasceram; ou quando se pergunta se o Apóstolo foi arrebatado ao terceiro céu no corpo ou fora do corpo, embora seja esta uma pergunta petulante dos desejosos de saber, quando o que foi favorecido, sem prejuízo da fé, atesta que não sabia (2Cor 12,2); ou quando se pergunta quantos são os céus, se o Apóstolo declara que foi arrebatado ao terceiro; ou se os elementos deste mundo visível são quatro ou são mais; ou o que provoca eclipses do sol ou da lua, os quais os astrônomos costumam antecipar de acordo com determinado cômputo dos tempos.

Outros exemplos. Os antigos viveram tantos anos, conforme testemunho da Escritura, pelo fato de começarem a gerar filhos mais tardiamente em proporção à longa idade? Onde será que Matusalém viveu, pois não esteve na Arca, e, no entanto, segundo vários códices gregos e latinos, pela idade indicada sobreviveu ao dilúvio? Ou se há de dar crédito a uns poucos, ou mesmo raríssimos, segundo os quais o número de anos registrado para Matusalém revela ter ele falecido antes do dilúvio?

Quem não compreende que, sem prejuízo da fé, se ignoram muitas coisas e que em algo se pode errar sem nenhuma ofensa dogmática nestas e em outras muitas e mesmo inumeráveis questões semelhantes, pertençam elas às incompreensíveis obras de Deus ou aos ocultos mistérios das Escrituras, as quais é difícil definir e encerrar em determinado gênero ou categoria?

CAPÍTULO XXIV

Explicação dos postulados da verdadeira fé

28. A fé consiste propriamente na relação de dois homens. Pelo primeiro fomos feitos escravos do pecado, pelo segundo somos resgatados do pecado; por um, fomos precipitados na morte; pelo outro somos libertados para a vida; aquele nos levou à perdição fazendo sua vontade, e não a daquele que o criou; este nos salvou fazendo não a sua, mas a vontade daquele que o enviou (Jo 4,34; 5,30). Portanto, na relação destes dois homens consiste propriamente a fé cristã. Um é Deus e o único mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus (1Tm 2,5). Porque não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devemos ser salvos (At 4,12), e dele Deus fez o centro da fé para todos, ressuscitando-o dos mortos (At 17,31).

Portanto, a fé cristã não duvida de que, sem esta fé, ou seja, sem a fé no único mediador de Deus e dos homens, Cristo Jesus; sem a fé, digo eu, na sua ressurreição, a qual Deus estabeleceu para todos e que não pode ser objeto de fé verdadeira sem sua encarnação e morte; sem a fé, portanto, na encarnação, morte e ressurreição de Cristo, nem os antigos justos, para que fossem justos, se purificariam de seus pecados e se justificariam pela graça de Deus. A mesma purificação e justificação não puderam alcançar tanto os justos mencionados na santa Escritura, como os não-lembrados, mas sem dúvida existiram ou antes do dilúvio ou depois até a entrega da Lei ou no tempo da vigência da Lei, não somente com relação aos filhos de Israel, como foram os profetas, mas também aos de outros povos, como foi Jó.

Seu coração purificava-se pela fé no Mediador e difundia-se neles a caridade pelo Espírito Santo (Rm 5,5), que sopra onde quer (Jo 3,6), e não de acordo com os merecimentos, pois ele é a origem dos merecimentos. A graça de Deus não será graça de forma alguma, se não for totalmente gratuita.

29. De fato, a morte reinou de Adão até Moisés (Rm 7,14), porque não a pôde vencer nem a Lei dada por Moisés, pois não se deu uma Lei que pudesse infundir a vida, mas uma Lei que deveria mostrar que os mortos, para os quais a graça seria necessária para infundir a vida, não somente foram jogados ao chão pela propagação e domínio do pecado, mas também subjugados pela prevaricação acrescentada pela própria Lei. Contudo, a Lei não foi dada para ruína daquele que compreendesse esse plano da misericórdia de Deus, mas para que o destinado ao suplício pelo reinado da morte e também descoberto a si mesmo pela violação da Lei, procurasse a ajuda de Deus, a fim de que onde avultou o pecado, superabundasse a graça (Rm 5,20), a única capaz de libertar do corpo desta morte (Rm 7,24-25).

CAPÍTULO XXV

Sob a Lei os homens de boa vontade eram justificados mediante a fé no futuro Messias

Ainda que a Lei dada por Deus não pôde arrancar nenhum homem do reino da morte, existiam homens de Deus no tempo da Lei, não sob a Lei que infundia terror, que acusava, que castigava, mas sob a graça que atrai, cura e liberta. Existiam os que assim diziam: *Eis que nasci na culpa, e minha mãe concebeu-me no pecado* (Sl 51,7); e *Nada há intacto nos meus ossos, por causa do meu pecado* (Sl 38,4); e *Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova em mim um espírito firme* (Sl 51,12); e *Não retires de mim o teu espírito santo* (Sl 51,13). Havia os que diziam: *Tive confiança, mesmo quando disse: “Estou muito aflito”* (Sl 116,10).

Eram purificados pela mesma fé com que somos purificados. Daí o dizer do Apóstolo: *Por conseguinte, tendo o mesmo espírito de fé a respeito do qual está escrito: “Acreditei, por isso falei”, cremos também nós, e por isso falamos* (2Cor 4,13). Pela forma da mesma fé se dizia: *Uma virgem conceberá e dará à luz um filho, e o seu nome será Emanuel* (Is 7,14; Mt 1,23). Conforme a mesma fé, dizia-se de Cristo: *Que sai como um esposo de seu tálamo, dá saltos como gigante a percorrer o seu caminho. A sua saída é desde uma extremidade do céu, e o seu giro até a outra extremidade, e nada se pode subtrair do seu calor* (Sl 19,6-7). Segundo a mesma fé, dizia-se a Cristo: *O teu trono é de Deus, subsistirá por todos os séculos, o cetro do teu reino é um cetro de equidade. Amas a justiça e aborreces a iniquidade; por isso te ungiu Deus, o teu Deus, com óleo de alegria, de preferência aos teus companheiros* (Sl 45,7-8).

Pelo mesmo espírito de fé, viam as coisas futuras em que nós acreditamos já realizadas. Os que no-las profetizaram com amor fiel não puderam ser delas participantes. Qual a razão do dizer do apóstolo Pedro: *Por que agora tentais a Deus, querendo impor aos discípulos um jugo que nem vossos pais, nem nós tivemos a força de suportar? Aliás, é pela graça do Senhor Jesus que acreditamos ser salvos, exatamente como eles? (At 15,10-11). Não é porque eles se salvaram pela graça do Senhor Jesus Cristo, e não pela Lei de Moisés que trouxe não a cura, mas o conhecimento do pecado?*

Daí o dizer do Apóstolo: *Agora, porém, independente-mente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos Profetas* (Rm 3,21). Se agora se manifestou, é porque então existia, embora oculta. Essa característica era significada pelo véu do templo, que, para significar a revelação da justiça, rasgou-se à morte de Cristo.

Portanto, a graça do único Mediador de Deus e dos homens, Cristo Jesus, já privilegiava então o povo de Deus. Mas, como a chuva no velocino, ocultava-se a graça, a qual Deus reserva para os seus herdeiros (Sl 68,10), não como algo devido, mas como manifestação de sua vontade. Agora, porém, enxuto o velocino, por assim dizer, ou seja, reprovado o povo judeu, aparece descoberta a todos os

povos como que exposta ao ar livre.

CAPÍTULO XXVI

Os justos do Antigo Testamento foram salvos pela graça da futura encarnação de Cristo; foram também membros do corpo de Cristo

30. Não dividamos as épocas, como Pelágio e seu discípulo o fizeram, quando dizem: “Que os homens justos viveram primeiramente conforme a natureza, depois sob a Lei e, finalmente, sob a graça”. O homem viveu conforme a natureza, querem eles dizer, do tempo de Adão e no longo período depois transcorrido em que a Lei ainda não fora dada. Continuam eles dizendo: “Naquele tempo conhecia-se o Criador à luz da razão, e o modo de viver levava-se escrito nos corações, não com as letras da Lei, mas da natureza. Mas, corrompidos os costumes — continuam eles — quando a natureza deixou de ser suficiente, foi outorgada a Lei, pela qual, como a lua, assim a natureza fosse restituída ao antigo fulgor com a remoção da ferrugem. Mas posteriormente — como eles discorrem — prevaleceu tão excessivo hábito de pecar e, como a Lei não tinha eficácia para curá-la, veio Cristo e, como a um doente desenganado, o médico a curou não pelos seus discípulos, mas por si mesmo”.

31. Nessa exposição, empenham-se em excluir os justos antigos da graça do Mediador, como se o homem Cristo Jesus não tivesse sido o Mediador de Deus e daqueles homens pelo fato de ainda não se ter revestido da carne humana, e não existia como criatura humana no tempo em que aqueles justos viveram. Se assim fosse, o Apóstolo não diria: *Visto que a morte veio por um homem, também por um homem vem a ressurreição dos mortos. Pois assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida* (1Cor 15,21-22).

E se os antigos justos, consoante as palavras ocas de Pelágio e Celéstio, bastando-lhes a natureza, não necessitaram do Mediador, o homem Cristo, pelo qual seriam reconciliados com Deus, também não receberão a vida por meio dele, a cujo corpo e membros não pertencem em conformidade com o objetivo por ele proposto de se fazer homem pelos homens.

Contudo, como a Verdade fala pelos seus apóstolos: *assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida, visto que a morte veio por um homem, também por um homem vem a ressurreição*, quem se atreve a duvidar que também aqueles justos ressuscitarão da vida eterna e não da morte eterna, porque em Cristo receberão a vida, já que nos tempos primitivos agradaram a Deus? E quem duvidará que em Cristo receberão a vida, se já pertencem ao corpo de Cristo e Cristo é sua Cabeça? E é sua Cabeça porque há um único mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus.

E não o teriam como mediador se, pela sua graça, não tivessem acreditado em sua ressurreição. Como poderia isso suceder, se tivessem ignorado que ele haveria de vir em carne humana, e não tivessem vivido na justiça e na piedade em virtude da fé?

E se a eles não beneficiou a encarnação de Cristo porque ainda não se dera, também a nós não favorece o julgamento de Cristo sobre os vivos e os mortos, porque ainda não se deu. E se nós estaremos à direita de Cristo pela fé neste juízo futuro, portanto ainda não realizado, pela mesma razão os justos antigos são membros de Cristo pela futura encarnação, portanto ainda não efetuada.

CAPÍTULO XXVII

A visão do dia de Cristo desejado por Abraão refere-se à sua encarnação

32. E não se há de crer que os antigos justos foram beneficiados somente pela divindade de Cristo, que nunca deixou de existir, e não pela revelação de sua humanidade que ainda não se dera. Pois, pelo que o Senhor disse: *Abraão, vosso pai, desejou ver o meu dia. Ele o viu e encheu-se de alegria* (Jo 8,56), se por seu dia quis dar a entender seu tempo, então testemunhou em favor de Abraão afirmando sua fé na encarnação. Com efeito, pela encarnação viveu no tempo, mas pela divindade excede todo o tempo, visto que por ela foram feitos todos os tempos.

Se alguém pensar que se deva entender o dia sempiterno, ao qual o amanhã não põe limites e o dia de ontem não o precede, isto é, a própria eternidade na qual é coeterno ao Pai, como explicar que Abraão o desejou, se não se admitir que conheceu a futura mortalidade daquele a cuja eternidade aspirava?

Alguém poderia pensar em restringir o sentido daquelas palavras de tal modo que a afirmação do Senhor: *Desejou o meu dia*, deve-se entender: “desejou a mim”, que sou o dia eterno, ou seja, a luz indefectível. Nesse caso teria o mesmo sentido de “vida do Filho”, da qual fala o Evangelho ao dizer: *Também concedeu ao Filho ter a vida em si mesmo* (Jo 5,26), não se entendendo que ele seja uma coisa, e outra sua vida, entendendo-se por vida o mesmo Filho, que disse: *Eu sou o caminho, a verdade e a vida* (Jo 14,6), e do qual se disse: *Este é o Deus verdadeiro e a vida eterna* (1Jo 5,20). Interpretando-se assim, Abraão desejou ver a divindade igual ao Pai e não teve conhecimento prévio de sua encarnação, como sucedeu a alguns filósofos que o procuraram sem nada saber de sua vida na carne. À vista dessa hipótese, pergunto: acaso a ordem de Abraão a seu servo de pôr sua mão por debaixo de sua coxa e jurar pelo Deus do céu (Gn 24,2-3), entenderá alguém retamente, se não considerar um sinal de que Abraão sabia que a carne, na qual viria o Deus do céu, descenderia daquele músculo?

CAPÍTULO XXVIII

Comprovação do mesmo pelo testemunho de Melquisedec. — Cristo é mediador de todos os que morreram em Adão

33. Melquisedec, ao abençoar Abraão (Gn 14,18-20), deu um testemunho muito do conhecimento dos fiéis cristãos acerca dessa carne e desse sangue, de tal modo que muito tempo depois era afirmado de Cristo nos salmos, mas ainda não se dera e era, portanto, coisa do futuro. Essa afirmação representava a fé que é a mesma, de nossos pais e a nossa. *Tu és sacerdote eternamente segundo a ordem de Melquisedec* (Sl 110,4).

Portanto, os que em Adão encontram a morte, por isso Cristo os beneficia, porque é mediador para a vida. Não mediador pelo fato de ser igual ao Pai, visto que sob esse aspecto dista tanto de nós quanto do Pai. E como pode haver mediação havendo tanta distância? Por isso o Apóstolo não disse: *Um só mediador entre Deus e os homens*: Cristo Jesus, mas *o homem Cristo Jesus* (1Tm 2,5). É mediador, porque é homem: inferior ao Pai por estar mais próximo de nós; superior a nós por estar mais próximo de Deus. Isso mesmo se expressa mais claramente deste modo: inferior ao Pai na forma de servo; superior a nós, porque é livre da mancha do pecado.

CAPÍTULO XXIX

Os que negam o pecado original são inimigos da graça. — O pecado generalizado no Antigo Testamento comprova a transmissão do pecado original

34. Pode-se concluir que merecem ser apontados como inimigos da graça de Deus os que defendem

que a natureza, em qualquer idade, não necessita de médico, e que afirmam não ter sido ela corrompida no primeiro Adão.

Este ponto deve ser considerado não como um assunto em que, salvaguardada a fé, pode-se duvidar ou errar, mas um assunto que atinge a própria profissão de fé, pela qual somos cristãos.

Mas, por que razão a natureza humana daquela época é enaltecida pelos pelagianos, como se fosse menos viciada pelos maus costumes? Não consideram que os homens estavam mergulhados em tão grandes e inumeráveis pecados que, por justo juízo de Deus, o mundo todo foi destruído pelo dilúvio, com exceção de um casal com seus três filhos e três noras, do mesmo modo que o foi posteriormente pelo fogo a pequena região de Sodoma? (Gn 7 e 19).

Com efeito, desde o tempo em que *por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram* (Rm 5,12), toda a massa de perdição tornou-se possessão do corruptor.¹³ Assim, ninguém, absolutamente ninguém desde então, se isentou ou se isenta ou se isentará do pecado, a não ser pela graça do Redentor.

CAPÍTULO XXX

A circuncisão era o sinal da justiça pela fé

35. A Escritura não revela se antes de Abraão os justos e seus filhos eram marcados com algum sinal visível no corpo. Contudo, Abraão recebeu o sinal da circuncisão, selo da justiça pela fé (Rm 4,11). E o recebeu de tal modo que, dali em diante, todos os descendentes de sua casa deveriam ser circuncidados logo ao nascer, no oitavo dia após terem vindo ao mundo. E aqueles que ainda não eram capazes de crer para alcançar a justiça, deveriam também receber o sinete da justiça pela fé.

A ordem foi dada sob tão terrível ameaça que, segundo o mandato de Deus, deveria ser excluída de seu povo a pessoa não circuncidada no prepúcio até o oitavo dia (Gn 17).

Uma reflexão sobre a justiça desse horrível castigo não desmorona, rechaçada e desfeita, toda argumentação dos pelagianos, por mais astuciosa que seja, sobre o livre-arbítrio e a exaltada pureza e sublimado vigor da natureza? Que mal, pergunto eu, cometeu uma criança pela sua própria vontade que, por negligência de outro, não foi circuncidada, e ela seja condenada com castigo tão severo, qual seja a exclusão do povo de Deus?

Não há exemplo de ameaça com morte temporal, visto que, no tocante aos justos, quando morriam, dizia-se então: *Foi unir-se ao seu povo* (Gn 25,17), ou: *Foi unir-se com seus pais* (1Mc 2,69). A pessoa passava a não ter medo de nada que a separasse do seu povo, se seu povo era o próprio povo de Deus.

CAPÍTULO XXXI

O rigor contra os não-circuncidados, sinal da herança do pecado original

36. O que significa tão severa condenação sem se haver cometido nenhum pecado por vontade própria? Não se opine, como alguns da escola de Platão, que se retribui à alma de cada criança segundo o que cometeu por vontade própria antes desta vida, quando tinha, antes deste corpo, total liberdade para viver bem ou mal. Esta opinião contraria a do Apóstolo, que ensina claramente que, antes do seu nascimento, as crianças não haviam praticado nem o bem nem o mal (Cl 10,4).

Portanto, por que a criança é castigada justamente com aquela exclusão, senão porque pertence à massa da perdição? E com razão é tida como nascida de Adão e condenada pelo vínculo da antiga culpa, se não for libertada dessa situação, não por merecimento próprio, mas pela graça. Qual graça,

senão a graça de Deus por Jesus Cristo nosso Senhor, do qual, assim como os demais sinais antigos, a circuncisão do prepúcio foi uma figura? Com efeito, o oitavo dia é, na sucessão das semanas, o domingo, no qual Cristo ressuscitou, e a pedra era Cristo (Rm 6,6). Daí o fato de ser de pedra o cutelo da circuncisão, e a carne do prepúcio, corpo do pecado.

CAPÍTULO XXXII

A circuncisão equivale ao batismo

37. Assim, sendo outros os sinais depois que veio aquele, cuja vinda era significada pelos antigos, não mudou, no entanto, o Mediador. Antes de sua vinda na carne, libertava os antigos membros pela fé na sua encarnação, e agora nós também, mortos pelos pecados e pelo prepúcio de nossa carne, fomos vivificados juntamente com Cristo. Nele fomos circuncidados pela circuncisão não feita pela mão (Cl 2,11), figurada pela circuncisão assim feita, para destruição do corpo de pecado (Rm 6,6) com o qual nascemos de Adão.

A descendência de uma origem culpada traz-nos condenação, se não somos purificados pela semelhança da carne do pecado, na qual foi enviado sem pecado aquele que, feito pecado por causa dos homens, condenou o pecado procedente do pecado.

Daí o dizer do Apóstolo: *Em nome de Cristo suplicamo-vos: reconciliai-vos com Deus. Aquele que não conheceu o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus* (2Cor 5,20-21).

E foi imolado por nossos pecados, não tendo nenhum pecado, o único entre os homens, para o qual já então se buscava entre os animais aquele que pudesse significar o único sem pecado, que viria para curar os pecados.

Portanto, em qualquer dia, após seu nascimento, em que a criança for batizada em Cristo, equivale à circuncisão no oitavo dia, pois é circuncidada naquele que ressuscitou após três dias de sua crucificação, mas no oitavo dia da semana. É circuncidada pelo desvestimento da natureza carnal (Cl 2,11), isto é, para que a graça da regeneração espiritual perdoe a dívida contraída pelo contágio da geração carnal. *Ninguém está limpo da mancha* (de que mancha, senão do pecado?); *nem a criança cuja vida é de um dia sobre a terra* (Jó 14,4 versão LXX).¹⁴

CAPÍTULO XXXIII

Em resposta a uma argumentação pelagiana, mostra a bondade da natureza e a maldade do pecado

38. Assim argumentam os pelagianos: “Portanto, o casamento é um mal e não é obra de Deus o ser humano gerado no casamento”. Pensam que o bem do casamento seja o mal da concupiscência, pela qual se amam os esposos que desconhecem a Deus, procedimento que o Apóstolo proíbe (1Ts 4,5). O bem do matrimônio é a castidade conjugal, pela qual a sensualidade se restringe ao bom uso regular da procriação de filhos. Ainda mais, pode ser obra de Deus tanto o ser humano procriado no casamento como o fruto da fornicção ou do adultério.

Mas nesta questão, onde se indaga não aquilo que necessita de criador, mas de salvador, não se há de considerar o que há de bom na procriação de uma natureza, mas o que há de mau no pecado que certamente contamina a natureza. Ambos se propagam juntos, ou seja, a natureza e o pecado da natureza, dos quais a primeira é um bem, e o segundo, um mal. Aquela se recebe da liberalidade de Deus, este provém da condenação da origem; aquela tem por causa a vontade de Deus sumo, este, a

vontade depravada do primeiro homem; uma indica Deus como formador da criatura; o outro indica Deus como castigador da desobediência; finalmente, o mesmo e próprio Cristo, para curar a primeira, é autor do homem; para curar o segundo, fez-se homem.

CAPÍTULO XXXIV

As obras de Deus são sempre boas, mesmo que os intermediários sejam maus. — A nudez no Éden após o pecado

39. Portanto, o matrimônio é um bem em tudo o que lhe é peculiar. São três as peculiaridades: o preceito da procriação, a fidelidade conjugal e o sacramento da união. Sobre o preceito da procriação, está escrito: *Desejo que as jovens viúvas se casem, criem filhos, dirijam suas casas* (1Tm 5,14). Sobre a fidelidade conjugal: *A mulher não dispõe de seu corpo, mas é o marido quem dispõe; do mesmo modo, o marido não dispõe de seu corpo, mas é a mulher quem dispõe* (1Cor 7,4). Sobre o sacramento da união: *Que o homem não separe o que Deus uniu* (Mt 19,6).

Sobre tudo isso, lembramo-nos de que, conforme Deus nos ajudou, já dissertamos bastante em outros livros nossos, que não vos são desconhecidos.¹⁵ Pelo qual dizemos com o Apóstolo: *O matrimônio seja honrado por todos, e o leito conjugal, sem mancha* (Hb 13,4).

Sendo o matrimônio um bem, faz muito bem mesmo com relação ao mal da sensualidade, visto que não é a sensualidade que faz bom uso da sensualidade, mas é a razão. A sensualidade consiste, como observa o Apóstolo, na lei que peleja contra a lei da razão, e é a lei dos membros desobedientes; mas a razão, quando se utiliza retamente da sensualidade, faz parte da lei do matrimônio.

Se nenhum bem pudesse resultar do mal, Deus não formaria o ser humano da união adulterina. Portanto, assim como o mal culpável do adultério, do qual nasce um ser humano, não se pode imputar a Deus, o qual na má ação do homem realiza uma boa ação, assim tudo o que há de vergonhoso na desobediência dos membros (Adão e Eva), da qual se envergonharam depois do pecado cobrindo os mesmos membros com folhas de figueira (Gn 3,7), não se imputa ao matrimônio.

Devido ao matrimônio, a união conjugal não é somente lícita, mas também útil e honesta. Mas deve-se imputar ao pecado da desobediência, ao qual se seguiu este castigo, que o homem desobediente a Deus sinta seus membros desobedientes a ele próprio. Envergonhando-se deles, cuidou de cobri-los porque se excitavam, não ao arbítrio da vontade, mas ao estímulo da sensualidade, como se fosse a própria vontade.

E o homem, sem dúvida, não deveu envergonhar-se da obra de Deus. Em caso contrário, seria causa de vergonha para o ser criado o que a Deus parecia digno. Assim nem a Deus nem ao homem ofendia aquela nudez natural, pelo fato de nada haver de vergonhoso, visto que nada houve antes que merecesse castigo.

CAPÍTULO XXXV

O matrimônio existia antes do pecado sem as consequências da sensualidade

40. Não há dúvida de que existia o casamento antes do pecado. Tendo isso em vista, como seu auxiliar o homem recebeu não outro homem, mas a mulher. E as palavras de Deus: *Crescei e multiplicai-vos* (Gn 1,28), não representam a predição de pecados culpáveis, mas a bênção de matrimônio fecundo. Mediante essas suas inefáveis palavras, isto é, por esses divinos mandamentos, que vieram na verdade de sua sabedoria, Deus, que tudo criou, introduziu a potência do sêmen nos

primeiros homens.

Mas se a natureza não se tivesse degradado pelo pecado, longe de nós pensar que o matrimônio no paraíso fosse de tal ordem que, para a procriação da prole, os órgãos genitais se excitariam pelo ímpeto da sensualidade e não por ordem da vontade, como o pé para andar, as mãos para fazer algo e a língua para falar. Nem, como acontece agora, a integridade virginal não se deterioraria na concepção dos fetos pela força do ardor impetuoso, mas cederia ao mando do amor tranquilo. Não haveria a dor e o sangue da virgem na relação matrimonial, como também não haveria os gemidos da mãe ao dar à luz.

Há dificuldade em se acreditar nesses pormenores, visto que não se podem verificar na atual condição da mortalidade. Degenerada a natureza pelo pecado, não se encontram exemplos daquela pureza primitiva. Mas falamos a fiéis que aprenderam a dar crédito às palavras divinas, mesmo sem exemplos em que se fundamente a verdade. Como poderei demonstrar agora que o homem foi criado do limo da terra sem o concurso de pais, e que a esposa foi formada de seu costado? Tenha-se em conta, de princípio, que a fé acredita no que o olho não vê.¹⁶

CAPÍTULO XXXVI

Depois do pecado, são incompreensíveis os atos de casamento com a pureza original

41. É impossível também fazer compreender a serenidade no primeiro casamento, sem a paixão da sensualidade, e o movimento dos órgãos genitais, assim como dos outros membros, não pela excitação do ardor desenfreado, mas pelo arbítrio da vontade (como seria ainda a união conjugal, se não houvesse a injúria do pecado). Mas a impossibilidade em fazer compreender não impede que com razão se dê crédito ao que está escrito por autoridade de Deus.

Não se dá agora uma relação carnal sem o prurido da concupiscência, assim como não acontece um parto sem dor e gemidos, e que alguém venha ao mundo isento da morte futura. Contudo, conforme a verdade das santas Escrituras, não haveria o gemido da parturiente nem a morte dos homens, se não houvesse o pecado, não haveria motivo de se envergonharem os que cobriram os membros, pois nas mesmas santas Letras assim está escrito que aconteceu depois do pecado.

Assim, se o movimento desonesto não lhes houvesse chamado a atenção para os membros por meio dos olhos, que não estavam fechados, mas também não estavam abertos, ou seja, atentos, nada teriam sentido de vergonhoso e não teriam necessidade de cobrir seu corpo, o qual Deus fizera integralmente decente. Isso porque, se não precedesse o crime, que a desobediência ousara cometer, não viria depois a ação desonesta que o pudor pretendia cobrir.

CAPÍTULO XXXVI

O ilícito do matrimônio não provém da instituição, mas da tentação e da vontade

42. É claro, portanto, que tudo isso não se há de imputar ao matrimônio; se não tivesse havido o pecado, o matrimônio, contudo existia, e seu bem não lhe é tirado por esse mal, visto que, pelo casamento, esse mal destina-se a um uso honesto. Porém, pelo fato de, na atual condição dos mortais, andarem juntos a relação carnal e a sensualidade, aqueles que não querem ou não sabem distinguir essas coisas, são levados a não considerar como lícito e honesto o matrimônio, pelo fato de se censurar a sensualidade. E não percebem que um é o bem do matrimônio, do qual ele se gloria, ou seja, a prole, a castidade conjugal e o sacramento, e outra coisa é não um mal do casamento, mas concupiscência carnal, da qual o casamento também se envergonha.

Mas sem esse mal não se verifica o bem do casamento, ou seja, a procriação de filhos. Por isso, quando se leva a efeito tal operação, procura-se a privacidade, dispensam-se as testemunhas, evita-se a presença dos próprios filhos, se já nasceram alguns, quando estão na idade de compreenderem essa operação. Assim ao casamento é permitido praticar o que é lícito, mas de modo que não se deixe de esconder o que é contra o pudor.

Daí se conclui que não nasçam sem o contágio do pecado as crianças, as quais não são capazes de pecado. Essa constatação não tem fundamento no lícito, mas no ilícito. Do que é lícito, nasce a natureza; do que é ilícito, o pecado. O autor da natureza, que nasce, é Deus, que criou o homem e uniu o homem e a mulher pelo direito nupcial; o autor do pecado é a astúcia do diabo enganador e também a vontade do homem que consente.

CAPÍTULO XXXVIII

O uso da sexualidade no matrimônio é legítimo

43. Deus não é autor de nada disso, a não ser da condenação, por justo juízo, do homem deliberadamente pecador e de sua descendência. Assim, o que ainda não havia nascido, é condenado com justiça na raiz prevaricadora. A geração humana submete a criatura humana a essa raiz condenada, da qual a liberta somente a regeneração espiritual.

Desse modo, essa raiz condenada de forma alguma prejudicará os pais, se perseverarem na graça recebida pela remissão dos pecados. Isso se não se relacionarem sexualmente não somente mediante alguma corrupção ilícita, mas também se realizarem o ato conjugal não levados pela intenção de procriar filhos, mas do desejo de saciar a concupiscência com o prazer carnal.

Com a finalidade de evitar infidelidades, o Apóstolo, por condescendência, não por mandato, concede aos maridos e esposas a não se recusarem um ao outro, a não ser de comum acordo e por algum tempo, para se entregarem à oração. É evidente que a condescendência implica alguma culpa.

A relação sexual dos cônjuges, regulada também pelas leis matrimoniais e que tem por objetivo a procriação de filhos, é honesta não somente comparada à fornicação, mas também por si mesma. Mas, devido ao corpo de pecado, ainda não renovado pela ressurreição, é realizada com alguma excitação animal, da qual se envergonha a natureza humana. Contudo, essa relação não é pecado, sempre que a razão lança mão da sensualidade para o bem e não se deixa vencer pelo mal.

CAPÍTULO XXXIX

A concupiscência é transmitida pela geração. — A rege-neração iniciada no batismo é completada pela ressurreição

44. A concupiscência da carne seria prejudicial somente pelo fato de fazer parte da natureza humana, se a remissão dos pecados não favorecesse de modo tal que, existindo no nascido e no renascido, existe e prejudica ao nascido, e, no renascido, apenas existe. E desfavorece de tal modo os nascidos que, se não renascerem, nenhum proveito lhes traz o fato de terem nascido de renascidos.

Com efeito, a concupiscência permanece na prole e a faz adquirir o reato do pecado de origem, ainda que o reato do mesmo pecado nos pais tenha sido purificado pela remissão dos pecados, até que todo pecado que se comete deliberadamente seja destruído pela última regeneração.¹⁷ Esta regeneração é prometida para a futura ressurreição, quando não somente não cometeremos pecados, mas também não teremos desejos pecaminosos que nos levam a consentir nos pecados. A essa bem-

aventurada perfeição chega-se pela graça do banho sagrado que aqui nos é administrado.

Por esta regeneração do espírito, nesta vida conferida, todos os pecados passados alcançam remissão, e também, pelo seu merecimento, alcançar-se-á a regeneração da carne para a vida eterna, pela qual, ressurgindo incorruptível na mesma carne, apaziguar-se-ão os incentivos de todos os pecados. Mas esta cura até agora se realizou apenas na esperança, não se a goza na realidade; não se possui pela presença, mas se espera pela paciência.

CAPÍTULO XL

A regeneração dos pais não purifica a geração dos filhos. — O rito batismal indica a transmissão do pecado original. — Pelo pecado o homem se animaliza. Comparação para provar a tese

São apagados pelo mesmo banho do batismo não somente todos os pecados dos quais se obtém agora a remissão nesse sacramento, dos quais se adquire o reato quando há consentimento nos desejos pecaminosos e pecamos, mas também os próprios maus desejos que, não consentidos, não implicam culpabilidade, e que deixarão de existir, não nesta, mas na outra vida.

45. O reato de pecado, do qual falamos, subsistirá na prole carnal dos regenerados até serem apagados pelo banho da regeneração. O regenerado, no entanto, não regenera os filhos da carne, mas apenas os gera, e por isso lhes transmite o reato não pelo fato de ele ter sido regenerado, mas sim por ter gerado. Assim, pois, seja um réu infiel, seja um réu justificado, ambos não geram filhos justificados, mas réus, como acontece com as sementes do azambujeiro e de oliveira, as quais não produzem oliveiras, mas azambujeiros.

O primeiro nascimento sujeita a pessoa à condenação, da qual somente o segundo a liberta. Sujeita-a o diabo, liberta-a o Cristo; sujeita-a o sedutor de Eva, liberta-a o Filho de Maria; sujeita-a o que pela mulher veio até o homem, liberta-a o que nasceu de uma esposa que não conheceu varão; sujeita-a o que introduziu na mulher a causa da sensualidade, liberta-a o que sem sensualidade foi concebido em mulher. O demônio pôde a todos manter cativos por meio de um apenas; apenas um pode libertar de sua dominação, aquele a quem não conseguiu dominar.

Finalmente, os próprios sacramentos da Igreja, que ela continua a conferir pela autoridade de tão antiga tradição e que os pelagianos não se atrevem a rejeitar, embora considerem que para as crianças devem ser administrados mais por simulação que em realidade, os mesmos sacramentos, repito, indicam claramente que as crianças, mesmo as que acabam de nascer, são libertadas da escravidão do diabo pela graça de Cristo. Além de serem batizadas para a remissão dos pecados não com um sacramento simulado, mas verdadeiro, antes são exorcizadas, e o poder diabólico é expulso pelo sopro ritual. Além disso, pelas palavras de quem as leva à pia batismal, respondem que renunciam ao demônio.

Mediante todos estes sagrados e evidentes sinais de coisas ocultas, pretende-se revelar que as crianças passam do péssimo escravizador ao ótimo redentor, o qual, tendo-se revestido de nossa fraqueza por causa de nós, amarrou o forte para roubar seus pertences (Mt 12,29). A fraqueza de Deus é mais forte que os homens (1Cor 1,25) e também mais que os anjos. Deus, libertando os pequenos com os grandes, mostrou em uns e outros o que a Verdade falou pelo Apóstolo. Pois ele arrancou do poder das trevas não só os adultos, mas também as crianças, para as transferir para o reino do Filho do seu amor (Cl 1,13).

46. E ninguém se admire e diga: “Por que Deus cria o que será possessão da malignidade diabólica?”. Sucede que procede com as sementes de suas criaturas com a mesma bondade com que faz o sol nascer para os bons e os maus, e faz cair a chuva sobre os justos e os injustos (Mt 5,45). Por

esta mesma bondade abençoou também as próprias sementes, ou melhor, criou-as com sua bênção, a qual não foi retirada à natureza digna de louvor pela culpa digna de condenação. Esta culpa, embora tenha tido poder, pela justiça de Deus que castigou, de fazer com que os seres humanos nascessem com o pecado original, no entanto, não teve o poder de fazer com que não nascessem. Produz-se do mesmo modo como nos adultos: os pecados não os privam da condição de seres humanos, mas a obra de Deus permanece, por maiores que sejam as más obras dos ímpios.

O homem, tão honrado por Deus na criação, mas que não o compreendeu, é comparado aos animais e se torna semelhante a eles (Sl 49,13), porém, não tão semelhante a ponto de se tornar um animal. A comparação é devida ao pecado, e não à natureza, assim como não se compara ao vício do animal, mas à sua natureza. A excelência do homem é tão superior à do animal, que o vício do homem é a natureza do animal, mas isso não quer dizer que a natureza do homem se transforme em natureza do animal. Por esta razão, Deus condena o homem por causa do pecado que desonra a natureza, não por causa da natureza que não lhe é tirada pelo pecado. Longe de nós pensar que os animais são vítimas de condenação, pois é justo que estejam isentos da infelicidade os que não podem partilhar da felicidade.

Se o espírito imundo é bom quanto ao espírito e mau quanto ao imundo, o que há de estranho ou injusto no fato de o ser humano estar sujeito ao espírito imundo não pela natureza, mas pela sua imundície, a qual, vindo-lhe não da obra divina, mas da vontade humana, contraiu na mancha original? É espírito por obra de Deus, é imundo por sua livre vontade. A natureza superior, ou seja, a angélica, pela associação no pecado, mantém sujeita a natureza inferior. Por isso, o Mediador, mais forte do que os anjos, fez-se fraco por causa dos homens. Assim, a soberba do escravizador é destruída pela humildade do Redentor, e aquele que, pela força angélica, se gloria do domínio sobre os homens, é vencido pelo Filho de Deus após assumir a fraqueza humana.

CAPÍTULO XLI

Testemunhos de Santo Ambrósio sobre a transmissão do pecado original. — Conclusão¹⁸

47. Estando para concluir este livro, creio ser necessário que façamos o sacerdote de Deus, Ambrósio, do qual Pelágio celebra a integridade da fé como dos mais ilustres escritores eclesiásticos de língua latina, assim como se fez ao falar da graça, façamo-lo, repito, responder também à loquacidade caluniosa desses hereges, depois de termos falado do pecado original, para cuja destruição se engrandece com muita razão o poder da mesma graça.

Na obra que escreveu sobre a ressurreição, Santo Ambrósio diz: “Caí em Adão, fui expulso do paraíso em Adão, morri em Adão. Deus não me ressuscitará, se não me encontrar, por um lado, sujeito à culpa e destinado à morte em Adão, e justificado em Cristo” (*De Fide resurrectionis*). E, escrevendo aos novacianos, diz: “Todos nós, homens, nascemos no pecado, nossa própria origem está na culpa, conforme lemos no dizer de Davi: *Eis que nasci na culpa, e minha mãe concebeu-me no pecado* (Sl 51,7). Por isso a carne de Paulo é corpo de morte, conforme suas próprias palavras: *Quem me libertará deste corpo de morte?* (Rm 7,24). Portanto, a carne de Cristo condenou o pecado, o qual ele não conheceu pelo nascimento e crucificou pela morte, para que a justificação pela graça residisse em nossa carne, na qual antes residia a imundície devida ao pecado” (*Liv. I De Poenitentia*, c. 2, vel. 3).

O mesmo Santo Ambrósio, no comentário sobre o profeta Isaías, ao falar de Cristo, diz: “Por isso, como homem, foi provado em tudo e à semelhança dos homens tudo sofreu; mas como nascido do Espírito foi isento do pecado (Hb 4,15). Todo homem é mentiroso (Sl 116,11) e ninguém está livre

do pecado, a não ser o único Deus. Portanto, ficou estabelecido que a ninguém, nascido de homem e de mulher pela relação carnal, lhe pareça estar isento de pecado. Quem está livre de pecado, está livre também da corrupção”. Diz também no comentário ao evangelho de Lucas: “Nenhuma cópula humana desvendou os segredos do útero virginal, mas um sêmen imaculado foi depositado pelo Espírito Santo no útero inviolável. O Senhor Jesus, o absolutamente santo entre os nascidos de mulher, é o único que, pela novidade do parto imaculado, não conheceu o contágio da corrupção terrena e o rechaçou com sua celestial majestade” (Liv. II, n. 56 ad cap. 2).

48. Pelágio, contudo, que elogiou com tão grandes encômios o varão de Deus, contradiz estas suas palavras e diz: “assim como nascemos sem virtudes, também nascemos sem pecado”.

O que resta agora? Ou que Pelágio condene esse seu erro ou que se arrependa de ter elogiado o bispo Ambrósio. Mas, devido ao fato de o bem-aventurado Ambrósio ter assim falado como bispo católico e conforme a fé católica, conclui-se que Pelágio, com seu discípulo Celéstio, seja condenado merecidamente pela autoridade da Igreja Católica como desviado do caminho da fé, a menos que

se arrependa de não ter elogiado Ambrósio, mas de ter pensado de modo contrário a Ambrósio. Sei que ledes com avidez tudo o que se escreve para a edificação e fortalecimento da fé. Contudo, este livro, por mais que atinja essa finalidade, é preciso que finalmente tenha fim.

¹⁰ Até o capítulo 21, Agostinho vai seguindo os rastros de Pelágio e Celéstio através de seus escritos, depoimentos em sínodos, cartas, para mostrar o quanto se contradizem a respeito da transmissão do pecado original.

¹¹ Aqui parece residir o núcleo da doutrina pelágio-celestiana: as crianças devem ser batizadas, mas não para a remissão dos pecados. Para Pelágio e Celéstio, atribuir às crianças o pecado original do qual deveriam se redimir pelo batismo é injuriar o Criador, que permitiria que se instalasse o mal na natureza indefesa e inconsciente.

¹² Há aqui, nestes pontos básicos da doutrina de Pelágio, pelo menos dois que são admitidos hoje pela Igreja. Primeiro, acerca da mortalidade de Adão. Quando Paulo diz em Rm 5,12 que “pelo pecado entrou a morte no mundo”, donde se conclui que, se não tivesse pecado, Adão não morreria, Paulo se refere aí à morte espiritual, que no v. 21 contrapõe à “vida eterna”. Refere-se também à morte física, porém, como antessala da morte eterna para aquele que morre no pecado. O segundo refere-se à salvação das crianças mortas sem batismo, pois a Igreja só pode confiá-las à misericórdia de Deus, como o faz no rito das exéquias por elas. A misericórdia de Deus, que quer a salvação de todos os homens, e a ternura de Jesus para com as crianças nos permitem esperar que haja um caminho de salvação para as crianças mortas sem batismo.

¹³ “Massa de perdição” — Agostinho se inspirou em Rm 9,21. O oleiro não pode formar de sua massa seja um utensílio para uso nobre, seja outro para uso vil? Na ideia de massa, esconde-se a solidariedade de todos os homens em Adão na origem, no pecado e na condenação ou na culpa e pena. Às vezes, Agostinho fala da “massa de condenação” (*massa damnationis*) e outras em “massa do pecado” (*massa peccati*). O homem só poderá ser excluído desta massa de condenação pelos méritos de Jesus Cristo, isto é, pela “graça de Cristo”. Desse modo, ele justifica a condenação das crianças não batizadas pelo fato de pertencerem à essa “massa de perdição”, cf. adiante, cap. 31.

¹⁴ A Bíblia de Jerusalém traduz esse versículo: “Quem fará sair o puro do impuro? Ninguém!”, e acrescenta em nota: “Já reconhece a impureza inerente ao homem... A ênfase é posta na impureza física (e, portanto, ritual) contraída pelo homem desde sua concepção (cf. Lv 15,19ss) e seu nascimento (cf. Sl 51,7), porém, essa impureza implica uma fraqueza moral, uma propensão ao pecado, e a exegese cristã viu nesta passagem pelo menos uma alusão ao pecado original, transmitido pela geração (cf. Rm 5,12).

¹⁵ Agostinho se refere, principalmente, à sua obra *De bono conjugali*, n. 3ss.

¹⁶ Agostinho, como aliás todos os Padres da Igreja, era prisioneiro do marco cultural da época. Suas expressões devem ser liberadas de muitos elementos caducos como a historicidade do paraíso ou de Adão, da expulsão do paraíso. Estes mitos eram a expressão popular e metafórica daquilo que não é nem mais nem menos que a limitação da natureza humana. O homem, pelo fato de ser criatura, é ser dependente, frágil, perecível, limitado e sujeito às tentações e ao pecado.

¹⁷ Batizados, os pais estão livres da condição de réus, isto é, foram remidos, regenerados pelo batismo. Contudo, mesmo purificados ou santificados, não podem gerar filhos inocentes, puros. Estes nascem manchados pelo pecado original e até não serem batizados permanecerão no estado de réus, na condição de acusados-condenados. É isso que Agostinho chama de “reato do pecado de origem”.

¹⁸ Como o fizera no final do primeiro livro, aqui também Agostinho busca no próprio Ambrósio, a quem Pelágio apelara como o testemunho de sua doutrina, argumento contra Pelágio.

Coleção **PATRÍSTICA**

1. Padres Apostólicos, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. Padres Apologistas, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmiias
3. Apologias e Diálogo com Trifão, Justino de Roma
4. Contra as heresias, Ireneu de Lião
5. Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência, Ambrósio de Milão
6. Sermões, Leão Magno
7. A Trindade, S. Agostinho
8. O livre-arbítrio, S. Agostinho
- 9/1. Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho
- 9/2. Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho
- 9/3. Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho
10. Confissões, S. Agostinho
11. Solilóquios – A vida feliz, S. Agostinho
12. A Graça (I), S. Agostinho
13. A Graça (II), S. Agostinho
14. Homília sobre Lucas 12 – Homílias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo, Basílio de Cesareia
15. História eclesiástica, Eusébio de Cesareia
16. Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana, S. Agostinho
17. A doutrina cristã, S. Agostinho
18. Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão, S. Atanásio
19. A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos, S. Agostinho
20. Contra Celso, Orígenes
21. Comentário ao Gênesis, S. Agostinho
22. Tratado sobre a Santíssima Trindade, S. Hilário de Poitiers
23. Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia, S. João Crisóstomo
24. Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre, S. Agostinho
25. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos, S. Agostinho
26. Examerão – os seis dias da criação, S. Ambrósio
- 27/1. Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homílias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homílias sobre a Carta aos Efésios, S. João Crisóstomo
- 27/2. Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homílias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homílias sobre a Segunda Carta aos Coríntios, S. João Crisóstomo
- 27/3. Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homílias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus, S. João Crisóstomo
28. Regra Pastoral, S. Gregório Magno
29. A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese, S. Gregório de Nissa
30. Tratado sobre os Princípios, Orígenes
31. Apologia contra os livros de Rufino, S. Jerônimo
32. A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência, S. Agostinho

Títulos originais
 De spiritu et littera
 De natura et gratia
 De gratia Christi et peccato originali

Tradução do original latino, confrontada com a versão castelhana da Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), de Frei Agostinho Belmonte, OAR.

Direção Editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Introduções e notas
Roque Frangioti

Revisão
Iranildo B. Lopes

Os textos bíblicos são tomados da Bíblia de Jerusalém, Paulus Editora
 Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430.
 A Graça (I) / Santo Agostinho ; [tradução Agostinho Belmonte]. — São Paulo : Paulus, 1998. — (Patrística; 12)

Título original: De spiritu et littera...
 Bibliografia.
 eISBN 9788534938884

1. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430 2. Graça (Teologia) 3. Padres da Igreja primitiva I. Título. II. Série.

98-3591 CDD-234.1

Índices para catálogo sistemático:
 1. Graça : Teologia dogmática cristã 234.1

© PAULUS – 2014
 Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 • São Paulo (Brasil)
 Fax (011) 5579-3627 • Tel. (011) 5087-3700
 www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br
 eISBN 9788534938884